

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE ENSINO SUPERIOR
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Março/2014

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE ENSINO SUPERIOR
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO**

**PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL
RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013**

Vitória - Espírito Santo

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

REINALDO CENTODUCATTE

Reitor

MARIA APARECIDA SANTOS CORREA BARRETO (*in memoriam*)

ETHEL LEONOR NOIA MACIEL

Vice-Reitora

EDEBRANDE CAVALIERE

Chefe de Gabinete do Reitor

PRÓ-REITORES

AMARÍLIO FERREIRA NETO

Pró-Reitor de Administração

APARECIDO JOSÉ CIRILLO

Pró-Reitor de Extensão

MARIA AUXILIADORA DE CARVALHO CORASSA

Pró-Reitora de Graduação

MARIA LUCIA CASATE

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas e Assistência Estudantil

MAXIMILIAN SERGUEI MESQUITA

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

NEYVAL COSTA REIS JUNIOR

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PRESTAÇÃO DE CONTAS ORDINÁRIA ANUAL RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO:

ALEXANDRE RAMOS RICARDO

DÉBORAH PROVETTI SCARDINI NACARI

MAXIMILIAN SERGUEI MESQUITA

MANOEL FERNANDES NERY

APRESENTAÇÃO

A Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) apresenta o seu Relatório de Gestão de 2013, agora no formato Individual. O Relatório de Gestão, que procura espelhar as principais realizações, tem no Plano de Desenvolvimento Institucional – 2010-2014 as linhas mestras para condução das atividades fim e meio da Instituição, em estreita sintonia com as Ações de governo que visam cumprir e alavancar o ensino superior no Brasil. O Relatório constitui referencial significativo para avaliar as ações da Administração, mensurar os avanços e evidenciar as principais dificuldades que envolvem a gestão de uma Instituição que é complexa pela sua diversidade e heterogeneidade, possibilitando também aos Órgãos de Controle Interno _ Controladoria Geral da União (CGU) e Controle Externo _ Tribunal de Contas da União (TCU) e à sociedade como um todo, avaliar os resultados obtidos e contribuir para o aprimoramento do processo de gestão.

Para a construção do Relatório contribuiu a Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLAN), coordenando o processo de elaboração e consolidando as informações apresentadas pelas demais Unidades Administrativas e Acadêmicas, configurando-se no instrumento que ora é disponibilizado. O Relatório faz um resumo de todas as ações desenvolvidas nas diversas áreas de atuação da Universidade, contendo uma avaliação realista que serve como instrumento para identificar e, caso necessário, reorientar o curso de ação da Universidade, constituindo-se, dessa forma, de planejamento, de resultados e oportunidade de avaliação.

Enfim, gerir os recursos com transparência e otimizar o seu uso, buscando alcançar os objetivos para disponibilizar serviços e produtos de qualidade para a sociedade que a mantém, constitui compromisso maior dessa Gestão.

Reinaldo Centoducatte

Reitor

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO	15
1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	15
1.2 FINALIDADES E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS.....	16
1.2.1 <i>Competências</i>	16
1.2.2 <i>Finalidades</i>	16
1.2.3 <i>Orientação filosófica e Intenções</i>	16
1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL	18
1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.....	21
1.5 MACROPROCESSOS DE APOIO	22
1.6 PRINCIPAIS PARCEIROS.....	22
2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS	23
2.1 PLANEJAMENTO DA UNIDADE	23
2.1.1 <i>Objetivos Estratégicos</i>	23
2.1.2 <i>A Condução dos Macroprocessos e a Interface com a Análise de Riscos e os Mecanismos de Controles Administrativos</i>	25
2.2 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS.....	30
2.2.1 <i>Programas que Vinculam e as Respectivas Ações Executadas pela UFES na LOA 2013</i>	31
2.2.2 <i>Ações não Previstas na LOA 2013 - Restos a Pagar</i>	59
2.3 INFORMAÇÕES SOBRE OUTROS RESULTADOS DA GESTÃO	64
3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	64
4. TÓPICOS ESPECIAS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	66
4.1 EXECUÇÃO DAS DESPESAS	66
4.1.1 <i>Programação</i>	66
4.1.2 <i>Movimentação de Créditos Interna e Externa</i>	68
4.1.3 <i>Realização da Despesa</i>	69
4.2 RECONHECIMENTO DE PASSIVOS POR IINSUFICIÊNCIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS.....	80
4.3 MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	80
4.4 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS	81
4.4.1 <i>Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício</i>	81
4.4.2 <i>Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios</i>	82
4.4.3 <i>Informações Sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse</i>	82
4.4.4 <i>Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse</i>	83
4.5 SUPRIMENTO DE FUNDOS	84
4.6 RENÚNCIAS SOB A GESTÃO DA UJ.....	84
5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....	84
5.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE	84
5.1.1 <i>Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada</i>	84
5.1.2 <i>Quantidade</i>	84
5.1.3 <i>Qualificação da força de trabalho</i>	86
5.1.4 <i>Custos de Pessoal da UJ - Fonte: SIAPE (DW)</i>	88
5.1.5 <i>Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas</i>	89
5.1.6 <i>Cadastramento no Sisac</i>	89
5.1.7 <i>Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos</i>	90
5.1.8 <i>Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos</i>	91
5.1.9 <i>Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos</i>	92
5.2 TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA EMPREGADA E CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS.....	95

5.2.3	<i>Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada</i>	95
5.2.4	<i>Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão</i>	96
6.	GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	99
6.1	GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS	99
6.2	GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO	103
6.2.1	<i>Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial</i>	103
6.2.2	<i>Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional</i>	103
7.	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO	104
7.1	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (TI)	104
8.	GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	106
8.1	GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	106
8.2	POLÍTICA DE SEPARAÇÃO DE RESÍDUOS RECICLÁVEIS DESCARTADOS	106
8.2.1	<i>Política de Separação de Resíduos na Unidade Gestora – UFES - 153046</i>	106
8.2.2	<i>Política de Separação de Resíduos na Unidade Gestora – 153048</i>	107
8.2.3	<i>Política de Separação de Resíduos na Unidade Gestora – CEUNES – 153049</i>	107
8.2.4	<i>Política de Separação de Resíduos na Unidade Gestora – CCA - 153050</i>	107
8.3	CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA	107
9.	CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS	110
9.1	TRATAMENTO DE DELIBERAÇÕES EXARADAS EM ACÓRDÃO DO TCU	110
9.1.1	<i>Deliberações do TCU Atendidas no Exercício</i>	110
9.1.2	<i>Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício</i>	112
9.2	TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO OCI	113
9.2.1	<i>Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício</i>	113
9.2.2	<i>Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício</i>	129
9.3	INFORMAÇÕES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	141
A)	<i>Estrutura e Posicionamento da Unidade de Auditoria no Organograma da UJ</i>	141
B)	<i>Trabalhos mais relevantes realizados no exercício e principais constatações</i>	142
C)	<i>Relação entre a quantidade de recomendações feitas e a quantidade de recomendações implementadas pela alta gerência</i>	144
D)	<i>Descrição das rotinas de acompanhamento das ações gerenciais de implementação das recomendações exaradas pela auditoria interna</i>	144
E)	<i>Informação da existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da Auditoria Interna</i>	145
F)	<i>Como se dá a certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações feitas pela Auditoria Interna e a aceitação dos riscos pela não implementação de tais recomendações</i>	145
G)	<i>Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria sobre riscos considerados elevados, mas assumidos pela alta gerência ao decidir não implementar as recomendações da Auditoria Interna</i>	145
9.4	DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDA NA LEI Nº 8.730/93	146
9.4.1	<i>Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93</i>	146
9.4.2	<i>Situação do Cumprimento das Obrigações</i>	146
9.5	MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO	147
9.6	ALIMENTAÇÃO SIASG E SICONV	148
10.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	148
10.1	DESCRIÇÃO DOS CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO AO ÓRGÃO OU ENTIDADE PARA FINS DE SOLICITAÇÕES, RECLAMAÇÕES, DENÚNCIAS, SUGESTÕES, ETC., CONTEMPLANDO INFORMAÇÕES GERENCIAIS E ESTATÍSTICAS SOBRE O ATENDIMENTO ÀS DEMANDAS	148
10.2	MECANISMOS PARA MEDIR A SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS OU CLIENTES DOS PRODUTOS E SERVIÇOS RESULTANTES DA ATUAÇÃO DA UNIDADE	150
10.3	DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DE EVENTUAIS PESQUISAS DE OPINIÃO FEITAS NOS ÚLTIMOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS COM CIDADÃOS EM GERAL, SEGMENTOS ORGANIZADOS DA SOCIEDADE OU USUÁRIOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS RESULTANTES DA ATUAÇÃO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE	151

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	152
11.1 MEDIDAS ADOTADAS PARA ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS ESTABELECIDOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO	152
11.2 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	152
11.2.1 Declaração Plena.....	152
12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.....	153
13. CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS ..	153
13.1 INDICADORES INSTITUCIONAIS DE GESTÃO / INDICADORES TCU.....	153
13.1.1 Fórmulas de cálculo dos Indicadores de Gestão e método de obtenção dos valores de seus parâmetros	153
13.1.2 Indicadores de Gestão 2013 e responsáveis pela apuração dos dados e cálculo dos índices	157
13.1.3 Análises sobre os indicadores e seus componentes.	160
14. HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CASSIANO ANTÔNIO MORAES - HUCAM.....	223
14.1 FINALIDADES E COMPETÊNCIAS	223
14.2 ORGANOGRAMA FUNCIONAL	223
14.3 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.....	227
14.4 MACROPROCESSOS DE APOIO.....	227
14.5 PRINCIPAIS PARCEIROS.....	228
14.6 INFORMAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA UNIDADE.....	228
14.6.1 Objetivos Estratégicos.....	228
14.7 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS	229
14.7.1 Programas que Vinculam Ações Executadas pelo Hospital Universitário.....	229
14.8 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO – HUCAM	236
14.9 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	239
14.9.1 Programação de Despesas.....	239
14.9.2 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.	252
14.9.3 Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	252
14.9.4 Transferência de Recursos	253
14.10. SUPRIMENTO DE FUNDOS	253
14.10.1 Despesas Realizadas por Meio da Conta Tipo “B” e por Meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)	253
14.10.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”	254
14.10.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF).....	254
14.10.4 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos	255
14.11 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS – HUCAM	255
14.11.1 Estrutura de Pessoal da Unidade	255
14.11.2 Qualificação da Força de Trabalho.....	257
14.11.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada.....	259
14.11.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas	260
14.11.5 Cadastramento no SISAC.....	260
14.11.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos.....	261
14.11.7 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos	262
14.11.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos	262
14.11.9 Terceirização de Mão-de-Obra Empregada e Contratação de Estagiários	262
14.12 GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	264
14.12.1 Gestão da Frota de Veículos próprios e locados de terceiros, destacando:	264
14.12.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário.....	264
14.13 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO.....	265
14.14 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	265
14.14.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	265
14.14.2 Política de Separação de Resíduos Recicláveis Descartados.....	266
14.14.3 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água.....	266
14.15 CONFORMIDADE E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS.	267
14.15.1 Alimentação SIASG E SICONV	267
14.16 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	267

<i>14.16.1 Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas.</i>	<i>267</i>
<i>14.16.2 Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade.....</i>	<i>268</i>
14.17 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	269
<i>14.17.1 Declaração Plena.....</i>	<i>269</i>

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO DOS DOCENTES POR DEPARTAMENTO	45
TABELA 2 - ATIVIDADES CIENTÍFICAS E PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS	46
TABELA 3 – RELATÓRIO CGU/PAD	65
TABELA 4 - ABSENTEÍSMO POR FALTAS	92
TABELA 5 - ABSENTEÍSMO POR LICENÇAS MÉDICAS	92
TABELA 6 – ACIDENTES DE TRABALHO E DOENÇAS OCUPACIONAIS	93
TABELA 7 – ROTATIVIDADE (TURNOVER)	94
TABELA 8 – EDUCAÇÃO CONTINUADA.....	94
TABELA 9 - DISCIPLINA	95
TABELA 10 - TRANSPORTE - QUILOMETROS RODADOS POR UNIDADE ADMINISTRATIVA	99
TABELA 11 - CONSUMO DE COMBUSTÍVEL (EM LITROS)	100

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1: EVOLUÇÃO DO CUSTO CORRENTE COM E SEM HU	161
FIGURA 2: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS DE TEMPO INTEGRAL E DO NÚMERO DE ALUNOS EQUIVALENTES	162
FIGURA 3: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PROFESSORES E SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EQUIVALENTES	162
FIGURA 4: EVOLUÇÃO DOS INDICADORES ALUNO TEMPO INTEGRAL POR: PROFESSORES EQUIVALENTES, SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS COM, E SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS SEM O HUCAM	163
FIGURA 5: EVOLUÇÃO DO CUSTO CORRENTE POR ALUNO EQUIVALENTE	163
FIGURA 6: GRAU DE PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL	164
FIGURA 7– FUNCIONÁRIO COM E SEM HU/PROFESSOR	165
FIGURA 8: GRAU DE ENVOLVIMENTO COM A PÓS-GRADUAÇÃO	165
FIGURA 9: EVOLUÇÃO DO CONCEITO DA CAPES	166
FIGURA 10: EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE	166
FIGURA 11: TAXA DE SUCESSO NA GRADUAÇÃO	167
FIGURA 12: COLEGIADO EXECUTIVO DO HUCAM/EBSERH.....	224
FIGURA 13: GERÊNCIA DE ATENÇÃO À SAÚDE E SUAS DIVISÕES.	224
FIGURA 14: DIVISÃO DE GESTÃO DO CUIDADO DA GERÊNCIA DE ATENÇÃO À SAÚDE.....	225
FIGURA 15: DIVISÃO DE APOIO DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICO DA GERÊNCIA DE ATENÇÃO À SAÚDE.	225
FIGURA 16: GERÊNCIA DE ENSINO E PESQUISA.	226
FIGURA 17: GERÊNCIA ADMINISTRATIVA.	226
FIGURA 18: ESTRUTURA DE GOVERNANÇA, CONTROLE, FISCALIZAÇÃO E APOIO.	237

ÍNDICE DE QUADROS

QUADRO 1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL	15
QUADRO 2– PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES – SERVIDORES CIVIS	32
QUADRO 3 – CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS DECORRENTE DO PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR.	32
QUADRO 4– CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATÓRIOS).....	33
QUADRO 5– CUMPRIMENTO DE DÉBITOS JUDICIAIS PERIÓDICOS VINCENDOS	33
QUADRO 6– APOIO À CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES, PROFISSIONAIS, FUNCIONÁRIOS E GESTORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA.	34
QUADRO 7– FOMENTO ÀS AÇÕES DE GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO	36
QUADRO 8 – FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR	39
QUADRO 9 – ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE DE ENSINO SUPERIOR	48
QUADRO 10 – UNIVERSIDADE ABERTA E A DISTÂNCIA.....	50
QUADRO 11 – REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR.....	51
QUADRO 12 – PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO	52
QUADRO 13 – ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES.....	53
QUADRO 14 – ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES.	54
QUADRO 15 – AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES	55
QUADRO 16 – AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES	56
QUADRO 17 – CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO.....	56
QUADRO 18 - CONTRIBUIÇÃO À ENTIDADES NACIONAIS REPRESENTATIVAS DE EDUCAÇÃO E ENSINO	58
QUADRO 19 – CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS.....	58
QUADRO 20 – ASSISTÊNCIA MÉDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS – EXAMES PERIÓDICOS.....	59
QUADRO 21 – REFORMA E MODERNIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR.....	60
QUADRO 22 – READEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - REUNI.....	60
QUADRO 23 – SERVIÇOS À COMUNIDADE POR MEIO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	61
QUADRO 24 – FUNCIONAMENTO DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO	61
QUADRO 25 – ACERVO BIBLIOGRÁFICO DESTINADO ÀS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E HOSPITAIS DE ENSINO	62
QUADRO 26 – FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO	62
QUADRO 27 – EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE ALEGRE	63
QUADRO 28 – MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO	63
QUADRO 29 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS (A.4.1.1).....	66
QUADRO 30 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA (A.4.1.2.2)	68
QUADRO 31 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL (A.4.1.3.1).....	69
QUADRO 32 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – VALORES EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ (A.4.1.3.2)	70
QUADRO 33 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL (A.4.1.3.3).....	73
QUADRO 34 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – VALORES EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ (A.4.1.3.4)	75
QUADRO 35 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO– CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO (A.4.1.3.5)	77
QUADRO 36 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO (A.4.1.3.6)	77
QUADRO 37 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIO ANTERIORES (A.4.3).....	80
QUADRO 38 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (A.4.4.1)	81
QUADRO 39 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS (A.4.4.2)	82
QUADRO 40 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE (A.4.4.3)	82

QUADRO 41 – VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE (A.4.4.4)	83
QUADRO 42 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12 (A.5.1.1.1)	84
QUADRO 43 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12	85
QUADRO 44 – DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO) (A.5.1.2.1)	86
QUADRO 45 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12 (A.5.1.2.2)	86
QUADRO 46 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12 (A.5.1.2.3)	86
QUADRO 47 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES (A.5.1.3)	88
QUADRO 48 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO (A.5.1.4.1)	89
QUADRO 49 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12 (A.5.1.4.2)	89
QUADRO 50 - ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007) (A.5.1.5.1)	89
QUADRO 51 - ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007) (A.5.1.5.2)	90
QUADRO 52 - REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC (A.5.1.5.3)	90
QUADRO 53 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA - LIMPEZA (A.5.2.3)	95
QUADRO 54 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA – VIGILÂNCIA (A.5.2.3)	96
QUADRO 55 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA (A.5.2.4)	96
QUADRO 56 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA (A.5.2.4)	97
QUADRO 57 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA (A.5.2.4)	98
QUADRO 58 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO (A.6.2.1)	103
QUADRO 59 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL (A.6.2.2)	103
QUADRO 60 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA (A.7.1)	104
QUADRO 61 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – UFES/SEDE – UG -153046 (A.8.2)	108
QUADRO 62 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – CEUNES – UG -153049 (A.8.2)	108
QUADRO 63 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – CCA – UG – 153050 (A.8.2)	109
QUADRO 64 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO (A.9.1.1)	110
QUADRO 65 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI (A.9.2.1)	113
QUADRO 66 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO (A.9.2.2)	129
QUADRO 67 - RELAÇÃO DE SERVIDORES DA AUDIN	141
QUADRO 68 – AUDITORIAS REALIZADAS	142
QUADRO 69 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR (A.9.4.1)	146
QUADRO 70 – MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO EM 2013 (A.9.5)	147
QUADRO 71 – QUANTIDADE DE DEMANDAS E CONSULTAS	148
QUADRO 72 - INDICADORES DE GESTÃO E SUAS FÓRMULAS	154
QUADRO 73 : VARIÁVEIS UTILIZADAS NO CÔMPUTO DO CUSTO CORRENTE	157
QUADRO 74: VARIÁVEIS ASSOCIADAS AO NÚMERO DE ALUNOS DE GRADUAÇÃO E PARÂMETRO AG	158
QUADRO 75: VARIÁVEIS ASSOCIADAS AO NÚMERO DE ALUNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO E PARÂMETRO APG	158
QUADRO 76: VARIÁVEIS ASSOCIADAS AO NÚMERO DE DOCENTES E SEU REGIME DE TRABALHO	158
QUADRO 77: VARIÁVEIS ASSOCIADAS AO NÚMERO DE DOCENTES E SUA TITULAÇÃO	158
QUADRO 78: VARIÁVEIS ASSOCIADAS AO NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS E SEU REGIME DE TRABALHO – INCLUSIVE PESSOAL TERCEIRIZADO	159
QUADRO 79: AVALIAÇÃO CAPES	159
QUADRO 80: PARÂMETROS	159
QUADRO 81- EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE GESTÃO DA UFES NOS ANOS DE 2005 A 2013	160
QUADRO 82– COMPONENTES DOS INDICADORES DE GESTÃO	161
QUADRO 83 – RELAÇÃO DE PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO (B.6.3-A)	168
QUADRO 84 – RELAÇÃO DE PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO (B.6.3-B)	185
QUADRO 85 – RELAÇÃO DE PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO (B.6.3-C)	187

QUADRO 86– PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES – SERVIDORES CIVIS	230
QUADRO 87 – FUNCIONAMENTO DOS HOSPITAIS DE ENSINO.....	230
QUADRO 88 – REESTRUTURAÇÃO DOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS – EMENDA PARLAMENTAR.....	231
QUADRO 89 – PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO	232
QUADRO 90 – ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES.....	233
QUADRO 91 – ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES.	234
QUADRO 92 – AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES	234
QUADRO 93 – AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES	235
QUADRO 94 – AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES	236
QUADRO 95 - AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ (A.3.2)	237
QUADRO 96 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS (A.4.1.1).....	239
QUADRO 97 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA (A.4.1.2.1).....	240
QUADRO 98 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA (A.4.1.2.2)	242
QUADRO 99 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL (A.4.1.3.1)	243
QUADRO 100 – DESPESA POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS- VALORES EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ (A.4.1.3.2)	244
QUADRO 101 - DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL (A.4.1.3.3)..	245
QUADRO 102 - DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS (A.4.1.3.4)	247
QUADRO 103 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO (A.4.1.3.5).....	249
QUADRO 104 - DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO (A.4.1.3.6).....	250
QUADRO 105 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (A.4.3).....	252
QUADRO 106 - DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA) (A.4.5.1)	254
QUADRO 107 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR (A.4.5.3)	254
QUADRO 108 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12 (A.5.1.1.1)	256
QUADRO 109 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ (A.5.1.1.2).....	256
QUADRO 110 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO) (A.5.1.2.1)	257
QUADRO 111 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12 (A.5.1.2.2)	258
QUADRO 112 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12 (A.5.1.2.3)	258
QUADRO 113 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES (A.5.1.3)	259
QUADRO 114 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO (A.5.1.4.1)	260
QUADRO 115 - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12 (A.5.1.4.2)	260
QUADRO 116 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA – LIMPEZA (A.5.2.3)	263
QUADRO 117 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA (A.5.2.4).....	263
QUADRO 118 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS (A.8.1)	265
QUADRO 119 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV (A.10.6)	267
QUADRO 120 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	269

INTRODUÇÃO

A Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) é uma Instituição de Ensino Superior vinculada ao Ministério da Educação e tem como missão: “Gerar avanços científicos, tecnológicos, artísticos e culturais, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, produzindo e socializando conhecimento para formar cidadãos com capacidade de implementar soluções que promovam o desenvolvimento humano sustentável” (Plano de Desenvolvimento Institucional, 2010-2014).

Nesses 59 anos de história, a UFES tem se constituído na principal Instituição de ensino superior do Espírito Santo, atuando em todas as áreas do saber e é, reconhecidamente, uma das bem conceituada do País. Por ser uma das mais sólidas instituições públicas do Estado, é responsável por exercer um papel de grande relevância no seu desenvolvimento. Assim, desenvolve com esmero as atividades de ensino, pesquisa, extensão, cultura e inovação tecnológica, cujos resultados são apresentados nos tópicos correspondentes.

Em atendimento e conformidade com as disposições contidas nas Instruções Normativas nºs 63, de 06 de setembro de 2010, nº 72, 20 de maio de 2013; Decisão Normativa nº 127, de 20 de maio de 2013, e, ainda, da Portaria nº 175, de 12 de julho de 2013, do Tribunal de Contas da União; bem como a Portaria nº 133, de 22 de janeiro de 2013, da Controladoria Geral da União; a UFES vem apresentar o Relatório de Gestão de 2013, no formato Individual, bem como os quadros e informações específicas do Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes, que se encontra em fase de absorção pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH. Este documento foi elaborado com base em relatórios de atividades realizadas no exercício, nos diversos Setores e Unidades que compõem a estrutura da Instituição, a partir das diretrizes gerais estabelecidas nos documentos que norteiam a execução dessas atividades. As informações contidas neste Relatório, contudo, não privilegiam tão somente as ações consideradas importantes pela atual gestão, mas contemplam o conjunto das atividades desenvolvidas no referido período, visando atender aos requisitos formais da Legislação e aos objetivos de prestação pública de contas da Instituição.

O Relatório de Gestão traz informações da *performance* da Unidade Orçamentária UFES, de forma Individual, permitindo uma avaliação da gestão do desempenho da Instituição. Contudo, há assuntos como, por exemplo, registro no SISAC que foram realizados somente pela UFES. Isto posto, ao final é apresentado o Relatório da Unidade Orçamentária - Hospital Universitário encampado pela EBSEH, o que permite também a especificidade e avaliação da Gestão daquela Unidade Hospitalar.

Os quadros com mais de uma página, conforme sugerido pelo TCU, são apresentados ao final como anexos, fazendo-se um link no espaço que deveria estar inserido, de forma a não criar dificuldades para as avaliações críticas. As informações utilizadas no Relatório de Gestão têm origem no Sistema de Informações do MEC–SIMEC, no Sistema de Administração Financeira (SIAFI), Sistema Integrado de Administração de Pessoal (SIAPE) e outros Sistemas de governo que disponibilizam informações relevantes para a Gestão da UFES, bem como são geradas nas Unidades da Instituição. Os Restos a Pagar não influenciaram ativamente a execução das Ações.

Os itens que se aplicam à Instituição são predominantemente da Parte A e os itens específicos da DN 127/2013 e Parte B, da Portaria 175/2013, do TCU. Alguns itens são citados e faz-se menção de que não se aplicam ou não são mencionados porque não ocorreram durante o exercício referido. Registra-se, ainda, que a Ação 20 RK, que beneficiaria o CEUNES, em São Mateus, embora tenha sido contemplada na Lei Orçamentária Anual não foi executada, pois não houve alocação de recurso da Emenda Parlamentar.

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

QUADRO 1 - IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação			Código SIORG: 244
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Universidade Federal do Espírito Santo			
Denominação Abreviada: UFES			
Código SIORG: 00425	Código LOA: 0032	Código SIAFI: 26.234	
Natureza Jurídica: Autarquia em regime especial		CNPJ: 32.479.123/0001-43	
Principal Atividade: Educação superior – Graduação			Código CNAE: 85.31-7-00
Telefones/Fax de contato:	(027) 4009-2200	(027) 4009-2818	(028) 4009-2210
Endereço Eletrônico: reitor@reitoria.ufes.br			
Página na Internet: http://www.ufes.br			
Endereço Postal: Av. Fernando Ferrari, 514, Campus Universitário, Goiabeiras, Vitória/ES, 29075-910.			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
A UFES foi fundada em 5 de maio de 1954, como Universidade do Espírito Santo, por meio da Lei Estadual nº 806, sancionada pelo então governador Jones dos Santos Neves. Posteriormente, foi incluída no sistema federal de ensino, já com o nome de Universidade Federal do Espírito Santo, por meio da Lei nº 3.868, de 30 de janeiro de 1961, sancionada pelo então Presidente Juscelino Kubitschek.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
As competências e estrutura organizacional da UFES estão estabelecidas no seu Estatuto, aprovado pela Portaria Ministerial nº 4.083, de 30 de dezembro de 2002, publicada no DOU em 31 de dezembro de 2002, Seção 1, Página 42.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
O Estatuto da UFES pode ser encontrado no sítio da Universidade na Internet.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
153046	Universidade Federal do Espírito Santo		
153047	Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes		
153048	Restaurante Central da UFES		
153049	Centro Universitário Norte do Espírito Santo		
153050	Centro de Ciências Agrárias		
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
15225	Universidade Federal do Espírito Santo		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão		
153046	15225		
153047	15225		
153048	15225		
153049	15225		
153050	15225		

1.2 Finalidades e Competências Institucionais

1.2.1 Competências

A Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) é uma Instituição de Ensino Superior, de natureza autárquica, ligada ao Ministério da Educação (MEC), que goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedece ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. No exercício de sua autonomia, observadas as normas vigentes, pode criar, organizar e extinguir, em seu domínio, cursos e programas de educação superior; fixar os currículos dos seus cursos e programas; estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artístico-cultural e atividades de extensão; definir oferta de vagas, conferir graus, diplomas e outros títulos; celebrar acordos e convênios; reformar seu estatuto e regimento; aprovar planos e projetos de investimentos; e, receber doações resultantes de convênios com entidades públicas e privadas.

1.2.2 Finalidades

A UFES possui vocação e atua em todas as áreas do saber, tendo as seguintes finalidades estatutárias:

- Estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- Formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais, para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e para colaborar na sua formação contínua;
- Incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- Promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- Suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- Estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- Promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e das pesquisas científica e tecnológica geradas na Instituição.

1.2.3 Orientação filosófica e Intenções

A Gestão da Universidade, orientada por princípios de gestão estratégica, envolve ciclos periódicos de planejamento, execução, monitoramento, avaliação e revisão. Este princípio preconizado no Plano de Desenvolvimento Institucional – 2010-2014 - constitui elemento norteador das Ações executadas pela UFES.

Todavia, a UFES, enquanto Instituição universitária, de caráter público, e de excelência acadêmica, requer, em função do contexto contemporâneo de suas relações, que os ideais e valores que a consubstanciam lhe permitam pensar e atuar com inserção política e atitude ética, tendo como

princípio pedagógico institucional e como fundamento do projeto pedagógico de cada curso, a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Historicamente situada, tende a expressar as complexas e contraditórias relações que constituem a sociedade da qual emerge. Fundamentalmente, no entanto, porque pensa e atua, tem que transcender esse nível de relação e contribuir para a definição de políticas rigorosas, coerentes e articuladas com uma sociedade diferenciada em seus princípios e valores humanos.

Sua competência científica e técnica se fortalecem pela sua interlocução com as necessidades da sociedade, não apenas pelo viés de interlocução estreita e mercadológica de formação superior ou de treinamento técnico, mas no sentido pleno da produção da cultura, do fazer ciência, do desenvolvimento e transferência da tecnologia e da responsabilidade social. Nesse cenário, tem-se marcada atenção e preocupação para com a elitização da academia, em especial pela perspectiva de impedir que se aparte do contexto local e se isole estrategicamente. Emerge, como tal, do coletivo dos indivíduos – docentes, discentes, técnico-administrativos e a sociedade em que está inserida – o qual funda e consolida a educação universitária pela convicção geral de que é imprescindível para a vida em comunidade e para construção de uma nação livre e soberana.

A produção de conhecimento demanda intercâmbio e trabalho coletivo permanente, com a compreensão de que as unidades acadêmicas de produção de conhecimento não atuam isoladas, mas como rede, relacionando-se com unidades congêneres; seja pela troca de informações impressas ou eletrônicas ou por meio de publicações científicas, seja pela participação em congressos e similares ou por conferências gerais, de alcance nacional e internacional; seja por visitas a laboratórios ou outros espaços de pesquisa. Essa rede pode incluir entre seus participantes: estagiários, estudantes de outras instituições, técnicos, pesquisadores, docentes, sociedade.

Sistemas contemporâneos de conhecimento são inter-relacionados. Nesse cenário, a aprendizagem de uma profissão exige qualificação complexa, apreendida e exercitada em suas múltiplas relações. Pressupõe e implica, portanto, capacidade de discernir o significado dos acontecimentos e dos fatos, de avaliar o seu significado prático e simbólico, e de selecionar e produzir respostas pertinentes.

Essa formulação se constitui e se reflete tanto na capacidade de inserção e trânsito na rede de conhecimentos historicamente acumulados, quanto na capacidade de sua reorganização, como resultado da estimulação e do desenvolvimento no corpo discente do exercício crítico, da investigação e da proposição de soluções.

A Universidade ultrapassa seus limites de ser transmissora de informações para qualificar-se, em processo de constituição e superação de si mesma, fundamentalmente com a busca da verdade, com o exercício da ética e pela perspectiva da produção de novas formas de existência coletiva. Concordar com essa formulação de proposta acadêmica é conceber que a Universidade é uma Instituição social e, portanto, insere-se num contexto pleno de sociedade múltipla e complexa; que a Universidade não é o único espaço de produção e de disseminação do conhecimento e que a sala de aula não é um espaço circunscrito a sua disposição física.

Por ser a única Universidade pública no Estado do Espírito Santo, a UFES, além de cumprir o seu papel como Instituição voltada ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, tem o compromisso e o dever de contribuir para o progresso do Estado. Para tanto, assegura a oferta de cursos de graduação em todas as áreas do saber nas habilitações de bacharelado, licenciatura e tecnólogo. Estes cursos, nas modalidades presenciais e a distância, têm como objetivo principal garantir a formação integral e crítica para os discentes como forma de capacitá-los para o exercício da cidadania, formação para o trabalho e o seu pleno desenvolvimento pessoal. Todas as modalidades de ensino da Universidade devem ser voltadas para a busca, produção e socialização

de conhecimentos e técnicas, e devem ser utilizadas como recurso de educação, destinadas à formação ética, crítica, técnica, científica, cultural e artística.

1.3 Organograma Funcional

A Universidade tem sua administração distribuída em dois níveis: Superior e dos Centros. A Administração Superior é exercida pelo Conselho Universitário, órgão superior de deliberação e de consulta em matéria de política universitária e administrativa, financeira, estudantil e de planejamento; pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, órgão central de supervisão do ensino, da pesquisa e da extensão, com funções deliberativas e consultivas; e pelo Conselho de Curadores, órgão deliberativo e consultivo em matéria de fiscalização econômico-financeira, contando com o apoio do Departamento de Administração dos Órgãos Colegiados Superiores; e pela Reitoria, órgão executivo da Administração Superior da Universidade. A Reitoria, na execução das Ações institucionais, vincula mais diretamente a Vice-Reitoria, o Gabinete do Reitor, a Procuradoria Geral, a Auditoria Interna, a Secretaria Geral de Apoio, as Assessorias, além de contar com Pró-Reitorias, Secretarias, Superintendência de Cultura e Comunicação e Órgãos Suplementares, valendo citar entre estes últimos às atividades desenvolvidas pela Prefeitura Universitária, Biblioteca Central, Instituto de Tecnologia, Instituto de Odontologia, Núcleo de Processamento de Dados, além do Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes, que mesmo sendo encampado pela EBSEH, mantém o vínculo de Órgão Suplementar.

A Reitoria atua na interface com os Conselhos Superiores e os Centros Acadêmicos, além de observar e orientar às Unidades vinculadas quanto às diretrizes que norteiam a gestão da Instituição; a Vice-Reitoria atua consoante às orientações e em harmonia com a Reitoria; o Gabinete do Reitor age nas questões diretamente relacionadas à Reitoria e na interface com as distintas Unidades da Instituição com o apoio da Secretaria do Gabinete; a Procuradoria Federal é responsável pela emissão dos pareceres de apoio às licitações, contratos, convênios e congêneres e apoio jurídico em geral, observando a legislação vigente; a Auditoria Interna tem suas atividades pautadas pelas orientações que emanam do seu Regimento Interno e a partir das diretrizes do Órgão de Controle Interno, sobretudo por meio do PAINT - Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna; a Secretaria de Relações Internacionais, criada mais recentemente, tem como finalidade dinamizar e potencializar os intercâmbios com instituições estrangeiras, como a atuação no Projeto Ciência Sem Fronteiras; a Secretaria de Educação a Distância, que visa a promover as ações educativas e de formação a distância; as Assessorias, que dão suporte direto e indireto às atividades da Reitoria; enquanto a Superintendência de Cultura e Comunicação, também criada recentemente, procura dinamizar e integrar a cultura e a comunicação e facilitar a comunicação interna e com a sociedade. Esse escopo de estrutura e atuação é complementado pelas descrições que seguem.

A Pró-Reitoria de Graduação é composta pelos Departamentos de Apoio Acadêmico ao Estudante, Desenvolvimento Pedagógico, Departamento de Registro e Controle Acadêmico, Departamento de Assistência e Acompanhamento Estudantil, e pela Coordenação Administrativa do Processo Seletivo de Graduação que, juntamente com suas Divisões, respondem pelo ingresso e gestão da graduação, sendo responsável pelo Macroprocesso Finalístico Ensino de Graduação, que tem como produto principal o aluno diplomado, com formação capaz de implementar soluções para as demandas da sociedade, e o Macroprocesso de Apoio Registro e Controle Acadêmico.

A Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional compõe-se do Departamento de Gestão Estratégica e Desenvolvimento Institucional e do Departamento de Orçamento e Gestão da Informação e, juntamente com as Divisões vinculadas, respondem pelas atividades de planejamento e desenvolvimento institucional, não respondendo pela gestão do orçamento. Agrega, também, as atividades ligadas ao credenciamento de cursos e outras correlatas ao trabalho do Pesquisador Institucional. A PROPLAN mantém interface com os distintos Macroprocessos de Apoio e

Finalísticos desenvolvidos pela Instituição, uma vez que se articula com as diferentes Unidades para a adoção de ações estratégicas de planejamento e desenvolvimento institucional, e responde pelos Macroprocessos de Apoio aos Processos de Credenciamento de Cursos e de Avaliação Institucional; Captação, Tratamento e Disponibilização das Informações visando ao Desenvolvimento Institucional e o Macroprocesso Elaboração, Desenvolvimento e Aplicação de Metodologias visando à oferta de Produtos e Serviços que orientam a gestão da Universidade.

A Pró-Reitoria de Administração é constituída pelos: Departamento de Administração, responsável pelas contratações de bens e serviços, pelo recebimento, guarda e distribuição dos materiais adquiridos bem como do controle patrimonial dos bens móveis da UFES; Departamento de Contabilidade e Finanças, que tem por finalidade o desempenho de atividades de gestão, de orientação, de execução, de coordenação e de controle das operações de natureza orçamentária, financeira e contábil; e, Departamento de Contratos e Convênios, cuja atribuição é avaliar processos, construir instrumentos jurídicos relativos a Contratos, Convênios, Protocolo de Intenções, realizar análise de planilhas e projetos na contratação de Fundações de Apoio, além das atividades de acompanhamento e controle da execução de contratos e análise da prestação de contas. Perpassam à atuação dos Departamentos e suas Divisões, os Macroprocessos de Apoio denominados Compras, Contratos e Convênios, e Orçamento e Finanças, tendo como produto de sua atuação o suprimento de parte das demandas da Universidade, o controle e gestão de bens móveis, a elaboração e execução de Convênios, Contratos e Termos de Cooperação, e a elaboração e execução do orçamento.

Compõem a Pró-Reitoria de Extensão o Departamento de Integração com o Setor Produtivo e o Departamento de Programas de Áreas de Saúde e Educação, além de Divisões e Seções de apoio que, de forma integrada, atuam no Macroprocesso Finalístico Extensão, que tem como produtos principais programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviço, publicações, comunicações e palestras, que visam promover mudanças nas áreas sociais, tecnológicas, de saúde, educacionais e culturais, ancorados no intercâmbio entre a Instituição e a sociedade.

Integram a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, o Departamento de Pesquisa, o Departamento de Pós-Graduação e o Instituto de Inovação Tecnológica – INIT, como órgão suplementar da estrutura da Pró-Reitoria. A atuação integrada de Departamentos, do Órgão Suplementar e Divisões da Unidade é responsável pelo Macroprocesso Ensino de Pós-Graduação, que tem como produto, na pós-graduação *lato e stricto sensu*, a formação de profissionais altamente qualificados e a formação de docentes para o ensino médio e superior; e o macroprocesso Pesquisa e Inovação, que tem como produtos a produção do conhecimento, profissional altamente qualificado, publicações científicas, patente registrada e/ou comercializada e transferência de tecnologia para o setor privado. Como macroprocesso de apoio considera-se o apoio e acompanhamento dos cursos de pós-graduação *lato sensu* (especializações) *stricto sensu* (mestrados e doutorados); o registro acadêmico, o apoio, acompanhamento e registro de grupos e projetos de pesquisa, e a gestão da propriedade intelectual gerada pela Universidade.

A Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Assistência Estudantil é composta pelos Departamentos de Atenção à Saúde, Gestão de Pessoas, Desenvolvimento de Pessoas e Gestão de Restaurantes que, integrados às Divisões de Logística e Infraestrutura, Assistência Estudantil e aos demais Setores e Serviços, respondem pela otimização dos serviços de gestão de pessoas e assistência estudantil. São desenvolvidas pelo Departamento de Gestão de Pessoas as atividades correspondentes ao cadastro e pagamento de servidores, aposentadorias e pensões e realização de concursos. No Departamento de Desenvolvimento de Pessoas são realizadas as atividades relacionadas à avaliação de desempenho, capacitação e qualificação de servidores. O Departamento de Atenção à Saúde é o responsável pelos serviços de Assistência à Saúde nas áreas de Atenção à Saúde, Perícia Oficial e Vigilância à Saúde,

abrigando ainda o Centro de Recreação. O Departamento de Gestão de Restaurantes, criado para gerenciar os RUs de todos os *campi*, tem por objetivo gerir os restaurantes universitários, centralizando as atividades administrativas, o que proporciona a redução dos custos necessários para o funcionamento dos mesmos. A Central de Atendimento e Recadastramento foi criada para melhor atender aos servidores ativos e aposentados. No âmbito da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Assistência Estudantil – PROGPAES foram criados, no ano de 2012, dois macroprocessos de apoio às finalidades da unidade jurisdicionada: Gestão de Pessoas e Assistência Estudantil, ambos colocados em prática no exercício de 2013. Os produtos/serviços caracterizam-se pela execução da política institucional de gestão e desenvolvimento de pessoas e a prestação da assistência à comunidade interna, servidores e estudantes.

No contexto da Gestão de Pessoas e Assistência Estudantil, há que se enfatizar o papel dos Restaurantes Universitários, os quais têm como finalidade principal o preparo e a distribuição de refeições equilibradas, principalmente em relação ao aspecto nutricional, com variedade e qualidade higiênico-sanitária, visando propiciar aos alunos condições de permanência na Instituição e contribuir para a melhoria do seu desempenho acadêmico, em consonância com o proposto no Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes), instituído pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Além dos alunos, os Restaurantes Universitários também atendem aos servidores, visitantes e aos participantes de eventos realizados na Universidade.

A Superintendência de Cultura e Comunicação – SUPECC, é composta pelas Secretarias de Cultura e a de Comunicação, as quais contam com núcleos e coordenações, buscando o reordenamento e articulação dos equipamentos culturais num conceito mais integrado e unificado, observando as especificidades e particularidades de cada ambiente disponível (o Cine Metrópolis, a Editoria da UFES - Edufes, a Galeria de Arte Espaço Universitário, o Teatro Universitário e a TV Ufes). Nesse sentido, a SUPECC vem promovendo alinhamentos e aproximações entre os equipamentos culturais e seus projetos institucionais, objetivando garantir a disponibilidade de bens, produtos e serviços culturais de qualidade. No escopo de atribuições da SUPECC podem ser destacados: promoção de serviços culturais para a comunidade acadêmica e para a sociedade; o gerenciamento dos espaços culturais da Ufes; atuar na difusão do conhecimento científico e Cultural; produção e distribuição de conteúdos jornalísticos e institucionais; atendimento às demandas da imprensa local e nacional; e o gerenciamento dos veículos públicos de comunicação.

Como órgão suplementar, a Prefeitura Universitária tem como atribuições o controle e conservação dos bens imóveis, a conservação e a manutenção das áreas físicas dos *campi*, bens móveis, serviços de transportes, controle de pragas, vigilância e limpeza, redes elétricas e hidráulicas, além de licitações e do gerenciamento de contratos de obras e serviços, concessão de espaços físicos e atividades correlatas. A estrutura da Unidade é constituída pelos Departamentos de Serviços Gerais, Departamento de Planejamento de Obras e Manutenção, Departamento de Planejamento Físico, Coordenação e Seções diretamente relacionadas aos Macroprocessos de Infraestrutura e Contratos e Convênios, responsabilizando-se por produtos que contribuem para assegurar o funcionamento e a expansão da Universidade. Vale frisar que a Prefeitura Universitária (PU), durante o exercício de 2013, iniciou um processo de modernização de sua gestão. O foco deste processo é a implantação de modelo de gestão gerencial que atenda ao Decreto 5.378/2005 e da gestão de pessoas por competências, conforme o Decreto 5.707/2005. Ainda, o processo de modernização pretende o alinhamento da PU ao Plano de Desenvolvimento da UFES (PDI/UFES) e o atendimento aos principais programas de gestão do governo federal. Esse processo, portanto, implica alterações na estrutura e nas atribuições que ainda não se efetivaram plenamente.

A Biblioteca Central, órgão Suplementar da UFES congrega Divisões e Seções e coordena o Sistema Integrado de Bibliotecas, ou seja, formado pela própria Biblioteca Central e pela vinculação técnica das Bibliotecas Setorial Tecnológica, Setorial Ciências da Saúde, Setorial CEUNES, Setorial de Ciências Agrárias, Setorial de Artes, Setorial de Educação, e Setorial NEDTEC, em Alegre, tendo como Macroprocesso e como serviço essencial o suprimento técnico das demandas de informações necessárias às atividades de Ensino, de Pesquisa, de Extensão e de Administração da UFES. O SIB/UFES se mantém em constante processo de atualização para que sejam providas informações atualizadas e adequadas às necessidades institucionais. É importante ressaltar que as Bibliotecas setoriais vinculam-se administrativamente aos Centros de Ensino nas quais se localizam.

O Núcleo de Processamento de Dados é constituído pelo Departamento Técnico e pelo Departamento Administrativo, respondendo, juntamente com suas Divisões, pela política de desenvolvimento, manutenção e segurança da informação e expansão da base informacional da Universidade, atuando mais diretamente no Macroprocesso Sistema de Informações, tendo como produto principal o funcionamento seguro e eficaz do Sistema de Informações do Ensino e dos sistemas informatizados de apoio administrativo, que devem ocorrer de forma sustentável, integrada, segura e perene, além de desenvolver aplicativos para Web, presença Web, acesso a *internet*, telefonia IP, suporte a eventos e periódicos, autenticação a recursos externos e internet sem fio.

A Secretaria de Educação a Distância, formada pela Diretoria Acadêmica e Diretoria de Tecnologia de Informação e Comunicação, cujo estudo para fusão com o Núcleo de Educação a Distância encontra-se em fase avançada, promove ações educativas e de formação a distância, possibilita a democratização do acesso e realiza parcerias com prefeituras municipais, visando ofertar o ensino a distância e as atividades da Universidade Aberta do Brasil – UAB.

Os demais Órgãos Suplementares, isto é, o Instituto de Tecnologia e o Instituto de Odontologia atuam dando suporte às atividades fim do Centro Tecnológico e do Centro de Ciências da Saúde, enquanto o Hospital Universitário, Unidade Orçamentária em fase de absorção pela EBSEH, tem o seu Relatório específico apresentado adiante.

O segundo nível de administração da UFES é realizado no âmbito dos dez Centros Acadêmicos (Centro de Artes, Centro de Ciências da Saúde, Centro de Ciências Agrárias, Centro de Ciências Exatas, Centro de Ciências Humanas e Naturais, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Centro de Educação, Centro de Educação Física e Desportos, Centro Tecnológico, Centro Universitário Norte do Espírito Santo), constituídos por Conselhos Departamentais, Departamentos Acadêmicos e Secretarias de Apoio, além das Coordenações dos Colegiados de Cursos, sendo os Centros Acadêmicos os responsáveis diretos pelas atividades de ensino, pesquisa e extensão desenvolvidas na Instituição.

1.4 Macroprocessos Finalísticos

A Universidade vem atuando no sentido de assimilar os conceitos estabelecidos pelo TCU e, a partir daí, diagnosticar, de forma mais precisa, os Macroprocessos que desenvolve. Dessa forma, além de estimular, rebater para as Unidades as orientações do TCU visando a ampliar as discussões sobre tais concepções que, bem assimiladas e decompostas em processos e atividades, podem permitir a melhor gestão das atividades institucionais. Nesse momento, apresenta como Macroprocessos Finalísticos da Instituição o de Ensino de Graduação, que tem como produto principal o aluno diplomado, com formação capaz de implementar soluções para as demandas da sociedade; o Macroprocesso Ensino de Pós-Graduação, que tem como produto, na pós-graduação *lato e stricto sensu*, a formação de profissionais altamente qualificados e a formação de docentes para o ensino

médio e superior; o Macroprocesso Pesquisa e Inovação, que tem como produtos a produção do conhecimento, profissional altamente qualificado, publicações científicas, patente registrada e/ou comercializada e transferência de tecnologia para o setor privado; e o Macroprocesso Finalístico Extensão, que tem como produtos principais programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviço, publicações, comunicações e palestras, que visam promover mudanças nas áreas sociais, tecnológicas, de saúde, educacionais e culturais, ancorados no intercâmbio entre a Instituição e a sociedade.

As informações sobre os Macroprocessos Finalísticos e de Apoio, a forma de condução e sua interface com a análise de riscos e os mecanismos de controle administrativos estão apresentados no Bloco que trata do Planejamento e os Resultados alcançados.

1.5 Macroprocessos de Apoio

Em Seminário Estratégico de Alinhamento de Gestão, realizado em junho de 2012, sem esgotar o diagnóstico de novos Macroprocessos, a UFES iniciou a discussão de sete relevantes Macroprocessos de Apoio que perpassam as suas Unidades, ou seja, o Macroprocesso Orçamento e Finanças, Gestão de Pessoas e Assistência Estudantil, Sistema de Informações, Registro e Controle Acadêmico, Compras, Infraestrutura e o Macroprocesso Contratos e Convênios. Para esses Macroprocessos foram apresentados Ações-Respostas, desdobrados em subações que bem executadas podem, pela perspectiva de construção, contribuir para melhorar a execução das atividades que compõem os processos e, por sua vez, os grandes Macroprocessos diagnosticados. Incorporaram-se a esses Macroprocessos identificados em 2012, os Macroprocessos de Apoio Acompanhamento dos cursos de pós-graduação *lato sensu* (especializações) e *stricto sensu* (mestrados e doutorados); o registro acadêmico, o apoio, acompanhamento e registro de grupos e projetos de pesquisa, e a gestão da propriedade intelectual gerada pela Universidade, no âmbito da gestão da Pesquisa e Pós-Graduação; além do Macroprocesso de Apoio que agrega Processos de Credenciamento de Cursos e de Avaliação Institucional; Macroprocesso Captação, Tratamento e Disponibilização das Informações visando ao Desenvolvimento Institucional e o Macroprocesso Elaboração, Desenvolvimento e Aplicação de Metodologias visando à oferta de Produtos e Serviços que orientam a gestão da Universidade, no âmbito da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento.

Ratifica-se que as orientações do TCU foram replicadas para as Unidades internas, no sentido de que novas leituras sistêmicas possam indicar a execução de Macroprocessos adicionais, que trabalhados e monitorados poderão proporcionar resultados mais eficazes na execução das atividades da Instituição.

1.6 Principais Parceiros

No desenvolvimento das suas atividades, ou seja, ensino de graduação, pós-graduação, pesquisa, extensão, inovação tecnológica e apoio cultural, em sua essência, a UFES conta com inúmeros parceiros e entidades do setor público e privado. Essas parcerias ocorrem no contexto da Sede, em Goiabeiras, e com os *campi* do interior do estado, isto é, com o Centro Universitário Norte do Espírito Santo e Centro de Ciências Agrárias, aos quais se estendem as parcerias gerais e algumas parcerias locais.

Realçada tal perspectiva, vale enfatizar que o principal parceiro institucional continua sendo o grande financiador da Educação Superior, isto é, o governo federal, por meio da Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação, além de Programas de outros ministérios que também fomentam e financiam atividades da Instituição. Complementam esse escopo de interface as parcerias estabelecidas ao nível da graduação com a CAPES, INEP, as secretarias estadual e

municipais de educação, além do apoio à realização de estágios curriculares oportunizados por agentes dos setores públicos, ONGs e empresas privadas; as parecerias da pós-graduação e da pesquisa e inovação contam com o apoio da CAPES, FINEP, FAPES, CNPq e FACITEC; e apoiadores da extensão universitária, destacando-se também no âmbito federal, além do Ministério de Educação, os Ministérios da Cultura, Desenvolvimento Social, Meio Ambiente, Justiça, Agricultura, Integração Nacional, Comunicações e Secretarias de Governo; no nível estadual as Secretarias Estaduais de Justiça e Cidadania, Ação Social, Saúde; Secretarias Municipais de Meio Ambiente, Cultura, Educação; o Terceiro Setor; além de entidades privadas que financiam as atividades extensionistas. Agregam-se a essas parcerias, a interlocução com o governo do estado em permanente reciprocidade, a interface com a Prefeitura Municipal de São Mateus, que atua mais precisamente com o CEUNES, além da Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SISEMA)-MG; Prefeitura Municipal de Alegre; Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro; e, Prefeitura Municipal de Castelo que atuam na interface com o Centro de Ciências Agrárias. Ressalta-se ainda que pela atuação no ensino a distância, a UFES interage praticamente com todos os municípios do estado.

Considera-se, por fim, que toda sociedade capixaba se sinta parceira da Instituição, reconhecendo-se também importante o trabalho de orientação, cobrança e fiscalização da CGU, do TCU, do Ministério do Planejamento e do Ministério Público Federal.

2. PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

2.1 Planejamento da Unidade

As ações institucionais do ano de 2013 derivam das orientações gerais e Objetivos Estratégicos estabelecidos no Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI – 2010-2014, em consonância com as diretrizes estabelecidas no âmbito das Ações do PPA do governo federal. Também os Macroprocessos Finalísticos e de Apoio tiveram como norte as concepções que compõem esse escopo de orientações.

2.1.1 Objetivos Estratégicos.

A Universidade Federal do Espírito Santo, enquanto Instituição voltada ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da extensão, da cultura e da inovação tecnológica; e enquanto Entidade comprometida com os princípios da boa gestão pública e com mecanismos de busca da equidade e da inclusão social, de forma harmoniosa e equilibrada, tem cinco grandes objetivos estratégicos, a saber:

- *Ensino*: “Expandir, fortalecer e integrar os ensinamentos de graduação e pós-graduação, assegurando a excelência acadêmica, para formar cidadãos capazes de propor e implementar soluções para as demandas da sociedade”.
- *Pesquisa*: “Realizar pesquisas em todas as áreas do saber, buscando a excelência e expressando o compromisso com o desenvolvimento sustentável”.
- *Extensão*: “Ampliar a relação da Universidade com a sociedade, desenvolvendo processos educativos, culturais e científicos, articulados com o ensino, a pesquisa, voltados à solução de questões locais, regionais e nacionais”.
- *Assistência*: “Prestar melhores serviços à sociedade, integrando-se ao ensino, à pesquisa e à extensão, contribuindo para o atendimento de necessidades das comunidades interna e externa”.
- *Gestão*: “Promover mecanismos de gestão para viabilizarem e potencializarem as atividades de ensino, pesquisa e extensão e assistência de forma eficiente, eficaz e transparente”.

A esses grandes Objetivos, portanto, os quais integram os documentos balizadores da direção e do pilar de desenvolvimento institucional, juntamente com as metas governamentais, são direcionados à consecução das Ações e atividades institucionais ao nível estratégico, que procuram assegurar a essência da finalidade institucional; ao nível tático, que tem por responsabilidade dar suporte à viabilização das atividades fim da Instituição; e ao nível operacional, cuja execução deve estar integrada aos demais níveis, todos os níveis comprometidos com a perspectiva de melhor custo, tempestividade e efetividade, visando a atender, de forma adequada, às demandas legais e às expectativas sociais.

O Plano de Desenvolvimento Institucional 2010-2014 retrata o momento da Instituição, ao mesmo tempo em que a projeta para o futuro, e foi elaborado segundo as finalidades e competências institucional estabelecidas no Estatuto, além de observar orientações contidas na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e do Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, considerando também documentos referentes às “Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior”; da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior; “Avaliação Externa das Instituições de Educação Superior: Diretrizes e Instrumento”, do INEP/MEC, e Resoluções dos Conselhos Superiores e demais documentos oficiais.

Como Unidade Jurisdicionada vinculada ao Ministério da Educação, a Universidade Federal do Espírito Santo desenvolve Ações vinculadas a Programas Temáticos, Programas de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado e Programas Vinculados a Operações Especiais, todas as ações executadas em sintonia com as orientações que emanam da Lei que rege o Plano Plurianual 2012-2015, sobretudo suas metas quantitativas e qualitativas, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual. Enfatiza-se ainda que a UFES insere-se plenamente nas Ações de governo que procuram expandir e resgatar o papel da educação no cenário nacional. Logo, atua consoante ao Plano de Desenvolvimento da Educação, contribuindo para expandir o leque de oportunidades, como também, em igual relevância, promove o desenvolvimento do país e oportuniza uma melhor repartição riqueza nacional.

Isto posto, no conjunto de medidas associadas à gestão mantiveram-se como diretrizes o alinhamento entre a gestão acadêmica e a gestão administrativa, com destaque para os seguintes aspectos: a revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional, visando a torná-lo mais representativo aos anseios da sociedade; a retomada do processo de avaliação institucional pela Comissão Própria de Avaliação; a execução de obras essenciais à expansão das atividades e o aparelhamento de laboratórios e salas de aulas; a integração e articulação da cultura e da comunicação; o apoio à expansão e melhoria do acervo e das condições de atendimento no Sistema de Bibliotecas. No contexto de gestão de pessoas, buscou-se a realização de atividades de capacitação, de qualificação dos servidores e o dimensionamento da força de trabalho da UFES; na assistência estudantil, concomitante com os atendimentos realizados, procurou-se melhorar a qualidade dos serviços prestados; o refinamento do sistema de tecnologia de informações e comunicações; o aprimoramento dos sistemas de gestão de contratos, convênios e instrumentos congêneres; de suprimentos de materiais e gestão do patrimônio móvel e imóvel; além de destacar os trabalhos de reestruturação da Prefeitura Universitária, que visa adotar um modelo de gestão por processos e uma estrutura sistêmica, em plena sintonia com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Na graduação continua sobressaindo a preocupação pela plena ocupação das vagas ofertadas, e a ampliação do apoio ao estudante em dificuldade acadêmica; na Pós-Graduação, a expectativa foi dar continuidade ao processo de expansão com a criação de novos mestrados e doutorados, não descurando da qualidade e melhoria dos conceitos junto a CAPES. A Pesquisa e a Inovação Tecnológica teve como orientações a melhoria da infraestrutura, a ampliação da produção científica,

a intensificação de parcerias e o intercâmbio com docentes de outras instituições. Na Extensão, busca-se a adoção de medidas que levem à consolidação institucional dessa atividade e a conscientização sobre a necessidade de ampliar o seu registro.

2.1.2 A Condução dos Macroprocessos e a Interface com a Análise de Riscos e os Mecanismos de Controles Administrativos

Alinhando de forma integrada os mecanismos de controles administrativos, ou seja, conjugando os fatores de riscos envolvidos, mas reconhecendo que há muito que se avançar nesses quesitos, foi possível a Instituição desenvolver suas atividades e alcançar bons resultados, conforme se depreendem dos relatos sucintos que são apresentados abaixo e nos Relatos Qualitativos das Ações, que são apresentados no tópico seguinte. Registram-se, assim, as estratégias adotadas para a realização dos objetivos, configuradas na forma de condução dos Macroprocessos Finalísticos e de Apoio às ações desenvolvidas.

Ratificando informações já assinaladas, ressalta-se que no Seminário de Alinhamento Estratégico realizado em junho de 2012, a UFES mapeou sete Macroprocessos de Apoio (Compras, Orçamento e Finanças, Sistema de Informações, Registro e Controle Acadêmico da Graduação, Infraestrutura Física, Contratos e Convênios, Gestão de Pessoas e Assistência Estudantil) e posteriormente incorporou, a partir de discussões entre as Unidades que coordenam as atividades fim da Universidade, quatro Macroprocessos Finalísticos, ou seja, Ensino de Graduação, Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação Tecnológica e Extensão. Para os Macroprocessos de Apoio foram apresentadas Ações-Respostas com indicação de metas, indicadores e subações, com responsabilidades atribuídas aos diferentes atores que fazem interface com os Macroprocessos, e horizonte de tempo para a sua consecução. Em 2013, considerou-se o desdobramento do Macroprocesso Gestão de Pessoas e Assistência Estudantil, em dois Macroprocessos, separando-se a Assistência Estudantil e incorporaram-se, ainda não em caráter definitivo, novos Macroprocessos diagnosticados no ambiente da Instituição, valendo citar os Macroprocessos de Apoio Acompanhamento dos cursos de pós-graduação *lato sensu* (especializações) e *stricto sensu* (mestrados e doutorados); o registro acadêmico, o apoio, acompanhamento e registro de grupos e projetos de pesquisa, e a gestão da propriedade intelectual gerada pela Universidade, no âmbito da gestão da Pesquisa e Pós-Graduação; enquanto na Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional mapearam-se três Macroprocessos de Apoio, a saber: Macroprocesso de Credenciamento de Cursos e de Avaliação Institucional; Macroprocesso Captação, Tratamento e Disponibilização das Informações, visando ao Desenvolvimento Institucional e o Macroprocesso Elaboração, Desenvolvimento e Aplicação de Metodologias visando à oferta de Produtos e Serviços que orientam a gestão da Universidade.

Ressalta-se, portanto, que a partir das orientações e diretrizes apresentadas para a confecção do Relatório de Gestão, pelo TCU, a UFES busca adotar uma linha de ação que implica antecipar-se na adoção de mecanismos que garantam o alcance dos resultados delineados. Nesse sentido, no conjunto de mecanismos que buscam assegurar e prevenir o alcance dos objetivos pode ser citado:

No macroprocesso Sistema de Informações vêm sendo aplicados mecanismos para detectar a fragilidade no acesso ao centro de dados, avaliação de perdas e danos decorrente dos meios de armazenamento, avaliação da perda de conexão devido a problema nas conexões e/ou falta de energia elétrica, perda de profissionais pelas oportunidades do mercado, obsolescência do parque de servidores e/ou infraestrutura de TI, além da ausência de manutenção da infraestrutura de TI. Ainda

nesse contexto, está em andamento a implantação de um sistema de desenvolvimento de sistemas, bem como foi estabelecido um processo de atendimento às solicitações de manutenção de equipamentos. Usa-se como instrumento de divulgação o *Sítio do NPD*. Como avanços, há que se destacar a organização da presença *Web* da UFES, que inclui novo *layout* (páginas principal e páginas secundárias) e novo logotipo e ênfase aos serviços e a informação em detrimento do órgão responsável (afinal, o usuário externo não conhece a estrutura administrativa da UFES), a licitação com sucesso de serviços de manutenção da infraestrutura de TI e aquisição de equipamentos, possibilitando novos investimentos no desenvolvimento da área, implementação de um sistema de controle de tramitação baseado em *Web* para substituir o atual, que é baseado em aplicativos, especificação de um sistema de identificação baseado em RFID para a comunidade universitária, e a adesão da UFES a *eduroam*, permitindo a membros da UFES o acesso a redes *WiFi* de cerca de 80 instituições no Brasil e no Exterior.

O Macroprocesso Compras, no ano de 2013, foi conduzindo para melhor atender às demandas e resgatar aspectos diagnosticados nos sistema de suprimentos. Nesse sentido, a prioridade de atuação foi direcionada para capacitação de servidores, em razão de alterações na legislação que regem os procedimentos de aquisições; a criação do setor de Registro de Preços, para agilizar as aquisições de bens comuns; a realização de treinamento dos requisitantes, a fim de que a ocorrência de erros se torne menos frequente; a modernização dos equipamentos de informática, havendo ainda a expectativa de ampliação e adequação do espaço físico do Departamento. O Departamento também mapeou o Macroprocesso Almoxarifado que será melhor avaliado e discutido em 2014, mas que envolve as atribuições de controle, guarda e distribuição dos materiais.

Em relação ao Macroprocesso gestão de pessoas, foram realizadas atividades de capacitação e qualificação dos servidores, em consonância com o Plano de Capacitação 2013, aprovado por meio da Resolução nº 13/2013-CUn. Também faz parte do Macroprocesso de gestão de pessoas o dimensionamento da força de trabalho da UFES, que se encontra em fase de implantação. No ano de 2013, foram realizadas visitas técnicas em outras IFES para conhecimento da metodologia adotada por essas Instituições para definição da matriz de alocação de vagas e, a partir da produção de um instrumento “piloto” foi realizado um pré-teste em uma Unidade Administrativa, concluindo-se que o modelo não atende às necessidades institucionais. No momento, a comissão está em fase de reavaliação do mesmo.

No Macroprocesso de Assistência Estudantil, foi realizado, no exercício de 2013, o levantamento dos projetos em funcionamento para a definição daqueles a serem priorizados. Numa busca constante pela melhoria dos serviços prestados, foi realizada a elaboração de um fluxograma para otimização do processo. Ainda, no intuito de garantir um maior acesso às informações pertinentes à Assistência Estudantil, foi feita a adequação das informações constantes na página eletrônica, com a inserção de toda legislação pertinente ao Programa de Assistência Estudantil da UFES. Nesse âmbito, deu-se continuidade ao Programa de Assistência Estudantil – Proaes da UFES, beneficiando os estudantes considerados em situação econômica desfavorável, um Programa que se insere no contexto do PNAES, com atendimentos realizados nos Restaurantes, além de outros benefícios diretos e indiretos.

Considerando o grande volume de processos que tramitam na Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, os quais redundam em demandas a serem executadas entre seus setores, priorizou-se o investimento em sistemas que visem ampliar os canais de comunicação de forma constante e dinâmica. O acesso a documentos relativos à gestão de pessoas e à assistência estudantil, como normas, leis, tabelas, dados, formulários e relatórios entre outros são disponibilizados aos usuários pelo sítio eletrônico da

PROGEPAES. Utilizou-se também correio eletrônico, sistema de protocolo e jornal interno. Estas ações, além de permitir a transparência, facilitam o monitoramento e o controle das ações executadas pela PROGEPAES. Como instrumento de monitoramento das metas propostas, são apresentados relatórios ao final de cada semestre. A título de prática de controle interno, a PROGEPAES iniciou também, no exercício de 2013, a elaboração de documento descritivo de procedimentos e instruções operacionais visando à padronização das rotinas administrativas que competem ao setor. Ao final de cada ação de capacitação são realizadas avaliações, que constituem importantes instrumentos para subsidiar o aprimoramento dos serviços prestados, de forma que as ações de capacitação revertam em desenvolvimento para os servidores, para os setores de trabalho e contribua para a melhoria dos serviços prestados.

Por meio do instrumento de Avaliação de Desempenho, também são levantadas as Avaliações das Condições de Trabalho e as Avaliações dos Usuários em relação aos serviços. Os relatórios são enviados via e-mail aos gestores de cada serviço correspondente, com o objetivo de subsidiar as decisões de implementação de melhoria da qualidade dos serviços prestados e das qualidades ambientais aos servidores de cada setor.

Cabe, ainda, destacar como mecanismo de controle administrativo interno que no Restaurante foi criado e implantado em todos os setores um modelo de solicitação de compras, no qual constam os itens mínimos necessários à instrução dos processos de aquisição/contratação, o que permitiu a padronização desses procedimentos, além da segregação de funções.

Deve-se, entretanto, reconhecer a necessidade de aperfeiçoamento dos mecanismos administrativos de controles internos para minimizar os riscos envolvidos nas atividades inerentes aos processos de gestão de pessoas, mas ressaltar que essa melhoria tem encontrado dois grandes obstáculos: a) dificuldade em reter os novos profissionais, em função de menores salários oferecidos pela área de educação, constatada pela rotatividade de servidores; e b) a mudança constante na legislação e normatizações necessárias ao cumprimento das Leis e Decretos que regem o serviço público federal, gerando alterações constantes nas rotinas processuais. Essa situação é preocupante, pois tanto a rotatividade como a mudança na legislação torna deficiente o constante investimento em capacitação, sendo essa situação particularmente mais aguda nas atividades de gestão da Instituição, notadamente onde se faz necessária à segregação de funções, conforme determina a legislação, uma vez que a carência gerada pelas vacâncias depende, muitas vezes, da realização de novos concursos, ou, ainda que haja concursos em vigor, e do prazo necessário para os trâmites burocráticos.

Em relação ao Macroprocesso Finalístico Ensino de Graduação e de Apoio Registro e Controle Acadêmico, as medidas adotadas tiveram como mote central otimizar a ocupação de vagas e melhorar a *performance* da graduação. Dentre as principais medidas levadas a cabo podem ser mencionadas: a realização do Processo Seletivo Vestibular; a implementação de diversos Processos Seletivos Vestibulares Simplificados; a adoção do SISu para cursos existentes no Centro de Ciências Agrárias – CCA e no Centro Universitário Norte do Espírito Santo – CEUNES, cujos processos de ingressos ocorrem no meio do ano; a implantação de novas matrizes curriculares; a construção de sistema informatizado, de modo a agilizar procedimentos inerentes à colação de grau e registro de diplomas; verificação e reorganização de arquivos de estudantes ativos e inativos da UFES, objetivando a atualização documental e retirada de diplomas; revisão das rotinas de desligamentos; registro no Sistema de Informação da Educação – SIE, dos Planos de Estudo e de Acompanhamento organizados pelos Colegiados da Graduação; elaboração de Programa de Acompanhamento ao Estudante – PAE, com vistas a detecção precoce de situação de retenção e desperiodização, que podem levar a desligamento; e, a realização da Feira de Cursos, onde são divulgadas os cursos e as oportunidades de ingresso na Instituição. Deve-se reconhecer, contudo, a

necessidade de se ampliar os mecanismos de controles administrativos no âmbito desses Macroprocesso e a necessidade de se trabalhar melhor o desenvolvimento de indicadores que possam evidenciar a *performance* da graduação.

No Macroprocesso Extensão, cuja essência é “ampliar a relação da universidade com a sociedade, desenvolvendo processos educativos, culturais e científicos, articulados com o ensino e a pesquisa, voltados para a solução de questões locais, regionais e nacionais”, os resultados obtidos nos diferentes eventos evidenciam a credibilidade dessa atividade institucional e a crescente demanda por esses serviços, limitada pelo número de docentes envolvidos, sinaliza a necessidade de se ampliar as oportunidades que são criadas por essas atividades, uma vez que favorece, sobretudo, um público de baixo poder aquisitivo. O Novo SIEX, cujo sistema de registro permite maior agilidade e disponibilidade de dados sobre a Extensão, é uma ação que visa melhorar a interface entre a Pró-Reitoria, os executores de projetos e o público de uma forma geral.

Os Macroprocessos finalísticos de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação e de Apoio trabalhados no contexto da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação foram direcionados para revisar procedimentos associados às rotinas e atividades que envolvem a pesquisa e a pós-graduação, concebendo-se um programa de melhoria dos cursos de Pós-Graduação, intitulado PROPOS/UFES, que visa auxiliar a elaboração de projetos estruturantes, elencando-se aspectos que devem ser trabalhados para expansão, melhoria e consolidação do conceito CAPES. Em decorrência dessas medidas, os Programas de Pós-Graduação passaram de 47 para 51, sendo que 13 desses tiveram melhorias conceituais em relação à avaliação anterior. Já, considerando-se a classificação na base *SCOPUS*, utilizada pela CAPES e pelo CNPq, passa a UFES a situar-se entre as *Top 100* universidades Ibero-latino-americanas, em produção científica indexada.

No que diz respeito aos riscos, buscou-se reduzi-los e melhorar os mecanismos de controle por meio de reuniões periódicas de avaliação entre a equipe da Pró-Reitoria, visando identificar os possíveis gargalos que poderiam comprometer a efetividades das metas planejadas, tais como: não cumprimento de prazos, atraso no retorno das informações solicitadas, inconsistências nas informações e capacitação do pessoal de apoio para dar celeridade e assertividade aos processos administrativos e acadêmicos. Reforça-se que a concepção de controle interno das atividades de pesquisa e pós-graduação funcionam em dois níveis, ou seja, o primeiro está voltado para as atividades e processos administrativos internos da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, e o segundo para o acompanhamento dos Programas de Pós-Graduação, que é uma avaliação acadêmica do desempenho, ocorrendo ações preventivas ou corretivas de acordo com o que a situação demandar. Há que se enfatizar, contudo, a necessidade de se melhor trabalhar a ideia de controles administrativos no contexto desses Macroprocessos.

O Macroprocesso do Sistema de Bibliotecas direcionou suas atividades essencialmente para a atualização e ampliação do acervo bibliográfico e na capacitação de usuários para subsidiar as atividades de ensino, de pesquisa e de extensão o que se viabilizou pela incorporação de novos títulos e ampliação dos serviços disponibilizados. No que diz respeito ao controle interno das atividades, destacam-se os executados durante o processo de compras, que se inicia com a liberação da verba disponível e se efetiva pela sugestão de bibliografia pelos representantes dos departamentos. Em seguida, as solicitações são licitadas observando os preceitos legais, realizando-se pela Biblioteca o acompanhamento das etapas dos processos e fiscalização dos contratos com os fornecedores. Outras melhorias no sentido de se efetivar um melhor controle dos processos estão sendo realizadas, com destaque para a confecção de manuais internos (documentos formais) que registrem todos os trâmites necessários para execução de tais processos.

As ações de planejamento da Prefeitura Universitária, as quais levam a consecução dos Macroprocessos, levantados no âmbito da Unidade, vêm sendo executadas segundo o cronograma estabelecido pelo Núcleo Estratégico do PDI/UFES e pela PROPLAN. Do planejamento apresentado para o cumprimento de seu papel institucional, intensificou-se o processo de modernização da gestão do macroprocesso de infraestrutura, com o mapeamento de fluxo de processos e rotinas; análise de risco destes fluxos e de suas unidades; e, iniciou-se o processo de padronização e manualização das atividades da PU. Dessas atividades de modernização, foram concluídas as ações no setor de transportes com a normatização do uso da frota, manualização, desenvolvimento e instalação de um sistema de programação e controle do uso da frota. Ainda, dentro do processo de modernização iniciou-se a estruturação da rede lógica a do processo de gestão da informação.

Nesse novo contexto, a análise de riscos é o elemento primordial. Por isso o desenvolvimento da competência da equipe da PU, em especial seus gestores, para a análise de risco é neste momento o ponto crucial do processo de modernização. A partir da análise de risco realizada, a equipe da PU está se discutindo e discutindo todo o ambiente de controle, em conjunto com os procedimentos de gestão da informação, que viabilizem o monitoramento e o controle das atividades da Prefeitura Universitária.

No Macroprocesso Contratos e Convênios ocorre um estreita interface com as Fundações de Apoio e com os parceiros da Instituição, configurados nos respectivos instrumentos. Em 2013, foram implementadas mudanças, principalmente no quadro funcional, no sentido de melhorar a definição de atribuições, bem como na estrutura física e organizacional visando a adequação às Resoluções do Conselho Universitário, que promoveram alterações na execução desses instrumentos. Trabalha-se, também, uma maior interação do pessoal com o público interno e externo. Algumas das mudanças já foram implementadas, mas a maioria está em fase de planejamento, requerendo algumas intervenções externas, notadamente da Administração Superior da UFES. Entretanto, as melhorias já implementadas tem apresentado frutos, com uma diminuição de trâmites processuais, bem como uma ligeira redução no tempo de tramitação de alguns processos.

No contexto dos Macroprocessos identificados, mas não consolidados, na Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, foram desenvolvidas atividades visando aprimorar a coleta e o tratamento de informações para atender às demandas do INEP, referente ao Censo da Educação Superior; do Sistema PingIfes - Plataforma de Informações das IFES; do Sistema e-MEC, referente ao credenciamento e autorização de funcionamento dos cursos de graduação; do Sistema de Planejamento e Acompanhamento Orçamentário; do Projeto Esplanada Sustentável; consolidação das informações e elaboração do Relatório de Gestão; construção dos Indicadores de Gestão do TCU; apoio ao desenvolvimento de indicadores de desempenho institucional e mecanismos e controles administrativos; revisão do Plano de Desenvolvimento Institucional; execução de Planos Estratégicos, Táticos e Operacionais das Unidades em sintonia com o PDI; coordenação do Planos Diretor Físico dos *campi*; suporte e acompanhamento das avaliações dos cursos de graduação; além de ações voltadas à avaliação institucional, por meio da Comissão Própria de Avaliação – CPA, cujas atividades têm por finalidade contribuir diretamente para o desenvolvimento e a melhoria dos processos de gestão.

Também nos *campi* do interior discutem-se, não esgotando o conceito, a ideia de Macroprocessos e Controles Internos. Dessa forma, passível de aprimoramento, no Centro Universitário Norte do Estado – CEUNES, foram mapeados e implementados três Macroprocessos, ou seja, Gestão Administrativa, Contábil e Financeira e Gestão da Infraestrutura e Gestão Acadêmica, com processo vinculados, que possibilitaram a concretização das atividades. Paralelamente, no âmbito do Centro discute-se a possibilidade de construir indicadores institucionais para avaliar a qualidade dos

produtos/serviços ofertados à população, bem como a implementação de controles administrativos que possam facilitar o alcance dos resultados almejados.

Na Unidade Centro de Ciências Agrárias- CCA, alguns Macroprocessos foram levantados, como Transporte, Manutenção, Contabilidade, Finanças e Materiais. Os controles internos, que hoje se limitam aos controles legais, devem ser aprimorados no sentido de possibilitar melhorar os resultados da gestão no interior.

Enfim, os conceitos que tratam de Macroprocessos, Análise de Riscos e Ambiente de Controle, evidenciam a necessidade de maior domínio e compreensão, já sendo possível identificar nas Unidades o desejo em trabalhar melhor essas questões.

Os registros já evidenciados e os próximos relatos sobre a *performance* das Ações, que compõem o tópico seguinte, permitem inferir que os resultados alcançados foram compatíveis com o Planejamento estabelecido, logrando-se sucesso na ampla maioria de Ações executadas. Há que se enfatizar a importância da estabilidade política e do ambiente econômico que potencializa o desenvolvimento das ações, mas ressaltar as dificuldades que decorrem de restrições de natureza legal e das constantes alterações que se operam na legislação orientadora, que dificultam a celeridade na execução das ações da Universidade; na política salarial da educação, que tem contribuído para ampliar a rotatividade de pessoal e, por conseguinte a execução das atividades institucionais. Além disso, a liberação intempestiva de recursos e os constantes limites orçamentários prosseguem, mesmo que, em alguns momentos, representem um represamento das demandas da Instituição. Somam-se a essas dificuldades, a política de ampliar o acesso ao ensino superior nas instituições privadas, por meio do PROUNI, do PRONATEC, apoiado pelo governo federal, e as dificuldades relacionadas às carências do ensino fundamental e médio no País, associado à expansão de vagas nas IFES públicas, contribuindo diretamente para uma relativa competição e uma queda na demanda de vagas na rede pública de ensino superior.

2.2 Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados

Nesse tópico, de forma mais detalhada e de natureza Individual, são apresentados os valores oriundos do SIAFI executados nas Ações do PPA, complementados por informações do Sistema de Informações do MEC – SIMEC, dados do SIAPE e de outros Sistemas governamentais que disponibilizam informações gerenciais. Concomitantemente, são apresentados os resultados das metas físicas alcançadas pela Instituição e os relatos qualitativos das Ações, constantes do Plano Plurianual de Governo, vinculadas a Programas Temáticos, Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado e Programa Vinculado a Operações Especiais. Ressalta-se que a Universidade executa apenas Ações do PPA, algumas das quais apresentadas por registrarem Restos a Pagar, valendo frisar que muitas das ações planejadas não se limitam ao exercício, projetando-se para horizontes mais amplos. As Ações do PPA estão em estreita sintonia com outras ações desenvolvidas pela Instituição.

2.2.1 Programas que Vinculam e as Respectivas Ações Executadas pela UFES na LOA 2013

- a) Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União
 - a.1) Ação 0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Cívicos
 - b) Programa 0901 – Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais
 - b.1) Ação 00G5 – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações Para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor;
 - b.2) Ação 0005 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios);
 - b.3) Ação 0716 – Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos
 - c) Programa 2030 – Educação Básica
 - c.1) Ação 20 RJ – Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica.
 - d) Programa 2032 – Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão
 - d.1) Ação 20 GK – Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão;
 - d.2) Ação 20 RK – Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior;
 - d.3) Ação 4002 – Assistência ao Estudante de Ensino Superior;
 - d.4) Ação 6328 – Universidade Aberta e a Distância;
 - d.5) Ação 8282 – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.
 - e) Programa 2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação
 - e.1) Ação 20TP – Pagamento de Pessoal Ativo da União;
 - e.2) Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Cívicos, Empregados, Militares e seus Dependentes;
 - e.3) Ação 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cívicos, Empregados e Militares;
 - e.4) Ação 2011 – Auxílio Transporte aos Servidores Cívicos, Empregados e Militares;
 - e.5) Ação 2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores Cívicos, Empregados e Militares;
 - e.6) Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação;
 - e.8) Ação 00M0 – Contribuição à Entidades Nacionais Representativas de Educação e Ensino
 - e.9) Ação 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.

2.2.1.1 Ação 0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis

QUADRO 2– PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES – SERVIDORES CIVIS

Identificação da Ação						
Código	0181		Tipo: OP			
Título	Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis					
Programa	Previdência de Inativos e Pensionistas da União		Código:	0089	Tipo: OP	
Unidade Orçamentária	26234					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
122.010.680,00	155.850.145,00	154.211.331,85	154.211.331,85	154.211.331,85	-	-

Esta Ação é custeada essencialmente com recursos da União e tem possibilitado à Universidade cumprir o compromisso com o pagamento de aposentadorias e pensões devidas a servidores civis que contribuíram direta ou indiretamente, em diferentes momentos, para o sucesso da Instituição ao longo do tempo.

2.2.1.2 Ação 00G5 – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações Para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais Decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor.

QUADRO 3 – CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS DECORRENTE DO PAGAMENTO DE PRECATÓRIOS E REQUISIÇÕES DE PEQUENO VALOR.

Identificação da Ação						
Código	00G5		Tipo: OP			
Título	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações Para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais Decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor.					
Programa	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais		Código:	0901	Tipo: OP	
Unidade Orçamentária	26234					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
518.478,00	518.478,00	235.311,98	235.311,98	235.311,98	-	-

A contribuição patronal da União prevista no art. 8º, da Lei nº 10.887/2004 e Resolução nº 122, do Conselho da Justiça Federal, de 28.10.2010, está sendo calculada com base nas informações prestadas ao Tribunal pela Instituição Financeira Oficial. Sendo esta, também, responsável pela retenção na fonte da parcela de contribuição do Plano de Seguridade do servidor público civil ativo, devido em decorrência de saque dos valores relativos às RPVs e Precatórios, ocorridos no mês anterior.

O parágrafo primeiro estabelece: as instituições financeiras responsáveis pela retenção deverão informar aos Tribunais, até o segundo dia útil de cada mês, os valores recolhidos no mês anterior, a título de contribuição do Plano de Seguridade do servidor público civil. O parágrafo segundo complementa: o tribunal recolherá a contribuição, a que se refere o *caput*, até o décimo dia útil do mês em que recebeu a informação de que trata o parágrafo anterior.

Entretanto, independentemente dessas orientações, os processos não estão retornando à Instituição onde os servidores estão lotados para que sejam informados na sua ficha financeira os pagamentos e as respectivas contribuições e consignações.

2.2.1.3 Ação 0005 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)

QUADRO 4– CUMPRIMENTO DE SENTENÇA JUDICIAL TRANSITADA EM JULGADO (PRECATÓRIOS)

Identificação da Ação						
Código	0005		Tipo: OP			
Título	Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)					
Programa	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais Código: 0901 Tipo: OP					
Unidade Orçamentária	26234					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
5.844.761,00	5.407.054,00	5.407.052,90	5.407.052,90	5.407.052,90	-	-

Esta Ação é custeada totalmente com recursos da União. A Ação de Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitada em Julgado (Precatórios) devida pela União, Autarquias e Fundações Públicas vem sendo fielmente executada, sob a forma de repasses para o Tribunal Regional do Trabalho e Tribunal Regional Federal, dentro das disponibilidades e liberações orçamentárias do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. A Ação cumpre a sua finalidade ao permitir o resgate de passivos, direito reconhecido, beneficiando diretamente o servidor.

2.2.1.4 Ação 0716 – Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos

QUADRO 5– CUMPRIMENTO DE DÉBITOS JUDICIAIS PERIÓDICOS VINCENDOS

Identificação da Ação						
Código	0716		Tipo: OP			
Título	Cumprimento de Débitos Judiciais Periódicos Vincendos					
Programa	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais Código: 0901 Tipo: OP					
Unidade Orçamentária	26234					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						

Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
2.488,00	2.988,00	2.712,48	2.712,48	2.712,48	-	-

Os débitos referentes a depósitos judiciais vincendos devidos pela União, Autarquias e Fundações Públicas Federais foram pagos normalmente ao longo do exercício, assegurando o compromisso e a responsabilidade institucional.

2.2.1.5 Ação 20 RJ – Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica.

QUADRO 6– APOIO À CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA DE PROFESSORES, PROFISSIONAIS, FUNCIONÁRIOS E GESTORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA.

Identificação da Ação						
Código	20 RJ		Tipo: A			
Título	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica.					
Iniciativa	Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais e a pesquisa, a produção e a disseminação de conhecimento na educação básica, com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e à distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afro-brasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a alfabetização e letramento, a educação em tempo integral, a educação de jovens e adultos, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações etnicorraciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente.					
Objetivo	Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação. Código: 0597					
Programa	Educação Básica Código: 2030 Tipo: Programa Temático					
Unidade Orçamentária	26234					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
6.561.035,00	6.561.035,00	3.471.586,50	1.217.490,00	1.217.490,00	-	2.254.096,50
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Pessoa beneficiada			Unidade	3270	3270	7431
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
1.569.152,57	1.569.152,57	-	Pessoa beneficiada	Unidade	679	

A Ação 20 RJ foi instituída no quadriênio 2012/2015 e sua execução tem sido marcada por percalços que motivam a reflexão coletiva, tanto entre os sujeitos com ela envolvidos na Ufes (membros Comfor, Pró-Reitores, Coordenadores dos Cursos e Programas), como entre os sujeitos externos à Instituição (a nível estadual, no âmbito do FEPAD; e, no âmbito nacional, entre demais

Coordenadores de Comfors e diferentes representantes e dirigentes do MEC, e de forma mais tímida, com a comunidade atendida). Estamos em um momento de transição que envolve a reelaboração e o estabelecimento de uma (nova) Política Institucional (tanto no MEC como na Ufes) para a implementação orquestrada da formação inicial e continuada de profissionais da educação básica.

No que diz respeito à matriz 2013, foi possível empenhar recursos para a realização de 14 cursos, dos quais 06 cursos foram finalizados e 08 terão início no próximo exercício. Dos cursos da matriz 2012, 01 foi finalizado e 05 continuam em execução. Os 14 cursos empenhados na matriz 2013 disponibilizaram à sociedade um total de 17.193 vagas, das quais, nos 06 cursos já realizados, se efetivaram 8.218 matrículas e qualificaram-se com certificações 7.431 profissionais ligados à Educação Básica, quantitativo este considerado como resultado efetivo e que supera em muito a meta estabelecida. Em 2014, ainda com os recursos empenhados na matriz 2013, serão disponibilizadas às redes de ensino cerca de 9.000 vagas nos 08 cursos previstos para terem início. Aos restos a pagar, foram associados 679 pessoas beneficiadas, tendo em vista que apenas um curso da matriz 2012 foi finalizado.

No que concerne aos pontos facilitadores para execução da Ação, podem ser descritos: o reconhecimento da importância da proposição articuladora dos Comfors na consubstancialização e consecução da Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica (Decreto Nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009); o estudo e a compreensão do contexto histórico e legal no qual se circunscreve a Instituição da nova Renaform; a disponibilidade do Ne@ad/Ufes em socializar a experiência acumulada na implementação dos cursos SECADI e na gestão de demais cursos na modalidade EAD; a pronta resposta de Coordenadores em buscar perceber e colaborar com a nova configuração da gestão e a disponibilidade da Reitoria, que foi acessível e sensível às demandas do Comfor; a boa relação de trabalho estabelecida ao longo do processo com o FEPAD, com determinados setores do MEC e entre os Coordenadores Comfors das instituições formadoras; as reuniões técnicas convocadas pelo MEC, com destaque para a segunda reunião técnica realizada pela SECADI, que buscou congregar representantes institucionais de diferentes setores do MEC, Coordenadores Comfor e os Coordenadores Fepad; a articulação dos Coordenadores Comfors que, ao partilhar e problematizar as suas práticas no I Encontro Nacional de Coordenadores Comfor, criou o Fórum Nacional de Coordenadores (ForComfor); a mobilização do ForComfor que, articulados como coletivo, contribuíram para um significativo avanço no diálogo com o MEC ao final de 2013; as reuniões da Presidência do ForComfor e representantes regionais com o Conafor; o estabelecimento de uma pauta para orientar a organização coletiva dos Coordenadores; e o estabelecimento de uma agenda de trabalho comum para 2014, com reuniões com o Conafor.

Foram itens que dificultaram a execução da Ação: o atraso na disponibilização de orientações gerais de tramitação, na emissão de pareceres técnicos (pelo MEC), bem como a disparidade de informações emanadas de diferentes setores do MEC; a inexperiência das instituições e da própria coordenação do Comfor na concepção de seu Comfor e dos professores coordenadores de cursos com esse tipo específico de tramitação e financiamento; a dificuldade de identificação e mobilização orgânica e institucional das pessoas envolvidas em diferentes estágios do processo; a inobservância e/ou desconhecimento dos procedimentos estabelecidos e acordados (tanto por setores do MEC como por professores da UFES); questões específicas em diferentes cursos, ligados, sobretudo, à execução e gerência de recursos; à atribuição de carga horária para os professores, à mobilização de equipe, à seleção e formação de tutores, de relacionamento com órgãos externos, entre outros.

Não obstante às dificuldades mencionadas, as medidas de cunho coletivo e organizado, começam a sinalizar para a unificação de procedimentos e superação de lacunas que dificultaram a execução em 2013.

2.2.1.6 Ação 20 GK – Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

QUADRO 7– FOMENTO ÀS AÇÕES DE GRADUAÇÃO, PÓS-GRADUAÇÃO, ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Identificação da Ação						
Código	20 GK		Tipo: A			
Título	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão					
Iniciativa	Concessão de bolsas, auxílios e outros mecanismos, no país e no exterior, para a formação, valorização e capacitação de recursos humanos e para promover cooperação internacional no Sistema Nacional de Pós- Graduação, em áreas de interesse nacional e regional, inclusive formação de professores, garantida equidade étnico-racial e de gênero.					
Objetivo	Apoiar a formação de pessoal qualificado em nível superior para fortalecer do sistema nacional de educação. Código: 0803					
Programa	Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão. Código: 2032 Tipo: Programa Temático					
Unidade Orçamentária	26234					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
13.716.074,00	13.716.074,00	8.632.525,83	6.105.536,67	6.097.254,04	8.282,63	2.526.989,16
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Projeto Apoiado			Unidade	751	751	755
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizada
1.129.872,92	1.043.436,69	55.300,73	Projeto Apoiado		Unidade	64

Por meio da extensão universitária, a comunidade externa tem acesso a serviços, conhecimentos, tecnologias, lazer e cultura oportunizados pela Universidade, uma oferta que tem sido incrementada a partir da expansão dos campi de Alegre e de São Mateus, notadamente nas áreas de Educação, Saúde, Meio Ambiente e Tecnologia e que contribuem para promover o desenvolvimento econômico e social, na medida em que mantém estreito vínculo com as políticas públicas, com ênfase nos projetos de geração de renda, com grande repercussão nas comunidades.

Os resultados alcançados pelas ações extensionistas denotam a relevância e a credibilidade das mesmas, o que tem proporcionado um incremento nas demandas, superando a capacidade de atendimento pela Instituição, sobretudo em função do número de extensionistas envolvidos. Entre os projetos realizados em 2013, vale destacar, entre outros, Projeto Escola que Protege (este ano, além do tradicional com professores e comunidade escolar, experimentou-se um formato especial

junto ao IASES), Programa de Formação Continuada (CEFOCO), PAVIVIS, CDSM, PORTAS, Programa de Apoio à Família Rural, Núcleo de Ciências, NEVI, CEPAS, Museu de Anatomia Humana da UFES, Núcleo de Cidadania Digital (NCD) e Museu de História Natural do Sul do Estado do Espírito Santo (MUSES).

Deve-se registrar que, independentemente do seu caráter acadêmico, a Extensão Universitária também permanece com uma forte atuação assistencial (naqueles pontos sociais em que é fundamental que desempenhe este papel). Buscando agregar a formação e o treinamento profissional ou a prestação de serviços, a extensão é sempre um espaço vital e importante para a vivência acadêmica e para o exercício de uma prática profissional em interação com a comunidade. Há que se enfatizar, portanto, que a extensão é um [...] *processo educativo, cultural e científico, articulado de forma indissociável ao ensino e à pesquisa e que viabiliza uma relação transformadora entre a universidade e a sociedade.*

É objetivo permanente da extensão na UFES: “ampliar a relação da universidade com a sociedade, desenvolvendo processos educativos, culturais e científicos, articulados com o ensino e a pesquisa, voltados para a solução de questões locais, regionais e nacionais”.

Em 2013, foram empreendidos esforços que oportunizaram a atualização da forma de indexação das ações, a partir da instalação do Novo SIEX, cujo sistema de registro permitiu maior agilidade e disponibilidade de dados sobre a Extensão, disponibilizados ainda sob a forma de consulta ao público externo, o que resultou na elaboração do Catálogo de Extensão da UFES, com o objetivo de divulgar e estimular o cadastro da extensão; e, a realização de eventos locais e regionais em Vitória, Alegre e São Mateus para divulgar os produtos da extensão e promover a interação entre os extensionistas e a comunidade externa. Outro passo importante foi à publicação da Revista Guará, em seu segundo número, com artigos das áreas de Saúde e Meio Ambiente e a implantação de uma política de fomento comprometida com o atendimento e apoio a todas as atividades de extensão cadastradas no SIEX, contribuindo de forma positiva para o incremento no número de cadastro de projetos.

Consideram-se como produtos da extensão universitária os programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços, publicações e comunicação e palestras. Dessa forma, apesar de algumas dificuldades para o cadastramento de ações pelo Centro de Ciências Agrárias – CCA, e o Centro Universitário Norte do Espírito Santo – CEUNES, os resultados atingidos são animadores, ou seja, foram desenvolvidos 197 Projetos, vinculados a 69 Programas; 371 Projetos não vinculados; realizados 164 eventos, considerando-se (congressos, seminário, ciclo de debates, exposições, festivais e outros); ofertou-se 69 Cursos na modalidade presencial e 18 na modalidade à distância. Esses números sinalizam 819 projetos apoiados, dos quais 64 vinculados a recursos remanescentes de restos a pagar do exercício anterior e 755 vinculados aos recursos do exercício de 2013, superando dessa forma a meta alcançada. A meta alcançada também evidencia a participação de aproximadamente 3.300.000 (três milhões e trezentas mil pessoas) beneficiadas direta ou indiretamente pelas ações de extensão.

As ações em 2013 atingiram um público diversificado, em sua maioria entre os 12 e 55 anos, originado de diferentes classes sociais e de escolaridade também variada. Destaca-se a predominância de ações de atendimentos nas áreas de Educação, Saúde, Meio Ambiente, da Tecnologia e da Cultura voltadas, principalmente ao objetivo de promover a inclusão e o bem estar social. Nesse sentido, priorizaram-se ações promovidas para grupos em vulnerabilidade social e econômica com projetos de atenção integral à mulher, à criança e ao adolescente; de prevenção ao

uso de drogas e dependência química, e de doenças sexualmente transmissíveis; de cultura e memória social de diferentes grupos e etnias; de empreendedorismo para a geração de renda e a utilização consciente dos recursos naturais; espaços de ciências e cultura; entre outros, dentro das diversas linhas de extensão do SIEX.

A principal dificuldade, embora os números tenham sido reduzidos em 2013, continua sendo as ações não registradas na Pró-Reitoria de Extensão, apesar do crescente profissionalismo e colaboração da comunidade universitária. As ações continuam fora do cadastro, mesmo tendo apoio financeiro da Universidade e/ou utilizando seu espaço físico e infraestrutura.

Ratifica-se, por fim, a relevância da atividade de extensão na sua interação com o ensino e a pesquisa e sua interlocução com a sociedade, implicando na consolidação de uma política institucional para essa atividade, e ressaltar a emergente inclusão das atividades de extensão nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação, pois cada refinamento dos índices do MEC indicam sua valorização e exigência para que a UFES participe de alguns editais e convênios. Esse fato, com certeza, vem se somar ao esforço que se tem empreendido no sentido de estimular o registro e o cadastro da extensão como forma de promover a visibilidade, a valorização e a institucionalização do trabalho extensionista, em todos os níveis de formação acadêmica.

Registrados ainda, como Planos Orçamentários, foram executados no contexto da Ação os Planos Orçamentários 001 – Viver Sem Limite Educação Bilíngue, cujos recursos de investimentos foram alocados visando apoiar à Construção do Prédio do Programa de Pós-Graduação do Centro de Ciências Humanas e Naturais, que abriga 11 programas de pós-graduação (mestrados e doutorados), permitindo dotar o prédio de condições de acessibilidade à comunidade universitária. É importante mencionar que cerca de 4000 alunos de vários cursos, inclusive de 16 diferentes graduações, frequentam o prédio. Como o projeto visa à construção de três módulos, um deles já pronto, com aproximadamente 6.000 metros, em três módulos de três andares, a mobilidade física se torna crucial também para a inclusão de todos. Ao oportunizar a formação de mestres e doutores nas mais variadas áreas do saber dentro das Ciências Humanas e Naturais, contribui para a acessibilidade física e de forma direta para a acessibilidade de oportunidade por meio da qualificação profissional de terceiro grau e pós-graduação. Os recursos de custeio foram alocados aos diversos serviços executados de manutenção e melhorias de acessos, realizados pela Prefeitura Universitária, cuja meta foi atendida.

No Plano Orçamentário 002 - PROEXT, 07 (sete) projetos foram contemplados com recursos em 2013, atendendo a um público estimado de 37.162 beneficiários. O atraso na aprovação da lei orçamentária impossibilitou, de alguma forma, a execução de alguns projetos na sua plenitude, uma vez que determinadas demandas dos Projetos não foram viabilizadas em tempo hábil, prejudicando o desenvolvimento dos programas/projetos. Ressaltam-se os esforços dos coordenadores dos projetos, inclusive na forma de parcerias com outros docentes, entre departamentos e com o Governo do Estado para que os projetos atingissem os objetivos propostos no planejamento inicial e que, pela restrição mencionada, não se viabilizou. Contudo, os impactos gerados com as ações destes programas/projetos realizados em diversas áreas do conhecimento foram de suma importância para os setores e comunidades participantes, sendo pleiteado pelos beneficiários a continuidades dos mesmos por um tempo maior.

Já no Plano Orçamentário 03, também merece ser assinalado que no âmbito dessa Ação desenvolveu-se o Projeto do Centro de Línguas, da Universidade Federal do Espírito Santo, que figura como relevante Projeto de Extensão, atendendo a comunidade interna e externa, num total aproximado de 7000 alunos, oportunizando bolsas de estudos a aproximadamente 10% desse contingente. Os cursos oferecidos são importantes na formação do alunado, tanto da graduação como da pós-graduação, preparando-os tanto para o mercado de trabalho privado, como na capacitação para atender as demandas acadêmicas nos projetos de ensino, pesquisa e extensão. Os serviços oferecidos têm projeção extramuros, pois possibilitam a aprendizagem de qualidade de uma ou mais línguas estrangeiras a um custo subsidiado. O investimento contínuo no Centro de Línguas permite, então, a permanente motivação para o ensino de línguas tendo como consequência a consolidação do crescimento intelectual e social dos capixabas.

Adicionalmente, houve a execução do Programa Pró-Equipamentos, que possibilitou a CAPES alocar e potencializar os Programas de Pós-Graduação; e, o Projeto de Extensão do ITUFES, alcançando a meta prevista de 742 atendimentos, que visa aprimorar conhecimentos e capacitar tecnicamente docentes envolvidos na identificação dos produtos, equipamentos e materiais diversos, considerando as mais recentes tecnologias empregadas; permitir a transmissão, para alunos e para a sociedade em geral, dos conhecimentos dos docentes nas atividades desempenhadas no projeto; viabilizar a realização de análises químicas de alimentos e outros produtos. Executado com recursos próprios, o Projeto presta um serviço de grande relevância para a comunidade, beneficiando aproximadamente 5000 pessoas no Estado, devendo ser repetido em 2014.

2.2.1.7 Ação 20 RK – Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior.

QUADRO 8 – FUNCIONAMENTO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR

Identificação da Ação						
Código	20 RK		Tipo: A			
Título	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior					
Iniciativa	Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos, e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade.					
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federa de ensino superior. Código: 0841					
Programa	Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão. Código: 2032 Tipo: Programa Temático					
Unidade Orçamentária	26234					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
80.206.400,00	123.540.391,00	95.880.921,80	74.636.236,42	72.841.718,25	1.807.079,23	21.244.685,38
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Aluno Matriculado		Unidade	19501	19501	20939	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
24.484.253,17	20.948.491,41	1.393.671,04	Aluno Matriculado	Unidade	20.727

Por meio de Planos Internos, esta Ação vem financiando as principais atividades da Universidade, ou seja, o ensino de graduação, de pós-graduação, a pesquisa e a expansão do acervo. Feito tal registro, considerou-se, no pico, como matrículas no exercício o quantitativo de 20.939, das quais 18.262 da graduação e 2.677 da pós-graduação stricto sensu, ou seja, mestrado e doutorado. Para efeito de resultado de Restos a Pagar, considerou-se todas as matrículas do ano anterior como beneficiárias dos referidos recursos.

No Ensino de graduação, apesar dos relatórios apontarem um total de alunos ativos, isto é vinculados à UFES, superior a 19.500, esse número, conforme já mencionado, atingiu, no pico, 18.262 matrículas. Apontam-se como fatores que tem dificultado a Ação de graduação, o não preenchimento pleno das vagas no Processo Seletivo Vestibular, aliado a fatores de evasão e retenção, que vem ocorrendo no âmbito da Universidade. Para ter-se uma ideia, em 2013, foram operacionalizados 1383 (mil trezentos e oitenta e três) trancamentos de curso, sendo 892 trancamentos de curso facultativo, 420 trancamentos de curso por Intercâmbio Cultural e 71 trancamentos de curso por Amparo Legal.

A UFES tem trabalhado no sentido de promover a ocupação plena das vagas ofertadas, adotando como medidas proativas o próprio Processo Seletivo Vestibular, a adesão ao SISU (Edição 2/2013), para os cursos com ingresso no segundo semestre dos campi de Alegre e de São Mateus, e o processo seletivo de vagas surgidas, bem como a publicação de 6 (seis) editais externos e 26 (vinte e seis) editais internos, visando à convocação de participantes destes processos seletivos para a matrícula.

Ações adicionais visando à plena ocupação de vagas, iniciadas no exercício anterior, tiveram continuidade e outras medidas foram adotadas, dentre as quais merecem ênfase: i) a atualização da verificação de alunos ativos sem matrícula e convocação dos mesmos para regularização de situação, podendo levar à vinculação a planos de estudo (no caso de concluintes) ou de acompanhamento (estudantes que não sejam concluintes); ii) discussão e alteração das normas de acompanhamento acadêmico e de desligamento dos estudantes, visando evitar a evasão; iii) divulgação das pesquisas sobre retenção e evasão na UFES, desenvolvidas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública da UFES, as quais não apenas apresentaram diagnóstico destes problemas, como também apresentaram sugestões a serem implementadas visando combater a retenção e a evasão; iv) intensificação das ações de avaliação dos cursos de graduação, com a compilação e disponibilização de informações de todos os cursos de graduação presenciais, por meio da publicação dos Cadernos de Avaliação e da realização de seminário sobre avaliação, com estabelecimento de cronograma de ações a serem desenvolvidas no decorrer do primeiro semestre de 2014; v) proposta de criação de um Programa de Mobilidade Interna (PMAI), com vistas a oportunizar que estudantes de um Campus possam cursar parte das disciplinas integralizadoras de seu curso em outro Campus da UFES; vi) implantação do Programa de Acompanhamento de Estudante Egresso – PAEEg, objetivando fortalecer os Cursos de Graduação; vii) Elaboração de Programa de Acompanhamento do Estudante – PAE – com vistas a detectar precocemente e a combater as situações que podem levar à desperiodização, à retenção e ao desligamento de estudantes da UFES.

A essas ações, somam-se a intensificação de esforços para a finalização do processo de implantação das novas matrizes curriculares de alguns dos cursos de Graduação; a realização da Feira de Cursos, ocasião em que foram divulgados os cursos da Universidade, a política e os programas de assistência estudantil da UFES para os estudantes secundaristas abrangidos pela Lei de cotas, estimando-se um público de 11.200 alunos, considerando-se os campi de Goiabeiras, do CEUNES e CCA. Também nesse ano, em sintonia com o evento Feira de Cursos, a UFES estreitou a parceria com a Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo, divulgando, por meio da inserção de link da Pró-Reitoria de Graduação no site ENEM-SEDU, as oportunidades de acesso, bem como divulgou, em novembro de 2013, na final do evento esportivo voltado aos estudantes secundaristas da Rede Pública Estadual de Ensino - Jogos na Rede, realizado no Sesc-Guarapari, os cursos e oportunidade de acesso, de modo a promover o aumento da participação dos mesmos nos processos seletivos da Instituição.

Reitera-se que algumas atividades impactam consideravelmente o gerenciamento da Graduação, e dentre estas se destacam os procedimentos de registro e de controle acadêmico da vida escolar dos alunos, notadamente o registro dos diplomas dos estudantes no âmbito da graduação da UFES e também dos diplomas de faculdades particulares. Esses registros totalizaram 12655 diplomas, dos quais 9734 de cursos de graduação de IES particulares e 2921 diplomas de graduação da UFES.

No contexto das restrições, merece citação a efetivação das matrículas dos aprovados no processo seletivo de vagas surgidas, sobretudo devido à necessidade de se aguardar um determinado prazo para a liberação dos resultados e dos procedimentos de matrícula exigidos pela Lei Nº 12.711, além das dificuldades persistentes e apontadas em relatórios anteriores, relativas ao quantitativo de pessoal envolvido, reiterando-se a necessidade de reposição de quadros funcionais, com a finalidade de dirimir problemas e agilizar procedimentos que interferem no cotidiano escolar da comunidade acadêmica e, por conseguinte, melhorar o funcionamento dos cursos de Graduação.

São restrições adicionais, de natureza externa, a evasão do ensino médio nas escolas públicas, os Programas de Governo, que estimulam o ensino técnico profissionalizante, os programas de financiamento ao ensino superior privado e o próprio PROUNI, que financiam os alunos oriundos do setor público, contrastando com as políticas de expansão de vagas no ensino público superior e que constituem fator que limitam o preenchimento das vagas.

Além das medidas já mencionadas, merecem destaques citar os seguintes Programas geridos no âmbito da graduação: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência - CAPES/PIBID, ampliado em 2013, envolvendo 01 (uma) coordenadora institucional, 03 (três) coordenadores de gestão educacional, 37 (trinta e sete) coordenadores de área (docentes de todas as licenciaturas envolvidas), 74 (setenta e quatro) supervisores (professores das redes públicas conveniadas: SEDU, SEME-Vitória e SEME-São Mateus), além de 472 (quatrocentos e setenta e dois) bolsistas de ID (alunos de todas as licenciaturas presenciais - exceto francês e espanhol - dos 3 campi); o Programa Integrado de Bolsa – PIB, mantidos com os recursos de custeio da Instituição e que respondeu por uma oferta de 1.117 bolsas mensais em 2013; o Programa de Educação Tutorial – PET, que congrega 13 grupos, apoiando-se a realização de 10 eventos desses grupos; além do Programa de Mobilidade Acadêmica – PMA, configurando um programa que permite que alunos vinculados à Universidade Federal do Espírito Santo – UFES curseem, em outra Instituição Federal de Ensino Superior – IFE, e vice-versa, disciplinas pertinentes a seu curso de graduação.

Entre outros eventos realizados, podem ser citados: a realização em dezembro de 2013 dos Seminários EAD “A educação a distância nos cursos de graduação: possibilidades e desafios” no

Centro de Ciências Agrárias, em Alegre, e no campus de Goiabeiras, em Vitória; a elaboração dos Cadernos de Avaliação de Cursos de Graduação da UFES, como parte do Programa de Avaliação dos Cursos de Graduação presenciais da UFES, abordando questões sobre a evasão e a retenção. Ainda na seara da graduação, realça-se a importância da atuação mediadora da UFES junto às empresas públicas, privadas e demais entidades na viabilização dos estágios, o que contribui para a formação profissional dos estudantes da UFES, possibilitando apropriação dos conhecimentos construídos também pela experiência profissional junto às empresas e promovendo a qualidade nos cursos de graduação. No ano de 2013 atingiu-se o número de 1.730 estagiários, com 403 (quatrocentos e três) convênios de estágios vigentes.

Na pós-graduação, no ano 2013, os esforços foram envidados para viabilizar o Programa PROPOS/UFES que, constituído de duas etapas, demandou dos Programas de Pós-Graduação – PPGs avaliações sobre melhorias para os respectivos desempenhos e as possíveis intervenções que potencializassem tais melhorias. Num primeiro momento, estas ações abrangeram desde a atualização de parques de informática e melhoria da infraestrutura à criação de programa institucional específico para a tradução de artigos para periódicos. Numa segunda etapa, os documentos produzidos pelos Programas de Pós-Graduação foram analisados por uma equipe de pesquisadores, de elevado desempenho acadêmico, que discutiu estratégias de consolidação e melhoria para os Programas e para a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, responsável, no âmbito institucional, pela gestão dessas atividades.

Tendo-se, ainda, como base o PROPOS/UFES, considerou-se como prioridades na Pesquisa e Pós-Graduação: i) a melhoria de infraestrutura para pesquisa, por meio da aquisição de novos equipamentos de pesquisa e revitalização do parque de informática dos PPGs; ii) incremento no volume de publicação em periódicos, por meio do apoio à tradução de artigos para periódicos científicos e realização de cursos de capacitação para redação científica e elaboração de projetos; iii) criação de editais específicos para estimular a internacionalização dos PPGs, por meio do intercâmbio de docentes e discentes, e realização de projetos pesquisa colaborativos; iv) atração de pesquisadores de outros estados e países e parcerias com outras instituições; v) incremento das atividades de Iniciação Científica para estreitar o vínculo com a graduação e inclusão de novos docentes na pós-graduação; vi) ampliar a parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado do Espírito Santo (FAPES), para incrementar o apoio financeiro externo em áreas deficientes levantadas no PROPOS/UFES; vii) implementar ações de gestão institucional, com vistas à alocação de vagas para técnicos de laboratório nos programas de pós-graduação; e, viii) viabilizar visitas de membros dos comitês de avaliação da CAPES, com o objetivo de permitir uma análise externa para revisão dos planos de ações formulados.

Tais esforços, configuram-se em avanços na medida em que, em relação à Pós-Graduação stricto sensu, a UFES passou a contar com 51 Programas de Pós-Graduação, eram 47 no exercício anterior, ofertando 8 mestrados profissionais e 43 mestrados acadêmicos e 18 doutorado, registrando-se também a evolução do conceito CAPES, obtidos pelos mestrados em Administração, Biotecnologia, Ciências Fisiológicas, Ciências Florestais, Direito Processual Civil, Educação Física, Engenharia Mecânica, Geografia, Oceanografia e Química de três para quatro, e dos mestrados em Saúde Coletiva, Política Social e História, de quatro para cinco. Ratifica-se que na pós-graduação stricto sensu as matrículas no pico totalizaram no 2.677, abrangendo o mestrado e o doutorado. Na pós-graduação lato sensu, ou seja, na especialização foram iniciados 13 cursos, totalizando no exercício 29, respondendo por 2.261 matrículas, das quais 466 são considerados desistentes e 719 tornaram-se especialistas.

Vale apenas, também, registrar que o resultado da Avaliação Trienal da CAPES 2010-2013 trouxe importantes notícias para a Instituição. No último triênio, o número de programas de pós-graduação da UFES aumentou 31%, superando significativamente a média nacional de 23% e seguindo a tendência de crescimento acima da média. Entretanto, a notícia mais importante é o fato de que não foi apenas um aumento quantitativo, a qualidade dos programas aferida por seu conceito CAPES, conforme já mencionado, também melhorou significativamente. Foram 13 cursos que tiveram melhoria de conceito nesta avaliação em relação à anterior. Os programas com conceitos 4 e 5 já representam a maioria dos programas da instituição (52%), indicando a consolidação da pesquisa e pós-graduação na Universidade. Conta-se, agora, com 06 programas com conceito 5.

A ampla maioria dos cursos que não melhorou o conceito é formada por cursos de implantação recente, ou seja, ainda se encontram em consolidação. É também relevante enfatizar que, após avaliação trienal, o CTC da Capes concedeu autorização para abertura de 07 novos cursos de Pós-Graduação na UFES, os processos de criação estão tramitando nos conselhos superiores da Instituição visando a abertura de vagas para o primeiro período de 2014. Os novos cursos são: doutorados em Administração, Educação Física e Química e os mestrados em Engenharia Química, Ensino na Educação Básica, Comunicação e Ciências Farmacêuticas, o que configura um excelente resultado para a Instituição. O modelo de gestão estratégica baseado na elaboração do PROPOS/UFES foi determinante na obtenção de tais resultados.

Em relação ao número e qualidade das publicações da UFES, tomando-se a base SCOPUS utilizado pela CAPES e CNPq como referência, observa-se um crescimento significativo. O número de publicações indexadas registradas em fevereiro de 2013 (referentes ao ano 2012) foi 630, enquanto que o número de publicações indexadas registradas em janeiro de 2014 (referentes ao ano 2013) foi de 684, representando um crescimento percentual de 8,6%, chegando a um total acumulado de 4752 até o final de 2013. A produção científica se expande com o incremento no quantitativo de estudantes titulados e de estudantes matriculados, pois no ano em pauta foram também defendidas 334 dissertações e 35 teses de doutorado. De acordo com o SCOPUS, a UFES agora está entre as Top 100 universidades Ibero-latino-americanas em produção científica indexada.

O Sistema de Biblioteca teve como referência essencial a atualização e ampliação do acervo bibliográfico, a capacitação de usuários para subsidiar as atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, além de uma preocupação com a revitalização da programação cultural na Biblioteca Central, a cobrança de materiais em atraso, a descentralização de algumas atividades do processamento técnico do acervo para as bibliotecas setoriais e a incorporação do Escritório de Direitos Autorais (EDA) à estrutura da Biblioteca.

Com o objetivo de ampliar com qualidade o acesso ao ensino, a pesquisa e a extensão, com vistas a disseminar o conhecimento e possibilitar a manutenção, disponibilização e a ampliação do acervo bibliográfico do UFES, foram adquiridos para o SIB/UFES 5.428 títulos, que correspondem a 17.142 exemplares, fechando-se o exercício com um acervo de 131.813 títulos e 325.970 exemplares entre materiais bibliográficos adquiridos por compra e doação. A entrega dos materiais bibliográficos adquiridos ocorre ao longo do ano, podendo se estender para o ano seguinte, por esse motivo, até o fechamento do exercício 2013, foram recebidos 1.534 títulos e 4.925 exemplares, o que representa 28% da compra. Ressalta-se também a aquisição de 185 títulos de livros eletrônicos, 3 renovações de bases de dados, 13 renovações de periódicos e 1 assinatura de periódico.

Paralelamente, com a finalidade de centralizar as atividades preliminares à publicação das obras, o posto do Escritório de Direitos Autorais (EDA), da Biblioteca Nacional (BN), anteriormente

vinculado a Superintendência de Cultura e Comunicação (SUPECC), teve sua transferência efetivada no mês de novembro para a Biblioteca Central. Durante os meses de novembro e dezembro foram registradas 97 obras. De forma concomitante, buscou-se a revitalização da programação cultural na Biblioteca Central, cuja finalidade é a transformação do local em ponto de encontro e promoção de cultura. Os resultados são significativos, foram exibidos 31 filmes no Programa Curta Quarta; realizadas 8 exposições, 1 lançamento de livro e 1 oficina de preservação, o que totalizou a circulação de 3550 participantes.

Em relação ao "Programa de Desenvolvimento de Competência Informacional em Ambientes Virtuais", foram capacitados 1.774 usuários, com destaque para a parceria entre a Biblioteca Central e o Departamento de Biblioteconomia, bem como a participação dos tutores na "Semana do Livro" - no Instituto Federal de Ensino Superior (IFES), em Vitória - e a disponibilização de tutoriais nos sítios, Youtube, SlideShare e Biblioteca Central.

Entre os principais fatores que dificultaram a execução das atividades no ano de 2013, destacam-se: a falta de alguns títulos de livros no mercado editorial; a necessidade de ser obter 03 (três) orçamentos para compra de livros estrangeiros, atendendo a Lei de Licitações; a escassez de recursos humanos dispostos a operar os pregões e fiscalizar os contratos, devido a responsabilidade fiscal exigida; a morosidade nos trâmites legais, que acarreta demora na entrega do material bibliográfico e conseqüentemente a defasagem de alguns títulos.

A Presença da Graduação Presencial na Interiorização – UFES

Centro Universitário Norte do Espírito Santo - CEUNES

O Centro Universitário Norte do Espírito Santo (CEUNES), unidade gestora descentralizada da Universidade Federal do Espírito Santo, foi criado por decisão conjunta do Conselho Universitário e do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da UFES, pela Resolução nº. 01/2005, de 17 de novembro, com a finalidade de “possibilitar à comunidade do norte capixaba o acesso à Instituição de ensino superior pública”, iniciando suas atividades em 07 de agosto de 2006, no município de São Mateus.

Sua sustentabilidade financeira apoia-se essencialmente em recursos oriundos do orçamento da UFES e são aplicados observando-se a legislação vigente e as diretrizes do Planejamento da UFES. Apresenta-se aqui um relato das principais atividades didático-científicas desenvolvidas no decorrer do exercício de 2013, que contribuem para o tripé ensino, pesquisa e extensão sobre o qual se fundamenta a ação da Universidade.

No desenvolvimento de suas atividades, em termos de estrutura organizacional, o CEUNES conta com uma estrutura interna aprovada no Conselho Departamental, ainda não aprovada plenamente no Conselho Universitário, em que se destacam o próprio Conselho Departamental, que é o órgão superior deliberativo e consultivo do Centro, em matéria administrativa, financeira, didático-curricular, científica e disciplinar, os Departamentos Acadêmicos, a Secretaria Geral, Setor de Arquivo e Comunicação, de Comunicação, Núcleo de Extensão, Núcleo de Pesquisa e Pós-graduação, a Gerência Acadêmica, a Secretaria Acadêmica, os Colegiados de Cursos de Graduação, a Fazenda Experimental, que apoia e colabora, prioritariamente, com os Cursos de Ciências Agrárias no ensino, a Gerência Administrativa, a Gerência de Área Física, a Biblioteca, o Núcleo de Atenção a Saúde e Assistência Social, a Secretaria Única de Pós-Graduação, além do Comitê de

Ética em Pesquisa, que defende os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade, e contribui para o desenvolvimento da pesquisa dentro dos padrões ético-científicos.

Em relação à infraestrutura física, considerando as redes de saneamento básico, telecomunicações e energia elétrica, o CEUNES conta com uma área física construída de 1.032.179,84 m². Em 2013, precisamente, a área construída foi ampliada em 2.856,48 m², envolvendo basicamente a conclusão do Prédio de Laboratórios do DCN/DMA/DECOM e do Prédio de Laboratórios do DCS/DCAB.

O corpo docente compõe-se de 176 professores efetivos com titulação de mestre ou doutor em regime de 40 horas, com dedicação exclusiva, enquanto o corpo técnico-administrativo, distribuídos em diversos cargos, é composto por 96 servidores.

TABELA 1 - DISTRIBUIÇÃO DOS DOCENTES POR DEPARTAMENTO

DEPARTAMENTO	DOCENTE
Departamento de Ciências da Saúde – DCS	28
Departamento de Ciências Agrárias e Biológicas – DCAB	41
Departamento de Ciências Naturais – DCN	30
Departamento de Matemática Aplicada – DMA	22
Departamento de Engenharias e Tecnologia – DETEC	23
Departamento de Computação e Eletrônica – DCEL	19
Departamento de Ciências Humanas – DECH	13

As atividades planejadas no CEUNES estão alinhadas ao Plano de Desenvolvimento Institucional da UFES, ou seja, estão voltadas ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa, da extensão, da cultura e da inovação tecnológica, e os resultados obtidos estão compatíveis com as metas estabelecidas.

No que tange à parte acadêmica, propriamente dita, a forma de ingresso no CEUNES tem sido dividido em duas etapas. No primeiro semestre de 2013, foi utilizada a nota do ENEM como 1ª fase do vestibular e as discursivas como 2ª fase. Já no segundo semestre de 2013, foi utilizado apenas a nota do ENEM através do SISU (Sistema de Seleção Unificada). Os Programas de Pós-Graduação seguem as mesmas diretrizes observados pelos demais Programas vinculados à CAPES.

Feitas tais considerações, ressalta-se que, atualmente, o CEUNES constitui-se referência de educação superior no norte do Estado, ofertando 16 (dezesseis) cursos de Graduação, a saber: Enfermagem, Farmácia, Agronomia, Ciências Biológicas (Bacharelado), Ciências Biológicas (Licenciatura), Física (Licenciatura), Química (Licenciatura), Matemática (Bacharelado), Matemática (Licenciatura), Matemática Industrial (Bacharelado), Engenharia da Computação, Ciência da Computação, Engenharia de Produção, Engenharia de Petróleo, Engenharia Química, Pedagogia (Previsão para Início de 2014), com um quadro discente que totalizou 1681 matrículas.

Na pós-graduação, oferta 03 cursos Stricto Sensu, ou seja, o mestrado acadêmico em Agricultura Tropical, que respondeu pela oferta de 12 vagas, formando 14 mestres, Biodiversidade Tropical, que ofertou 14 vagas e formou 05, e o mestrado em Energia, que ofertando 21 vagas, contribuiu para a formação de 05 alunos. Já o curso Lato Sensu de Especialização em Ensino na Educação

Básica ofertou 33 vagas, formando 05 especialistas. O CEUNES, ao longo desse período conquistou o respeito de toda a comunidade acadêmica devido a excelência didático-científica de seu corpo docente e a competência do corpo técnico-administrativo, aliados aos esforços empreendidos pela Direção do Centro para concretizar as metas traçadas no Projeto de Interiorização da Universidade.

TABELA 2 - ATIVIDADES CIENTÍFICAS E PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS

Descrição	Departamentos	Quantidade
Produção Científica	DCS, DCAB, DCN, DMA, DETEC, DECEL, DECH e NASAS	104
Projetos de Pesquisa	DCS, DCAB, DCN, DMA, DETEC, DCEL, DECH E NASAS	243
Participação em Congressos, Bancas e Congêneres.	DCS, DECA, DCN, DMA, DETEC, DCEL e DECH.	81

Além dessas atividades, o CEUNES contribuiu para a manutenção do Restaurante, atendendo uma média de diária de 657 alunos, expandiu o acervo bibliográfico, promoveu a assistência social e suporte à saúde de servidores e discentes, oportunizando ainda cursos de qualificação e a participação nos cursos de línguas.

Como parceiras do CEUNES, colaborando direta ou indiretamente no desenvolvimento das atividades, devem ser destacados o Governo Federal, por meio do Ministério da Educação, e demais Ministérios que fomentam e financiam as atividades do Centro, Governo do Estado do Espírito Santo, Prefeitura Municipal de São Mateus, Petrobrás, e entidades do setor privado e do terceiro setor que apoiam à realização de estágios curriculares e os projetos de pesquisa.

Em relação à gestão ambiental, é possível, pelo Anexo V, apresentado ao final, evidenciar avanços e relacionar medidas proativas que levam a racionalização de recursos naturais e contribuem para o equilíbrio ambiental.

É possível concluir que a presença da Universidade Federal do Espírito Santo vem contribuindo diretamente no desenvolvimento da região norte do Estado e que o CEUNES tem sido a Unidade facilitadora desse processo, ao possibilitar à comunidade do norte capixaba o acesso ao ensino superior público, gerando também empregos de forma direta e indireta para a população local. O êxito do CEUNES pode ser mensurado pelo alcance das metas traçadas, pela qualidade dos serviços ofertados pelos técnicos administrativos em educação, pela qualidade no ensino, refletindo diretamente no sucesso dos últimos processos seletivos.

CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS – CCA

Sediado na cidade de Alegre, no sul do Espírito Santo, o Centro de Ciências Agrárias (CCA) constitui uma unidade da Universidade Federal do Espírito Santo, surgindo da incorporação da Escola Superior de Agronomia do Espírito Santo (ESAES), criada em 1971. A partir de 1976, a ESAES configurou-se no Centro Agropecuário da UFES (CA-UFES) e em 1999, com a criação de três novos cursos de graduação (Engenharia Florestal, Medicina Veterinária e Zootecnia), o Centro de ensino passou a ser denominado Centro de Ciências Agrárias da UFES (CCA-UFES).

Além das questões inerentes à área acadêmica, as realizações do Centro de Ciências Agrárias pautaram-se, sobretudo, pelos objetivos do Plano de Desenvolvimento Institucional, pelas demandas da comunidade universitária e pelas demandas sociais, e dentre essas podem ser

ênfâtizadas a reformulaçãõ da frota para atendimento a elevada demanda de visitas e viagens técnicas previstas nos projetos pedagógicos dos cursos, adquirindo-se novos veículos; redimensionamento da rede elétrica; reformas prediais e de telhados; abertura de licitação para abertura de poço tubular profundo, para captação de água potável e abastecimento das unidades da área experimental de Rive, bem como das estufas com experimentos, do rebanho bovino, ovinos e muares e para o Hospital Veterinário; demarcação da área com a construção de três muros nas divisas da sede do CCA em Alegre; aquisição de novos equipamentos e mobiliários; melhoria na segurança; além da coleta de resíduos químicos e orgânicos dos laboratórios, produzidos nas aulas práticas e no Hospital Veterinário, que é realizada mensalmente e sistematicamente. Pretende-se, ainda, construir a Secretaria Única que dê suporte a todos os Programas de Pós-Graduação.

O Centro de Ciências Agrárias – CCA, oferta atualmente 17 cursos de graduação, a saber, e com as respectivas datas de criação: Agronomia (1971), Medicina Veterinária, Engenharia Florestal, Zootecnia (1999), Geologia, Nutrição, Engenharia Industrial Madeireira, Ciências Biológicas, Engenharia de Alimentos (2006), Farmácia, Ciência da Computação, Sistemas de Informação, Licenciatura em Biologia, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Química e Licenciatura em Física (2009), ofertando cerca de 860 vagas anuais, com 2.062 alunos matriculados. Dos 17 cursos ofertados, 06 são ministrados no horário noturno, oportunizando o maior acesso da comunidade à universidade pública.

A pós-graduação, que teve início em 2002, responde hoje pela oferta de 06 mestrados, isto é, Ciências Veterinárias, Ciência e Tecnologia de Alimentos, Engenharia Química, Produção Vegetal, Ciências Florestais, Genética e Melhoramentos e os doutorados em Produção Vegetal, Ciências Florestais, Genética e Melhoramentos. O Programa de Pós-Graduação, criado mais recentemente, ou seja, em 2013, oferta o mestrado em Engenharia Química, cujo edital está aberto, e o número total de matrículas na Pós-Graduação totaliza 117, formando no ano de 2013, 76 mestres e 04 doutores.

O Centro de Ciências Agrárias conta atualmente com um corpo docente de 218 professores, dos quais 80 foram contratados no contexto do Projeto de Expansão da Interiorização da Graduação Presencial e 102 no Programa de Reestruturação e Expansão das IFES – REUNI, faltando preencher 10 vagas desse último Programa. Essas contratações qualificaram de forma significativa o corpo docente do Centro. Os técnico-administrativos totalizam 125, sendo que desse total 44 foram contratados nos dois Programas já mencionados.

A expansão da infraestrutura física também sofreu acréscimo significativo e está assim distribuída: Campus do município de Alegre 23075,74 m²; área experimental de Rive com 8152,98 m²; município de Jerônimo Monteiro com 353,8 m² e município de São Jose do Calçado com 1328,6 m², totalizando 38910,6 m² em obras concluídas e em andamento.

Os esforços e os investimentos nos *campi* do interior requerem um olhar mais global pela sua contribuição ao processo de desenvolvimento do município, da região sul do Estado do Espírito Santo, bem como no reatamento que proporciona nos estados limítrofes, ou seja, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Na sua estrutura principal, o Centro de Ciências Agrárias é constituído pelo Conselho Departamental, por 12 Departamentos Acadêmicos, 17 Colegiados de Graduação, que conta com uma Secretaria Acadêmica, Secretaria Administrativa, Coordenação de Contabilidade, Coordenação Administrativa, Coordenação de Áreas Experimentais, o Setor de Assistência Estudantil – SAUNI, Serviços de Restaurantes em Alegre e em Jerônimo Monteiro, e Biblioteca Setorial.

Dentre os principais parceiros, destacam-se a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEAMA)-ES, Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SISEMA)-MG; Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES); Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq); Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Fíbria celulose; Vale; Prefeitura Municipal de Alegre, Prefeitura Municipal de Jerônimo Monteiro e Prefeitura Municipal de Castelo.

2.2.1.8 Ação 4002 – Assistência ao Estudante de Ensino Superior

QUADRO 9 – ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE DE ENSINO SUPERIOR

Identificação da Ação						
Código	4002		Tipo: A			
Título	Assistência ao Estudante de Ensino Superior					
Iniciativa	Ampliação do acesso, da permanência e da taxa de sucesso dos estudantes na educação superior, em instituições públicas e privadas, inclusive por meio de financiamento estudantil, com promoção da elevação da eficiência acadêmica, da qualidade, da equidade e da inclusão, considerando, inclusive, especificidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e das pessoas com deficiência.					
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federa de ensino superior. Código: 0841					
Programa	Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão. Código: 2032 Tipo: Programa Temático					
Unidade Orçamentária	26234					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
15.890.075,00	16.890.075,00	15.052.539,69	13.925.403,92	13.370.239,93	557.183,99	1.127.135,77
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Aluno Assistido		Unidade	3300	3300	3403	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
918.721,41	805.313,86	106.206,71	Aluno Assistido	Unidade	174	

A meta física da ação 4002 previa o atendimento, em 2013, de 3.300 estudantes, dos quais 150 no Programa Incluir. Considerando a totalidade do atendimento, atingiu-se no exercício 3.577 alunos assistidos. Contudo, considerou-se como resultado da aplicação do orçamento de 2013, a assistência a 3403, bem acima da meta prevista, associando-se aos recursos de Restos a Pagar Não Processado o quantitativo de 174 alunos assistidos. Os atendimentos realizados foram direcionados a estudantes cadastrados no Programa de Assistência Estudantil da UFES PROAES e assistidos pelo Núcleo de Acessibilidade da UFES – NAUFES, valendo ressaltar, também, o atendimento de 351.500 refeições aos estudantes cadastrados pelo Proaes-UFES, ou seja, alunos que possuem subsídio à alimentação. Aos demais alunos da Universidade, foram servidas refeições que certamente contribuíram para melhorar as condições de permanência na Instituição, com rebatimentos diretos

na redução de retenção e evasão, o que pode influenciar no retorno de maior número de profissionais qualificados à sociedade.

Em relação aos Restaurantes, cabe ressaltar que o Projeto Auxílio Alimentação faz parte do Programa de Assistência Estudantil – Proaes da Ufes, inserindo-se no contexto do PNAES, e que em 2013 houve um ampliação considerável no número de refeições servidas, principalmente em relação às fornecidas aos alunos integrantes do Programa de Assistência Estudantil com desconto de 50%, que registrou aumento de 104% e aos alunos isentos, com incremento de 128%. Outra medida importante no âmbito da Gestão dos Restaurantes foi à ampliação do número de servidores nos setores de Compras e Nutrição do Departamento, o que possibilitou a efetiva segregação das funções, conforme determinação legal, resultando em melhores condições de trabalho, além de permitir o início da atualização do Manual de Boas Práticas em Cozinha Industrial, a implantação dos procedimentos operacionais Padrão, propiciar um melhor acompanhamento no recebimento de mercadorias e na gestão da qualidade higiênico-sanitária das refeições servidas.

No Programa Incluir, estabeleceu-se a meta para atendimento de 150 estudantes, dos quais 83 foram atendidos, sendo que, deste total, 03 receberam atendimento ininterrupto. Ratifica-se, a informação de que, no seu conjunto, a meta foi superada, uma vez que previa 3300 alunos assistidos, alcançando-se 3403 com recursos de 2013. Os recursos de capital e grande parte dos recursos de custeio não foram utilizados durante o exercício, tendo sido reservados para adequação e reforma do espaço físico da sede do Núcleo. Entretanto, a licitação não ocorreu em 2013, conforme previsto.

O Núcleo de Acessibilidade da UFES (NAUFES), constituído por meio da Portaria nº 1.464/2013-GR, em 13 de junho de 2013, vem desenvolvendo ações que contribuirão para o alcance de seus objetivos, a saber: coordenar e executar ações relacionadas à promoção de acessibilidade e mobilidade; acompanhar e fiscalizar a implementação de políticas de inclusão das pessoas com deficiência na Educação Superior; implementar continuamente ações de acessibilidade educacional na UFES, mediante ações de extensão, projetos de pesquisa, estudos, intercâmbios, cooperações técnico-científicas às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida nos espaços, ambientes, materiais, ações e processos desenvolvidos na UFES, entre outros.

Cabe registrar que se encontra em andamento 02 projetos de extensão, que visam proporcionar apoio formativo-educativo a estudantes com deficiência e/ou com transtornos globais do desenvolvimento e 01 projeto de pesquisa, que objetiva identificar quais são as pessoas que apresentam deficiência na UFES e quais serviços elas apresentam como demanda. Concomitante com os projetos, foram feitos atendimentos individuais e realizado o I Seminário “A acessibilidade e o contexto da UFES”. Visando aprimorar esses diagnósticos, em outubro de 2013, aconteceu uma visita técnica ao Instituto de Educação de Londres, com o objetivo de conhecer e debater questões relativas à acessibilidade de estudantes com deficiência na educação superior na Inglaterra.

Enfim, deve ser destacado o atendimento de 100% do previsto na Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que institui as cotas para ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, garantindo dessa forma oportunidades de acesso e inclusão dos alunos de baixa renda familiar ao ensino superior, o que certamente trará benefícios sociais relevantes.

Ressaltam-se ainda como aspectos facilitadores para execução do planejamento e a organização das ações de análise socioeconômica, dos estudantes de baixa renda familiar, o sistema informatizado, o espaço físico adequado, e os equipamentos e materiais disponibilizados para ultrapassar a meta física da ação 4002. Entretanto, os recursos recebidos do PNAES foram insuficientes, a equipe de

servidores é reduzida e sente-se fragilizada em decorrência da ausência de determinadas especialidades necessárias à realização do trabalho, comprometendo a qualidade dos serviços prestados. Além disso, ocorrem atrasos no recebimento do primeiro auxílio, pois os estudantes quando ingressam no PROAES só conseguem receber cerca de dois meses após o início do semestre letivo, gerando desgaste na equipe que se sente impotente diante de situações de comprovada vulnerabilidade socioeconômica. Outro entrave, é a utilização de grande parte do tempo dos profissionais na realização da avaliação socioeconômica, impossibilitando com isso, a realização de outros projetos importantes na área da assistência estudantil.

2.2.1.9 Ação 6328 – Universidade Aberta e a Distância

QUADRO 10 – UNIVERSIDADE ABERTA E A DISTÂNCIA

Identificação da Ação						
Código	6328		Tipo: A			
Título	Universidade Aberta e a Distância					
Iniciativa	Ampliação do acesso, da permanência e da taxa de sucesso dos estudantes na educação superior, em instituições públicas e privadas, inclusive por meio de financiamento estudantil, com promoção da elevação da eficiência acadêmica, da qualidade, da equidade e da inclusão, considerando, inclusive, especificidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e das pessoas com deficiência.					
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federa de ensino superior. Código: 0841					
Programa	Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão. Código: 2032 Tipo: Programa Temático					
Unidade Orçamentária	26234					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
516.200,00	516.200,00	87.886,55	18.886,55	18.886,55	-	69.000,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Vaga Disponibilizada			Unidade	4505	4505	825
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
4.248,93	4.200,00	48,93	Vaga Disponibilizada	Unidade	1083	

Com relação à ação 6328, no ano de 2013, foram efetivadas 1.083 (mil e oitenta e três) matrículas nos cursos de graduação oferecidos pelo ne@ad/UAB/PROLICEN nos cursos de Ciências Contábeis – Bacharelado – e nas licenciaturas em Artes Visuais, Educação Física, Física e Química, cursos esses iniciados em 2008, além de se registrar 559 concluintes.

As matrículas nos cursos ficaram assim distribuídas: i) Licenciatura em Artes Visuais/UAB – 366 alunos concluíram o curso e 209 foram matriculados, por se encontrarem devendo disciplinas ou por não ter finalizado o TCC; ii) Licenciatura em Física/UAB/Pró-Licenciatura – 193 alunos concluíram o curso e 339 foram matriculados, por se encontrarem devendo disciplinas ou por não

ter finalizado o TCC; iii) Licenciatura em Química/UAB –53 alunos matrículas; iv) Bacharelado em Ciências Contábeis/UAB – 201 matrículas; e, v) Educação Física/Pró-Licenciatura –281 matrículas. Quanto à meta prevista para 2013 (4.505), destaca-se que os cursos de Licenciatura em Artes Visuais, Biologia, Filosofia, Física, História, Pedagogia e Química; os de Especialização em Gestão em Saúde, Ensino de Matemática e Filosofia e Psicanálise; e o de Aperfeiçoamento em Dimensões da Humanização, associados à matriz de 2013, já tinham previsão para serem iniciados em 2014, aguardando-se, pois, o financiamento da CAPES.

Portanto, dos cursos previstos para serem iniciados em 2013, ou seja, Licenciatura em Física, Especialização em Gestão em Saúde e o de Aperfeiçoamento em Dimensões da Humanização, estes não foram iniciados, uma vez que não houve financiamento por parte da UAB. Ofertou-se, no exercício, apenas o curso de Formação Teórico Prática para Mediadores em EAD da UFES – PACC, disponibilizando 825 vagas.

2.2.1.10 Ação 8282 – Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior

QUADRO 11 – REESTRUTURAÇÃO E EXPANSÃO DE INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR

Identificação da Ação						
Código	8282		Tipo: A			
Título	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior					
Iniciativa	Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas físicas e de recursos humanos, e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade.					
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federa de ensino superior. Código: 0841					
Programa	Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão. Código: 2032 Tipo: Programa Temático					
Unidade Orçamentária	26234					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
19.940.670,00	25.921.649,00	20.353.234,35	15.197.317,48	15.124.238,83	73.078,65	5.155.916,87
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Vaga Disponibilizada			Unidade	1660	1660	1660
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
3.504.166,59	2.804.225,71	38.049,79	Vaga Disponibilizada	Unidade	1660	

A Ação em si, constituiu um ponto positivo e tem se configurado numa alternativa que possibilita a Universidade melhorar continuamente a infraestrutura física que a expansão demanda, por meio da compra de equipamentos, máquinas e mobiliários destinados aos laboratórios de ensino e salas de aulas, bem como para as Unidades que dão sustentação à área fim. Adicionalmente, oportuniza a construção de novos espaços físicos que, desde o primeiro momento, foram diagnosticados como necessários à consolidação da expansão. Os benefícios da Ação, contudo, são mais amplos, pois ao alocar recursos de custeio também tem contribuído para garantir a manutenção dos serviços considerados essenciais.

A meta prevista concretiza-se plenamente, na medida em que a oferta de vagas se consolida, evidenciando a determinação da UFES em cumprir o compromisso pactuado com o Ministério da Educação e com a sociedade. Aos Restos a Pagar Não Processados, foi associado todo o conjunto de alunos previstos no contexto da meta, pois todos são beneficiados direta ou indiretamente pelos recursos.

Dentre as obras viabilizadas com os recursos da Ação, podem ser citadas: Finalização da Obra do Auditório do Centro de Artes; Reforma e Ampliação do Edifício da Botânica, Finalização do Edifício da Biologia Animal e Edifício da Pós-Graduação, no Centro de Ciências Humanas e Naturais; Reforma do Restaurante do Centro de Ciências Agrárias; Edifício de Laboratórios – Módulo III, no Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas; e, conclusão do Laboratório de Anatomia, no Centro Universitário Norte do Espírito Santo – CEUNES.

2.2.1.11 Ação 20TP – Pagamento de Pessoal Ativo da União

QUADRO 12 – PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO

Identificação da Ação						
Código	20TP		Tipo: A			
Título	Pagamento de Pessoal Ativo da União					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo: Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado					
Unidade Orçamentária	26234					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não		Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC		<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
228.804.136,00	288.509.950,00	276.175.246,07	275.816.211,88	275.816.211,88	-	359.034,19

Os pagamentos seguem sendo realizados normalmente, observando-se o calendário de pagamento estabelecido pelo Governo Federal.

2.2.1.12 Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados e seus Dependentes.

QUADRO 13 – ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E SEUS DEPENDENTES.

Identificação da Ação						
Código	2004		Tipo: A			
Título	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e Seus Dependentes.					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo: Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado					
Unidade Orçamentária	26234					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
5.484.158,00	8.006.260,00	6.401.767,59	6.371.767,59	6.371.767,59	-	30.000,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pessoa Beneficiada		Unidade	4.442	4.442	5.441	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

A Ação tem como objetivo fornecer aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental, mediante a contratação de serviços médico-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato, convênio ou ressarcimento (auxílio de caráter indenizatório). A Universidade executa a ação pela concessão do valor per capita como verba indenizatória ao servidor (e seus dependentes e pensionistas). Esta Ação é importante, pois oportuniza melhor qualidade de vida aos servidores, com a adoção de medidas preventivas de atenção à saúde, afetando diretamente os índices de absenteísmos e licenças para tratamento médico. No pico, a Ação atingiu 5.441 benefícios, um quantitativo compatível com a meta estabelecida. Há que se registrar o fato de as metas físicas de benefícios, atualmente, serem definidas no âmbito da SOF.

Além disso, a Universidade Federal do Espírito Santo, através do Departamento de Atenção à Saúde – DAS, oferece à comunidade acadêmica (alunos e servidores) atendimento médico e odontológico, totalizando, no ano de 2013, quatro mil seiscentos e vinte oito (4.628) atendimentos na área médica e quinze mil setecentos e dez (15.710) na área odontológica, contribuindo ainda mais para a manutenção e melhoria da qualidade de vida dos servidores.

Alguns fatores devem ser enfatizados na execução da Ação, destacando-se como fatores facilitadores a divulgação do benefício no ingresso dos servidores e na página eletrônica da Instituição. Ademais, foi desenvolvido um sistema para registro, acompanhamento e pagamento do benefício visando maior controle e confiabilidade no processo. Contudo, constatam-se dificuldades

relacionadas aos ressarcimentos de benefícios, pois estes controles geram um número expressivo de documentos a serem conferidos e lançados. Por força das normas vigentes, o sistema de reembolso gerou uma obrigação da Instituição em controlar mensalmente os boletos pagos pelos beneficiados, demandando maior número de servidores não havendo tais disponibilidades. O pagamento dos benefícios, via convênios, também demanda manipulação de razoável volume de dados e exige capacitação dos operadores.

2.2.1.13 Ação 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cívicos, Empregados e Militares

QUADRO 14 – ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CÍVICOS, EMPREGADOS E MILITARES.

Identificação da Ação						
Código	2010		Tipo: A			
Título	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cívicos, Empregados e Militares					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo: Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado					
Unidade Orçamentária	26234					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
288.000,00	353.000,00	297.471,03	297.471,03	297.471,03	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Criança Atendida		Unidade	324	324	417	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

A concessão do benefício de assistência pré-escolar é realizada aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar, conforme dispõe o Decreto nº 977/93. A Ação cumpre relevante papel social e visa dotar o órgão de meios administrativos para o alcance de seus objetivos e finalidades, oferecendo aos seus servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes. Os pagamentos do auxílio pré-escolar foram realizados satisfatoriamente e de acordo com as legislações vigentes, e a partir da solicitação, via processo administrativo, do servidor interessado. Os quantitativos informados refletem o número real de benefícios concedidos. Também vale frisar que as metas físicas das Ações de benefícios têm sido determinadas no âmbito da Secretaria de Orçamento e Finanças, razão pela qual têm ocorrido diferenças entre a meta inicial apresentada pela Instituição e a meta final executada.

2.2.1.14 Ação 2011 – Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados Civis, Empregados e Militares

QUADRO 15 – AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES

Identificação da Ação						
Código	2011		Tipo: A			
Título	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo: Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado					
Unidade Orçamentária	26234					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
114.288,00	129.288,00	75.137,70	75.137,70	75.137,70	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pessoa Beneficiada		Unidade	53	53	262	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

Esta Ação atua como parte dos meios necessários para que a Instituição possa alcançar seus objetivos e finalidades, assegurando os deslocamentos dos servidores de suas residências para os locais de trabalho e o retorno. Os reajustes no vencimento básico dos servidores por progressões ou por aumento salarial são variáveis que proporcionam alterações na execução da Ação. A meta física desta Ação, embora prevista pela Universidade na elaboração da Proposta Orçamentária, foi alterada no âmbito da SOF/MEC, ocorrendo grande discrepância entre essa meta e a meta efetivamente executada pela Instituição. Os quantitativos, todavia, informados refletem o número real de beneficiários alcançados pela Ação.

2.2.1.15 Ação 2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares

QUADRO 16 – AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES

Identificação da Ação						
Código	2012		Tipo: A			
Título	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo: Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado					
Unidade Orçamentária	26234					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não		Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC		<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
10.644.000,00	13.309.300,00	13.215.186,98	13.215.186,98	13.215.186,98	-	-
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Montante			
			Previsto	Reprogramado	Realizado	
Pessoa Beneficiada		Unidade	2918	2918	2939	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

A Ação foi realizada com sucesso, por meio da concessão do auxílio em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia, de acordo com a Lei nº 9.527/97. Esta ação fornece condições para melhor qualidade de vida das famílias dos servidores por meio da alimentação e nutrição. Os quantitativos informados refletem o número real de benefícios concedidos e estão compatíveis com a meta física estabelecida.

2.2.1.16 - Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.

QUADRO 17 – CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS EM PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO E REQUALIFICAÇÃO.

Identificação da Ação						
Código	4572		Tipo: A			
Título	Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo: Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado					
Unidade Orçamentária	26234					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não		Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC		<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	

Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
862.500,00	862.500,00	605.440,84	513.070,84	483.228,69	29.842,15	92.370,00
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Servidor Capacitado			Unidade	2200	2200	1941
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
25.515,00	19.590,00	5.235,00	Servidor Capacitado	Unidade	68	

A meta física obtida em 2013 com os recursos da Ação de Capacitação totalizou 1.941 servidores capacitados, atingindo em 88% a meta proposta de 2.200 servidores. Foram ministrados 72 cursos, totalizando 2.217 horas-aula e 1.061 certificações; 122 servidores foram contemplados com o custeio de inscrições, diárias e passagens para participação em congressos e cursos de curta duração no país; 419 bolsas concedidas em cursos de idiomas; 56 alunos matriculados no mestrado profissional em Gestão Pública; 242 licenças para capacitação concedidas e 09 afastamentos para pós-graduação disponibilizados a servidores TAEs.

Ressalta-se, ainda, as ações voltadas para a capacitação continuada dos gestores. Nesse aspecto, destacam-se principalmente a realização do Programa de Desenvolvimento de Gestores Operacionais (PDGO) e o curso Gestão por Competências, do qual também participaram os servidores do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas para que os mesmos possam atuar na implantação do modelo de Gestão por Competência, indo ao encontro dos projetos propostos no Plano de Desenvolvimento Institucional 2010-2014.

Em 2013, podem ser destacados os seguintes fatores que influenciaram negativamente no cumprimento das metas de capacitação: reforma da estrutura física do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas da PROGPAES; necessidade de criação/adequação de rotinas administrativas; necessidade de realização de processo de credenciamento de novos instrutores, o que demandou tempo, além de cursos para os quais não houve candidatos.

Quanto aos pontos positivos, destacam-se o estabelecimento de norma interna para custeio de participação de cursos e eventos de curta duração no país, prioritariamente para os servidores técnico-administrativos; realização de parceria com instituições externas e contratação de empresa para realização de turmas exclusivas de cursos de formação específica; integração do levantamento das necessidades de capacitação ao Programa de Avaliação de Desempenho.

Com os recursos vinculados aos Restos a Pagar inscritos em 2013, projeta-se capacitar 150 servidores o que elevaria a *performance* para 95% (noventa e cinco por cento), portanto muito próximo da meta programada. Além disso, ainda houve associação de resultados adicionais a recursos oriundos do exercício anterior, ou seja, foram associadas 68 capacitações a recursos de Restos a Pagar Não Processados de 2012.

2.2.1.17 Ação 00M0 – Contribuição à Entidades Nacionais Representativas de Educação e Ensino

QUADRO 18 - CONTRIBUIÇÃO À ENTIDADES NACIONAIS REPRESENTATIVAS DE EDUCAÇÃO E ENSINO

Identificação da Ação						
Código	00M0		Tipo: OP			
Título	Contribuição à Entidades Nacionais Representativas de Educação e Ensino					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo: Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado					
Unidade Orçamentária	26234					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
100.000,00	100.000,00	76.511,06	76.511,06	76.511,06	-	-

Os pagamentos à Entidade foram realizados observando a legislação vigente.

2.2.1.18 Ação 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.

QUADRO 19 – CONTRIBUIÇÃO DA UNIÃO, DE SUAS AUTARQUIAS E FUNDAÇÕES PARA O CUSTEIO DO REGIME DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS FEDERAIS.

Identificação da Ação						
Código	09HB		Tipo: OP			
Título	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo: Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado					
Unidade Orçamentária	26234					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
51.466.538,00	60.468.185,00	59.881.415,53	59.881.415,53	59.881.415,53	-	-

Esta Ação vem cumprindo a sua finalidade, uma vez que os recolhimentos das contribuições vêm sendo realizada de forma normal, observando a legislação pertinente. Os recolhimentos se constituem relevantes na medida em que asseguram ao trabalhador uma justa aposentadoria, após longo tempo de contribuição.

2.2.2. Ações não Previstas na LOA 2013 - Restos a Pagar

2.2.2.1 – Ação 20 CW - Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos

QUADRO 20 – ASSISTÊNCIA MÉDICA AOS SERVIDORES E EMPREGADOS – EXAMES PERIÓDICOS

Identificação da Ação					
Código	20 CW			Tipo: A	
Título	Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos				
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo: Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado				
Unidade Orçamentária	26234				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
228.220,06	15.674,68	212.545,38	Servidor beneficiado	Unidade	483

A Ação 20 CW, que encampa os Exames Periódicos, veio dar concretude ao que foi instituído no Decreto nº 6.856/2009 e, em face aos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais, proporciona o acompanhamento da saúde dos servidores públicos federais. A UFES esforça-se para garantir que todos os servidores usufruam desse serviço da maneira mais rápida e eficiente possível, sem interrupção dos serviços prestados. Entretanto, o Módulo Saúde é bastante instável, a participação é facultativa, além de ser imprescindível o preenchimento de um questionário com uma quantidade excessiva de telas, gerando insatisfação a grande maioria usuário, afastando ainda aqueles que possuem menor grau de instrução e dificuldade de acesso à tecnologia, o que inviabiliza uma maior participação nos exames periódicos. No ano de 2013 foram realizados 483 exames periódicos de servidores, ficando, abaixo da meta prevista.

Contudo, registra-se que, na área da saúde, com a implantação da unidade SIASS-UFES passou-se a ter uma abordagem mais isonômica, tendo em vista que as decisões do Serviço de Perícia Oficial passaram a ter parâmetros previamente definidos pelo Ministério do Planejamento. Outro ponto positivo diz respeito à possibilidade de emissão de relatórios quantitativos sobre as licenças concedidas, graças à interface eletrônica do SIASS. No entanto, a obrigatoriedade da utilização da interface eletrônica tem trazido problemas para a realização do exame periódico, o que acreditamos estar influenciando drasticamente no alcance das metas propostas.

2.2.2.2 Ação 2E14 - Reforma e Modernização de Infraestrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior

QUADRO 21 – REFORMA E MODERNIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR

Identificação da Ação					
Código	2E14		Tipo: A		
Título	Reforma e Modernização de Infraestrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior				
Objetivo	Ampliar com qualidade o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão, com vistas a disseminar o conhecimento Código:				
Programa	Brasil Universitário *		Código: 1073	Tipo: Finalístico	
Unidade Orçamentária	26.234				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC	() Brasil sem Miséria	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
564.956,23	412.243,52	152.712,71	Unidade Modernizada	Unidades	-

* Originalmente, é este o programa que vinculou à Ação no passado.

Cumprida a maioria das obrigações assumidas no contexto da Ação, continua pendente saldos em Restos a Pagar Processados, decorrentes de desfecho do processo de punição encaminhado à Procuradoria Federal, que poderá ocasionar a penalização da empresa.

2.2.2.3 Ação 11GA – Readequação da Infraestrutura da Universidade Federal do Espírito Santo – REUNI

QUADRO 22 – READEQUAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - REUNI

Identificação da Ação					
Código	11GA		Tipo: P		
Título	Readequação da Infraestrutura da Universidade Federal do Espírito Santo - REUNI				
Objetivo	Ampliar com qualidade o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão, com vistas a disseminar o conhecimento Código:				
Programa	Brasil Universitário *		Código: 1073	Tipo: Finalístico	
Unidade Orçamentária	26.234				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC	() Brasil sem Miséria	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
2.969.047,30	2.918.173,90	1.423,47	Vaga Disponibilizada	Unidade	1660

* Originalmente, é este o programa que vinculou à Ação no passado.

A Ação que financiava obras no âmbito do Programa de Reestruturação e Expansão das IFES – REUNI, está sendo finalizada com as entregas definitivas das Obras. O saldo remanescente refere-se a obrigações assumidas e trâmites inerente a processo de penalização.

2.2.2.4 Ação 4004 – Serviços à Comunidade por meio da Extensão Universitária

QUADRO 23 – SERVIÇOS À COMUNIDADE POR MEIO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Identificação da Ação					
Código	4004		Tipo: A		
Título	Serviços à Comunidade por Meio da Extensão Universitária				
Objetivo	Ampliar com qualidade o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão, com vistas a disseminar o conhecimento Código:				
Programa	Brasil Universitário *		Código: 1073	Tipo: Finalístico	
Unidade Orçamentária	26.234				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
23,62	-	23,62	Pessoa Benefícia	Unidade	-

* Originalmente, é este o programa que vinculou à Ação no passado.

O valor corresponde a cancelamento de saldos de Restos a Pagar tornado insubsistente.

2.2.2.5 Ação 4006 – Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação

QUADRO 24 – FUNCIONAMENTO DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Identificação da Ação					
Código	4006		Tipo: A		
Título	Funcionamento de Cursos de Pós-Graduação				
Objetivo	Formar pessoal de alto nível no país e no exterior, com vistas à produção do conhecimento científico, para a solução dos grandes desafios educacionais, econômicos e sociais do Brasil. Código:				
Programa	Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa *		Código: 1375	Tipo: Finalístico	
Unidade Orçamentária	26234				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
2.870,00	-	2.870,00	Aluno Matriculado	Unidade	???

* Originalmente, é este o programa que vinculou à Ação no passado.

O valor corresponde a cancelamento de saldos de Restos a Pagar tornado insubsistente.

2.2.2.6 Ação 4008 – Acervo Bibliográfico Destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino

QUADRO 25 – ACERVO BIBLIOGRÁFICO DESTINADO ÀS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E HOSPITAIS DE ENSINO

Identificação da Ação					
Código	4008		Tipo: A		
Título	Acervo Bibliográfico Destinado às Instituições Federais de Ensino Superior e Hospitais de Ensino				
Objetivo	Ampliar com qualidade o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão, com vistas a disseminar o conhecimento Código:				
Programa	Brasil Universitário*		Código: 1073	Tipo: Finalístico	
Unidade Orçamentária	26234				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
8.529,52		8.529,52	Livro Adquirido	Unidade	-

* Originalmente, é este o programa que vinculou à Ação no passado.

O valor corresponde a cancelamento de saldos de Restos a Pagar tornado insubsistente.

2.2.2.7 Ação 4009 – Funcionamento de Cursos de Graduação

QUADRO 26 – FUNCIONAMENTO DE CURSOS DE GRADUAÇÃO

Identificação da Ação					
Código	4009		Tipo: A		
Título	Funcionamento de Cursos de Graduação				
Objetivo	Ampliar com qualidade o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão, com vistas a disseminar o conhecimento Código:				
Programa	Brasil Universitário		Código: 1073	Tipo: Finalístico	
Unidade Orçamentária	26234				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
93.342,64	70.398,20	11.240,45	Aluno Matriculado	Unidade	**18233

* Originalmente, é este o programa que vinculou à Ação no passado.

* *Meta realizada em 2011.

O saldo existentes refere-se a obrigações assumidas com fornecedores aguardando conclusão.

2.2.2.8 Ação 1 H92 – Expansão do Ensino Superior - Campus de Alegre

QUADRO 27 – EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR - CAMPUS DE ALEGRE

Identificação da Ação					
Código	1H92			Tipo: P	
Título	Expansão do Ensino Superior – Campus de Alegre				
Objetivo	Ampliar com qualidade o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão, com vistas a disseminar o conhecimento. Código:				
Programa	Brasil Universitário *			Código: 1073	Tipo: Finalístico
Unidade Orçamentária	26234				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
128,00					

* Originalmente, é este o programa que vinculou à Ação no passado.

Informamos que saldos de empenhos inscritos em RP referem-se a materiais adquiridos para desenvolvimentos das atividades institucionais e que os respectivos fornecedores já receberam Termos de Notificação pelas entregas em desacordo com os editais.

2.2.2.9 Ação 6373 – Modernização e Recuperação da Infraestrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino

QUADRO 28 – MODERNIZAÇÃO E RECUPERAÇÃO DA INFRAESTRUTURA FÍSICA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR E DOS HOSPITAIS DE ENSINO

Identificação da Ação					
Código	6373			Tipo: A	
Título	Modernização e Recuperação da Infraestrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospitais Universitários				
Objetivo	Ampliar com qualidade o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão, com vistas a disseminar o conhecimento Código:				
Programa	Universidade do Século XXI			Código: 1073	Tipo: Finalístico
Unidade Orçamentária	26234				
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física – Meta		
Valor em 01/01/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
314.140,61			Instituição Modernizada	Unidade	-

* Originalmente, é este o programa que vinculou à Ação no passado.

Este valor aparece na Unidade UFES, mas refere-se a restos a pagar do Hospital Universitário, em decorrência da apresentação de Relatórios apresentados no formato Consolidado em exercícios anteriores.

2.3 Informações sobre outros resultados da gestão

Conforme já foi ressaltado, várias Ações do PPA tem desdobramentos que transcendem o exercício, o que também se aplica a várias ações da Universidade que buscam se adequar as orientação dos Órgãos de Controle Externo e Interno ou que visam atender as demandas sociais. Entende-se, contudo, que os comentários apresentados até aqui complementados pelas informações e quadros que seguem, não obstante o fato da dinâmica da gestão universitária, constituem um retrato fiel sobre a realidade da Instituição.

3. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

A estrutura orgânica de apoio e de controle interno no âmbito da UFES é constituída pelo Conselho de Curadores, pela AUDIN – Auditoria Interna e pelo Órgão de Correição, ou seja, a Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar.

O Conselho de Curadores é o órgão deliberativo e consultivo em matéria de fiscalização econômico-financeira, tendo como competência básica: i) aprovar as normas do seu funcionamento; ii) acompanhar e fiscalizar a execução orçamentária através da documentação a ele encaminhada pelo órgão de auditoria financeira da Reitoria; iii) aprovar a prestação de contas anual da Universidade, apresentada pelo Reitor, a fim de ser enviada ao Ministério da Educação; iv) elaborar, em reunião conjunta com o Conselho Universitário e com o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, as listas de nomes destinados à escolha do Reitor e do Vice-Reitor pelo Presidente da República, e v) deliberar sobre outras matérias de sua competência.

A Auditoria Interna da UFES é a Unidade de Controle Interno responsável por desenvolver ações preventivas no sentido de contribuir para a garantia da legalidade, da moralidade e da probidade dos atos administrativos na Instituição. O Regimento Interno foi aprovado pelo Conselho Universitário através da Resolução nº 48, de 27.12.2010, tendo a AUDIN como objetivos e finalidades assessorar, examinar, orientar, acompanhar e avaliar os atos de gestão, visando assegurar: i) a regularidade da administração orçamentária, financeira e patrimonial da Universidade Federal do Espírito Santo; ii) a adequação e a regularidade das contas, bem como a eficiência e eficácia na aplicação dos recursos disponíveis, observando os princípios da legalidade, legitimidade e economicidade; iii) a racionalização e a execução das receitas e despesas, de forma a garantir a aplicação regular e utilização racional dos recursos e bens disponíveis; iv) o cumprimento das leis, normas e regulamentos, bem como a eficiência e a qualidade técnica dos controles contábeis, financeiros e patrimoniais da UFES; e, v) as informações oportunas aos órgãos responsáveis pela administração, planejamento, orçamento e programação financeira da UFES, de forma a permitir o contínuo aperfeiçoamento das atividades.

Os trabalhos de auditoria são realizados com base no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna e durante o exercício a chefe da AUDIN emite ordens de serviços e programas de auditoria aos auditores vinculados, a fim de orientá-los e acompanhar o cumprimento do PAINT. Não obstante, além das auditorias planejadas, os auditores emitem, quando solicitados, pareceres/despachos para esclarecimentos de dúvidas e orientações. Destarte, a Auditoria da UFES é um órgão de assessoramento que auxilia no fortalecimento da gestão.

A Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar – CPPAD é um órgão administrativo vinculado ao Gabinete do Reitor, cuja criação, estrutura, funcionamento e competências são definidos pelo Regimento Interno e pela Portaria nº 059, de 19 de janeiro de 1998, tendo como finalidade básica: i) apurar irregularidades administrativas e funcionais e suas responsabilidades, ocorridas na Instituição, por meio de Sindicância Administrativa e Processo Administrativo Disciplinar, de acordo com a Lei 8112/90, conforme designação por Portaria, do Magnífico Reitor; ii) atuar no auxílio às Comissões de Inquérito Administrativo, instauradas para apuração de responsabilidades do corpo discente da UFES, observando o regimento interno da Instituição, bem como às Sindicâncias Administrativas, quando estas são realizadas no âmbito dos Centros Acadêmicos e Órgãos Suplementares da IFES; iii) a CPPAD é composta, atualmente, de 05 (cinco) membros efetivos, todos servidores técnico-administrativos efetivos da UFES, com designação de um Presidente e uma secretária.

A CPPAD, por meio de Comissões específicas, atua, ainda, em demandas de Órgãos de Controle Interno e Externo, como consequência de Auditorias da Controladoria Geral da União – CGU e do Tribunal de Contas da União – TCU e oriundas de Procedimentos Administrativos do Ministério Público da União – MPU. Em relação ao cumprimento aos preceitos constantes dos Artigos 4º. e 5º. da Portaria 1043/2007, a sua implementação está em curso na CPPAD.

Na Tabela abaixo, são apresentadas as informações sobre os registros nos PADs realizados pela Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar – CPPAD.

TABELA 3 – RELATÓRIO CGU/PAD

ITEM	DESCRIÇÃO	NÚMERO DE PROCEDIMENTOS
1.	Relatório de procedimentos instaurados	26
2.	Relatório de procedimentos em indiciamento/ citação	37
3.	Relatório de procedimentos encaminhados para julgamento	50
4.	Relatório de procedimentos julgados	34
5.	Relatório de procedimentos anulados judicialmente	01

Feitas tais ponderações, a percepção institucional quanto ao funcionamento do controle interno é de que eles são fundamentais para assessorar e orientar a administração no processo de gestão institucional e que devem ter as suas atuações potencializadas, no sentido de alcançar maior eficácia e efetividade na execução das ações da Instituição. Quanto aos mecanismos institucionais que permitem avaliar o desempenho, estes devem ser desenvolvidos visando permitir aprimorar a gestão do desempenho da Universidade, por meio da adoção de itens de controle e verificação ao longo dos processos e adotando-se bons indicadores obtidos no segmento de atuação.

A partir dessa perspectiva e do conjunto de elementos de Análise de Riscos conjugados aos Mecanismo de Controle Administrativos (ambiente de controle, procedimentos de controle, informação e comunicação e monitoramento), sinalizados na Condução dos Macroprocessos, o Anexo I apresentado procura refletir o nível de intensidade desses fatores no contexto institucional.

ANEXO I: AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

Derivam-se desses fatos gerais, a implementação de indicadores na área de Gestão de Pessoas, a apresentação dos Indicadores de Gestão do TCU, na Parte B, e o pensamento de se trabalhar e desenvolver a construção de outros indicadores no âmbito do Núcleo de Processamento de Dados (tempo online do serviços, novos sistemas implantados, número de pessoas registradas nos bancos

de dados, número de transações registradas nos bancos de dados e número de sítios integrados ao presença Web UFES e número de sítios não integrados); na Pesquisa e Pós-Graduação trabalha-se com indicadores de expansão e de melhoria pela avaliação do conceito CAPES, mas sinaliza-se a necessidade de se ampliar as possibilidades para desenvolvimento de outros indicadores de desempenho. Já na Prefeitura Universitária, os indicadores utilizados para monitorar e avaliar o desempenho da Unidade no que se refere à governança e controles internos estão em fase de implantação. Nesse processo de modernização, os principais elementos de controles internos estarão diretamente relacionados à análise de riscos. Enfim, tanto os indicadores relacionados aos mecanismo de controles internos quanto os indicadores que retratam a *performance* da Universidade devem ser melhor trabalhados em todo o contexto da Instituição.

4. TÓPICOS ESPECIAS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Os dados financeiros que acompanham as apresentações dos quadros referem-se exclusivamente a UFES, devido ao caráter Individualizado do Relatório e têm como fonte o Departamento de Contabilidade e Finanças/UFES, a partir de dados extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI.

4.1 Execução das Despesas

4.1.1 Programação

QUADRO 29 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS (A.4.1.1)

Unidade Orçamentária : UFES		Código UO:26234	UGO: 153046		
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes			
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL		407.513.266	-	130.879.524	
CRÉDITOS	Suplementares	102.546.926	-	48.127.827	
	Especiais	Abertos	-	-	-
		Reabertos	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-
		Reabertos	-	-	-
	Créditos Cancelados		353.227	-	11.112.804
Outras Operações		-	-	-	
Dotação final 2013 (A)		509.706.965	-	167.894.547	
Dotação final 2012(B)		445.071.705	-	146.454.658	
Variação (A/B-1)*100		14,52%	-	14,64%	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital			9 – Reserva de Contingência
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortizações da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL		24.577.691	-	-	-
ORÇAMENTOS	Suplementares	19.753.594	-	-	-

	Especiais	Abertos	-	-	-	-
		Reabertos	-	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-	-
		Reabertos	7.959.230	-	-	-
	Créditos Cancelados	9.224.455	-	-	-	
Outras Operações			-	-	-	-
Dotação final 2013 (A)			43.061.060	-	-	-
Dotação final 2012(B)			44.524.441	-	-	-
Variação (A/B-1)*100			- 3,29%	-	-	-

Análise Crítica:

A compatibilidade das dotações orçamentárias em relação às necessidades de crédito da Universidade Federal do Espírito Santo no exercício de 2013 para cumprimento da sua programação de trabalho inicia-se com a dotação Inicial de R\$ 407.513.266 para pessoal, R\$130.879.524 para custeio e R\$ 24.577.691 para investimento, totalizando R\$ 562.970481. Para o funcionamento e alocação mínima necessária para o cumprimento das atividades programadas dentro do grupo de despesa de pessoal, custeio e investimentos, foram necessários a suplementação de crédito no valor de R\$ 178.387.577 no exercício de 2013, evidenciando eventuais alterações da proposta originária da UJ no âmbito do próprio Poder Executivo ou do Congresso Nacional, bem como alterações relevantes ocorridas nas dotações do exercício em relação às dotações do exercício anterior.

A dotação executada permitiu que as obrigações no corrente exercício fossem realizadas. A proposta orçamentária da UFES é elaborada a partir dos limites estabelecidos pelo Ministério da Educação nas diversas ações. Com exceção dos recursos alocados no grupo Despesas com Pessoal e Encargos.

Em termos nominais, a dotação de pessoal final de 2012 para 2013 apresenta um aumento de 14,52%, enquanto que o custeio apresentou um crescimento de 14,64%. Já o montante de investimento de 2012 para 2013, evidenciou uma redução de 3,29%.

Além dessas questões, destaca-se no exercício de 2013 o aumento das despesas com custeio como, por exemplo, água e esgoto, apoio administrativo técnico operacional, energia, limpeza, conservação, locação de veículos, manutenção e conservação de bens imóveis, serviços de processamento de dados, telecomunicações e vigilância decorrentes do processo de expansão da IFES. Assim, para cumprir os compromissos do exercício, a Universidade Federal do Espírito Santo alocou recursos originários de superávits para cumprir as obrigações.

É importante, também, frisar o impacto crescente que a contratação de serviços básicos como vigilância, apoio administrativo, limpeza e conservação vem tendo sobre o valor alocado para custeio pela LOA, pois, em geral, os dissídios coletivos que impactam esta conta são superiores ao incremento do orçamento destinado à UFES para Outros Custeios e Capital de um ano para outro. Em 2013, tal situação dificultou as ações e planejamentos da universidade, pois tira a mobilidade para investir em programas estratégicos de interesse do ensino, da pesquisa e da extensão. Enfim, as informações acima levam a constatação de que o orçamento do Tesouro alocado ao custeio não foi suficiente para atender todas as demandas da Instituição.

4.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

ANEXO II – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA (A.4.1.2.1)

QUADRO 30 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA (A.4.1.2.2)

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	153046	22202	20572204220Y60001	-	-	35.602,53
	153046	90034	28846090100050032	4.360.206,49	-	-
	153046	90034	28846090100G50001	235.311,98	-	-
	153046	90034	28846090100050032	-	-	1.046.846,41
Recebidos	22202	153046	20572204220Y60001	-	-	42.447,30
	22202	153049	20572204220Y60001	-	-	15.920,12
	22202	153050	20572204220Y60001	-	-	19.682,41
	24901	153046	197532021141560001	-	-	246.471,15
	26101	153047	12364203240050001	-	-	5.561.924,26
	26443	153047	12302203220RX0001	-	-	3.809.897,17
	26443	153047	12302203240860001	-	-	3.985.153,22
	30912	153046	14422206020R90001	-	-	370.000,00
	36901	153047	10302201520G80001	-	-	23.651.412,97
	36901	153046	10301201520YI0001	-	-	440.000,00
	36901	153047	10302201585850032	-	-	39.323.557,27
	36901	153046	10305201520YJ0001	-	-	620.600,00
	36901	153047	10305201520AL0032	-	-	10.920,02
	512001	153046	12128210945720032	-	-	1.400,00
	333002	153046	12128210945720032	-	-	1.400,00
	90034	153046	28846090100050032	4.360.207,00	-	-
	90034	153046	28846090100G50001	518.478,00	-	-
	58101	153046	20608205220Y00001	-	-	811.903,51
	90034	153046	28846090100050032	-	-	1.046.847,00
	90048	153046	28846090100050032	-	-	1.046.846,41
201005	153046	12128210945720032	-	-	1.400,00	
240123	153046	12364203220RK0032	-	-	664,50	
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos				-	-	-
Recebidos	36901	153046	10128201520YD0001	3.792,00	-	-
	36901	153047	10302201520G80001	4.352.501,83	-	-
	26443	153047	12302203220RX0001	97.600,00	-	-

O Quadro denominado Movimentação Orçamentária Interna por Grupo de Despesa refere-se a transferências realizadas no contexto da Própria UJ e contribuem para viabilizar as ações das UGs vinculadas à Universidade. Já os quadro Movimentação Orçamentária Externa por Grupo de Despesa compreende os créditos orçamentários concedidos ou recebidos de Instituição não vinculadas à UFES.

A Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), portanto, movimenta recursos internamente para potencializar suas ações e atividades e recebe recursos de outros órgãos federais, buscando cumprir sua função, utilizando do seu corpo docente, discente e técnico, atuando em projetos de ensino, pesquisa e extensão de interesse e com o apoio de unidades vinculadas aos Ministérios da Educação, Planejamento, Orçamento e Gestão.

4.1.3 Realização da Despesa

4.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

QUADRO 31 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL (A.4.1.3.1)

Unidade Orçamentária: UFES		Código UO:26234		UGO: 153046	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2013	2012	2013	2012	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	64.535.190,31	54.806.247,23	63.128.815,37	53.062.203,58	
a) Convite					
b) Tomada de Preços	330.463,95	9.427,63	140.450,54	9.427,63	
c) Concorrência	1.580.854,00	2.857.354,37	1.580.854,00	2.393.964,63	
d) Pregão	62.623.872,36	51.939.465,23	61.407.510,83	50.658.811,32	
e) Concurso					
f) Consulta					
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas					
2. Contratações Diretas (h+i)	28.536.146,05	29.813.525,55	27.483.817,72	29.374.910,53	
h) Dispensa	23.115.553,70	25.242.096,20	22.236.400,91	24.939.488,85	
i) Inexigibilidade	5.420.592,35	4.571.429,35	5.247.416,81	4.435.421,68	
3. Regime de Execução Especial					
j) Suprimento de Fundos					
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	496.114.491,88	443.474.426,04	496.112.309,56	443.474.426,04	
k) Pagamento em Folha	494.504.477,73	442.317.474,66	494.504.477,73	442.317.474,66	
l) Diárias	1.610.014,15	1.156.951,38	1.607.831,83	1.156.951,38	
5. Outros	38.018.224,62	24.713.262,90	38.018.224,62	24.677.682,81	
6. Total (1+2+3+4+5)	627.204.052,86	552.807.461,69	624.743.167,27	550.589.222,96	

O Quadro denominado Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ - Total, é formatado considerando a totalidade dos recursos da UO, mesmo que a unidade jurisdicionada não seja responsável pela totalidade de sua execução direta. Na análise sobre Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários observa-se que houve um crescimento de 17,75% nas contratações por modalidade de licitações, na comparação entre 2013 com 2012, destacando o esforço da Instituição iniciado em 2012 para que sempre que possível

realizar suas despesas através de processos licitatórios. No tocante às contratações diretas, obtém-se que a soma das dispensa e das inexigibilidades foram reduzidas em torno de 4,28% em relação ao ano de 2012, o que fortalece a política de aquisição de bens e serviços pela UFES, procurando uma maior economicidade, eficiência na oferta de produtos e serviços ao longo de 2013.

4.1.3.2 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Executados Diretamente pela UJ

QUADRO 32 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – VALORES EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ (A.4.1.3.2)

Unidade Orçamentária: UFES		Código UO:26234		UGO: 153046	
Modalidade de Contratação		Despesa Liquidada		Despesa paga	
		2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)		56.854.212,33	47.547.172,48	55.957.801,56	45.942.326,29
a) Convite					
b) Tomada de Preços		330.463,95	9.427,63	140.450,54	9.427,63
c) Concorrência		1.404.155,51	2.803.999,04	1.404.155,51	2.340.609,30
d) Pregão		55.119.592,87	44.733.745,81	54.413.195,51	43.592.289,36
e) Concurso					
f) Consulta					
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas					
2. Contratações Diretas (h+i)		28.275.477,79	29.578.465,34	27.232.577,014	29.144.130,32
h) Dispensa		22.969.851,91	25.094.840,32	22.091.593,12	24.796.512,97
i) Inexigibilidade		5.305.625,88	4.483.625,02	5.140.983,89	4.347.617,35
3. Regime de Execução Especial					
j) Suprimento de Fundos					
4. Pagamento de Pessoal (k+l)		491.518.973,41	1.156.951,38	491.516.791,09	1.156.951,38
k) Pagamento em Folha		489.908.959,26		489.908.959,26	
l) Diárias		1.610.014,15	1.156.951,38	1607831,83	1.156.951,38
5. Outros		36.752.499,74	11.388.932,35	36.752.494,74	11.353.352,26
6. Total (1+2+3+4+5)		613.401.163,27	89.671.521,55	611.459.664,40	

Unidade Orçamentária: HUCAM		Código UO: 26364		UGO: 153047	
Modalidade de Contratação		Despesa Liquidada		Despesa paga	
		2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)					
a) Convite					
b) Tomada de Preços					
c) Concorrência					
d) Pregão					
e) Concurso					
f) Consulta					
g) Regime Diferenciado de Contratações					

Públicas			
2. Contratações Diretas (h+i)			
h) Dispensa			
i) Inexigibilidade			
3. Regime de Execução Especial			
j) Suprimento de Fundos			
4. Pagamento de Pessoal (k+l)			
k) Pagamento em Folha			
l) Diárias			
5. Outros	96.286,66		96.286,66
6. Total (1+2+3+4+5)	96.286,66		96.286,66

Unidade Orçamentária : UFES		Código UO: 26234		UGO: 153048	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2013	2012	2013	2012	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	5.913.799,20	3.663.413,45	5.462.851,88	3.526.163,63	
a) Convite					
b) Tomada de Preços					
c) Concorrência					
d) Pregão	5.913.799,20	3.663.413,45	5.462.851,88	3.526.163,63	
e) Concurso					
f) Consulta					
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas					
2. Contratações Diretas (h+i)	18.763,84	39.046,66	17.869,84	34.763,66	
h) Dispensa	18.763,84	39.043,66	17.869,84	34.763,66	
i) Inexigibilidade					
3. Regime de Execução Especial					
j) Suprimento de Fundos					
4. Pagamento de Pessoal (k+l)					
k) Pagamento em Folha					
l) Diárias					
5. Outros					
6. Total (1+2+3+4+5)	5.932.563,04	3.702.457,11	5.660.721,72	3.560.927,29	

Unidade Orçamentária : UFES		Código UO:26234		UGO: 153049	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2013	2012	2013	2012	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	523.303,04	541.614,79	523.303,04	539.667,15	
a) Convite					
b) Tomada de Preços					
c) Concorrência	176.698,49	53.355,33	176.698,49	53.355,33	
d) Pregão	346.604,55	488.259,46	346.604,55	486.311,82	
e) Concurso					
f) Consulta					
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas					
2. Contratações Diretas (h+i)	2.358,80	7.273,39	2.358,80	7.273,39	
h) Dispensa	2.358,80	7.273,39	2.358,80	7.273,39	
i) Inexigibilidade					
3. Regime de Execução Especial					
j) Suprimento de Fundos					
4. Pagamento de Pessoal (k+l)					

k) Pagamento em Folha				
l) Diárias				
5. Outros	3.437,33	2.235,02	3.437,33	2.235,02
6. Total (1+2+3+4+5)	529.099,17	551.123,20	529.099,17	549.175,56

Unidade Orçamentária: UFES		Código UO: 26234		UGO: 153050	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga		
	2013	2012	2013	2012	
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	1.243.875,74	3.054.046,51	1.004.858,89	3.054.046,51	
a) Convite					
b) Tomada de Preços					
c) Concorrência					
d) Pregão	1.243.875,74	3.054.046,51	1.004.858,89	3.054.046,51	
e) Concurso					
f) Consulta					
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas					
2. Contratações Diretas (h+i)	238.331,40	188.743,16	229.797,85	188.743,16	
h) Dispensa	123.364,93	100.938,83	123.364,93	100.938,83	
i) Inexigibilidade	114.966,47	87.804,33	106.432,92	87.804,33	
3. Regime de Execução Especial					
j) Suprimento de Fundos					
4. Pagamento de Pessoal (k+l)					
k) Pagamento em Folha					
l) Diárias					
5. Outros	559,40	416,40	559,40	416,40	
6. Total (1+2+3+4+5)	1.482.766,54	3.243.206,07	1.235.216,14	3.243.206,07	

O Quadro denominado Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários refere-se a valores executados diretamente pela UFES. Os valores informados neste quadro abrangem apenas os recursos diretamente executados pela Unidade Jurisdicionada que compõe o Relatório de Gestão. Nesta análise sobre Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Originários observa-se que houve um crescimento de 19,57%. Ratifica-se que nas contratações por modalidade de licitações, na comparação de 2013 com 2012, deve-se destacar a iniciativa da Instituição para realizar suas despesas por meio de processos licitatórios. No tocante às contratações diretas, obtém-se que a soma das dispensa e das inexigibilidades reduziram em torno de 4,41% em relação ao ano de 2012, o que fortalece a política de aquisição de bens e serviços pela UFES, procurando uma maior economicidade, eficiência na oferta de produtos e serviços ao longo de 2013.

39-Out. Serv. Terc.Pes.Jurídica	681.771,02	915.458,43	396.590,46	460.431,67	285.180,56	455.0269,76	396.590,46	450.412,48
Demais elementos do grupo	60.806,41	7.124,96	60.806,41	7.124,96			60.806,41	7.124,96
5. Inversões Financeiras								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
6. Amortização da Dívida								
1º elemento de despesa								
2º elemento de despesa								
3º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								

O Quadro denominado Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ, dispõe sobre a totalidade dos recursos consignados à UO, contemplando quatro colunas com os seguintes campos: Despesa Empenhada, Despesa Liquidada, RP não processados e Valores Pagos. Em relação a despesas de pessoal, constata-se um crescimento de aproximadamente 12,76 % de 2012 para 2013. Este aumento pode se justificar pelo reajuste proporcionado em Março de 2013 dos servidores docentes e técnico-administrativos. Em relação as despesas correntes, observa-se um incremento médio aproximados de 14,4% de 2012 para 2013. Destaca-se no conjunto o aumento das despesas com vigilância, limpeza e energia. Despesas empenhadas em Investimento registra-se uma queda aproximada de 4,8% de 2012 para 2013.

4.1.3.4 Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários – Valores Executados Diretamente pela UJ

QUADRO 34 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – VALORES EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ (A.4.1.3.4)

Unidade Orçamentária: UFES		Código UO: 26234						UGO: 153046		
DESPESAS CORRENTES										
Grupos de Despesa	Empenhada			Liquidada			RP não processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
1. Despesas de Pessoal	267.479,279,78	231.736.391,43	267.478.779,78	231.736.391,43			267.478.779,78		231.736.391,43	
11- Vencimentos e Vantagens	128.923.000,37	106.296.592,72	128.923.000,37	106.296.592,72			128.923.000,37		106.296.592,72	
01-Aposent.Rpps.Reser.Remun	61.265.215,53	52.876.932,14	60.906.681,34	52.876.932,14			60.906.681,34		52.876.932,14	
13 – Obrigações Patronais	32.600.497,77	34.445.931,72	32.600.497,77	34.445.931,72			32.600.497,77		34.445.931,72	
Demais elementos do grupo										
2. Juros e Encargos da Dívida										
1º elemento de despesa										
2º elemento de despesa										
3º elemento de despesa										
Demais elementos do grupo										
3. Outras Despesas Correntes										
39 – Out.Serv.Terc.P.Jurídica	56.874.983,90	50.242.877,40	46.509.191,20	37.618.424,59	12.648.248,52	3.098.264,66	45.124.749,34		36.969.704,99	
37 – Locação Mão Obra	27.796.146,19	25.067.135,37	24.955.300,46	23.115.202,89	1.951.932,48	1.929.664,83	24.813.319,40		23.024.888,67	
18/30- Auxílio Financ. Estudantes/Material Consumo	13.802.046,79	11.347.586,20	13.767.391,31	8.183.617,54	2.160,00	1.282.538,25			7.966.595,74	
Demais elementos do grupo	39.174.849,38	32.223.365,83	33.435.190,28	32.044.812,66	3.404.355,36	213.999,92	35.900.929,24		31.999.295,00	
DESPESAS DE CAPITAL										
Grupos de Despesa	Empenhada			Liquidada			RP não Processados		Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
4. Investimentos	16.145.560,28	17.678.520,34	7.290.567,31	9.563.876,13	8.492.234,17	6.595.353,72	7.128.829,09		5.781.816,19	
52 – Equip. Mat. Permanente	9.494.441,01	8.230.862,56	2.117.876,99	2.893.603,39	8.495.124,25	14.109.322,79	1.879.413,58		2.430.213,65	
51 – Obras e Instalações	681.771,02	915.458,43	396.590,46	460.431,67	823.133,79	2.574.289,99	396.590,46		2.574.289,99	
39 - Out.Serv.Terc.P.Jurídica	60.806,41	7.124,96	60.806,41	7.124,96			60.806,41		7.124,96	
Demais elementos do grupo										
5. Inversões Financeiras										
1º elemento de despesa										

4.1.3.5 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação
QUADRO 35 – DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO– CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO (A.4.1.3.5)

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidadada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1.Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	46.174.573,02	39.291.434,86	39.176.976,77	35.262.094,13
a) Convite	342.100,70		315.978,09	
b) Tomada de Preços				
c) Concorrência				
d) Pregão	45.832.472,32	39.291.434,86	38.860.998,68	35.262.094,13
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	5.374.646,16	36.636.959,21	4.835.224,66	35.521.191,81
h) Dispensa	4.128.389,66	35.840.355,25	3.604.768,16	34.724.587,85
i) Inexigibilidade	1.246.256,50	796.603,96	1.230.456,50	796.603,96
3. Regime de Execução Especial	6.058,81	2.065,04	6.058,81	2.065,04
j) Suprimento de Fundos	6.058,81	2.065,04	6.058,81	2.065,04
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	649.068,15	599.472,31	644.534,70	599.472,31
k) Pagamento em Folha				
l) Diárias	649.068,15	599.472,31	644.534,70	599.472,31
5. Outros	7.346.870,16	1.808.401,00	7.314.100,93	1.370.525,18
6. Total (1+2+3+4+5)	59.551.216,30	78.338.332,42	51.976.895,87	72.755.348,47

4.1.3.6 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação
QUADRO 36 – DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO (A.4.1.3.6)

DESPESAS CORRENTES											
Grupos de Despesa	Empenhada			Liquidadada			RP não processados			Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2013	2012	2013	2013	2012	2013	2012	2013
1. Despesas de Pessoal											
Nome 1º elemento de despesa											
2º elemento de despesa											
3º elemento de despesa											
Demais elementos do grupo											
2. Juros e Encargos da Dívida											
1º elemento de despesa											
2º elemento de despesa											
3º elemento de despesa											
Demais elementos do grupo											
3. Outras Despesas Correntes											
30/39 – Material de Consumo/Sev.Terc. P.Jurídica	29.999.026,55	45.454.470,88	19.494.666,93	42.123.034,80			10.554.801,44	6.065.910,80	16.586.042,41	40.316.191,60	
37/30 – Locação de Mão de Obra /Mat.Consumo	27.566.286,45	24.705.008,20	21.230.860,34	18.714.265,40			6.335.426,11	1.072.136,81	17.639.714,81	15.273.043,97	
39/37 – Out. Serv. Terc. Pessoa Jurídica/Loc.Mão Obra	15.378.753,58	14.125.180,73	9.381.723,87	13.053.043,92			8.100.392,21	3.800.232,08	8.717.583,59	13.053.043,92	
Demais elementos do grupo	9.222.068,65	4.186.625,27	9.113.609,14	3.936.980,92			124.459,51	249.644,25	8.871.101,31	3.865.113,30	
DESPESAS DE CAPITAL											
Grupos de Despesa	Empenhada			Liquidadada			RP não Processados			Valores Pagos	
	2013	2012	2013	2013	2012	2013	2013	2012	2013	2012	2013
4. Investimentos											
52 – Equip. Mat. Permanente	6.521.893,83	9.434.157,50	330.356,02	511.007,38			6.311.264,00	12.947.729,92	162.453,75	247.955,68	
51 – Obras e Instalações								8.492.698,40			
3º elemento de despesa											
Demais elementos do grupo											
5. Inversões Financeiras											
1º elemento de despesa											
2º elemento de despesa											
3º elemento de despesa											
Demais elementos do grupo											

6. Amortização da Dívida												
1º elemento de despesa												
2º elemento de despesa												
3º elemento de despesa												
Demais elementos do grupo												

A Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UFES, por Movimentação, contempla os Quadros Despesa por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação e Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação, com a mesma estrutura de informações daqueles referentes a Créditos Originários. A diferença entre os dois conjuntos é que o primeiro se refere à execução dos créditos iniciais recebidos da LOA ou dos créditos adicionais obtidos ao longo do exercício, enquanto o segundo se refere à execução dos créditos recebidos por movimentação interna. Nesses quadros, em relação a despesas de pessoal, constata-se um crescimento de aproximadamente 12,76 % de 2012 para 2013. Este aumento pode se justificar pelo reajuste proporcionado em Março de 2013 dos servidores docentes e técnico-administrativos. Em relação às despesas correntes, observa-se um incremento médio aproximado de 14,4% de 2012 para 2013. Estima-se um o aumento das despesas com vigilância, limpeza e energia. Nas despesas empenhadas em Investimento, registra-se uma queda aproximada de 4,8% de 2012 para 2013.

4.2 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não ocorreu.

4.3 Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

QUADRO 37 – RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIO ANTERIORES (A.4.3)

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	64.454.189,52	49.905.949,79	3.433.444,36	11.114.795,37
2011	1.486.339,15	4.544.688,42	314.450,78	1.486.339,15
2010...	47.364,84	250.892,04		47.364,84
2007	1.610.588,32	52.517,34		1.610.588,32
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	8.026.239,35	7.987.636,13	36.583,22	2.020,00
2011		394.093,08	1.315,00	0
...2010	176,83	141.346,56	20.181,00	176,83
2009	638,00			638,00
2008	0		18.844,47	0

Análise Crítica

Conforme o art. 36 da Lei 4.320, de 17/03/1964, consideram-se Restos a Pagar as despesas empenhadas, mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas. Restos a Pagar Processados, são as despesas legalmente empenhadas cujo objeto do empenho já foi recebido, ou seja, aquelas cujo segundo estágio da despesa (liquidação) já ocorreu, caracterizando-se como compromissos do Poder Público de efetuar os pagamentos aos fornecedores. Já os Restos a Pagar Não Processados são as despesas legalmente empenhadas, que não foram liquidadas e nem pagas até 31 de dezembro do mesmo exercício, ou seja, aquelas em que

não ocorreu o recebimento de bens e serviços no exercício de emissão do empenho, tendo as empresas assumido o compromisso de entregar dos bens e serviços contratualidades.

Analisando os restos a pagar processados fica evidenciado que o saldo a pagar em 31/12/2013 não apresenta impacto considerável na gestão financeira da unidade no exercício de referência. Em relação aos valores inscritos em Restos a Pagar não Processados em 2013, apesar de apresentarem um aumento significativo na sua inscrição no exercício, foram também praticamente liquidados no período. Entretanto, quando se avaliam os restos a pagar não processados, estes apresentam, em 31/12, um saldo de R\$ 11.114.795,37. Dentre as ações com saldos significativos destacam-se a 8282, 20RK e 20GK. As principais razões de reinscrição dos saldos dessas Ações em restos a pagar não processadas foram as contratações de obras, que demandam mais tempo na execução, bem como a aquisição de equipamentos importados. A Universidade Federal do Espírito Santo tem procurado se empenhar e melhorar o controle interno, e o monitoramento da despesa, inclusive respeitando o que preconiza a Lei 4320/64, quando de sua inscrição, notadamente quanto à necessidade de existência de obrigação de pagamento pendente ou não de impedimento de condição, para caracterização da existência do empenho. Quanto à permanência de alguns empenhos RP não processadas fora do prazo legal, informa-se que os mesmos referem-se a processos que encontram-se em trâmite de finalização, aguardando desfecho que sinalizem a necessidade do cancelamento ou não dos referidos empenho e/ou saldos.

4.4 Transferências de Recursos

4.4.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

QUADRO 38 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (A.4.4.1)

Posição em 31.12.2013

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO									
CNPJ: 32.479.123/0001-43					UG/GESTÃO: 153046 / 15225				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulad o até o Exercício	Início	Fim	
1	667863	02.980.103/0001-90	1.166.194,75		425.607,71	740.587,04	16/09/11	16/09/13	1
LEGENDA									
Modalidade:					Situação da Transferência:				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa				
4 - Termo de Compromisso					4 - Concluído				
					5 - Excluído				
					6 - Rescindido				
					7 - Arquivado				
Fonte:									

4.4.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

QUADRO 39 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS (A.4.4.2)

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	Universidade Federal do Espírito Santo					
CNPJ:	32.479.123/0001-43					
UG/GESTÃO:	153046 / 15225					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Convênio			1	425.607,71		740.587,04
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação						
Totais						

Fonte:

4.4.3 Informações Sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

QUADRO 40 – RESUMO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS SOBRE TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PELA UJ NA MODALIDADE DE CONVÊNIO, TERMO DE COOPERAÇÃO E DE CONTRATOS DE REPASSE (A.4.4.3)

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente					
Nome: Universidade Federal do Espírito Santo					
CNPJ: 32.479.123/0001-43			UG/GESTÃO: 153046 / 15225		
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montante Repassados		Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)		
			Convênios	Termo de Cooperação	Contratos de Repasse
2013	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	1		
		Montante Repassado	1.166.194,75		
2012	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas NÃO Prestadas	Quantidade	1		
		Montante Repassado	720.645,94		
2011	Contas Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
	Contas	Quantidade	1		

	NÃO Prestadas	Montante Repassado	527.259,02		
Anteriores a 2011	Contas NÃO Prestadas	Quantidade			
		Montante Repassado			
Fonte:					

4.4.4 Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse

QUADRO 41 – VISÃO GERAL DA ANÁLISE DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS DE CONVÊNIOS E CONTRATOS DE REPASSE (A.4.4.4)

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Universidade Federal do Espírito Santo						
CNPJ: 32.479.123/0001-43			UG/GESTÃO: 153046 / 15225			
Exercício da Prestação das Contas	Quantitativos e Montantes Repassados			Instrumentos		
				Convênios	Contratos de Repasse	
2013	Quantidade de Contas Prestadas					
	Com Prazo de Análise ainda não Vencido	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada			
			Quantidade Reprovada			
			Quantidade de TCE			
			Montante Repassado (R\$)			
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		1	
			Montante Repassado (R\$)		1.166.194,75	
			Quantidade Aprovada			
			Quantidade Reprovada			
	Com Prazo de Análise Vencido	Contas NÃO Analisadas	Quantidade de TCE			
			Montante Repassado (R\$)			
			Quantidade			
Montante Repassado (R\$)						
2012	Quantidade de contas prestadas					
	Contas Analisadas	Quantidade Aprovada				
		Quantidade Reprovada				
		Quantidade de TCE				
		Montante repassado				
	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		1		
		Montante repassado (R\$)		720.645,94		
		Quantidade Aprovada				
Quantidade Reprovada						
2011	Contas analisadas	Quantidade de TCE				
		Montante Repassado				
		Quantidade		1		
		Montante Repassado		527.259,02		
Exercício Anterior a 2011	Contas NÃO Analisadas	Quantidade		4		
		Montante Repassado		1.160.900,00		
Fonte: SIAFI						

Análise Crítica:

Em relação aos Convênios pode-se afirmar que não existem inadimplências de prestações de contas e que não têm ocorrido oscilações significativas no volumes de recursos, reconhecendo-se, contudo, a necessidade de melhorar os mecanismos de controle e acompanhamento dos recursos vinculados à transferências de quaisquer natureza.

4.5 Suprimento de Fundos

Não houve ocorrência no exercício.

4.6 Renúncias sob a Gestão da UJ

Não se aplica.

5. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.

5.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

5.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

QUADRO 42 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12 (A.5.1.1.1)

Quantidade

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	4133	3933	303	215
1.1. Membros de poder e agentes políticos	Não há	Não há	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	4133	3933	303	215
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	4133	3863	291	208
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	4	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	Não há	64	11	6
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	Não há	2	1	1
2. Servidores com Contratos Temporários	Não há	104	110	156
3. Servidores sem vínculo com a Administração Pública	Não há	5	2	2
3. Total de Servidores (1+2)	4133	4042	415	373

Fonte: SIAPE e SIE/UFES.

QUADRO 43 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO EM 31/12

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 de dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	33
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	33
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	0
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	91
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	2
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	19
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	70
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	8
3.1. De ofício, no interesse da Administração	0
3.2. A pedido, a critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	8
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Motivo de saúde	0
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração por Processo seletivo	0
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	21
4.1. Doença em pessoa da família	1
4.2. Capacitação	20
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	17
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	8
5.2. Serviço militar	0
5.3. Atividade política	0
5.4. Interesses particulares	9
5.5. Mandato classista	0
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	170

Fonte: SIAPE E SIE (UFES). (A.5.1.1.2)

5.1.2 Qualificação da força de trabalho

QUADRO 44 – DETALHAMENTO ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (Situação em 31 de dezembro) (A.5.1.2.1)

Tipologias dos cargos em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	8	6	2	2
1.1. Cargos Natureza Especial	Não há	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	8	6	2	2
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	0	0	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	0	0	0
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	Não há	1	0	0
1.2.4. Sem vínculo	Não há	3	1	1
1.2.5. Aposentados	Não há	2	1	1
2. Funções gratificadas	Não há	0	0	0
2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	0	0	0
2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	0	0	0
2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	Não há	0	0	0
3. Total de servidores em cargo e em função (1+2)	8	6	2	2

Fonte: SIAPE E SIE (UFES).

QUADRO 45 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12 (A.5.1.2.2)

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	437	1050	1111	1138	300
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	392	1006	1103	1134	297
1.3. Servidores com Contratos Temporários	45	44	8	4	3
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	2	3	1
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	2	3	1
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	437	1050	1113	1141	301

Fonte: SIAPE.

QUADRO 46 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12 (A.5.1.2.3)

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de cargo efetivo	0	25	91	122	630	561	793	619	1195
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	25	91	122	630	532	778	572	1182
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	29	15	47	13
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	0	0	1	5	0	0	0

2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	1	5	0	0	0
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3. Totais (1+2)	0	25	91	122	631	566	793	619	1195

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE e SI

5.1.3 Custos de Pessoal da UJ - Fonte: SIAPE (DW).

QUADRO 47 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES (A.5.1.3)

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários				Demais despesas variáveis
Membros de poder e agentes políticos										
Exercícios	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de Carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão										
Exercícios	2013	5.761.799,40	30.122.759,87	48.707.115,94	22.004.674,99	13.858.344,58	173.169,35	1.473.247,07	589.780,89	418.206.905,61
	2012	343.705.035,99	33.166.700,07	54.620.589,09	23.866.813,80	17.018.346,00	136.222,20	1.241.853,24	975.255,05	480.184.812,11
	2011	220.670.862,04	4.251.024,13	21.411.731,89	13.657.934,38	9.055.365,24	58.592,23	0,00	580.309,47	300.179.881,91
Servidores com Contratos Temporários										
Exercícios	2013	4.301.028,80	349.949,62	561.364,51	479.577,29	35.713,67	197.405,99	2.385,87	0,00	5.927.425,75
	2012	5.903.225,82	491.533,37	261.852,83	530.549,44	16.291,59	70.202,95	1.006,64	0,00	7.274.662,64
	2011	4.732.641,95	371.395,25	402.971,00	484.720,36	0,00	15.974,25	0,00	0,00	6.007.702,81
Servidores Cedidos com ônus ou em Licença										
Exercícios	2013	1.355.159,76	177.489,15	397.365,96	100.670,27	32.977,98	224,02	4.134,07	0,00	2.108.497,56
	2012	762.044,06	70.962,69	64.349,39	29.998,56	34.358,63	0,00	0,00	20.673,72	1.009.055,60
	2011	762.044,06	70.962,69	64.349,39	29.998,56	34.358,63	0,00	0,00	20.673,72	1.009.055,60
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial										
Exercícios	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior										
Exercícios	2013	309.407,80	25.555,76	15.951,58	19.231,18	3.017,60	507,05	3.302,11	0,00	376.973,08
	2012	382.381,15	32.959,11	15.807,74	16.277,80	2.172,00	3.103,97	266,22	0,00	452.967,99
	2011	447.534,01	41.644,36	14.306,52	14.592,00	4.330,00	0,00	0,00	0,00	522.406,89
Servidores ocupantes de Funções gratificadas										
Exercícios	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

5.1.4 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

QUADRO 48 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO (A.5.1.4.1)

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias iniciadas no exercício de referência
1. Integral	1464	132
1.1 Voluntária	1368	129
1.2 Compulsória	1	0
1.3 Invalidez Permanente	95	3
1.4 Outras	0	0
2. Proporcional	492	8
2.1 Voluntária	391	1
2.2 Compulsória	39	4
2.3 Invalidez Permanente	62	3
2.4 Outras	0	0
3. Totais (1+2)	1956	140

Fonte: SIAPE.

QUADRO 49 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12 (A.5.1.4.2)

Regime de proventos do servidor instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no exercício de referência
1. Aposentado	352	20
1.1. Integral	259	13
1.2. Proporcional	93	7
2. Em Atividade	155	7
3. Total (1+2)	507	27

Fonte: SIAPE.

5.1.5 Cadastramento no Sisac

QUADRO 50 - ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007) (A.5.1.5.1)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Admissão	385	233	284	286
Concessão de aposentadoria	140	149	150	229
Concessão de pensão civil	27	27	30	25
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	13	51	13	51
Totais	565	460	477	540

Fonte: SIE e SISAC.

QUADRO 51 - ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (Art. 3º Da IN TCU 55/2007) (A.5.1.5.2)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2013	2012	2013	2012
Desligamento	232	147	123	97
Cancelamento de concessão	0	3	0	1
Cancelamento de desligamento	1	3	1	1
Totais	233	153	124	99

Fonte: SIE e SISAC

QUADRO 52 - REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC (A.5.1.5.3)

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	125	92	43	24
Concessão de aposentadoria	78	66	4	2
Concessão de pensão civil	7	13	5	5
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	3	2	3	5
Total	216	173	55	36
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	65	17	21	20
Cancelamento de concessão	0	0	0	0
Cancelamento de desligamento	1	0	0	0
Total	65	17	21	20

Os quadros a.5.1.5.4 – atos sujeitos à remessa ao TCU – não se aplica à UJ.

5.1.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Em relação a esse item, como forma de controle de dados sobre acumulação de cargos, empregos e funções públicas, disciplinado no Artigo 37, incisos XVI e XVII da Constituição Federal, a Unidade de Gestão de Recursos Humanos, em consonância ao disposto na Portaria Normativa nº 02, da Secretaria de Gestão Pública - SEGEP/MP, publicada no Diário Oficial da União de 13 de março de 2012, adota as seguintes providências para fins de identificação de acumulações vedadas pela legislação vigente:

- a) SERVIDOR ATIVO: No ato da NOMEAÇÃO apresentar Declaração de Acumulação de Cargos. Caso detenha outro cargo acumulável, deverá, na posse, prestar as seguintes informações:
- I - a denominação do cargo/emprego/função que exerce;
 - II - a jornada do cargo/emprego/função que exerce;
 - III - a unidade da federação em que exerce o cargo/emprego/função;
 - IV - o nível de escolaridade do cargo/emprego/função;
 - V - a data de ingresso; e
 - VI - a área de atuação do cargo (médico, saúde, magistério).
- b) SERVIDOR APOSENTADO: No ato da APOSENTADORIA apresentar Declaração de Acumulação de Cargos. Caso detenha outro cargo público de provimento efetivo acumulável, deverá prestar as seguintes informações:
- I - a denominação do cargo/emprego/função que exerce;
 - II - a jornada do cargo/emprego/função que exerce;
 - III - a unidade da federação em que exerce o cargo/emprego/função;
 - IV - o nível de escolaridade do cargo/emprego/função;
 - V - a data de ingresso; e
 - VI - a área de atuação do cargo (médico, saúde, magistério).
- c) BENEFICIÁRIO DE PENSÃO CIVIL: No REQUERIMENTO do benefício apresentar Declaração de Acumulação de Pensão.

Conforme orientações constantes do Artigo 4º da Portaria Normativa nº 02/2012-SEGEP/MP, sendo o vínculo do servidor ativo, aposentado e beneficiário de pensão civil não pertencente ao Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE), além das informações mencionadas, o servidor deverá assinar Termo de Responsabilidade, na forma do Anexo à Portaria Normativa nº 02/2011-SEGEP/MP, comprometendo-se a fornecer comprovantes de rendimentos (contracheques) recebidos de outros entes da Federação, semestralmente (nos meses de Abril e Outubro), sempre que houver alteração no valor da remuneração e em todas as ocasiões que for solicitado.

Para maior eficiência do disposto na Portaria Normativa nº 02/2012-SEGEP, que estabelece procedimentos para fins de controle de dados sobre acumulação de cargos, empregos e funções públicas no âmbito do Sistema de Pessoal Civil da Administração Pública Federal, está sendo desenvolvido um Sistema de Recadastramento Periódico do Servidor Ativo, Aposentado e Pensionista, no qual serão informados dados pessoais, declaração de acumulação cargos públicos ou privados, regimes de trabalhos, horários e Termos de Responsabilização.

Fonte Departamento de Gestão de Pessoa – PROGEPAES/UFES

5.1.7 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

No exercício de 2013 foram identificados 28 indícios de irregularidade, dos quais 11 resultaram em Processo administrativo disciplinar. Até o fim do exercício, 01 processo foi arquivado.

5.1.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

A Pró-reitoria de Gestão de Pessoas e Assistência Estudantil avançou nos estudos sobre os indicadores de recursos humanos no âmbito da UFES. Foram adotados como referencial os temas de interesse apontados pelo TCU para constar nos Relatórios de Gestão da UJ, com exceção do tema "Aposentadoria *versus* reposição do quadro" em virtude da necessidade de aprimoramento da informatização para obtenção dos dados necessários.

Absenteísmo

Tem como objetivo conhecer e acompanhar a evolução dos níveis de ausências dos servidores efetivos. O indicador definido para avaliar este tema foi o Índice de Absenteísmo, calculado segundo a fórmula:

$$\text{Índice de Absenteísmo} = \left(\frac{\text{Número de dias de ausências}}{\text{Número de servidores efetivos} \times \text{Número de dias}} \right) \times 100$$

O índice de absenteísmo tradicionalmente considera o número de dias de ausências referentes a faltas. No entanto, foi considerado importante avaliar o mesmo índice em função de ausências motivadas por tratamento de saúde do servidor. Para tanto foi realizada uma adaptação da fórmula original, no intuito de obter valores mais apropriados segundo a condição avaliada, ou seja, a fórmula adaptada considera número total de dias do ano, tendo em vista que as licenças para tratamento de saúde se estendem por períodos que incluem sábados, domingos e feriados.

TABELA 4 - ABSENTEÍSMO POR FALTAS

ANO	Nº DE DIAS DE FALTAS	Nº DE SERVIDORES*	NÚMERO DE DIAS (ÚTEIS)	ÍNDICE DE ABSENTEÍSMO (%)
2013	1588	3863	253	0,16
2012	1274	3751	252	0,13
2011	3272	3786	252	0,34
2010	1757	3683	252	0,19

Fonte: SIE/UFES.

* Número de servidores efetivos do órgão no mês de dezembro.

O índice de absenteísmo por faltas do ano de 2013 (0,16%) apresentou pequeno aumento em relação ao índice do ano anterior (0,13%). Esse resultado aponta que no ano de 2013, as faltas representaram uma redução de 0,16% da força de trabalho da UFES.

TABELA 5 - ABSENTEÍSMO POR LICENÇAS MÉDICAS

ANO	Nº DE DIAS DE AUSÊNCIA POR LIC. MÉDICAS	Nº DE SERVIDORES*	NÚMERO DE DIAS**	ÍNDICE DE ABSENTEÍSMO (%)
2013	22330	3863	365	1,58
2012	23824	3751	366	1,74
2011	21355	3786	365	1,55
2010	26148	3683	365	1,95

Fonte: SIE/UFES.

* Número de servidores efetivos do órgão no mês de dezembro.

**** Número total de dias do ano.**

O índice de absenteísmo por licenças médicas do ano de 2013 foi 9,2% inferior ao de 2012. Esse resultado indica que a força de trabalho da Instituição foi reduzida em 1,58% ao longo do ano em virtude de licenças para tratamento de saúde, o que reforça a importância de ampliar e aprimorar as ações de atenção à saúde dos servidores.

Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

Indicadores deste tema têm como objetivo conhecer e permitir o acompanhamento do número e da duração dos acidentes de trabalho ocorridos. Dessa forma, foram adotados dois índices complementares para avaliação:

- Índice de Incidência que sintetiza o número de acidentes que ocorrem por mil servidores em determinado período de tempo (um ano);
- Índice de Duração que representa o tempo médio em dias de afastamento do servidor por acidente de trabalho.

As fórmulas dos índices adotados são apresentadas a seguir:

$$\text{Índice de Incidência} = \frac{\text{número de acidentes de trabalho} \times 1000}{\text{número médio de servidores no período}}$$

$$\text{Índice de Duração} = \frac{\text{número total de dias de afastamento devido a acidentes de trabalho}}{\text{número de acidentes de trabalho}}$$

Os valores calculados para os dois índices para o período de 2010 a 2013 são apresentados na tabela a seguir:

TABELA 6 – ACIDENTES DE TRABALHO E DOENÇAS OCUPACIONAIS

ANO	Nº DE ACIDENTES DE TRABALHO	Nº DE DIAS DE AFASTAMENTO	Nº MÉDIO DE SERVIDORES	ÍNDICE DE INCIDÊNCIA	ÍNDICE DE DURAÇÃO
2013	42	42	3883	10,816	1,0
2012	16	195	3770	4,244	12,2
2011	31	56	3775	8,212	1,8
2010	17	55	3602	4,720	3,2

Fonte: SIE/UFES.

O índice de incidência do ano de 2013 foi o maior do quadriênio, apontando a ocorrência de mais de 10 acidentes de trabalho para cada 1.000 servidores efetivos ao longo do ano. Já o índice de duração do referido ano, o menor do período, indica que, em média, os afastamentos decorrentes de acidentes de trabalho (no ano de 2013) tiveram duração de aproximadamente um dia.

Rotatividade (*turnover*)

O objetivo deste tipo de indicador é revelar o grau de rotatividade dos recursos humanos da instituição, com base na relação entre número de ingressos e de desligamentos de servidores e o número de servidores efetivos. A fórmula adotada é apresentada a seguir:

$$\text{Índice de Rotatividade (\%)} = \frac{\left(\frac{\text{Número de Ingressos} + \text{Número de vacâncias}}{2} \right)}{\text{Número de servidores efetivos}} \times 100$$

Os dados do indicador para o período de 2010 a 2013 são apresentados na tabela a seguir:

TABELA 7 – ROTATIVIDADE (TURNOVER)

ANO	Nº DE INGRESSOS	Nº DE VACÂNCIA	Nº DE SERVIDORES*	ÍNDICE DE ROTATIVIDADE (%)
2013	291	208	3863	6,46
2012	169	213	3773	5,06
2011	270	199	3814	6,15
2010	408	179	3662	8,01

Fonte: SIE/UFES.

* Número de servidores efetivos do órgão no mês de dezembro.

A variação do índice no período avaliado indica elevação da rotatividade de pessoal, em relação aos anos de 2012 e 2011. No entanto, o índice se mantém próximo da média do período (6,42%). Deve ser observado que este indicador tende a sofrer influência das vacâncias de servidores técnico-administrativos ocupantes de cargos remanescentes do PUCRCE e dos níveis de classificação A e B do PCCTAE, tendo em vista que os mesmos não tem tido reposição, pois não estão incluídos no Decreto nº 7.232, de 19/07/2010, e em sua maioria são cargos extintos ou em extinção.

Educação Continuada

O indicador de educação continuada utilizado foi o percentual de servidores capacitados durante o exercício. A fórmula adotada segue abaixo:

$$\text{Servidores Capacitados (\%)} = \left(\frac{\text{Número de servidores capacitados}}{\text{Número médio de servidor no período}} \right) \times 100$$

Os dados do indicador para o período de 2010 a 2013 são apresentados na tabela a seguir:

TABELA 8 – EDUCAÇÃO CONTINUADA

ANO	Nº DE SERVIDORES CAPACITADOS	Nº MÉDIO DE SERVIDORES	PERCENTUAL DE SERVIDORES CAPACITADOS
2013	1941	3883	49,99
2012	1579	3770	41,88
2011	1961	3775	51,95
2010	2144	3602	59,52

Fonte: Plano de Capacitação/UFES.

Os resultados apontam para uma elevação do percentual de servidores capacitados no ano de 2013 em relação ao ano anterior, mas ainda inferior aos percentuais de 2010 e 2011. Esses percentuais indicam uma boa taxa de capacitação e recapacitação dos servidores, incluindo a capacitação continuada, na medida em que anualmente, em termos quantitativos, cerca da metade do quadro efetivo participam de ações dessa natureza.

Disciplina

O tema disciplina, na visão desta UJ, refere-se ao regime disciplinar dos servidores públicos civis da União, definido no Título IV da Lei nº 8.112/90. Como indicador deste tema foi escolhido o número total de penalidades disciplinares ocorridas durante o ano de exercício. A tabela abaixo apresenta o número de registros por tipo e total por ano.

TABELA 9 - DISCIPLINA

ANO	ADVERTÊNCIA	SUSPENSÃO DISCIPLINAR	SUSPENSÃO DISCIPLINAR CONVERTIDA EM MULTA	TOTAL
2013	1	1	0	2
2012	2	4	0	6
2011	6	9	0	15
2010	0	9	9	18

Fonte: SIE/UFES.

O número de penalidades disciplinares registradas no ano de 2013 é o menor do quadriênio e inferior aos demais. Embora essa redução não possa ser atribuída integralmente a ações da UJ, é possível associa-la com ações de orientação e prevenção de situações irregulares promovidas junto aos servidores.

5.2 Terceirização de Mão de Obra Empregada e Contratação de Estagiários

5.2.3 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO 53 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA - LIMPEZA (A.5.2.3)

Unidade Contratante									
Nome: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO									
UG/Gestão:				CNPJ: 32.479.123/0001-43					
Informações sobre os Contratos									
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas	Nível de Escolaridade dos Trabalhadores Contratados			Sit.
						F	M	S	

					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2011	L	O	106/2011	06.090.065/0001-51*	01/09/2011	01/09/2014	158	158	84	84	0	0	P
Observações: Prestação de serviços continuados de limpeza, asseio e conservação diária, com fornecimento de mão-de-obra, para atender às dependências da Ufes. * PH SERVIÇOS E ADMINISTRAÇÃO LTDA													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

QUADRO 54 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA – VIGILÂNCIA (A.5.2.3)

Unidade Contratante													
Nome: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO													
UG/Ge stão:					CNPJ: 32.479.123/0001-43								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	V	O	96/2013	25.183.468/0003-51	01/09/13	31/08/2014	175	175	14	14	0	0	A
Observações: Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços continuados de vigilância armada e segurança pessoal, com uso intensivo de mão de obra. * PLANTÃO SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E MONITORAMENTO													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

5.2.4 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

QUADRO 55 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA (A.5.2.4)

Unidade Contratante	
Nome: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO	
UG/	CNPJ: 32.479.123/0001-43

Ges tão:													
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2013	12	O	28/2013	06.090.065/0001-51	30/01/2013	30/01/2014	23	23	117	117	26	26	A
Observações: Prestação de serviços especializado de apoio administrativo e atividades auxiliares para atendimento, em regime de empreitada por preço global. EMPRESA: PH SERVIÇOS E ADMINISTRAÇÃO LTDA CNPJ 06.090.065/0001-51													
LEGENDA													
Área:													
1. Segurança; 8. Manutenção de bens móveis; 9. Manutenção de bens imóveis; 10. Brigadistas; 11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizes; 12. Outras.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de Trabalhadores: (P) Previstas no contrato; © Efetivamente contratada.													
Fonte: Prefeitura Universitária - DSG													

QUADRO 56 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA (A.5.2.4)

Unidade Contratante													
Nome: UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO													
UG/ Ges tão:							32.479.123/0001-43 CNPJ:						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade dos Trabalhadores Contratados						Sit.
							F		M		S		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	12	O	44/2009	05.276.664-0001-00	27/5/2009	27/05/2014	68	68	0	0	0	0	P
Observações: Contratação de empresa para prestação de serviços especializados de postos de <u>Porteiro</u> para atender às necessidades da UFES, nos <i>campi</i> de Goiabeiras, Maruípe, CCA e CEUNES. EMPRESA: APOIO SERVIÇOS GERAIS LTDA CNPJ 05.276.664-0001-00													
LEGENDA													
Área:													
1. Segurança;													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													

2. Transportes;	Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
3. Informática;	Quantidade de Trabalhadores: (P) Previstas no contrato; © Efetivamente contratada.
4. Copeiragem;	
5. Recepção;	
6. Reprografia;	
7. Telecomunicações;	10. Brigadistas;
8. Manutenção de bens móveis;	11. Apoio Administrativo - Menores Aprendizizes;
9. Manutenção de bens imóveis;	12. Outras.

QUADRO 57 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA (A.5.2.4)

Unidade Contratante													
Nome: Universidade Federal do Espírito Santo													
CNPJ: 32.479.123/0001-43													
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natura	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2011	12	O	24/2011	04.249.145/0001-81	28/02/2011	31/03/2014	101	101	18	18	0	2	P
2011	12	O	01/2011	04.249.145/0001-81	26/02/2011	26/02/2014	20	10	06	16	2	2	P
2012	12	O	54/2012	04.249.145/0001-81	10/04/2012	10/04/2014	20	20	3	3	1	1	P

Observações:

<p>LEGENDA</p> <p>Área:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações; 8. Manutenção de bens móveis 9. Manutenção de bens imóveis 10. Brigadistas 11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes 12. Outras 	<p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p> <p>Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p> <p>Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p> <p>Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>
--	--

A gestão de contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra tem se mostrado a única opção para suprir a falta de pessoal, tendo em vista o crescimento da universidade frente à diminuição do número de servidores de importantes cargos, hoje em extinção. Essa prática, porém, tem se mostrado complicada para a efetividade dos serviços prestados pela UFES, principalmente em decorrência da alta rotatividade de trabalhadores e pela baixa capacitação. No processo de modernização e em atendimento às diretrizes federais a PU vem realizando estudos para a redução em 20% do quadro de terceirizados.

6. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

6.1 Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Frota de Veículos Automotores de Propriedade da Unidade Jurisdicionada

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

Instrução Normativa Nº 03/08 e demais legislações pertinentes.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ

A UFES, por meio de seus diversos setores, exerce atividades tais como: atividades acadêmicas fora dos *campi*; viagens para congressos; transportes de materiais; obras de artes; e, pessoas; constituindo essas atividades partes do emprego de veículos nesta Instituição, as quais não podem ser interrompidas, evidenciando a relevância e importância da frota para a Instituição.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral

A Frota da UFES é composta por 78 (setenta e oito) veículos, basicamente pertencentes a um grupo: “veículos de serviços comuns” utilizados no transporte de pessoal (micro-ônibus, vans e veículos de passeio), transporte coletivo (ônibus), transporte de pessoal de cargas leves (caminhonetas e utilitários) e transporte de cargas pesadas (caminhões).

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra

A Frota rodou em 2013 aproximadamente de 183.652 Km, conforme tabela abaixo:

TABELA 10 - TRANSPORTE - QUILOMETROS RODADOS POR UNIDADE ADMINISTRATIVA

UNIDADE	KM RODADOS 2013
REITORIA	41.180
PROAD	18.777
CCJE	18.587
PROEX	14.555
SAC	164
PROGRAD	1.740
CEFD	7.136
CCHN	21.505
RU	3.719
CT	11.280

CAR	7.939
SPDC	97
PREFEITURA	14.542
CE	6.370
PRPPG	2945
BIBLIOTECA	50
CCE	4.533
CCS	8.334
SCD	28
HOSPITAL	158
ITUFES	13
TOTAL	183.652

e) Idade média da frota, por grupo de veículos

A idade média da Frota é de 08 (oito) anos.

f) Custos associados à manutenção da frota (gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros)

O custo médio por quilômetro rodado em 2013, por combustível foi de 9,58 de gasolina e 9,11 de óleo diesel, conforme quadro abaixo:

TABELA 11 - CONSUMO DE COMBUSTÍVEL (EM LITROS)

TIPO	QUANTIDADE
	2013
Gasolina Comum	61.892,90
Óleo Diesel	109.994,32
Média de quilômetros rodados por litro	9,5875 GASOLINA 9,115 DIESEL

g) Plano de substituição da frota

Em virtude da grande demanda de uso, os veículos são utilizados até o momento em que se tornam antieconômicos, sendo separados para leilão.

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação.

A Frota de veículos está em bom estado de conservação e uso com resultados satisfatórios em relação à locação. Entretanto, desenvolvem-se estudos e pesquisas no sentido de identificar a melhor opção

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte

Existe um contrato de Gestão da Frota de Veículos, que vem fornecendo satisfatoriamente parâmetros de eficiência nas áreas de abastecimento, manutenção e conservação dos veículos com índices de gastos e consumo por veículo.

Foi estabelecido um sistema de controle por meio de um sistema informatizado denominado “Programação de Deslocamentos” que foi instituído pela Portaria nº 1.489/2013 que regula a programação e o uso dos veículos da frota própria.

Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas contratada de terceiros

a) Estudos técnicos realizados para a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transporte

A justificativa para a contratação de um serviço de fretamento de transporte ocorreu em razão da inexistência de ônibus e micro-ônibus em quantidade suficiente, bem como da quantidade insuficiente de motoristas oficiais habilitados na execução dos serviços de condução de veículos, para atender ao transporte de professores e alunos no cumprimento de atividades, demandas e rotinas essenciais ao desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão, tais como: conferências, congressos, desenvolvimento de projetos de pesquisa em campo, etc.

Na composição dessa justificativa foi levada em consideração ainda que os cargos de motorista oficial são cargos em extinção conforme a Lei 9.632 de 07 de maio de 1998.

b) Nome e CNPJ da empresa contratada para a prestação do serviço de transporte

VIAÇÃO MARLIN AZUL TURISMO LTDA EPP CNPJ 03.654.966/0001-30

Fretamento de ônibus para realização de viagens interestaduais, destinado ao transporte exclusivo a serviços da UFES.

VIAÇÃO MUTUM PRETO LTDA CNPJ 27.143.205/0001-82

Fretamento de ônibus para realização de viagens intermunicipais, destinado ao transporte exclusivo a serviços da UFES.

c) Tipo de licitação efetuada, nº do contrato assinado, vigência do contrato, valor contratado e valores pagos desde a contratação até o exercício de referência do Relatório de Gestão

O tipo de licitação efetuada foi a de menor preço na modalidade pregão eletrônico.

Contrato: 151/2012
Empresa: Viação Marlim Azul Turismo LTDA EPP CNPJ 03.654.966/0001-30
Data de início: nov/12
Data de término: nov/13
Valor total do contrato R\$ 478.400,00
A previsão é de 137.000 km no ano.
Valor médio do km rodado: R\$ 2,99

Contrato: 152/2012
Empresa: Viação Mutum Preto CNPJ 27.143.205/0001-82
Data de início: nov/12
Data de término: nov/13
Valor total do contrato R\$ 226.850,00
A previsão é de 76.000 km no ano.

d) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos

A legislação referente a forma de utilização da frota de veículos é a Lei 9503/97 e Decreto 5992/2006 e Decreto 6443/2008, além do Decreto 5.450 de 31 de maio de 2005.

e) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ

A importância da contratação de um serviço de fretamento de ônibus e micro-ônibus está na possibilidade de atender ao transporte de professores e alunos no cumprimento de atividades, demandas e rotinas essenciais ao desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão, tais como: conferências, congressos, desenvolvimento de projetos de pesquisa em campo, entre outros.

f) Quantidade de veículos existentes, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral

Os contratos foram realizados por fretamento, não havendo discriminação por grupos de veículos.

g) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação referida no atendimento da letra “f” supra

Não se aplica devido à informação da letra “f” acima.

h) Idade média anual, por grupo de veículos

Não há esta informação. Ver observação item “f”.

i) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros), caso tais custos não estejam incluídos no contrato firmado

Por se tratar de um contrato de fretamento todos os custos estão incluídos no valor do quilômetro rodado.

Existem dois contratos de fretamento por KM rodado que inclui ônibus, motorista, combustível, seguro, entre outros, para viagens intermunicipais e interestaduais, o custo por km rodado do contrato para viagem intermunicipais é de R\$ 2,99 e para viagens interestaduais é de R\$ 3,49, conforme item “b”.

j) Estrutura de controle existente na UJ para assegurar a prestação de serviço de transporte de forma eficiente e de acordo com a legislação vigente

Regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos, a Portaria 003/2012 instituída pelo Reitor desta Universidade, utilizando como referência a Lei 9503/97 e Decreto 5992/2006 e Decreto 6443/2008, além do Decreto 5.450 de 31 de maio de 2005.

6.2 Gestão Do Patrimônio Imobiliário

6.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

QUADRO 58 – DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO (A.6.2.1)

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2013	EXERCÍCIO 2012
BRASIL	Espírito Santo	9	9
	Vitória	4	4
	Alegre	3	3
	Jerônimo Monteiro	1	1
	São Mateus	1	1
Total Brasil		9	9

Fonte: Relatório SPIUnet

6.2.2 Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel Funcional

QUADRO 59 – DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL (A.6.2.2)

UG	RIP	Regime	Estado De Conservação	VALOR DO IMÓVEL			Despesas com Manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
153046	5603.00006.500-5	11	3	Não informado no SPIUnet	20/12/2013	9.816.068,07		
153046	5603.00006.500-0	11	3	Idem	22/11/2012	407.778,22		
153046	5603.00006.500-6	11	3	Idem	13/06/2011	4.425.332,37		
153046	5603.00006.500-6	21	3	Idem	06/06/2011	1.799.527,69		
153046	5603.00006.500-4	11	3	Idem	22/11/2012	11.854.310,00		
153046	5603.00006.500-9	11	3	Idem	20/12/2013	39.505.804,35		
153046	5603.00006.500-7	10	3	Idem	06/06/2011	2.187.020,97		
153046	5603.00006.500-3	11	3	Idem	20/12/2013	247.216.108,56		
153046	5603.00006.500-0	13	3	Idem	22/11/2012	454.406,22		

Fonte: Relatório SPIUnet em 27/02/2014

OBSERVAÇÕES:

- A Ufes até o momento não desenvolveu um sistema que possibilite a integração das informações de gastos com reformas e manutenção dos bens imóveis com os bens imóveis cadastrados no SPIUnet.
- O período de validade da avaliação dos imóveis é de 24 meses.

Os demais subitens não ocorreram na Instituição.

7. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

7.1 Gestão da Tecnologia da Informação (TI)

QUADRO 60 – GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA (A.7.1)

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
X	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
X	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
X	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
X	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
X	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
X	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
X	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
X	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
	Auditoria de governança de TI.
	Auditoria de sistemas de informação.
X	Auditoria de segurança da informação.
X	Auditoria de contratos de TI.
	Auditoria de dados.
	Outra(s). Qual(is)?
	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
X	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
X	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
X	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
X	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.

X	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
X	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
X	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
X	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
X	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
X	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI: http://www.npd.ufes.br/pdtic
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
	Classificação da informação para o negócio, nos termos da Lei 12.527/2011 (p.ex. divulgação ostensiva ou classificação sigilosa).
	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: <i>utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre</i>	
(4)	são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
(4)	nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
(3)	são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
(3)	os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
(4)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
(4)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
X	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
X	Entre 1 e 40%.
	Entre 41 e 60%.
	Acima de 60%.
	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	

8. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

No âmbito da UFES, as ações de sustentabilidade assumem diferentes dimensões. A elaboração do Plano Diretor Físico dos *campi*, juntamente com o Plano Paisagístico constituem mecanismos que, se observados, podem contribuir sobremaneira para o alcance desse objetivo pela elaboração de projetos de construções sustentáveis e o aperfeiçoamento dos processos de aquisições de bens, serviços e obras de engenharia, observando-se nas contratações de obras as orientações do CONAMA-NBR 10.004. Nos quadros dos anexos citados abaixo, encontram-se a avaliação da Instituição sobre o tema desse tópico.

ANEXO III - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS UFES – UG 153046

ANEXO IV - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS – RESTAURANTE - UG 153048

ANEXO V - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS – CEUNES - UG 153049

ANEXO VII - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS UFES – CCA - UG 153050

8.2 Política de separação de resíduos recicláveis descartados.

8.2.1 Política de Separação de Resíduos na Unidade Gestora – UFES - 153046

Ainda não existe uma política de separação de resíduos recicláveis descartados plenamente em vigor. No âmbito da elaboração do Plano de Gestão de Logística Sustentável, através da comissão designada, os trabalhos foram iniciados e contemplam a política de separação de resíduos recicláveis. No primeiro momento, a comissão fez alguns encaminhamentos, dentre os quais vale citar: i) encaminhamento de sugestão para que os terceirizados contratados tenham noções sobre sustentabilidade e informações sobre a separação de resíduos; ii) sugestão para que os concursos das UFES passassem a contemplar temas ligados à sustentabilidade; iii) que o Plano de Capacitação incorporasse atividades relacionadas à sustentabilidade; iv) criação de um fundo sustentável, com os recursos de receita própria; v) publicação e divulgação da Cartilha Sustentabilidade – Manual de Boas Práticas Ambientais no Trabalho; e, proposta de reestruturação regimental e organizacional do Instituto de Educação e Estudos Ambientais, visando torná-lo unidade definidora da política de sustentabilidade ambiental na UFES e atuar na interface com atores externos.

Adicionalmente, juntaram-se à comissão dois professores e uma técnica com conhecimentos na construção do Plano de Resíduos Sólidos e Tratamento de Resíduos, por meio de Projeto de Extensão já cadastrado na UFES. Entende-se que o Plano de Resíduos Sólidos deve ser trabalhado paralelamente ao Projeto Esplanada Sustentável, mas a comissão tem tido dificuldades para formatar os Planos de Ação dos Temas da IN 2012, da SLTI, pois, segundo as informações da Unidade responsável não há estrutura e pessoal qualificado para assumir tais funções.

Também no âmbito da comissão foi aberto diálogo com a Prefeitura Municipal de Vitória no sentido de potencializar e inserir a Universidade na rede de reciclagem de resíduos municipal, realizando-se algumas reuniões com a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos. A Prefeitura sinalizou que contribuirá com a logística necessária para operacionalização do Projeto. Trabalhos estão em andamento e, de forma mais abrangente, contemplam todo o plano, inclusive a reciclagem.

Atualmente é realizado o diagnóstico da situação socioambiental da UFES, com o objetivo de conhecer as necessidades e informações sobre os aspectos dos eixos que compõem o Plano de Logística.

Há ainda uma preocupação maior de inserção e adequação de todos os *campi* às políticas definidas pela Lei 11.445, de 05 de janeiro, de 2007, que estabelece a obrigação para os municípios elaborarem Plano de Gestão Integrado de Água, Esgoto, Resíduos Sólido e Drenagem. Portanto, as preocupações da Instituição perpassam a Decreto 5940/2006, e os Decretos 7404/2010 e 7746/2012, visando à consecução de uma política que seja efetiva e que contribua de fato para a sustentabilidade ambiente para melhor efetividade dos custos da Universidade. Ademais, cada Unidade Gestora vem adotando medidas mais específicas para potencializar essa ação.

8.2.2 Política de Separação de Resíduos na Unidade Gestora – 153048

Em que pese não haver um Plano de Gestão de Logística Sustentável formalizado no Departamento de Gestão de Restaurantes, conforme instrução contida no Art. 16 do Decreto nº 7.746/2012, o DGRU tem adotado medidas internas no sentido de sustentabilidade e preservação do meio ambiente ali previstas, tais como: campanhas de combate ao desperdício de comida junto aos usuários dos restaurantes; a correta destinação do óleo usado; a substituição dos copos descartáveis por canecas, tanto pelos usuários dos restaurantes universitários, quanto pelos servidores e terceirizados que neles atuam; a maior utilização da caldeira à gás natural em vez da caldeira à óleo; a utilização de lâmpadas econômicas e de torneiras com temporizadores manuais ou acionadas pelo joelho.

8.2.3 Política de Separação de Resíduos na Unidade Gestora – CEUNES – 153049

Essa política tem sido viabilizada pelo Projeto de Coleta Seletiva desenvolvida pelo Núcleo de Atenção à Saúde e Assistência Social do CEUNES, efetuando-se a coleta seletiva de resíduos sólidos do Campus aliada à difusão de uma cultura institucional voltada para o uso racional e consciente dos recursos materiais e naturais.

Em conformidade com o Decreto 5940/2006 e com as premissas da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), os resíduos sólidos recicláveis são doados a associação de catadores do Bairro Vitória do Município de São Mateus, cujo transporte é realizado pela Prefeitura Municipal de São Mateus.

8.2.4 Política de Separação de Resíduos na Unidade Gestora – CCA - 153050

No Centro de Ciências Agrárias ocorrem a coleta e o armazenamento de pilhas, lâmpadas e resíduos químicos gerados nos laboratórios de aulas práticas e no Hospital Veterinário, os quais são removidos por uma empresa especializada, contratada para realizar o transporte e fazer a destinação dos produtos. Parte dos lixos orgânicos são aproveitados por processos químicos na área verde como adubo, sendo também recolhido pela Prefeitura local. Existe também na unidade coleta seletiva de papel, que é reaproveitado para rascunho.

8.3 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Os servidores da UFES têm sido orientados, por meio das chefias imediatas, quanto à necessidade de se fazer economia no consumo de papel, energia elétrica e água. Acerca do consumo próprio de papel, é histórico na Instituição a utilização das duas laudas das folhas nos protocolados e processos

que dependem de formalidades. Também, os servidores e colaboradores são orientados a evitar as impressões de comunicados internos em detrimento da utilização dos meios eletrônicos, como a digitalização e a guarda de arquivos. Tais medidas revelam-se em expressiva economia de recursos econômicos e ambientais, bem como de espaço físico para a guarda de documentos, não afastando o dever das formalidades dos processos internos necessários à consecução das suas atividades. Ratifica-se, contudo, que esses temas estão sendo tratados no Plano de Gestão de Logística Sustentável em estreita interação com o Projeto Esplanada Sustentável.

Não há uma adesão oficial a Programas de Gestão de Sustentabilidade, tais como: Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), Programa de Eficiência do Gasto (PEG) e Programa de Eficiência Energética em Prédios Públicos (Procel EPP), mas diversas medidas vêm sendo adotadas no sentido de se obter maior sustentabilidade e melhor eficiência nos gastos, utilização racional dos recursos naturais, bem como a capacitação das Unidades de Compras e Licitações no que tange às normas aplicáveis à contratações públicas sustentáveis e às áreas de engenharias quanto à necessidade de setor elaborar projetos e construções sustentáveis, do ponto de vista ambiental.

QUADRO 61 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – UFES/SEDE – UG -153046 (A.8.2)

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa			Ano de Adesão	Resultados		
Recursos Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	480	660	480	*	*	*
Água	247.691 m³	256.481 m³	228.582 m³	1.388.490,24	1.371.503,11	1.084.484,82
Energia Elétrica	10.310.165 KWh	9.862.775 KWh	11.968.137 KWh	4.550.440,83	4.637.293,57	4.879.667,93
			TOTAL	5.938.931,07	6.008.796,68	5.964.152,75
OBSERVAÇÃO	Observação: * Dados a serem fornecidos pelo DA Observação: O consumo total de energia elétrica e água da tabela acima é referente ao campus universitário de Goiabeiras. Não existe relógio medidor individual para as unidades consumidoras, mas um único medidor geral.					

QUADRO 62 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – CEUNES – UG -153049 (A.8.2)

Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	1210 resmas	790 resmas	480 resmas	9.638,80	6.928,30	4.209,60
Água	2137m³	1.710m³	-	8.794,00	6.728,50	-
Energia Elétrica	1.271.643 KWh	483.224 KWh	720.226 KWh	665.911,21	275.734,18	366.444,37
	Total			684.074,01	289.390,98	370.653,97

*Não foi possível fazer o levantamento de despesas com água no ano de 2011.

**Ressalta-se que o consumo/valores lançados em 2012 e 2013 são referentes ao Polo Universitário, Casa do Estudante e Restaurante Universitário.

Fonte: GAF/CEUNES e GRM/CEUNES

Embora as Ações do CEUNES tenham por objetivo a racionalização dos recursos materiais e naturais disponíveis, o processo de expansão rebate diretamente no aumento do consumo de papel, energia e água.

QUADRO 63 – CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA – CCA – UG – 153050 (A.8.2)

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa		Ano de Adesão		Resultados		
Recurso Consumido	Quantidade consumida			Valor		
	Exercícios					
	2013	2012	2011	2013	2012	2011
Papel	1441					
Água				114.966,47	96.199,31	91.975,71
Energia Elétrica				X*	X	x
			Total			

*A energia elétrica e controlada pela Prefeitura Universitária em Vitória.

Em relação às medidas adotadas para redução do consumo e papel, energia elétrica e água, contemplando a política adotada pela unidade para estimular o uso racional desses recursos, faz-se no Centro de Ciências Agrárias um trabalho procurando conscientizar a comunidade, por meio de memorandos encaminhados às unidades requisitantes, visitas às salas de aulas, fixação de cartazes, que procuram ressaltar a importância de se economizar água, apagam as luzes, desligarem os ventiladores e aparelhos quando não estiverem em uso. Já a adesão a programas de gestão da sustentabilidade, tais como: Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), Programa de Eficiência do Gasto (PEG) e Programa de Eficiência Energética em Prédios Públicos (Procel EPP), este constitui um passo futuro a ser dado pela direção com a aquisição de itens sustentáveis, consumo mínimo de reagentes, instalação de lâmpadas inteligentes e eliminação de vazamento nas dependências do Centro de Ciências Agrárias e suas Áreas Experimentais.

O crescimento nas despesas de água deve-se, sobretudo, à ampliação da área, que no ano de 2010 teve um aumento na área construída de 2.161,6 m², em 2011 um acréscimo na área de 786,63 m² e em 2012 a área construída incorporada foi de 9.601,85 m². Com o término das obras, o CCA vai contar com 38.910,6 m² de área construída. Além disso, o aumento no consumo de água é também decorrente da utilização de água na irrigação dos experimentos conduzidos nas estufas em Jerônimo Monteiro e em pesquisas do programa de pós-graduação em Ciências Florestais.

9. CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

9.1 Tratamento de Deliberações Exaradas em Acórdão do TCU

9.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

As diligências, inspeções, comunicações e determinações emanadas do Tribunal de Contas da União tiveram o devido encaminhamento interno junto às Unidades da UFES. Até a presente data não há pendências no atendimento a demandas do TCU, conforme discriminado abaixo:

QUADRO 64 - Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício (A.9.1.1)

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO					00425
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
01	045.072/2012-4	AC 681/2013 PLENÁRIO	9.2 e 9.3	DE	Ofício nº 0182/2013- TCU/SECEX-ES
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO					00425
Descrição da Deliberação					
<p>9.1. Considerar procedente a representação;</p> <p>9.2. Com base no art. 71, IX, da Constituição Federal, c/c o art. 45 da Lei n.º 8.443/92, determinar à UFES que adote, no prazo de 10 (dez) dias a contar da ciência, as providências necessárias à anulação do edital do Pregão Eletrônico nº 204/2012 – PU/UFES, encaminhando ao Tribunal, no mesmo prazo, documentação que comprove o cumprimento desta determinação;</p> <p>9.3. Dar ciência à UFES de que foram identificadas, no edital do Pregão Eletrônico nº 204/2012 – PU/UFES, “disposições restritivas consignadas nos itens 19.3.2, 19.3.3, 19.3.4, 19.3.4.1, 19.3.5, 19.3.5.1, 19.4, 19.4.1, 19.4.1.2 e 31.1.24, relacionadas com o suposto enquadramento dos serviços no item 16 da Resolução Confea 417, de 27/3/1998”;</p> <p>.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
PREFEITURA UNIVERSITÁRIA					33254
Síntese da Providência Adotada					
Determinação atendida através do Ofício nº 195/2013-GR, de 29.04.2013, onde o Magnífico Reitor informa que o Edital do Pregão Eletrônico nº 204/2012- PU/UFES foi anulado.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Cumprimento da determinação					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Resultado positivo tendo em vista que o referido Edital foi anulado.					

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO					00425
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
02	010.174/2012-5	<u>AC-0416-07/13-P</u>	9.1.1 a 9.1.3	RE	Ofício nº 111 /2013- TCU/SECEX-ES
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO					00425
Descrição da Deliberação					
<p>9.1. Com fulcro no art. 250, III, do Regimento Interno, recomendar à Universidade Federal do Espírito Santo que:</p> <p>9.1.1. Implemente políticas atinentes à difusão, no âmbito organizacional, dos preceitos éticos norteadores de suas atividades;</p> <p>9.1.2. Estabeleça como rotina a discussão pelas chefias com os servidores sobre os baixos resultados das avaliações de desempenho, com vistas a um aconselhamento;</p> <p>9.1.3. Envie esforços no sentido de suprir a carência de servidores existente no Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes, evitando, assim, a utilização de mão de obra terceirizada pelo hospital em atividades que envolvam tomadas de decisão para a aquisição de material e serviços;</p> <p>9.1.4. Envie esforços no sentido de suprir a carência de servidores da Auditoria Interna, promovendo um planejamento sistemático das atividades da área com vistas à realização de trabalhos de fiscalização na área de licitação e contratos do Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes.</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Assistência Estudantil					119983
Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional					83918
Pró-Reitoria de Administração					33284
Síntese da Providência Adotada					
<p>Encaminhamento por parte da Auditoria Interna do Memorando nº 40/2013-AUDIN, de 30.04.2013, ao Departamento de Gestão de Pessoas em especial ao tocante ao item 9.1.4.</p> <p>Encaminhamento de Memorando Circular nº 03/2012-AUDIN- para conhecimento das recomendações à UFES especificamente quantos aos itens 9.1.1 a 9.1.4, para: Pró- Reitoria de Administração; Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional e Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas.</p>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Os resultados deverão ser analisados em longo prazo					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
As recomendações por si só produzem resultados positivos na medida em que se propõem a reflexão para adoção de boas práticas na gestão pública.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa					Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO					00425
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
03	019.045/2009-0	8972/2012 2º CÂMARA	1.8.1.1 e 1.8.1.2	DE	Ofício nº 029 /2013- TCU/SECEX-ES
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO					00425
Descrição da Deliberação					
1.8.1. Determinar à Universidade Federal do Espírito Santo-UFES que:					

<p>1.8.1.1. No prazo de cento e vinte dias, conclua, caso ainda esteja pendente, o Processo Administrativo Disciplinar 23068.064663/2008-39 (que trata da execução do Contrato nº 61/2005, firmado entre o Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes - HUCAM e a empresa AGA Locação de Veículos e Equipamentos Ltda., para serviços de limpeza e conservação, em cumprimento ao Acórdão 2843/2009 - Primeira Câmara), com posterior encaminhamento à Secex/ES;</p>	
<p>1.8.1.2. no prazo de cento e oitenta dias, instaure tomada de contas especial em virtude dos fatos e constatações documentados no Processo Administrativo Disciplinar 23068.010043/2010-02, referentes ao Contrato 01/2006, firmado entre o Hospital Cassiano Antônio de Moraes - Hucam e a Associação Pró-Matre de Vitória, para a prestação de serviços de apoio técnico administrativo (disponibilização de mão-de-obra) ao referido nosocômio, observando-se em tal empreitada todas as exigências legais e regulamentares aplicáveis à espécie, além de, necessária e especificamente, seguir os procedimentos arrolados e os critérios estabelecidos nos subitens 7.4.b.1, 7.4.b.2, 7.4.b.3 e 7.4.b.4 da instrução da unidade técnica (peça 28);</p>	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO	00425
<p>Síntese da Providência Adotada Em atendimento ao item 1.8.1.1, foi encaminhado ao TCU, através do Of. 322/2013-GR, de 11.06.2013, cópia das principais partes do Processo Administrativo Disciplinar nº 23068.064663/2008-59, o qual foi concluído no ano de 2010.</p>	
<p>Em relação ao item 1.8.1.2 a UFES informa ao TCU através do Ofício nº 530/2013, 12.08.13, que inscreveu a Associação Beneficente Pró-Matre de Vitória no CADIN. Posteriormente através do Of. 632/2013, de 24.10.13, foi informado ao Tribunal que a Tomada de Contas Especial não foi instaurada, visto que as medidas administrativas para reparação do dano ao erário foram tomadas, e que a dívida no valor de R\$ 462.679.06, foi parcelada com a Pró-Matre de Vitória em 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, conforme Termo de Transação nº 05/2013, assinado em 16.10.2013.</p>	
<p>De acordo com o Acórdão nº 7324/2013-TCU-2ª Câmara, o TCU considerou cumpridas as determinações constantes dos itens 1.8.1.1. e 8.1.1.2, arquivando o presente processo.</p>	
<p>Síntese dos Resultados Obtidos</p>	
<p>Cumprimento da determinação do Acórdão.</p>	
<p>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</p>	
<p>As recomendações/determinações contribuem para o aperfeiçoamento dos controles internos</p>	

9.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

Até a presente data não há pendências no atendimento de demandas do TCU.

9.2 Tratamento de Recomendações do OCI

9.2.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

QUADRO 65 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI (A.9.2.1)

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			26234
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	RA 201203181	1.2.1.1.	Of. 22655/2012-CGU/ES
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Descrição da Recomendação			
1.2.1.1. Constatação			
Ausência de apresentação de medidas para cumprimento das recomendações expedidas pela unidade de controle interno da UFES.			
Recomendação 1:			
Adotar rotina para garantir a implementação das recomendações da AUDIN em sua totalidade.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Síntese da Providência Adotada			
A recomendação foi acatada pela UJ.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Recomendação atendida conforme posição da SFC- Nota Técnica nº 26.203			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Recomendação atendida conforme informação do OCI.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	RA 201203181	1.2.3.1	Of. 22655/2012-CGU/ES
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Descrição da Recomendação			
1.2.3.1. Constatação			

Insuficiência de controles de prestação de contas e morosidade da UJ na cobrança das prestações de contas de convênios com prazos vencidos.	
Recomendação 1: Adotar controle para cobrança tempestiva dos prazos de convênios com prestação de contas vencidos.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Departamento de Contratos e Convênios	99404
Síntese da Providência Adotada	
A recomendação foi acatada pela UJ.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Recomendação acatada OCI – Nota Técnica nº 26.203	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Recomendação atendida conforme informação do OCI.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	RA 201203181	1.2.3.2.	Of. 22655/2012-CGU/ES
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Descrição da Recomendação			
1.2.3.2. Constatação			
Atuação ineficiente, insuficiente e intempestiva da UJ na análise das prestações de contas de transferências voluntárias apresentadas.			
Recomendação 1: Adotar controle para monitoramento e cobrança das análises das prestações de contas.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Contratos e Convênios.			99404
Síntese da Providência Adotada			
Acatamos a recomendação da CGU quanto à cobrança das análises de prestação de contas tempestivamente			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Recomendação acatada pelo OCI – Nota Técnica nº 26.203			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Recomendação atendida conforme informação do OCI.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

04	RA 201203181	1.2.3.3.	Of. 22655/2012- CGU/ES
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Descrição da Recomendação			
1.2.3.3. Constatação Ausência de fiscalização dos convênios vigentes firmados pela unidade. Recomendação 1: Adotar controle para cobrança dos relatórios de fiscalização de convênios.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Contratos e Convênios			99404
Síntese da Providência Adotada			
A recomendação foi acatada para melhorar o controle quanto à cobrança dos relatórios de fiscalização de convênios			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Recomendação acatada pelo OCI – Nota Técnica nº 26.203			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Recomendação atendida conforme informação do OCI.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
05	RA 201203181	3.1.2.1	Of. 22655/2012- CGU/ES
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Descrição da Recomendação			
3.1.2.1. Constatação Descumprimento dos prazos estabelecidos pelo Tribunal de Contas da União para o encaminhamento de processos de aposentadoria e de pensão civil ao Controle Interno para análise de legalidade dos respectivos atos de concessão. Recomendação 1: Abster-se de utilizar os processos de admissão e de concessão de aposentadoria e de pensão civil para realizar consultas ao Órgão Central do SIPEC ou ao Ministério da Educação. Passar a realizar essas consultas por meio de ofícios, memorandos ou outros tipos de documentos semelhante, aos quais, se necessário, poderão ser anexadas cópias dos processos de admissão ou de concessão pertinentes. Encerrados os prazos estabelecidos pelo Tribunal de Contas da União por meio da Instrução Normativa TCU nº 55/2007, adotar o procedimento de encaminhar/devolver os processos de admissão e de concessão à CGU, ainda que o Órgão Central do SIPEC ou o Ministério da Educação ainda não tenham se manifestado acerca das consultas realizadas. Eventuais questionamentos ou esclarecimento decorrentes dessa ausência de manifestação poderão ser informados ao TCU por meio das respectivas fichas SISAC de admissão ou de concessão de aposentadoria ou de pensão civil, conforme o caso. Recomendação 2: Realizar o cadastramento dos atos de concessão e de alteração de aposentadoria e de pensão civil no sistema SISACNET, bem como o encaminhamento dos respectivos processos à CGU/Regional-ES, dentro do prazo de 60 (sessenta dias) a contar da publicação da concessão inicial ou de sua alteração no Diário Oficial da União, em obediência ao artigo 7º da Instrução Normativa TCU nº 55/2007. Recomendação 3: Adotar o procedimento de devolver à CGU/Regional-ES os processos de admissão e de concessão/alteração de aposentadoria e de pensão civil, diligenciados durante as análises de legalidade dos respectivos atos de provimento e de concessão/alteração, sempre no prazo máximo de 120 (cento e vinte) dias corridos a contar do recebimento desses processos diligenciados, em obediência ao artigo 12, §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa TCU nº 55/2007. Quando for o caso, incluir nos despachos de devolução desses processos			

à CGU/Regional-ES, bem como no campo "ESCLARECIMENTOS DO GESTOR DE PESSOAL" das respectivas fichas SISAC, manifestação acerca do descumprimento de eventual requerimento de informação ou de documento diligenciado pela CGU/Regional-ES.

Recomendação 4: Fortalecer os controles internos do Departamento de Gestão de Pessoas/UFES relativos ao acompanhamento dos prazos estabelecidos Tribunal de Contas da União para o cadastramento de atos no SISACNET e para o encaminhamento dos respectivos processos de concessão à CGU/Regional-ES, bem como para o atendimento às diligências da CGU/Regional-ES relativas à análise de legalidade dos atos de concessão, visando evitar nova reincidência da Universidade no descumprimento dos prazos estabelecidos na Instrução Normativa TCU nº 55/2007.

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Deptº de Gestão de Pessoas	119987
Síntese da Providência Adotada	
<p>1)A UFES passará a encaminhar as consultas ao Órgão Central do SIPEC ou ao Ministério da Educação por meio de cópia dos processos administrativos.</p> <p>2)O atraso no envio dos processos de concessão e de alteração de aposentadoria e de pensão civil deve-se ao aumento do volume de concessões e alterações realizadas atualmente. Entretanto, a UFES passará a observar o prazo para cadastramento no sistema SISACNET e envio à CGU/Regional-ES, conforme artigo 7º da Instrução Normativa TCU nº 55/2007.</p> <p>3 e 4) o atraso no envio dos processos diligenciados de concessão e de alteração de aposentadoria, de pensão civil e de admissão deve-se ao aumento do volume de admissões, concessões e alterações realizadas. Entretanto a UFES passará a adotar a recomendação acima.</p>	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Recomendação acatada pelo OCI – Nota Técnica nº 26.203	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Recomendação atendida conforme informação do OCI.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
06	RA 201203181	4.1.2.1.	Of. 22655/2012-CGU/ES
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Descrição da Recomendação			
<p>4.1.2.1. Constatação Requisição irregular do servidor de matr. SIAPE nº 2637838. Recomendação 1: Encerrar, de imediato, a requisição do servidor de matr. SIAPE nº 2637838 junto à Prefeitura da Serra/ES, rescindindo o Convênio nº 035/2009 – SEAD, por contrariar o artigo 5º do Decreto nº 4.050/2001 e o artigo 2º do Decreto nº 99.328/1990. Recomendação 2: Abster-se de manter, em seu quadro de recursos humanos, servidores de órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, suas empresas públicas e sociedades de economia mista, cujas requisições estejam em desacordo com o Decreto nº 4.050/2001. Recomendação 3: Abster-se de realizar pagamentos de remunerações/ salários a servidores civis que não estejam devidamente cadastrados no sistema SIAPE, em conformidade com o artigo 2º do Decreto nº 99.328/1990.</p>			

Recomendação 4: Apurar, por meio de processo administrativo, a jornada de trabalho a que esteve submetido o servidor de matr. SIAPE nº 2637838 a partir de 20/02/2009, visando identificar eventuais reembolsos indevidos de remuneração efetuados à Prefeitura da Serra/ES. Após a conclusão dessa apuração, os documentos originais dela decorrentes, bem como a conclusão da autoridade instauradora do procedimento, devem ser remetidos à CGU/Regional-ES para conhecimento.

Recomendação 5: Ressarcir ao erário os valores de remuneração do servidor de matr. SIAPE nº 2637838 porventura indevidamente reembolsados à Prefeitura da Serra/ES a partir de março/2009.

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Deptº Gestão de Pessoas	119987
Síntese da Providência Adotada	
<p>1) No dia 10/07/2012 foi encaminhado o ofício nº 360/2012-GR solicitando que o município da Serra adotasse as devidas providências no sentido de rescindir, a partir daquela data, o referido convênio.</p> <p>2) a UFES não mantém em seu quadro de recursos humanos servidores de órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, suas empresas públicas e sociedades de economia mista, cujas requisições estejam em desacordo com o Decreto nº 4.050/2001.</p> <p>3) a UFES não realiza pagamentos de remuneração/salários a servidores civis que não estejam devidamente cadastrados no sistema SIAPE, em conformidade com o artigo 2º do Decreto nº 99.328/1990.</p> <p>4) : a apuração acerca do cumprimento da jornada de trabalho a que esteve submetido o servidor de matrícula SIAPE nº 2637838, a partir de 20/02/2009, foi encerrado e processo nº 23068.025257/2011-56 foi encaminhado à CGU por meio do ofício nº 417/2012-GR, de 08/08/2012.</p>	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Recomendação acatada pelo OCI – Nota Técnica nº 26.203	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Recomendação atendida conforme informação do OCI.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
07	RA 201203181	4.2.2.1.	Of. 22655/2012-CGU/ES
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Descrição da Recomendação			
4.2.2.1. Constatação			
Utilização de modalidade licitatória indevida.			
Recomendação 1: Realizar licitação na modalidade pregão, preferencialmente em sua forma eletrônica, para contratação de empresa para os serviços de organização de evento, sempre que a aquisição envolver serviços comuns, com vistas a atender a exigência do artigo 4º, do Decreto nº 5.450/2005.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Prefeitura Universitária.			33288
Síntese da Providência Adotada			
A recomendação foi acatada pela UJ			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Recomendação acatada pelo OCI – Nota Técnica nº 26.203			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Recomendação atendida conforme informação do OCI.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
08	RA 201203181	4.3.2.3	Of. 22655/2012-CGU/ES
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Descrição da Recomendação			
4.3.2.3. Constatação			
Inclusão de cláusula restritiva em licitação.			
Recomendação 1: Abster-se de incluir, em edital de licitação, exigências de qualificação técnica que não se restrinjam a parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, prejudicando a competitividade do certame, tendo em vista os limites a tais exigências estabelecidos no artigo 30, da Lei nº 8.666/93, e na Súmula nº 263/2011 do TCU.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Prefeitura Universitária.			33288
Síntese da Providência Adotada			
A recomendação foi acatada pela UJ.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Recomendação acatada pelo OCI – Nota Técnica nº 26.203			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Recomendação atendida conforme informação do OCI.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
09	RA 201203182	6.1.2.1	Of. 22655/2012-CGU/ES
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Descrição da Recomendação			
6.1.2.1. Constatação			
Manutenção da Nota de Empenho 2007NE000101 no valor de R\$ 362.103,11 em Restos a Pagar Não Processados sem atender alguma das hipóteses previstas no art. 35 do Decreto nº 93.872/86			
Recomendação 1: Que a Unidade adote rotina de manutenção de empenhos em restos a pagar em			

conformidade com o Decreto nº 93.872/86	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Hospital Universitário C. Antônio Moraes/Ufes	59287
Síntese da Providência Adotada	
Acatada a recomendação com o cancelamento dos empenhos acima citados.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Recomendação atendida conforme posição da SFC Nota Técnica nº 26236	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Recomendação atendida conforme informação do OCI.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			26234
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	RA 201203182	6.1.3.1.	Of. 22655/2012-CGU/ES
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Hospital Universitário C. Antônio Moraes/Ufes			59287
Descrição da Recomendação			
6.1.3.1. Constatação			
Documentos comprobatórios da pesquisa de mercado relativo ao Pregão Eletrônico nº 137/2011, 46/2011 e 192/2010 não estão presentes nos processos analisados.			
Recomendação 1: Recomendamos ao Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes - HUCAM, quando da realização da pesquisa de mercado, que junte nos Processos Licitatórios os documentos comprobatórios de sua efetivação, com a finalidade de se atender ao previsto no Acórdão 3667/2009. Orientamos, caso a documentação a ser juntada ao processo seja de grande volume, a inclusão na íntegra dos documentos da pesquisa em meio magnético.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário C. Antônio Moraes/Ufes			59287
Síntese da Providência Adotada			
A recomendação foi acatada pela UJ.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Recomendação atendida conforme posição da SFC - Nota Técnica nº 26236			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Recomendação atendida conforme informação do OCI.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	RA 201203182	6.1.3.2.	Of. 22655/2012-CGU/ES
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Hospital Universitário C. Antônio Moraes/Ufes			58287
Descrição da Recomendação			
6.1.3.2. Constatação Aquisição realizada por valor acima do preço máximo fixado em edital, resultando em prejuízo potencial de R\$ 11.352,24. Recomendação 1: Recomendamos ao Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes – HUCAM que observe na realização dos procedimentos licitatórios, ao disposto no edital de licitação, em especial no que se refere ao cumprimento do critério de aceitabilidade dos preços, bem como realize as compras com base no valor de mercado dos itens cotados, com observância ao previsto no Acórdão 2576/2011.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário C. Antônio Moraes/Ufes			59287
Síntese da Providência Adotada			
Acatada a recomendação, existindo casos em que o material cotado em menor preço não atende as qualidades e exigências de procedimentos a serem realizados no hospital.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Recomendação atendida conforme posição da SFC - Nota Técnica nº 26236			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Recomendação atendida conforme informação do OCI.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	RA 201203182	6.1.3.3.	Of. 22655/2012-CGU/ES
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Descrição da Recomendação			
6.1.3.3. Constatação Análise da Procuradoria Jurídica foi realizada após a publicação do edital no Diário Oficial da União e em jornal de grande circulação. Recomendação 1: Recomendamos ao Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes - HUCAM que encaminhe para publicação somente os avisos de editais que tiverem suas minutas analisadas pela Procuradoria Jurídica, com vistas a atender ao disposto no art. 38 da Lei 8666/93.			

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Hospital Universitário C. Antônio Moraes/Ufes	59287
Síntese da Providência Adotada	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Recomendação atendida conforme posição da SFC - Nota Técnica nº 26236	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Recomendação atendida conforme informação do OCI.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	RA 201203182	6.1.3.4.	Of. 22655/2012-CGU/ES
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Descrição da Recomendação			
6.1.3.4. Constatação			
Ausência de Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do projeto básico e da obra nos processos nºs. 23068.023933/2011-52 e 23068.011572/2011-04.			
Recomendação 1:			
Recomendamos ao Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes - HUCAM que exija dos contratados, quando das assinaturas dos termos contratuais, as Anotações de Responsabilidade Técnicas das obras de engenharia, a fim de se observar ao previsto na Lei 6496, de 07 de dezembro de 1977 e nos contratos celebrados.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário C. Antônio Moraes/Ufes			59287
Síntese da Providência Adotada			
Recomendação acatada pela UJ			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Recomendação atendida conforme posição da SFC- Nota Técnica nº 26236			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Recomendação atendida conforme informação do OCI.			

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo	425
Recomendações do OCI	
Recomendações Expedidas pelo OCI	

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	RA 201203182	6.1.3.5	Of. 22655/2012-CGU/ES
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes - HUCAM			59287
Descrição da Recomendação			
6.1.3.5. Constatação:			
Ausência de comprovante de prestação de garantia referente ao Processo nº 23.068.023933/2011-57.			
Recomendação 1: Recomendamos ao Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes - HUCAM que busque junto à firma contratada a prestação da garantia contratual, de forma a observar o estipulado no contrato.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário C. Antônio Moraes/Ufes			59287
Síntese da Providência Adotada			
A fiscalização exigiu o cumprimento da prestação da garantia contratual e anexada ao processo.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Recomendação atendida conforme posição da SFC- Nota Técnica nº 36.511			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Recomendação atendida conforme informação do OCI.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15	RA 201203182	6.1.3.6	Of. 22655/2012-CGU/ES
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Hospital Universitário C. Antônio Moraes/Ufes			59287
Descrição da Recomendação			
6.1.3.6. Constatação			
Adoção de modalidade Pregão Eletrônico para obra de reforma e adequação do Prédio de Serviços de Assistência Farmacêutica do HUCAM em contraposição às modalidades previstas na lei 8666/93.			
Recomendação 1:			
Recomendamos ao Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes - HUCAM que, em caso de obras de engenharia, adote as modalidades de licitação previstas na Lei 8666/93, de forma a cumprir ao disposto no art. 6º do Decreto nº 5.450/2005.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário C. Antônio Moraes/Ufes			59287
Síntese da Providência Adotada			
A recomendação foi acatada pela UJ.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Recomendação atendida conforme posição da SFC- Nota Técnica nº 26236			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Recomendação atendida conforme informação do OCI.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
16	RA 201203182	6.1.3.7.	Of. 22655/2012-CGU/ES
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Descrição da Recomendação			
6.1.3.7. Constatação Ausência do número mínimo de 3 orçamentos na estimativas de custos referente aos processos nºs. 23.068020474/2010-79 e 23.068009189/2010-05. Recomendação 1: Recomendamos ao Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes - HUCAM, quando da realização de procedimentos licitatórios, dispensa ou inexigibilidade, realize a estimativa de custos com no mínimo 3 fornecedores distintos, a fim de se observar o previsto na jurisprudência do Tribunal de Contas da União.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário C. Antônio Moraes/Ufes			59287
Síntese da Providência Adotada			
A recomendação foi acatada pela UJ.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Recomendação atendida conforme posição da SFC - Nota Técnica nº 26236			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Recomendação atendida conforme informação do OCI.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
17	RA 201203182	6.1.3.9.	Of. 22655/2012-CGU/ES
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Descrição da Recomendação			
6.1.3.9. Constatação Ausência de indicação do BDI no orçamento da obra. Recomendação 1: Recomendamos ao Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes - HUCAM a inclusão, nos anexos do edital, da planilha da obra com o respectivo detalhamento da composição do BDI, a fim de se observar a Súmula nº 258 do Tribunal de Contas da União.			
Providências Adotadas			

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Hospital Universitário C. Antônio Moraes/Ufes	59287
Síntese da Providência Adotada	
A recomendação foi acatada pela UJ.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Recomendação atendida conforme posição da SFC- Nota Técnica nº 26236.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Recomendação atendida conforme informação do OCI.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
18	RA 201203182	6.1.3.10.	Of. 22655/2012-CGU/ES
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Descrição da Recomendação			
6.1.3.10. Constatação:			
Ausência de publicação do edital do Pregão Eletrônico para registro de preços em Jornal de Grande Circulação.			
Recomendação 1: Recomendamos ao Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes - HUCAM, quando da realização de processos licitatórios sob a sistemática de registro de preços, realizar as publicações dos avisos dos editais em jornal de grande circulação, de forma a observar ao contido no Manual de Licitações e Contratos do Tribunal de Contas da União e na legislação vigente.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário C. Antônio Moraes/Ufes			59287
Síntese da Providência Adotada			
A recomendação foi acatada pela UJ.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Recomendação atendida conforme posição da SFC - Nota Técnica nº 26236			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Recomendação atendida conforme informação do OCI.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			26234
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
19	RA 201203182	6.1.3.11	Of. 22655/2012-CGU/ES

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes	59287
Descrição da Recomendação	
6.1.3.11. Constatação Utilização dos preços do sistema do Instituto de Obras Públicas do Espírito Santo - IOPES em substituição ao SINAPI da CEF para realizar estimativas de custos de obras realizadas pelo Hospital e pesquisa de mercado realizada com apenas um fornecedor.	
Recomendação 1:	
Recomendamos ao Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes - HUCAM a realização de pesquisa de mercado com base no sistema SINAPI da CEF como regra, adotando de forma subsidiária, caso os itens não sejam identificados na pesquisa, os preços cotados pelo Instituto de Obras Públicas do Espírito Santo - IOPES.	
Recomendação 2:	
Recomendamos ao Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes - HUCAM, caso seja realizada pesquisa de mercado, pelo motivo de inexistência de itens no SINAPI e IOPES, a cotação com no mínimo 3 empresas distintas, e a juntada no referido processo dos documentos comprobatórios da realização da mesma, com a finalidade de se observar ao previsto na Jurisprudência do Tribunal de Contas da União.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Hospital Universitário C. Antônio Moraes/Ufes	59287
Síntese da Providência Adotada	
A recomendação foi acatada pela UJ.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Recomendação atendida conforme posição da SFC Nota Técnica nº 26236	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Recomendação atendida conforme informação do OCI.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
20	RA 201203182	6.1.3.12.	Of. 22655/2012-CGU/ES
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Descrição da Recomendação			
6.1.3.12. Constatação			
Projeto básico não possui plantas e memorial descritivo a respeito da obra.			
Recomendação 1: Recomendamos ao Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes - HUCAM que faça constar dos processos licitatórios de obras e serviços de engenharia a serem realizados os estudos e projetos básicos que possibilitem uma adequada avaliação dos serviços necessários a execução do empreendimento, bem assim suas especificações, plantas e memoriais descritivos, de forma a observar a jurisprudência do Tribunal de Contas da União.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário C. Antônio Moraes/Ufes			59287
Síntese da Providência Adotada			
A recomendação foi acatada pela UJ.			
Síntese dos Resultados Obtidos			

Recomendação atendida conforme posição da SFC - Nota Técnica nº 26236
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Recomendação atendida conforme informação do OCI.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
21	RA 201203182	6.1.3.13.	Of. 22655/2012-CGU/ES
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Descrição da Recomendação			
6.1.3.13. Constatação			
Detalhamento relativo ao BDI não consta da documentação da proposta da licitante.			
Recomendação 1:			
Recomendamos ao Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes - HUCAM que exija dos licitantes o detalhamento do BDI nas propostas apresentadas em Processos Licitatórios a serem realizados, a fim de cumprir o que determina a Súmula nº258/2010 do Tribunal de Contas da União.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário C. Antônio Moraes/Ufes			59287
Síntese da Providência Adotada			
A recomendação foi acatada pela UJ.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Recomendação atendida conforme posição da SFC- Nota Técnica nº 26236			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Recomendação atendida conforme informação do OCI.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
22	RA 201203182	6.1.3.14.	Of. 22655/2012-CGU/ES
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Descrição da Recomendação			
6.1.3.14. Constatação			
Prazo mínimo da Publicação do Pregão para registro de preços em jornal de grande circulação não foi observado.			

Recomendação 1:	
Recomendamos ao Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes - HUCAM que observe o prazo mínimo de 8 dias úteis entre a publicação do edital e a abertura das propostas em processos licitatórios realizado sob a modalidade pregão.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Hospital Universitário C. Antônio Moraes/Ufes	59287
Síntese da Providência Adotada	
A recomendação foi acatada pela UJ.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Recomendação atendida conforme posição da SFC- Nota Técnica nº 26236	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Recomendação atendida conforme informação do OCI.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
23	RA 201203182	6.1.3.15	Of. 22655/2012-CGU/ES
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Descrição da Recomendação			
6.1.3.15. Constatação			
Análise da procuradoria jurídica foi realizada após emissão do empenho e publicação da dispensa no Diário Oficial da União.			
Recomendação 1: Recomendamos ao Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes - HUCAM que encaminhe para publicação somente os processos de dispensa que forem analisados previamente pela procuradoria jurídica, com vistas a atender ao disposto no art. 38 da Lei 8666/93.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário C. Antônio Moraes/Ufes			59287
Síntese da Providência Adotada			
A recomendação foi acatada pela UJ.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Recomendação atendida conforme posição da SFC- Nota Técnica nº 26236			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Recomendação atendida conforme informação do OCI.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

24	RA 201203182	6.1.3.16.	Of. 22655/2012- CGU/ES
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Descrição da Recomendação			
6.1.3.16. Constatação			
Contratação por Dispensa de Parcelas de um mesmo serviço.			
Recomendação 1: Recomendamos ao Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes - HUCAM que deixe de realizar dispensa de licitação fundamentada no art. 24 II, quando existir processo Licitatório em andamento para contratação de mesmo objeto, evitando dessa forma fuga de licitação para contratação de parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação.			
Recomendamos ao Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes - HUCAM, quando da estimativa de custos para eventual contratação por Dispensa, a realização de pesquisa de mercado com no mínimo 3 fornecedores distintos, a fim de se observar a jurisprudência do Tribunal de Contas da União.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário C. Antônio Moraes/Ufes			59287
Síntese da Providência Adotada			
A recomendação foi acatada pela UJ.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Recomendação atendida conforme posição da SFC- Nota Técnica nº 26236			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Recomendação atendida conforme informação do OCI.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
25	RA 201203182	6.1.3.20.	Of. 22655/2012- CGU/ES
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Descrição da Recomendação			
6.1.3.20. Constatação			
Ausência de realização de processos licitatórios para a contratação de serviços de telefonia e locação de imóveis para seus residentes médicos.			
Recomendação 1: Recomendamos ao Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes - HUCAM, quando da necessidade de se contratar serviços de telefonia e de se efetivar locações de imóveis para atender seus residentes médicos, realizar Procedimento Licitatório com a finalidade de se observar o previsto no Artigo segundo da Lei 8666/93, que citamos: "As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei."			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário C. Antônio Moraes/Ufes			59287
Síntese da Providência Adotada			
A recomendação foi acatada pela UJ.			
Síntese dos Resultados Obtidos			

Recomendação atendida conforme posição da SFC- Nota Técnica nº 26236
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Recomendação atendida conforme informação do OCI.

9.2.2 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício

QUADRO 66 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO (A.9.2.2)

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
01	RA 201203181	1.2.2.1	Of. 22655/2012-CGU/ES
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Descrição da Recomendação			
1.2.2.1 do RA 201203181 Adoção parcial de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de materiais de TI e execução de projetos e obras de engenharia. Recomendação 001 Promover a capacitação dos servidores na aplicação das normas sobre sustentabilidade ambiental			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Justificativa para o seu não cumprimento			
Com relação a recomendação a UFES tem adotado os procedimentos abaixo, mas ainda não foram submetidos ao crivo da CGU: No contexto das aquisições de materiais de TI, a UFES já conta com documento norteador da Política de Sustentabilidade Ambiental em Tecnologia da Informação e Comunicação, onde são observados nas Diretrizes Gerais, os seguintes tópicos: i) sistema de gestão eletrônica de documentos; ii) educação de usuários; iii) critérios de aquisição de equipamentos; iv) políticas de insumos; v) descartes de equipamentos e produtos eletroeletrônicos; vi) descartes de baterias; vii) descarte de embalagens; viii) telepresença e trabalho a distância; ix) extensão da vida útil de equipamentos; e, x) reforma e atualização tecnológica de infraestrutura de TI. Somam-se a esses, os critérios específicos para aquisição de computadores, que consideram aspectos relacionados ao consumo de energia, ruído e redução de substâncias nocivas, além de critérios na aquisição de monitores, impressoras, televisão e equipamentos de rede. Algumas ações em projetos e obras de engenharia vêm sendo realizadas, valendo destacar a aquisição de lâmpadas de maior eficiência energética, torneiras automática, que reduzem o consumo de água, recolhimento de lâmpadas queimadas, etc. Faz-se também relevante frisar que a UFES acaba de encaminhar a todos os segmentos que compõem a comunidade universitária a CARTILHA SUSTENTÁVEL – MANUAL DE BOAS PRÁTICAS AMBIENTAIS NO TRABALHO, elaborada pela Comissão Gestora de Plano de Logística Sustentável. Nela há um conjunto de orientações que se espera tenha um bom rebatimento sobre a conduta e as práticas adotadas no ambiente institucional. A Comissão Gestora de Plano de Logística Sustentável, criada institucionalmente, tem por finalidade elaborar, monitorar, avaliar e revisar o Plano de Logística Sustentável da UFES – PLS/UFES. Em relação, especificamente, à capacitação, no âmbito da Comissão do Plano de Gestão de Logística Sustentável, observando as diretrizes da IN nº 10, de 12 de novembro de 2012, da SLTI-MPOG, foram encaminhadas ao Magnífico Reitor, que posteriormente as encaminhou à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas,			

sugestões sobre a importância de ampliar a abordagem da sustentabilidade no Plano de Capacitação dos Servidores; de avaliar a possibilidade de incluir nos concursos públicos de ingresso temas da sustentabilidade, bem como, junto à Prefeitura Universitária, a recomendação de contratação de terceirizados com treinamento em viés sustentável.

Através da PROGEPAES estão sendo incluídas novas ações de capacitação em sustentabilidade no programa anual de capacitação desta UFES e que também estão inclusas nas estratégias e Planejamento de Atividades da PU/UFES para o exercício de 2014.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Consideramos a recomendação positiva, visto que a Instituição tem o dever aplicar as normas sobre sustentabilidade ambiental

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
02	RA 201203181	1.2.2.2	Of. 22655/2012-CGU/ES
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Descrição da Recomendação			
1.2.2.2. Constatação			
Falta de separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação inadequada, infringindo o Decreto nº 5.940/2006.			
Recomendação 1: Implementar rotina para destinação dos resíduos recicláveis descartados, conforme referido no Decreto nº 5.940/2006.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Prefeitura Universitária.			33288
Justificativa para o seu não cumprimento			
Com relação a recomendação a UFES tem adotado os procedimentos abaixo, mas ainda não foram submetidos ao crivo da CGU:			
<p>A UFES iniciou há cerca de dois anos um Projeto de coleta seletiva de resíduos, denominado “Ecoletiva”. Esse projeto não teve o desdobramento que se esperava, mas, no âmbito do Centro Tecnológico, iniciou ações de separação e destinação de resíduos, tornando possível identificar as principais dificuldades que envolvem a coleta seletiva e o destino dos resíduos recicláveis descartados.</p> <p>Hoje, a ação da UFES nesse campo é tímida, mas, por diretriz da IN nº 10, de 12 de novembro de 2012, da SLTI-MPOG, a Comissão Gestora de Plano de Logística Sustentável, começou a trabalhar os Planos de Ação dos Temas tratados na IN para compor o Plano de Logística Sustentável da UFES - PLS/UFES, dentre os quais a elaboração do Plano de Resíduos Sólidos. Além de técnicos da área administrativa, envolvidas com questões diretamente relacionadas à sustentabilidade, a Comissão conta com a participação de docentes de áreas de Engenharia Ambiental, Biologia e outras áreas que podem potencializar sobremaneira o Plano de Resíduos Sólidos da UFES.</p> <p>Numa perspectiva mais ampla, a partir, inclusive das orientações contidas na Lei nº11.445, de 05 de janeiro, de 2007, que estabelece a necessidade dos municípios desenvolverem Planos de Gestão Integrada de Água e Esgoto, Resíduos Sólidos e Drenagem, pretende-se discutir a inserção de todos os <i>campi</i> da UFES nas políticas traçadas ao nível local e como viabilizar um Plano Integrado de Tratamento de Resíduos Sólidos que dê conta da abrangência de produtos e materiais utilizados no contexto de todos os ambientes da Instituição.</p> <p>Nesse sentido, contatos foram iniciados com a Secretaria de Serviços da Prefeitura Municipal de Vitória, que</p>			

se dispôs, também, a colaborar, estreitar a parceria e potencializar as ações da Universidade, tendo em vista haver o reconhecimento de que a sociedade como um todo é a grande beneficiária da ação sustentável.

Contudo, esse não é um trabalho simples e rápido, mas que se espera alcançar com as medidas do presente, bons resultados no futuro.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Recomendação parcialmente atendida.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
03	RA 201203181	1.2.4.1.	Of. 22655/2012-CGU/ES
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Descrição da Recomendação			
1.2.4.1. Constatação			
Ausência de discriminação das informações sobre a manutenção dos imóveis e de suas instalações.			
Recomendação 1: Adotar sistema para controle e segregação de gastos com os bens imóveis da União.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Prefeitura Universitária.			33288
Justificativa para o seu não cumprimento			
Com relação a recomendação a UFES tem adotado os procedimentos abaixo, mas ainda não foram submetidos ao crivo da CGU			
A Ufes até o momento não desenvolveu um sistema que possibilite a integração das informações de gastos com reformas e manutenção dos bens imóveis com os bens imóveis cadastrados no SPIUnet.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A recomendação é importante para o aperfeiçoamento dos controles internos.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
04	RA 201203181	3.1.2.2.	Of. 22655/2012-CGU/ES
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Descrição da Recomendação			
3.1.2.2. Constatação			
Pagamentos indevidos de pensões regidas pela Emenda Constitucional nº 41/2003 e pela Lei nº 10.887/2004, no			

valor de R\$ 29.201,10 no exercício de 2011.

Recomendação 1: Comunicar formalmente, de imediato, os pensionistas dos instituidores identificados nesta constatação, acerca das ilegalidades identificadas nos cálculos de suas respectivas pensões, caso ainda não o tenha realizado, visando interromper o prazo prescricional previsto no artigo 54 da Lei nº 9.784/1999 e no Decreto nº 20.910/1932.

Recomendação 2: Corrigir os valores das pensões dos instituidores identificados, obedecendo ao devido processo legal e preservando o direito à ampla defesa e ao contraditório dos interessados.

Recomendação 3: Implementar o ressarcimento ao erário dos valores pagos indevidamente aos pensionistas dos instituidores identificados, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990, após a correção dos valores das pensões desses interessados no SIAPE.

Recomendação 4: Abster-se de corrigir os valores das pensões regidas pela Lei nº 10.887/2004 em razão do efeito financeiro retroativo de leis ou medidas provisórias que vigorarem após o falecimento dos instituidores dessas pensões, por contrariar os artigos 2º e 15 da Lei nº 10.887/2004. Exceção a essa regra deve ser realizada apenas se houver expressa determinação legal em contrário.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Departamento de Gestão de Pessoas.	119987
Justificativa para o seu não cumprimento	

A UFES já adotou os procedimentos descritos abaixo, porém está aguardando a análise por parte da Controladoria Geral da União.

Acerca da situação das pensões dos instituidores de matrículas nº 0295997, 0270211, 0295285, 0297322 e 0295443, o questionamento apresentado pela CGU, decorre do aumento concedido as referidas pensões em decorrências das alterações promovidas pela MP nº 295/2006 e MP nº 431/2008, convertidas nas Leis nº 11.344/2006 e 11.784/2008, respectivamente.

Em decorrência da publicação das medidas provisórias acima e como os efeitos financeiros foram retroativos a data do óbito dos instituidores, os valores das pensões foram recalculados considerando os aumentos concedidos por meio das referidas medidas provisórias. Entretanto, de acordo com a CGU *“os efeitos financeiros retroativos dessas medidas provisórias/leis, por ausência de expressa previsão legal, não podem beneficiar os pensionistas desses instituidores, por contrariar a regra de correção dos valores das pensões estabelecida pelo artigo 15 da Lei nº 10.887/2004”*.

Ocorre que a exemplo que foi feito em 2006 e 2008, com a publicação da MP nº 568/2012 em 14/05/2012, a própria SEGEP/MP determinou que o valor das pensões concedidas em março e abril/2012 devem ser atualizados uma vez que os efeitos financeiros desse MP retroagiram a 01/03/2012, conforme pode ser observado no Comunica nº 551642 emitido em 15/06/2012.

Em decorrência da divergência de entendimento, foi encaminhado o processo nº 23068.012756/2010-01 a SEGEP/MP, a fim de esclarecer o procedimento a ser adotado, o processo retornou à UFES em 28/02/2013 e foi encaminhado a COLEP/MEC, conforme sugerido pela SEGEP/MP.

Quanto à inclusão das rubricas de desconto dos valores indevidamente recebidos pelos beneficiários de pensão abaixo, informamos: NOME/ MATR. SIAPE DO INSTITUIDOR	NOME/ MATR. SIAPE DO PENSIONISTA	Justificativa / Providência Adotada
---	----------------------------------	-------------------------------------

1172745	04956401	A reposição ao erário foi incluída na movimentação financeira do mês de julho/2012. Em anexo fichas financeiras.
	04956427	
	04956435	
0297813	05173108	A reposição ao erário foi incluída na movimentação financeira do mês de julho/2012. Em anexo fichas financeiras.
	DANIEL BARBARIOLI CARRARETTO/ 05177103	
0297547	04804007	Não foi apurado débito.
0296916	04688562	O beneficiário da pensão possui decisão judicial que determinou a suspensão do desconto de ressarcimento ao erário. 0013578-84.2011.4.02.5001, SICAJ 72105.
/ 0295677	04433378	Não foi apurado débito.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor		
A recomendação contribuiu para o aprimoramento dos controle s internos na área de RH.		

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
05	RA 201203181	3.1.2.3	Of. 22655/2012- CGU/ES
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Descrição da Recomendação			
3.1.2.3. Constatação Pagamento de vantagens judiciais em desacordo com as sentenças que as fundamentam, no valor de R\$ 24.090,17 no exercício de 2011.			
Recomendação 1: Corrigir o pagamento das vantagens judiciais relativas à vantagem prevista no artigo 192, inciso II, da Lei nº 8.112/1990 aos interessados beneficiados pela sentença judicial no Mandado de Segurança nº 96.0002739-0, obedecendo ao devido processo legal e preservando o direito dos interessados à ampla defesa e ao contraditório. Ressaltamos que o pagamento da vantagem prevista no artigo 192, inciso II, da Lei nº 8.112/1990 aos interessados deve continuar sendo realizado por meio de rubricas destinadas ao pagamento de vantagens judiciais.			
Recomendação 2: Providenciar a exclusão do pagamento das vantagens judiciais relativas à VPNI prevista no artigo 12, § 5º, da Lei nº 8.270/1991 aos interessados de matr. SIAPE nº 0295177 e nº 0297466, obedecendo ao devido processo legal e preservando o direito dos interessados à ampla defesa e ao contraditório.			
Recomendação 3: Providenciar o ressarcimento ao erário dos valores pagos indevidamente aos interessados, nos termos do artigo 46 da Lei nº 8.112/1990.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Departamento de Gestão de Pessoas			119987
Justificativa para o seu não cumprimento			

A UFES já adotou os procedimentos descritos abaixo, porém está aguardando a análise por parte da Controladoria Geral da União.

1) Especificamente em relação ao pagamento da vantagem do art. 192 da Lei nº 8.112/1990 por meio de decisão judicial, informamos que em decorrência da publicação da Medida Provisória nº 568/2012 que alterou a tabela remuneratória da carreira do magistério superior, alteração proposta pela CGU, acarretará o aumento das respectivas rubricas. Entretanto, de acordo com as orientações da Secretaria de Gestão Pública (SEGEP), é vedada a majoração dos valores recebidos a título de decisão judicial em decorrência da atualização do vencimento básico e ou gratificações criadas por leis publicadas posteriormente ao comando judicial. Em 22/06/2012 a SEGEP emitiu o comunica nº 551520, que trata especificamente dessa questão. Ainda de acordo com a SEGEP/MP, eventual alteração depende de determinação expressa no comando judicial.

2) A exclusão do pagamento das vantagens judiciais relativas à VPNI prevista no artigo 12, § 5º, da Lei nº 8.270/1991 aos interessados de matrícula SIAPE nº 0295177 e nº 0297466 foi efetuada na folha de outubro/2012.

3) O ressarcimento ao erário dos valores pagos indevidamente pelos interessados de matrícula SIAPE nº 0295177 foi iniciado na de novembro/2012.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
A recomendação contribuiu para o aprimoramento dos controle s internos na área de RH.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
06	RA 201203181	4.1.4.1	Of. 22655/2012-CGU/ES
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Descrição da Recomendação			
4.1.4.1. Constatação Intempestividade na apuração de indícios de acumulação ilegal de cargos públicos e de descumprimento da jornada de trabalho do cargo efetivo, comunicados por meio do item 3.1.6.2 do Anexo do Relatório de Auditoria nº 208484/2008 da CGU/Regional-ES.			
Recomendação 1: Concluir as apurações dos indícios de acumulação ilícita de cargos públicos e de descumprimento da jornada de trabalho identificados, preservando o direito dos servidores à ampla defesa e ao contraditório. Nas análises decorrentes dessas apurações, considerar as informações cadastrais e financeiras dos servidores contidas na Relação Anual de Informações Sociais - RAIS relativa ao exercício de 2011.			
Recomendação 2: Rever a decisão proferida no processo nº 025630/209-54 para exigir do servidor de matr. SIAPE nº 0295264 o ressarcimento ao erário dos valores por ele indevidamente recebidos em razão do descumprimento do regime de dedicação exclusiva no período de 12/07/1998 a 20/01/2005, observando o devido processo legal e preservando o direito do interessado à ampla defesa e ao contraditório.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
UFES - Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar			425
Justificativa para o seu não cumprimento			
Todos os servidores identificados na descrição do fato desta constatação, já estão sendo apurados pela Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar – CPPAD, porém a demora na conclusão dos trabalhos foi devido à grande quantidade de casos apontados.			

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
A recomendação contribuiu para o aprimoramento dos controles internos na área de RH.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
07	RA 201203181	4.1.4.2	Of. 22655/2012-CGU/ES
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Descrição da Recomendação			
<p>4.1.4.2. Constatação</p> <p>Indícios de descumprimento do regime de dedicação exclusiva, de acumulação irregular de cargos públicos e de descumprimento da jornada de trabalho do cargo efetivo identificados na RAIS do exercício de 2010.</p> <p>Recomendação 1: Priorizar a apuração dos indícios de descumprimento do regime de dedicação exclusiva identificados. Nos casos em que for comprovado o descumprimento desse regime, em obediência à reiterada jurisprudência do Tribunal de Contas da União, a exemplo do Acórdão nº 1.864/2005 - Primeira Câmara (Relação 63/2005 - 1ª Câmara), itens 1.10 e 1.11, providenciar o ressarcimento ao Erário dos acréscimos remuneratórios recebidos pelos servidores a título de exercício de cargo em regime de Dedicação Exclusiva, de modo a enquadrar as suas remunerações ao caso especial de regime de tempo integral de quarenta horas semanais, nos períodos em que forem comprovados o exercício pelos interessados de outras atividades incompatíveis com o regime de dedicação exclusiva.</p> <p>Recomendação 2: Apurar, por meio do processo administrativo, os indícios de acumulação ilícita de cargos públicos identificados, em obediência ao Parecer AGU nº GQ-145 e à reiterada jurisprudência do Tribunal de Contas da União, a exemplo da Decisão nº 496/2002 - 2ª Câmara e dos Acórdãos nº 533/2003, nº 2.047/2004, nº 2.860/2004, nº 155/2005, nº 933/2005, nº 2.133/2005 e nº 544/2006, todos da Primeira Câmara. Reavaliar as conclusões da CPPAD quanto à acumulação de cargos público pelo servidor de matr. SIAPE nº 0295720, haja vista que contrárias aos registros do interessado no banco de dados da RAIS do exercício de 2011, bem como contrárias aos entendimentos da SRH/MP e da AGU e à jurisprudência do TCU acerca da matéria.</p> <p>Recomendação 3: Apurar, também, os indícios de descumprimento da jornada de trabalho identificados no cruzamento dos bancos de dados da RAIS/2010 e do SIAPE, de agosto/2011, por meio de processo administrativo no qual lhes sejam assegurados os direitos à ampla defesa e ao contraditório.</p> <p>Recomendação 4: Apurar ainda, por meio das declarações de acumulação de remunerações/proventos assinadas pelos aposentados de matr. SIAPE nº 0295214 e nº 0295253 durante os recadastramentos de inativos realizados nos exercícios de 2010 e de 2011, a existência de má-fé desses interessados nas acumulações irregulares de proventos de aposentadoria estatutária com o exercício de cargos públicos identificadas no cruzamento dos bancos de dados da RAIS/2010 e do SIAPE de agosto/2011.</p> <p>Recomendação 5: Adotar, nos próximos recadastramentos de inativos, o procedimento de solicitar a aposentados e pensionistas o preenchimento de declarações acerca de eventuais acumulações de remunerações de cargos públicos, de proventos de aposentadorias e de benefícios de pensões, por meio de formulários que deverão ser devidamente assinados pelos interessados a cada recadastramento. Detectada a qualquer tempo uma acumulação irregular de proventos de aposentadoria, de benefícios de pensão e/ou de remunerações de cargos públicos, adotar as providências necessárias à sua regularização, conforme o caso, em especial, a abertura de processo administrativo no qual sejam assegurados aos interessados seus direitos à ampla defesa e ao contraditório.</p>			
Providências Adotadas			

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
UFES - Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar	425
Justificativa para o seu não cumprimento.	
Todos os servidores identificados na descrição do fato desta constatação, já estão sendo apurados pela Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar – CPPAD, porém a demora na conclusão dos trabalhos foi devido à grande quantidade de casos apontados.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
A recomendação contribuiu para o aprimoramento dos controle s internos na área de RH.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
08	RA 201203181	4.1.4.3.	Of. 22655/2012-CGU/ES
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Descrição da Recomendação			
4.1.4.3. Constatação			
Indícios de infração do artigo 117, inciso X, da Lei nº 8.112/1990 por servidores da UFES.			
Recomendação 1: Apurar os indícios de participação de servidores da UFES na gerência ou administração de sociedades privadas, identificados no cruzamento dos bancos de dados dos sistemas SIAPE e CNPJ, este último da Secretaria da Receita Federal do Brasil, priorizando os casos que envolvam professores em regime de dedicação exclusiva.			
Recomendação 2: Providenciar o ressarcimento ao Erário dos acréscimos remuneratórios recebidos por professores a título de exercício de cargo em regime de Dedicção Exclusiva, de modo a enquadrar as suas remunerações ao caso especial de regime de tempo integral de quarenta horas semanais, no período em que for comprovada a participação desses professores na gerência ou administração de sociedades privadas, em obediência à reiterada jurisprudência do Tribunal de Contas da União, a exemplo do Acórdão nº 1.864/2005 - Primeira Câmara (Relação 63/2005 - 1ª Câmara), itens 1.10 e 1.11.			
Recomendação 3: Solicitar aos servidores identificados a alteração dos estatutos ou dos contratos sociais das sociedades privadas indicadas, objetivando a exclusão dos interessados da administração ou da gerência dessas sociedades, bem como a consequente atualização dos dados dessas sociedades no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Brasil. Essa solicitação de atualização dedados cadastrais também deve ser realizada aos servidores com eventuais incorreções ou desatualizações de cadastro do sistema CNPJ.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
UFES -Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar			425
Justificativa para o seu não cumprimento			
Todos os servidores identificados na descrição do fato desta constatação, já estão sendo apurados pela Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar – CPPAD, porém a demora na conclusão dos trabalhos foi devido à grande quantidade de casos apontados.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A recomendação contribuiu para o aprimoramento dos controle s internos na área de RH.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
09	RA 201203181	4.3.2.2.	Of. 22655/2012-CGU/ES
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Descrição da Recomendação			
4.3.2.2. Constatação			
Ausência de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART do responsável pela elaboração do orçamento e dos projetos.			
Recomendação 1: Regularizar as ART's das obras a seguir relacionadas, com vistas a atender ao disposto no artigo 1º da Lei 6.496/77 e às orientações contidas no Manual de Obras Públicas do Tribunal de Contas da União:			
- Processo nº 23068.017554/2011-28 – Concorrência 009/2011: ART's do orçamento da obra e dos projetos arquitetônico, hidrossanitário, de alarme, rede elétrica, rede lógica e SPDA;			
- Processo nº 23068.068086/2009-35 – Tomada de Preços 002/2011: ART's do projeto hidrossanitário e do projeto estrutural.			
Recomendação 2: Anexar, nos futuros processos licitatórios para contratação de empresa para execução de obras ou serviços de engenharia, cópia das ART's dos profissionais responsáveis técnicos pela elaboração do orçamento e dos projetos			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Prefeitura Universitária.			33288
Justificativa para o seu não cumprimento			
A UFES adotou os procedimentos descritos abaixo, porém está aguardando a análise por parte da Controladoria Geral da União:			
A recomendação foi acatada pela UJ e as ART's dos profissionais foram anexadas aos processos			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A recomendação contribuiu para o aprimoramento dos controles internos no Setor de Licitações.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	RA 201203181	5.1.2.1.	Of. 22655/2012-CGU/ES

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo	425
Descrição da Recomendação	
5.1.2.1. Constatação	
Edital contendo especificações com restrições à competição na aquisição de veículo.	
Recomendação 1: Adotar controle para aferição prévia da adequabilidade das especificações dos objetos requisitados.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Centro de Ciências Agrárias	11194
Justificativa para o seu não cumprimento	
O Setor adotou os procedimentos descritos abaixo, porém está aguardando a análise final por parte da Controladoria Geral da União	
Informamos que a Coordenação de Contabilidade, Finanças e Material tem adotado de forma sistemática e com a observância legal medidas que venham a estabelecer mecanismos de controle suficientes para que sejam abolidas as impropriedades ora apontadas no Relatório Final de Auditoria da Controladoria Geral da União. Por oportuno lembramos que o reduzido quadro de pessoal e a falta de treinamento adequado, vem obrigando a adoção de esforços cada vez mais intensos, o que acarreta sobrecarga para a equipe da Coordenação de Contabilidade, Finanças e Material. Diante de tal cenário, acreditamos ser primordial a adoção de política de pessoal que venha a sanar tais carências.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
As providencias adotadas pela Unidade são importantes para a melhoria do controle administrativo.	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	RA 201203182	6.1.3.6	Of. 22655/2012-CGU/ES
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Hospital Universitário C. Antônio Moraes/Ufes			59287
Descrição da Recomendação			
6.1.3.6. Constatação			
Adoção de modalidade Pregão Eletrônico para obra de reforma e adequação do Prédio de Serviços de Assistência Farmacêutica do HUCAM em contraposição às modalidades previstas na lei 8666/93.			
Recomendação 1:			
Recomendamos ao Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes - HUCAM que, em caso de obras de engenharia, adote as modalidades de licitação previstas na Lei 8666/93, de forma a cumprir ao disposto no art. 6º do Decreto nº 5.450/2005.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário C. Antônio Moraes/Ufes			59287
Justificativa para o seu não cumprimento			

O HUCAM acatou a recomendação, porém aguarda análise por parte da Controladoria Geral da União
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
As providencias adotadas pela Unidade são importantes para a melhoria do controle administrativo.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	RA 201203182	6.1.3.8	Of. 22655/2012-CGU/ES
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Descrição da Recomendação			
6.1.3.8. Constatação Composição do BDI com impostos diretos IRPJ e CSLL e sobre a folha de pagamentos, resultando em inclusão indevida de R\$ 62.909,00 na planilha da obra. Recomendação 1: Recomendamos ao Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes - HUCAM, quando da realização de pagamento à empresa contratada decorrentes da execução desse contrato, exclua os valores de BDI inclusos indevidamente nos preços constantes da planilha da obra, no valor total de R\$ 62.909,00.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário C. Antônio Moraes/Ufes			59287
Justificativa para o seu não cumprimento			
O HUCAM acatou a recomendação e tomou as providências abaixo, porém aguarda análise por parte da Controladoria Geral da União: A fiscalização, assim que tomou conhecimento do Relatório de Auditoria 201203182, providenciou o ajuste nas planilhas e comunicou da decisão à contratada e a glosa foi efetuada.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
As providencias adotadas pela Unidade são importantes para a melhoria do controle administrativo.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	RA 201203182	6.1.3.17.	Of. 22655/2012-CGU/ES
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Descrição da Recomendação			
6.1.3.17. Constatação Ausência de adoção de critérios de sustentabilidade ambiental, previstos na IN nº01 SLTI/MP2010. Recomendação 1: Recomendamos ao Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes - HUCAM que, na elaboração de projetos básicos ou executivo para contratação de obras e serviços de engenharia, adote o previsto na IN nº01 SLTI/MP2010, visando à economia da manutenção e operacionalização da edificação, a			

redução do consumo de energia e água, bem como a utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Hospital Universitário C. Antônio Moraes/Ufes	59287
Justificativa para o seu não cumprimento	
O Hucam tem ciência das recomendações mas informa que os projetos básicos para contratação de obras e serviços de engenharia são desenvolvidos na Prefeitura Universitária devido à carência de corpo técnico e qualificado no Hospital.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Carência de corpo técnico qualificado	

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	RA 201203182	6.1.3.18.	Of. 22655/2012-CGU/ES
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Descrição da Recomendação			
3.1.3.18. Constatação			
Mesa Cirúrgica não localizada.			
Recomendação 1: Recomendamos ao Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes - HUCAM que realize o conserto do bem danificado colocando-o em uso no Centro Cirúrgico do referido hospital.			
Recomendação 2: Recomendamos ao Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes - HUCAM, com base no art. 143 da Lei 8112/90, apurar a responsabilidade por quem deu causa a longa permanência do bem na firma responsável pelo conserto, bem como o motivo pelo qual não foi exigida a busca da mesa cirúrgica na referida empresa.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário C. Antônio Moraes/Ufes			59287
Justificativa para o seu não cumprimento			
Foi aberta uma comissão de sindicância na Universidade Federal do Espírito Santo por meio do Processo de Sindicância Administrativa nº 009000/2012-38, Portaria 1872-R. Foram solicitadas informações acerca da lista de servidores com conhecimento dos fatos e notificações encaminhadas à empresa.			
Em face às mudanças na gestão do Hucam, a nova Administração entende que deve aguardar a conclusão do processo administrativo para tomar as providências cabíveis.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Mudanças na gestão do HUCAM prejudicou a adoção das providências em tempo hábil			

Unidade Jurisdicionada	
Denominação Completa	Código

			SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15	RA 201203182	6.1.3.21.	Of. 22655/2012- CGU/ES
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal do Espírito Santo			425
Descrição da Recomendação			
6.1.3.21. Constatação Falhas no controle dos prontuários e ausência de comprovação de uso de material cirúrgico. Recomendação 1: Recomendamos ao Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes - HUCAM, em consonância com o previsto nas NTs, aperfeiçoar o controle de registro e movimentação de prontuários.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário C. Antônio Moraes/Ufes			59287
Justificativa para o seu não cumprimento			
Dentro do rol de providências a serem tomadas pela nova gestão para superar os fatos elencados no presente item será a implementação do aplicativo AGHU, conforme apontado no item 1, pelo fato de que qualquer medida paliativa envolveria custos e mudanças de procedimentos internos que seriam perdidos com a implantação do novo sistema.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Recomendação importante para a melhoria dos controles internos.			

9.3 Informações Sobre a Atuação da Unidade de Auditoria Interna

A) Estrutura e Posicionamento da Unidade de Auditoria no Organograma da UJ

A Auditoria Interna da Universidade Federal do Espírito Santo foi criada oficialmente através da Resolução nº 002/2004, do Conselho Universitário.

O Regimento Interno da AUDIN aprovado pela Resolução nº 48, de 27 de dezembro de 2010, do Conselho Universitário, de acordo com o artigo 1º estabelece que “*é o órgão técnico responsável pela atividade de controle interno da Instituição e de assessoramento especial ao Reitor, vinculada ao Conselho Universitário, conforme determina o § 3º do artigo 15 do Decreto nº 3591/2000.*”

Atualmente o quadro funcional da AUDIN é composto por seis servidores, conforme:

QUADRO 67 - RELAÇÃO DE SERVIDORES DA AUDIN

Servidor	Cargo	Formação	Função
Santinha M ^a Girardi Gottlieb	Contador	Bacharel em Ciências Contábeis Pós-Graduação em Contabilidade Gerencial Pós-Graduação em Controle da Administração Pública	Chefe da AUDIN
Debora Ceciliotti Barcelos	Auditor	Bacharel em Direito Pós-Graduação em Direito Público Mestre em Direito Processual Civil	Equipe Técnica
Juliana Cruz Alves	Auditor	Bacharel em Direito Pós Graduação em Direito Público	Equipe Técnica

		Mestranda em Gestão Pública	
Fabiana Venturini Rossoni	Assistente em Administração	Bacharel em Ciências Contábeis Pós-Graduação em Controle da Administração Pública Pós-Graduação em Auditoria de Negócios Mestre em Ciências Contábeis	Equipe Técnica
Richard Cardoso de Rezende	Contador	Bacharel em Ciências Contábeis Pós-Graduação em Controladoria e Finanças. Mestrando em Gestão Pública	Equipe Técnica
Marcilene Sonara Brid	Assistente em Administração	Farmácia Pós-Graduação em Saúde Pública	Equipe de Apoio

Para a consecução dos trabalhos de auditoria, a Universidade oferece estrutura física com sala, armários com fechaduras, mesas, cadeiras, computadores, impressoras e está instalada no prédio da Reitoria. A equipe técnica tem acesso aos sistemas corporativos tais como SIAFI, SIAPE, SICAF e SIASG.

B) Trabalhos mais relevantes realizados no exercício e principais constatações

As atividades executadas no exercício de 2013 tiveram como base as ações previstas no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna - PAINT/2013, bem como algumas atividades não planejadas, mas que exigiram atuação direta da AUDIN.

Segue abaixo as auditorias realizadas e as respectivas constatações:

QUADRO 68 – AUDITORIAS REALIZADAS

Nº do Relatório	Ação do PAINT	Área examinada	Constatações
01/2013 Especial	-	Gestão de Pessoal e Gestão de Suprimentos de Bens e Serviços/ Contrato de Terceirização Unidade: HUCAM	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de certificação de entidade beneficente de assistência social concedida pelo ministério competente ao Instituto Excellence. - Ausência de publicação na imprensa oficial da decisão concessiva da certificação. - Inserção de lucro na planilha de custos e formação de preços. - Não retenção pelo Hucam dos valores correspondentes às contribuições sociais PIS e COFINS. - Servidores constantes na relação de servidores ativos do Hucam que não constam na relação do Cartão de ponto. - Fragilidades no registro do ponto eletrônico. - Ausência de quadro atualizado com escala de horário dos servidores nas dependências do Hucam.
02/2013 Especial	-	Gestão de Suprimento de Bens e Serviços/ Contrato de Terceirização Unidade: HUCAM	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de informações divergentes entre os Relatórios de frequência emitidos pela contratada e as folhas de ponto individuais.
02/2013	11	Contratos Unidade: Prefeitura Universitária	<ul style="list-style-type: none"> - Não inclusão no processo dos boletins de medição dos trabalhos executados e medidos pela fiscalização. - Ausência de informações sobre os controles concernentes aos prazos para atendimento as

			<p>Solicitações de Serviços.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ausência de avaliações dos níveis de serviços. - Ausência da garantia contratual. - Inadimplência contratual. - Ausência de manifestação quanto ao Parecer Jurídico - Ausência de Anotação de Responsabilidade Técnica. - Ausência de informação nas Ordens de Serviço e de documentos para pagamento. - Ausência de plano de manutenção e acompanhamento dos níveis de serviços.
03/2013	08	<p>Movimentação de Pessoas Cessão de Servidores Unidade: Deptº de Gestão de Pessoas</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de atestado de frequência. - Não retorno do servidor face a exoneração do cargo. - Atraso no reembolso. - Ausência de portaria de prorrogação de cessão. - Ausência de informações sobre a constância da cessão. - Ausência de solicitação de prorrogação de cessão, de atestado de frequência e de férias.
04/2013	10	<p>Processos Licitatórios Unidade: Centro de Ciências Agrárias</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência do ato de designação do Pregoeiro e Equipe de Apoio. - Ausência das propostas comprobatórias da pesquisa de preços realizada. - Ausência de formalização adequada para a abertura do processo e de justificativa da inexigibilidade. - Ausência de indicação do crédito disponível para a cobertura da despesa. - Ausência de parecer jurídico. - Ausência de reconhecimento e ratificação da inexigibilidade e de publicação no DOU. - Ausência de termo contratual e respectiva publicação no DOU.
05/2013	10	<p>Processos Licitatórios Unidade: Restaurante Central</p>	<p>Inexistência de indicação dos recursos orçamentários.</p> <p>Ausência de segregação de função.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Ausência da portaria de designação do Pregoeiro e equipe de apoio. - Inexistência do termo de referência.
06/2013	10	<p>Processos Licitatórios Unidade: Deptº de Administração</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de detalhamento de custos. - Ausência de comprovação dos custos efetivos das passagens aéreas. - Improriedade na execução do contrato. - Falta de assinatura nas atas de registro de preço. - Diversas suspensões e alterações durante o certame licitatório. - Ausência de publicação em jornal de grande circulação. - Ausência da ata de registro de preços formalizada.
07/2013	06	<p>Transferências Realizadas Contratos com Fundações de Apoio Unidade: Deptº de Contratos e Convênios</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Morosidade na prestação de contas. - Ausência de rotinas para análise tempestiva das prestações de contas. - Não observância aos princípios da economicidade e sustentabilidade.

08/2013	09	<p align="center">Programa de Assistência Estudantil Unidade: Divisão de Assistência ao Estudante/PROGEPAES</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Ausência de divulgação no site da PROGEPAES da lista completa de alunos beneficiados do PROAES. - Concessão de auxílio financeiro a estudantes com renda familiar bruta mensal superior a um salário mínimo e meio. - Apresentação de documentação incompleta para habilitação. - Divergência entre a informação declarada pelo estudante e a informação constante nos documentos apresentados. - Ausência de informações referentes à carga horária e à aprovação nas disciplinas. - Utilização do auxílio material de consumo para finalidade diversa da prevista no benefício - Ausência de comprovação dos valores devolvidos pelos estudantes. - Ausência de documentos referentes à prestação de contas. - Ausência de informações relevantes no formulário de solicitação e nos documentos da prestação de Contas. <p>Prestações de contas <i>online</i> sem comprovação documental.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Organização deficitária dos documentos apresentados pelos estudantes.
---------	----	---	---

C) Relação entre a quantidade de recomendações feitas e a quantidade de recomendações implementadas pela alta gerência.

De acordo com os Relatórios de Auditoria emitidos em 2013, a Auditoria Interna efetuou 77 (setenta e sete) recomendações, as quais foram encaminhadas para cada setor analisado. As providências adotadas foram enviadas à Auditoria Interna, por meio de resposta ao Plano de Providências Permanente (PPP), que foi encaminhado juntamente com o Relatórios de Auditoria respectivo. Cabe destacar que não foi apresentada resposta para os Relatórios de Auditoria nº 02/2013 e nº 07/2013, relativos aos exames realizados na Prefeitura Universitária e Departamento de Contratos e Convênios, respectivamente.

D) Descrição das rotinas de acompanhamento das ações gerenciais de implementação das recomendações exaradas pela auditoria interna

O acompanhamento da implementação das recomendações exaradas por esta Auditoria se faz através do Plano de Providências Permanente encaminhado aos setores auditados, para que estes informem as providências a serem tomadas diante das constatações feitas pela Auditoria.

E) Informação da existência ou não de sistemática e de sistema para monitoramento dos resultados decorrentes dos trabalhos da Auditoria Interna

Não há um sistema formal de monitoramento dos resultados, mas existe um modus operandi conforme descrito acima, para acompanhar as ações gerenciais de implementação das recomendações, por meio do encaminhamento de Plano de Providências Permanente. O Plano de Providências deve ser respondido pelo Setor auditado, informando as ações tomadas no sentido de realizar as correções ou adequações necessárias, conforme as recomendações exaradas. No final de cada exercício, por ocasião da elaboração do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna (RAINT), é feito um levantamento das respostas apresentadas.

F) Como se dá a certificação de que a alta gerência tomou conhecimento das recomendações feitas pela Auditoria Interna e a aceitação dos riscos pela não implementação de tais recomendações

Após a finalização dos relatórios, os mesmos são encaminhados ao Magnífico Reitor, que toma ciência e os envia ao chefe do setor auditado. No término de cada auditoria, são realizadas reuniões com os respectivos chefes e servidores das Unidades auditadas para discutir as constatações e esclarecer eventuais dúvidas.

No que se refere aos riscos, a Instituição busca, de forma geral, não incorrer nos riscos de não implementar as recomendações emitidas pela Auditoria Interna.

G) Descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria sobre riscos considerados elevados, mas assumidos pela alta gerência ao decidir não implementar as recomendações da Auditoria Interna.

A título de esclarecimento, não há na Universidade o Comitê de Auditoria, e o Conselho de Administração corresponde ao Conselho Universitário.

Em regra, a alta gerência tem se mostrado sensível às observações apresentadas pela Auditoria Interna, buscando sempre atuar em parceria no afimco de fortalecer as ações voltadas a gestão da coisa pública. Eventualmente, havendo algum desatendimento acerca das recomendações exaradas pela Auditoria Interna, haverá a comunicação entre a chefia da Auditoria Interna e a Reitoria no intuito de tomar as demais providências junto ao Magnífico Reitor.

9.4 Declaração de Bens e Rendas Estabelecida na Lei nº 8.730/93

9.4.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei 8.730/93

QUADRO 69 – DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR (A.9.4.1)

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	0	0	0
	Entregaram a DBR	0	0	0
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	205	199	467
	Entregaram a DBR	205	199	467
	Não cumpriram a obrigação	0	0	0

Fonte: SIE (UFES)

9.4.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

No exercício de 2013 não houve caso de descumprimento da obrigação de entrega da DBR em quaisquer dos momentos indicados no Quadro A.9.4.1.

A Unidade responsável pelo gerenciamento da recepção das DBR é o Departamento de Gestão de Pessoas (DGP), da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Assistência Estudantil (PROGPAES).

O gerenciamento da entrega é realizado em conjunto com o controle das funções de confiança. A cada processo de solicitação de designação ou dispensa de ocupante de função gratificada ou de nomeação ou exoneração de ocupante de cargo de direção o setor requerente deve anexar a Declaração de Bens e Rendas do servidor conforme normativo interno, baseado na Instrução Normativa nº 67/2011 do TCU e no Estatuto da Universidade. A partir do processo, realiza-se o registro da entrega da DBR no Sistema de Informações para o Ensino (SIE).

As DBR são recebidas em papel, predominantemente na forma de autorização de acesso aos dados de bens e rendas das declarações de ajuste anual de imposto de renda - pessoa física. No entanto, esta UJ não dispõe de acesso aos dados constantes na base de dados da Receita Federal do Brasil.

Mesmo nos casos em que foi entregue a declaração do Anexo I, da Instrução Normativa nº 67/2011 do TCU, não foi realizado nenhum tipo de análise dos dados das DBR.

Atualmente as DBR são mantidas nos processos de solicitação, enquanto aqueles entregues até o exercício de 2010 são mantidos em arquivo exclusivo para tal fim, com acesso restrito aos responsáveis pelo gerenciamento das declarações.

9.5 Medidas Adotadas em Caso de Dano ao Erário

Faz-se relevante frisar que a CPPAD limita-se à análise da ocorrência de irregularidades e suas responsabilidades, por meio dos procedimentos disciplinares de sua competência, prestando informações à Auditoria Interna como forma de subsidiar esclarecimentos junto à CGU e TCU.

No que tange ao conjunto de medidas adotadas em caso de dano ao erário, ao atuar nas sindicâncias administrativas, a CPPAD busca configurar a irregularidade apontada e individualizar responsabilidades funcionais e de ressarcimento, dando ênfase, sempre quando legalmente permitido, à adoção do Termo Circunstanciado Administrativo – TCA, conforme disposição da IN nº 04/2009/CGU. A CPPAD efetua o registro dos PAD e Sindicâncias Administrativas, quando iniciadas ou finalizadas em seu âmbito, no sistema eletrônico CGU/PAD, atualizando suas informações ao final da tramitação procedimental.

No Quadro 70, abaixo, são apresentadas as Sindicâncias Administrativas e Processos Administrativos Disciplinares finalizados e em curso no exercício de 2013, junto à CPPAD. Além desses, no Anexo VII são apresentados outros Processos acompanhados pela CPPAD.

QUADRO 70 – MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO EM 2013 (A.9.5)

Nº Processo	Relatório		Publicado em Jornal local	Fatos Apurados/ Servidor	Lotação	Data da Conclusão
013279/2013-35	PAD		19/08/2013	Gledson Magella Trindade Moraes - Contratação irregular	HUCAM	Em curso
009000/2012-38	SIND		19/08/2013	Retirada de mesa cirúrgica	HUCAM	Em curso
013850/2013-11	SIND		23/09/2013	Singular Construção, Com. Cons. E Limpeza	HUCAM	Em curso
023928/2013-14	SIND		21/11/2013	Mauro Jose Cardoso Junior – Desvio de função	CEUNES	Em curso
018595/2012-12	SIND	13/2013	26/11/2012	Fatos ocorridos no GEODUB no CCHN	Discente	01/03/2013
010437/2009-19	PAD	28/2013	17/11/2009	Carlos Bragança - CNPJ	CCE	12/07/2013
003483/2013-48	SIND	32/2013	29/04/2013	CCE/Depto. Matemática – Furto de Notebook	CCE	22/08/2013
023606/2011-03	PAD	36/2013	07/02/2012	Patrícia Deps e Geisa Baptista Barros	CCS	04/09/2013
000612/2013-46	PAD	37/2013	29/04/2013	Denúncia - Tarcísio Bahia de Andrade	CAR	24/09/2013
003163/2013-98	PAD	40/2013	18/02/2013	Desaparecimento do tubo de raio X	HUCAM	26/09/2013
015325/2012-50	SIND	41/2013	24/09/2012	Desocupação da área nas proximidades do CCE e CCHN	Discente	27/09/2013
016967/2012-76	INQ	46/2013	28/06/2013	Invasão do Prédio da Reitoria	Discente	18/10/2013
004765/2013-62	PAD	52/2013	26/06/2013	Relógio de Ponto - Fato	HUCAM	10/12/2013

				ocorrido em 22/03/2013		
014521/2013-98	PAD	53/2013	21/10/2013	Apurar débito com o SIB/UFES (Biblioteca)	Biblioteca	20/12/2013
000994/2013-16	PAD	01/2014	21/10/2013	Roubo de notebook no CCS (Maruípe)	CCS	05/02/2014

9.6 Alimentação SIASG E SICONV

ANEXO VIII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV- UFES – UG - 153046

ANEXO IX - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV- UFES – UG - 153048

ANEXO X - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV- UFES – UG – 153049

ANEXO XI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV- UFES – UG – 153049

10. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

10.1 Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas.

A UFES tem observado as orientações que emanam da legislação no sentido de criar estrutura e mecanismos que visam disponibilizar aos cidadãos, internos e externos, as informações sobre as ações que executa, os serviços que disponibiliza e as possíveis interfaces entre a Instituição, seu público interno e a sociedade em geral.

Nesse sentido, a Ouvidoria, conforme dados do Quadro 71, tem se constituído num canal importante de orientação jurídica, de informação sobre as condutas e o acompanhamento dos interessados junto aos órgãos/departamentos internos solicitados, configurando um perfil educativo voltado à cidadania.

QUADRO 71 – QUANTIDADE DE DEMANDAS E CONSULTAS

MÊS	DEMANDAS REGISTRADAS			CONSULTAS	
	FORMULÁRIO	E-MAIL	PESSOAL	TELEFÔNICO	E-MAIL
JANEIRO	10	6	49	72	30
FEVEREIRO	17	6	85	94	24
MARÇO	2	2	55	62	19
ABRIL	11	4	125	285	60
MAIO	9	1	124	282	98
JUNHO	9	1	109	304	84
JULHO	3	16	84	279	89
AGOSTO	3	2	142	214	66
SETEMBRO	15	10	115	302	56

OUTUBRO	5	1	123	307	123
NOVEMBRO	1	3	58	173	64
DEZEMBRO	5	1	39	136	37
SUB-TOTAL	90	53	1108	2510	750

TOTAL	
DEMANDAS	143
CONSULTAS	4368

Ressalta-se que nas questões relacionadas às condutas de Professores e Funcionários e alunos e servidores, a Ouvidoria não constatou reincidência nas demandas. Quanto aos pedidos de acesso à informação, estes totalizaram 172 ao longo do exercício, com tempo médio de resposta de 8,85 dias.

No âmbito da PROGEPAES, os canais de comunicação são voltados para a comunidade acadêmica, tendo em vista o público-alvo dos serviços prestados. As solicitações de informações de usuários externos são eventuais e, em sua maioria, encaminhadas pela Ouvidoria Geral da UFES.

A PROGEPAES disponibiliza em seu sítio eletrônico, www.progepaes.ufes.br, informações sobre os serviços prestados pelos departamentos e divisões que compõem a pró-reitoria, assim como legislações e orientações que tratam de assuntos de interesses dos servidores e estudantes (no tocante a assistência estudantil). Consta ainda no sítio eletrônico toda a estrutura da pró-reitoria para facilitar o acesso dos usuários. As reclamações, denúncias e sugestões são encaminhadas tanto por meio eletrônico, através dos e-mails dos departamentos, divisões e da própria pró-reitoria, como por meio de protocolo. A Pró-Reitoria tem se empenhado para atender, dentro de suas possibilidades, as demandas apresentadas pelos usuários, mas não realiza controle estatístico sobre as mesmas.

No contexto da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, esta mantém canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões no sítio eletrônico da PRPPG – www.prppg.ufes.br. Contudo, não há na PRPPG mecanismos de medição de satisfação, bem como não existe pesquisa de opiniões, embora sejam estreitos os canais de reclamação e interação com os PPGs, inclusive com a realização de reuniões periódicas com todos os coordenadores de pós-graduação (Câmara de Pós-Graduação).

Os canais de comunicação da Pró-Reitoria de Graduação para contatos e consultas, no que tange ao relacionamento com a sociedade, são realizados primordialmente por telefone e por e-mail, ambos divulgados no sítio eletrônico da PROGRAD: www.prograd.ufes.br. Há também algumas demandas que têm sido encaminhadas pela Ouvidoria da UFES e que são atendidas dentro do prazo estabelecido.

No ano de 2013 não foram realizadas pesquisas de opinião para medir a satisfação dos usuários dos serviços prestados pela PROGRAD, bem como não foram acionados mecanismos para medir o nível de satisfação dos mesmos.

Na Biblioteca Central, com o intuito de dar visibilidade as atividades, produtos e serviços prestados pelas bibliotecas do SIB e com objetivo de manter informada a comunidade acadêmica, no site da Biblioteca Central (www.bc.ufes.br) e em seu perfil na rede social *Facebook* são vinculadas todas as informações relativas ao funcionamento das unidades. Na página da BC é possível acessar os diversos serviços disponíveis *online*, tais como: acesso a bases de dados e *E-books*; consulta ao

catálogo, com reserva e renovação de materiais; verificação e cancelamento de reservas; verificação de débitos; e tutoriais hospedados nos sítios *Youtube* e *SlideShare*.

Os canais de acesso do cidadão à Pró-Reitoria de Extensão para fins de solicitação, reclamações, denúncias, sugestões, são: *site* institucional: www.proex.ufes.br, mídias sociais: facebook (Proex Ufes), flickr, - E-mail: proex@ufes.br, - mídia impressa: Revista Guará, Catálogo de Extensão, site da Ufes, Jornada de Extensão.

Registra-se ainda que, em relação à carta de serviços ao cidadão, foi implementado um sistema de registros de informações sobre serviços, auxiliado por um sistema de busca. Este sistema está disponível em www.servicos.ufes.br **Erro! A referência de hiperlink não é válida.** Neste sistema cada setor pode disponibilizar a lista de seus serviços e as informações necessárias para que a comunidade possa requisitá-los. É possível, a partir destas informações, montar uma publicação com todos os serviços oferecidos pela UFES, agrupados por setor, localidade ou tipo de serviço. Foi realizado um treinamento para servidores de diversos setores para a inserção correta de informações.

10.2. Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade.

Nesse tópico, há que se destacar o trabalho da Comissão Própria de Avaliação – CPA, cujos resultados são assim descritos:

Em 2013, a Comissão Própria de Avaliação, aplicou instrumentos de avaliação que buscaram atingir alunos, professores e corpo técnico-administrativo, que constituem os segmentos da comunidade acadêmica e administrativa da Universidade Federal do Espírito Santo. Importante salientar que dos 18.721 alunos, tivemos 16.567 participantes (esta diferença se dá devido a: alunos ingressantes que fizeram outra etapa de matrícula em 2013/2 e, alunos em Plano de Estudo, que não participaram desta etapa da matrícula em 2013/2); do total de 2.168 técnico-administrativos, foram 185 participantes; e, quanto a professores, que totalizam um número de 1.636, tivemos 273 participando.

O processo de avaliação está incorporado ao planejamento institucional da Universidade Federal do Espírito Santo, em conformidade com a atual política do Ministério da Educação – MEC relacionada às instituições de ensino superior em todo o país. Por intermédio da Lei Federal nº 10.861, de 10/04/2004, foi criado o Sistema de Avaliação da Educação Superior – SINAES, que estabelece as normas e os procedimentos para que sejam instituídos os processos internos e externos de avaliação. Dentre os objetivos do SINAES está o de assegurar a avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos (art. 2º, inciso I).

A avaliação aponta apenas determinadas facetas de uma realidade sócio-educacional complexa, entretanto, é recurso imprescindível para identificar potencialidades e limitações, apontando variáveis institucionais que carecem de aperfeiçoamento. A avaliação interna afirma seu valor na medida em que alavanca as mudanças em direção ao aprimoramento de variáveis institucionais.

A Universidade Federal do Espírito Santo desenvolve seu processo avaliativo seguindo três etapas sequenciais e intercomplementares, a saber: pesquisa, avaliação e decisão.

A partir deste processo construímos um relatório que pretende contribuir para o alcance das dimensões propostas pelo SINAES, a saber: Missão e PDI; Políticas para o Ensino, a Pesquisa, a Pós-Graduação e a Extensão; Responsabilidade Social; Comunicação com a sociedade; Políticas de Pessoal, de carreira do corpo docente e corpo técnico-administrativo; Organização e Gestão da Instituição; Infraestrutura Física; Planejamento e Avaliação dos Processos, resultados e eficácia da autoavaliação; Política de atendimento aos estudantes e egressos; e, Sustentabilidade financeira. Ao final da investigação, de como se dá a concretização de cada uma das dimensões na UFES, construímos um relatório que procura apontar potencialidades, fragilidades e ações corretivas para a Instituição.

A avaliação das atividades de Extensão podem ser realizadas por meio do sistema SIEX e do facebook (Proex Ufes), flickr.

Soma-se a esses mecanismos, a pesquisa desenvolvida por um servidor e aluno do mestrado profissional em Gestão Pública da Universidade, intitulada “Avaliação da Qualidade dos Serviços Prestados pela Biblioteca Central da UFES Utilizando o Método Servqual”, que destacou as principais demandas dos usuários, e que contribuirá para o planejamento de ações futuras visando ao aperfeiçoamento dos serviços. Dos serviços prestados pela BC citados na dissertação, os mais utilizados pelos usuários foram: empréstimo, renovação, reserva, autoempréstimo, pesquisa na Web e emissão de nada consta. Os seguintes problemas foram identificados: a iluminação, a climatização, os banheiros, os bebedouros, a Internet sem fio, o espaço físico, o mobiliário, o autoempréstimo, o silêncio, o quantitativo do número de exemplares por empréstimo, a quantidade de materiais para empréstimo e alerta quanto à data de renovação. Dos problemas mencionados, alguns foram solucionados no curto prazo, são eles: a iluminação (houve substituição das lâmpadas queimadas e atualmente é feita a manutenção constante), os bebedouros e os banheiros (após o término da reforma voltaram a funcionar), a máquina de autoempréstimo foi consertada e o alerta quanto à data de devolução foi criado. Em relação ao barulho, se faz necessário um projeto para elaboração de uma campanha de conscientização. A climatização, o espaço físico e o mobiliário necessitam de um projeto de reforma geral da estrutura física da Biblioteca Central. A Internet sem fio depende pode ser viabilizada pela política de TI da UFES, o quantitativo de exemplares aguarda a formulação de uma nova política de aquisição e a limitação do número de exemplares por empréstimo depende de alteração na resolução nº 50/2010.

10.3 Demonstração dos resultados de eventuais pesquisas de opinião feitas nos últimos três últimos anos com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do órgão ou entidade.

Essa atividade não ocorreu.

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 Medidas Adotadas para Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

a) Se a UJ está ou não está aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10.

Resposta: A UJ aplicou os dispositivos mencionados, adequando o Sistema Silapweb, cumprindo antecipadamente os prazos estabelecidos para a conclusão do processo, conforme Macrofunção 02330/MF.

b) Justificativas em caso de resposta negativa à alínea “a” acima.

Resposta: Não se aplica

c) Metodologia adotada para estimar a vida útil econômica do ativo.

Resposta: Definição - Vida útil econômica é o período de tempo definido ou estimado tecnicamente, durante o qual se espera obter fluxos de benefícios futuros de um ativo (Macrofunção 02330, pág. 05). Quadro vida útil apresentado pela Macrofunção 02330 pág. 12 a 15.

d) A metodologia de cálculo da depreciação, amortização e exaustão.

e) As taxas utilizadas para os cálculos.

Resposta: D e E - A metodologia e as taxas para os cálculos de depreciação teve por base a Macrofunção 02330/MF e quadro supracitado, constante da mesma.

f) A metodologia adotada para realizar a avaliação e mensuração das disponibilidades, dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido.

Resposta: Os imóveis não sofreram depreciação em razão do Sistema da União, que não está adequado para tal. O SPIUnet, apenas reavalia os bens após atualização de dados.

g) O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício.

Não há como avaliar o impacto da depreciação em se tratando de bens imóveis, uma vez que o Governo Federal não normatizou a aplicação conforme medida adotada com os bens móveis, cujos resultados se refletem numa situação mais real do patrimônio da Instituição. O SPIUnet, conforme ponderado junto à CGU, é incompleto.

11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

11.2.1 Declaração Plena

ANEXO XII - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

As atividades de reestruturação organizacional configuram ações que podem potencializar a atividade institucional.

PARTE B DO ANEXO II DA DN 127 E PORTARIA 175/2013 TCU

13. CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UNIDADE JURISDICIONADA OU GRUPO DE UNIDADES AFINS

13.1 Indicadores Institucionais de Gestão / Indicadores TCU

Nesta seção, apresentamos os indicadores de gestão da Universidade propostos para as IFES pelo TCU, na Decisão do TCU nº 408/2002-Plenário. Os indicadores foram computados em conformidade com as Decisões Normativas nº 127, de 20 de maio de 2013, e, ainda, da Portaria nº 175, de 12 de julho de 2013, do Tribunal de Contas da União.

É relevante frisar que, preliminarmente, a UFES desenvolveu alguns indicadores de Gestão de Pessoas. Além desses, apresentados no corpo desse Relatório de Gestão, considera-se que os indicadores construídos a partir das matrizes elaboradas pelo TCU constituem uma referência sobre a gestão e o desempenho das IFES. Estes indicadores, entre outros, espelham o custo/aluno com e sem o Hospital Universitário; a evolução qualitativa do corpo docente; a evolução quantitativa do corpo docente e técnico-administrativo, e sua relação com o corpo discente. Os indicadores, portanto, medem níveis de eficiência, eficácia e efetividade no desempenho da UFES, além de agregar aspectos referentes à utilidade e mensurabilidade.

Equipe responsável pela sumarização dos dados e cômputo dos indicadores.

Os Indicadores de Gestão foram computados pela Equipe Técnica do Núcleo de Informações Gerenciais (NIG) da Pró-Reitoria de Planejamento e Desenvolvimento Institucional (PROPLAN):

- **Jaime Souza Sales Júnior**
- **Júlio Cesar Kill Guerzet**
- **Marcelo Roberto Sarcinelli**
- **Marcos Renato Lorenção**

13.1.1 Fórmulas de cálculo dos Indicadores de Gestão e método de obtenção dos valores de seus parâmetros

Nesta seção apresentamos as fórmulas de cálculo dos indicadores, a descrição dos seus parâmetros e o método usado para obtenção dos valores de seus parâmetros.

As fórmulas usadas para medir cada um dos Indicadores de Gestão são as apresentadas a seguir.

QUADRO 72 - INDICADORES DE GESTÃO E SUAS FÓRMULAS

INDICADOR	FÓRMULA
I-A – Custo Corrente (incluindo o HU) / Aluno Equivalente	$\frac{\text{Custo Corrente (incluindo HU)}}{\text{AgE} + \text{ApgTI} + \text{ArTI}}$
I-B – Custo Corrente (excluindo o HU) / Aluno Equivalente	$\frac{\text{Custo Corrente (excluindo HU)}}{\text{AgE} + \text{ApgTI} + \text{ArTI}}$
II – Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente	$\frac{\text{AgTI} + \text{ApgTI} + \text{ArTI}}{\text{N}^\circ \text{ de Professores Equivalentes}}$
III-A – Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente (incluindo o HU)	$\frac{\text{AgTI} + \text{ApgTI} + \text{ArTI}}{\text{N}^\circ \text{ de Funcionários Equivalentes (incluindo HU)}}$
III-B – Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente (excluindo o HU)	$\frac{\text{AgTI} + \text{ApgTI} + \text{ArTI}}{\text{N}^\circ \text{ de Funcionários Equivalentes (excluindo HU)}}$
IV-A – Funcionário Equivalente (incluindo HU) / Professor Equivalente	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de Funcionários Equivalentes (incluindo HU)}}{\text{N}^\circ \text{ de Professores Equivalentes}}$
IV-B – Funcionário Equivalente (excluindo HU) / Professor Equivalente	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de Funcionários Equivalentes (excluindo HU)}}{\text{N}^\circ \text{ de Professores Equivalentes}}$
V – Grau de Participação Estudantil	$\frac{\text{AgTI}}{\text{Ag}}$
VI – Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação	$\frac{\text{Apg}}{\text{Ag} + \text{Apg}}$
VII – Conceito CAPES / MEC para a Pós-Graduação	$\frac{\text{Somatório dos conceitos de todos os programas de Pós-Graduação}}{\text{N}^\circ \text{ de programas de Pós-Graduação}}$
VIII – Índice de Qualificação do Corpo Docente	$\frac{5D+3M+2E+G}{D+M+E+G}$
IX – Taxa de Sucesso na Graduação	$\frac{\text{N}^\circ \text{ de Diplomados (Ndi)}}{\text{N}^\circ \text{ total de alunos ingressantes}}$

Fonte: TCU nº 408/2002-Plenário.

A descrição dos parâmetros das fórmulas do Quadro 72 é apresentada abaixo. Um maior detalhamento dos mesmos pode ser encontrado no documento: Tribunal de Contas da União – TCU, Secretaria de Educação Superior – SESu/MEC, Secretaria Federal de Controle Interno – SFC, “Orientações para o Cálculo dos Indicadores de Gestão”, versão revisada em janeiro/2007.

13.1.1.1 Custo Corrente

O Custo Corrente, que pode incluir ou não o HU, é igual ao primeiro item da lista abaixo (indicado com sinal +) subtraído dos demais (com sinal -).

- (+) Despesas correntes da UFES e suas UGs, podendo incluir ou não o HU
- (-) 65% das despesas correntes totais do HU, quando o Custo Corrente inclui o HU, e 100% quando exclui o HU
- (-) Aposentadorias
- (-) Pensões
- (-) Sentenças Judiciais
- (-) Despesas com pessoal cedido
- (-) Despesa com afastamentos no País e no Exterior

13.1.1.2 AgE

Número de Alunos Equivalentes da Graduação (AgE):

$$A_{GE} = \sum_{\text{todos os cursos}} \left\{ (N_{DI} * D_{PC})(1 + [\text{Fator de Reten\c{c}ao}]) + ((N_I - N_{DI})/4) * D_{PC} \right\} * [\text{Peso do grupo em que se insere o curso}]$$

Onde:

N_{DI} = Número de diplomados, no ano letivo referente ao exercício, em cada curso;

D_{PC} = Duração padrão do curso de acordo com a tabela da SESu;

N_I = Número de alunos que ingressaram, no ano letivo relativo ao exercício, em cada curso;

Fator de Retenção e Peso do grupo calculados de acordo com metodologia da SESu.

13.1.1.3 A_{PGTI}

Número de Alunos Tempo Integral de Pós-Gradua o (A_{PGTI})

$$A_{PGTI} = 2 * APG$$

Onde:

APG = Total de alunos efetivamente matriculados na pós-gradua o stricto sensu, incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado.

13.1.1.4 A_{RTI}

Número de Alunos de Residência Médica (A_{RTI})

$$A_{RTI} = 2 * AR$$

Onde:

AR = Alunos de residência médica.

13.1.1.5 A_{GTI}

Número de Alunos da Gradua o em Tempo Integral (A_{GTI}):

$$A_{GTI} = \sum_{\text{todos os cursos}} \left\{ (N_{DI} * D_{PC})(1 + [\text{Fator de Reten\c{c}ao}]) + ((N_I - N_{DI})/4) * D_{PC} \right\}$$

Onde:

- N_{DI} = Número de diplomados, no ano letivo referente ao exercício, em cada curso;
- D_{PC} = Dura o padrão do curso, de acordo com a tabela da SESu;
- N_I = Número de alunos que ingressaram, no ano letivo relativo ao exercício, em cada curso (não são considerados os ingressantes de cursos novos que ainda não tiveram turmas regulares de concluintes);
- Fator de Reten o calculado de acordo com metodologia da SESu.

13.1.1.6 Número de Professores Equivalentes

O número de professores equivalentes   igual:

(+) Professores em exercício efetivo no ensino superior (graduação, pós-graduação *stricto sensu* e residência médica), inclusive ocupantes de funções gratificadas e cargos comissionados;

(+) Substitutos e visitantes;

(-) Professores afastados para capacitação e mandato eletivo ou cedidos para outros órgãos e/ou entidades da administração pública em 31/12 do exercício.

Obs: O total de professores 20h é multiplicado por 0,5.

13.1.1.7 Número de Funcionários Equivalentes

O número de funcionários equivalentes pode incluir ou não os servidores técnico-administrativos do HU e é igual:

(+) professores que atuam exclusivamente no ensino médio e/ou fundamental;

(+) servidores técnico-administrativos vinculados à Universidade, podendo incluir ou não os lotados no HU;

(+) contratados sob a forma de serviços terceirizados (limpeza, vigilância, etc.), contabilizados em postos de trabalho de 8 horas diárias ou de 6 horas, em caso de exigência legal;

(-) funcionários afastados para capacitação e mandato eletivo ou cedidos para outros órgãos e/ou entidades da administração pública em 31/12 do exercício.

Obs: O número de professores ou funcionários de 20h é multiplicado por 0,5 e o de 30h por 0,75.

13.1.1.8 AG

AG = Total de alunos efetivamente matriculados na graduação.

13.1.1.9 APG

APG = Total de alunos efetivamente matriculados na pós-graduação *stricto sensu*, incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado.

13.1.1.10 Conceito CAPES para Programas de Pós-Graduação

Foi considerado o conceito da última avaliação realizada pela CAPES, cujos valores podem variar de 1 a 7, sendo que, para os programas que oferecem apenas o Mestrado, a nota máxima é 5, enquanto que, para os programas que também oferecem Doutorado, a nota máxima é 7. É importante observar que, segundo orientação do TCU, são considerados apenas os programas com alunos matriculados.

13.1.1.11 Parâmetros do Índice de Qualificação do Corpo Docente (D, M, E e G)

Para qualificar o corpo docente, foi aplicada ao número de professores (professores em exercício efetivo + substitutos + visitantes - professores afastados para capacitação ou cedidos para outros órgãos e/ou entidades da administração pública em 31/12 do exercício) a seguinte ponderação, sem considerar o regime de trabalho (20 h ou 40 h semanais):

QUALIFICAÇÃO	PESO
Docentes doutores (D)	5
Docentes mestres (M)	3
Docentes com especialização (E)	2
Docentes graduados (G)	1

13.1.1.12

N_{DI}

N_{DI} = Número de diplomados, no ano letivo referente ao exercício, em cada curso.

13.1.1.13 Número de alunos ingressantes

Para o cálculo dos ingressantes foi considerado o ano ou semestre do ingresso dos estudantes que se graduaram no exercício, com base na duração padrão prevista para cada curso.

13.1.1.14 Método de apuração dos dados

Os dados referentes a cada parâmetro de cada fórmula foram buscados juntos aos setores responsáveis por eles, através de comunicação formal (memorando). Por exemplo, o número de docentes e a qualificação deles, bem como o regime de trabalho foram solicitados ao Departamento de Recursos Humanos da UFES.

13.1.2 Indicadores de Gestão 2013 e responsáveis pela apuração dos dados e cálculo dos índices

Nesta seção apresentam-se os valores dos parâmetros utilizados para o cômputo dos Indicadores de Gestão 2013 da UFES, os valores dos índices dos Indicadores de Gestão e a equipe responsável pela sumarização dos dados e cômputo dos indicadores.

13.1.2.1 Valores dos parâmetros

O valor das variáveis utilizadas no cômputo dos parâmetros dos Indicadores de Gestão 2013 e os valores destes parâmetros são apresentados nos quadros a seguir.

QUADRO 73 : VARIÁVEIS UTILIZADAS NO CÔMPUTO DO CUSTO CORRENTE

Variável	Valor
Custo Corrente (incluindo o HU)	522.427.496,79
Custo Corrente (excluindo o HU)	462.631.924,91
Nº de Professores Equivalentes	1.580,50
Nº de Funcionários Equivalentes (incluindo o HU)	2.965,18
Nº de Funcionários Equivalentes (excluindo o HU)	2.223,98
Nº de Alunos Equivalentes da Graduação – AGE	23.267,51
Nº de Alunos em Tempo Integral da Graduação – AGTI	13.585,07
Nº de Alunos em Tempo Integral da Pós-Graduação – APGTI	4.878
Nº de Alunos Tempo Integral de Residência Médica – ARTI	278

QUADRO 74: VARIÁVEIS ASSOCIADAS AO NÚMERO DE ALUNOS DE GRADUAÇÃO E PARÂMETRO AG

Universo	Qtde.
Nº de Alunos Matriculados na Graduação no 1º Semestre	18.114
Nº de Alunos Matriculados na Graduação no 2º Semestre	18.271
Nº de Alunos Diplomados na Graduação no Ano	2.330
Nº de Alunos Regularmente Matriculados na Graduação – AG	18.193

QUADRO 75: VARIÁVEIS ASSOCIADAS AO NÚMERO DE ALUNOS DE PÓS-GRADUAÇÃO E PARÂMETRO APG

Universo	Quantidade
Nº de Alunos Matriculados no Mestrado no 1º Semestre*	1.991
Nº de Alunos Matriculados no Mestrado no 2º Semestre*	1.661
Nº de Alunos Matriculados no Doutorado no 1º Semestre	629
Nº de Alunos Matriculados no Doutorado no 2º Semestre	597
Nº de Residentes Médicos no 1º Semestre	139
Nº de Residentes Médicos no 2º Semestre	139
Nº de Alunos na Pós-Graduação – APG	2.439

* Não incluídos os mestrados profissionais

QUADRO 76: VARIÁVEIS ASSOCIADAS AO NÚMERO DE DOCENTES E SEU REGIME DE TRABALHO

Universo	Quantidade
Nº de Docentes com Regime de Trabalho em 20h	111
Nº de Docentes com Regime de Trabalho em 40h	179
Nº de Docentes com Regime de Trabalho em DE	1.346
Nº Total de Docentes	1.636

QUADRO 77: VARIÁVEIS ASSOCIADAS AO NÚMERO DE DOCENTES E SUA TITULAÇÃO

Universo	Quantidade
Nº de Docentes com Titulação de Doutorado	1.120
Nº de Docentes com Titulação de Mestrado	339
Nº de Docentes com Titulação de Especialização	52
Nº de Docentes com Titulação de Graduação	125
Nº Total de Docentes	1.636

QUADRO 78: VARIÁVEIS ASSOCIADAS AO NÚMERO DE FUNCIONÁRIOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS E SEU REGIME DE TRABALHO – INCLUSIVE PESSOAL TERCEIRIZADO

Universo	Quantidade	
	Com o HU	Sem o HU
Nº de Técnico-Administrativos em Regime de 20h.	97	5
Nº de Técnico-Administrativos em Regime de 24h.	13	1
Nº de Técnico-Administrativos em Regime de 25h.	5	5
Nº de Técnico-Administrativos em Regime de 30h.	17	13
Nº de Técnico-Administrativos em Regime de 40h.	2.893	2.208
Nº de Técnico-Administrativos	3.025	2.232

QUADRO 79: AVALIAÇÃO CAPES

Item	Valor
Média dos Conceitos dos Programas de Pós-Graduação obtidos na última Avaliação Realizada pela CAPES	3,43

QUADRO 80: PARÂMETROS

Variável	Valor
Custo Corrente (incluindo o HU)	522.427.496,79
Custo Corrente (excluindo o HU)	462.631.924,91
Nº de Professores Equivalentes	1.580,50
Nº de Funcionários Equivalentes (incluindo o HU)	2.965,18
Nº de Funcionários Equivalentes (excluindo o HU)	2.223,98
Nº de Alunos Equivalentes da Graduação – AGE	23.267,51
Nº de Alunos em Tempo Integral da Graduação – AGTI	13.585,07
Nº de Alunos em Tempo Integral da Pós-Graduação – APTI	4.878
Nº de Alunos Tempo Integral de Residência Médica – ARTI	278

Indicadores de Gestão 2013

O Quadro 81 apresenta a evolução e os indicadores de gestão da UFES DE 2005 a 2013.

QUADRO 81- EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE GESTÃO DA UFES NOS ANOS DE 2005 A 2013

DECISÃO TCU											
ITEM	INDICADORES	Exercício									%
		2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	
I-A	Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente - R\$	8.433,98	9.779,56	10.819,37	12.170,38	12.439,84	14.405,58	15.821,07	17.502,67	18.380,12	5,01%
I-B	Custo Corrente sem HU / Aluno Equivalente - R\$		9.372,96	10.369,19	11.711,93	11.113,33	12.880,69	13.986,54	15.780,28	16.276,38	3,14%
II	Aluno Tempo Integral / Professor	11,29	12,36	13,35	12,94	12,46	11,67	11,01	11,97	11,86	-0,93%
III-A	Aluno Tempo Integral / Funcionário com HU	5,90	5,80	5,68	6,04	6,34	6,25	6,28	6,29	6,32	0,52%
III-B	Aluno Tempo Integral / Funcionário sem HU		9,69	9,06	9,48	9,59	9,17	8,49	8,73	8,43	-3,49%
IV-A	Funcionário com HU/ Professor	1,92	2,13	2,35	2,14	1,96	1,87	1,75	1,91	1,88	-1,80%
IV-B	Funcionário sem HU / Professor		1,27	1,47	1,37	1,30	1,27	1,30	1,38	1,41	2,28%
V	Grau de Participação Estudantil	0,79	0,87	0,88	0,87	0,91	0,80	0,75	0,75	0,75	0,13%
VI	Grau de Envolvimento Pós-Graduação	0,07	0,08	0,09	0,09	0,10	0,10	0,11	0,11	0,12	4,91%
VII	Conceito Capes	3,47	3,36	3,39	3,30	3,32	3,35	3,44	3,43	3,45	0,77%
VIII	Índice de Qualificação do Corpo Docente	3,48	3,60	3,73	3,77	3,88	4,15	4,06	4,16	4,18	0,69%
IX	Taxa de Sucesso na Graduação - em percentual	60,60%	74,58%	69,87%	71,44%	75,43%	65,00%	58,44%	64,14%	52,70%	-17,83%

Fonte: Proplan/UFES

13.1.3 Análises sobre os indicadores e seus componentes.

Em conformidade com o Acórdão No. 1043/2006-TCU-Plenário, de 28/06/2006, apresentamos a seguir análise da evolução dos indicadores de gestão e seus componentes.

13.1.3.1 Indicadores e seus componentes segundo o Acórdão No. 1043/2006-TCU-Plenário

O TCU numerou os indicadores e seus componentes conforme abaixo:

9.1.1. COMPONENTES:

9.1.1.1. Custo corrente incluindo 35% das despesas Hospitais Universitários – HUs;

9.1.1.2. Custo corrente excluindo as despesas dos HUs;

9.1.1.3. Número de alunos tempo integral;

9.1.1.3.1. Número de alunos equivalentes (incluído por orientação do MEC);

9.1.1.4. Número de professores equivalentes;

9.1.1.5. Número de funcionários equivalentes incluindo aqueles a serviço nos HUs; e

9.1.1.6. Número de funcionários equivalentes excluindo aqueles a serviço nos HUs.

9.1.2. INDICADORES:

9.1.2.1. Custo corrente/número de alunos tempo integral (a ser apresentado em dois valores: um calculado com os 35% das despesas dos HUs e outro excluindo essas despesas);

9.1.2.2. Número de alunos tempo integral / número de professores equivalentes;

9.1.2.3. Número de alunos tempo integral / número de funcionários equivalentes (a ser apresentado em dois valores: um incluindo funcionários a serviço nos HUs e outro excluindo esses funcionários);

9.1.2.4. Número de funcionários equivalentes / número de professores equivalentes (a ser apresentado em dois valores: um incluindo funcionários a serviço nos HUs e outro excluindo esses funcionários);

9.1.2.5. Grau de Participação Estudantil (GPE);

9.1.2.6. Grau de Envolvimento com Pós-Graduação (GEPG);

9.1.2.7. Conceito CAPES;

9.1.2.8. Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD);

9.1.2.9. Taxa de Sucesso na Graduação (TSG).

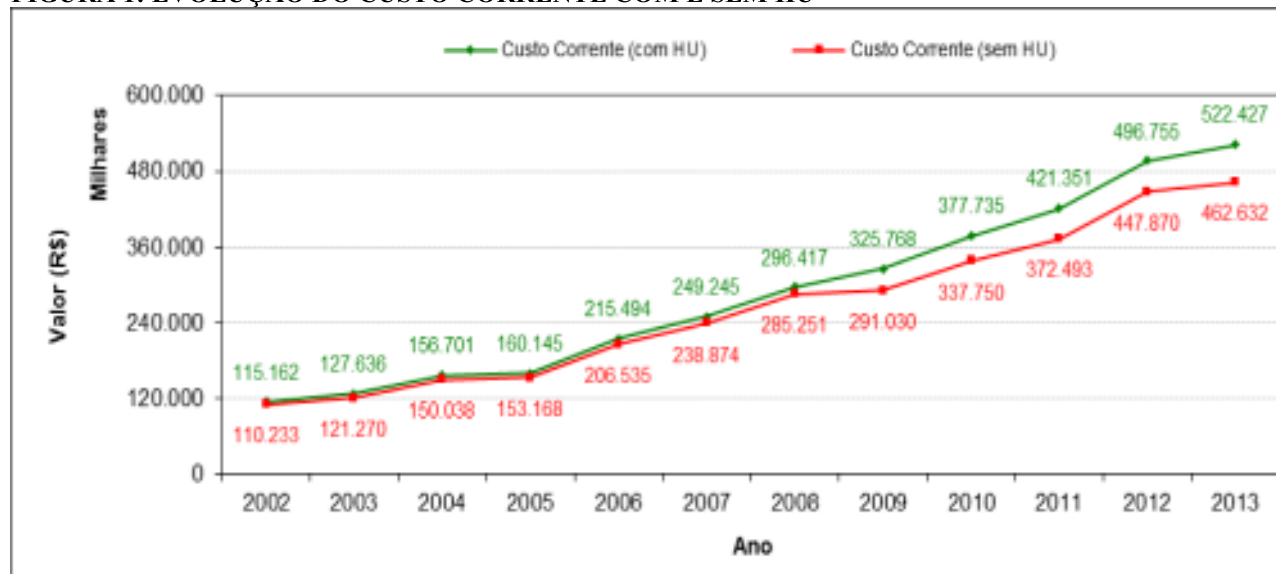
O Quadro 82 apresenta a evolução dos componentes dos Indicadores de Gestão da UFES.

QUADRO 82– COMPONENTES DOS INDICADORES DE GESTÃO

ANO	COMPONENTES						
	9.1.1.1	9.1.1.2	9.1.1.3	9.1.1.3.1	9.1.1.4	9.1.1.5	9.1.1.6
2002	115.162.236,00	110.233.032,00	11.582,33	16.463,03	997,00	1.991,00	1.134,00
2003	127.636.464,00	121.269.632,31	11.654,09	16.342,27	997,00	1.949,00	1.064,00
2004	156.701.068,00	150.038.469,00	12.171,16	17.117,79	1.048,00	2.070,00	1.112,60
2005	160.145.063,00	153.168.110,00	12.179,24	16.802,49	1.079,00	2.066,00	1.104,00
2006	215.494.300,17	206.534.657,24	11.542,07	19.405,17	1.147,00	2.438,60	1.460,60
2007	249.244.948,36	238.874.097,15	11.941,35	20.229,92	1.105,00	2.594,35	1.626,85
2008	296.416.852,04	285.251.221,91	12.163,38	21.201,60	1.184,00	2.536,35	1.615,85
2009	325.767.961,09	291.030.242,76	13.519,23	22.801,48	1.357,00	2.664,85	1.761,85
2010	377.735.247,66	337.750.460,04	12.958,42	22.282,45	1.448,00	2.704,23	1.842,73
2011	421.351.124,44	372.493.367,24	13.041,61	22.173,28	1.590,00	2.787,50	2.060,85
2012	496.754.766,30	447.870.362,48	13.491,18	23.487,66	1.536,00	2.923,93	2.105,63
2013	522.427.496,79	462.631.924,91	13.585,07	23.267,51	1.580,50	2.965,18	2.223,98

Exame dos aspectos relevantes da evolução constatada – componentes dos Indicadores de Gestão

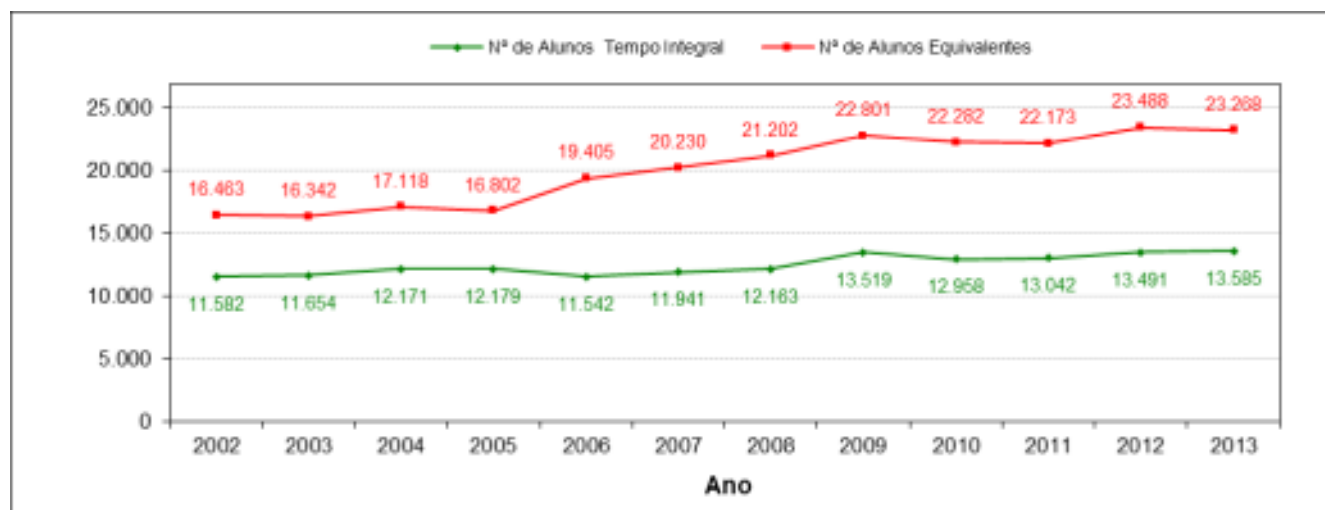
FIGURA 1: EVOLUÇÃO DO CUSTO CORRENTE COM E SEM HU



Fonte: Proplan/UFES

A **Figura 1** apresenta a evolução do custo corrente da UFES, com e sem o Hospital Universitário Cassiano Antônio de Moraes (HUCAM). Como o gráfico evidencia, a tendência de crescimento foi mantida em percentuais menores que em relação ao ano anterior. O Custo Corrente, incluindo o HUCAM, apresentou uma evolução nominal de 5,01% contra uma evolução de 3,14% do Custo Corrente sem o HUCAM, em decorrência do menor impacto das despesas de pessoal, porém, ainda impactada por maior aporte de recursos nas despesas de custeio.

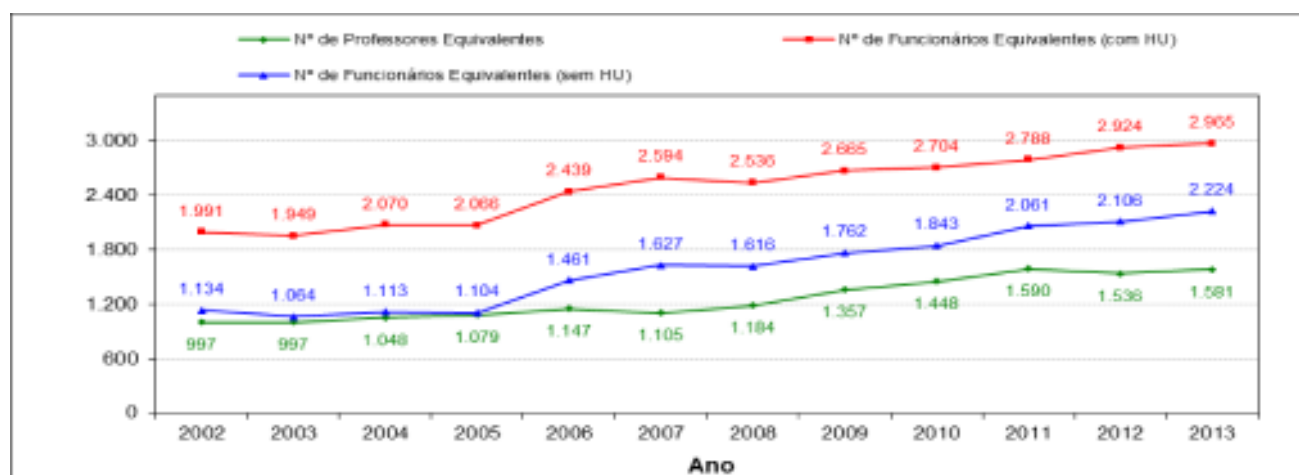
FIGURA 2: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS DE TEMPO INTEGRAL E DO NÚMERO DE ALUNOS EQUIVALENTES



Fonte: Proplan/UFES

A **Figura 2** evidencia uma pequena queda no indicador Alunos Equivalentes e um aumento pelo terceiro ano consecutivo do indicador Aluno de Tempo Integral. A consolidação dos cursos ofertados a partir de 2008 no âmbito do REUNI possibilitará uma melhor análise da tendência dos indicadores.

FIGURA 3: EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PROFESSORES E SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS EQUIVALENTES



Fonte: Proplan/UFES

A **Figura 3** mostra o aumento de todos os indicadores em análise. Importante salientar o aumento do número de professores com dedicação exclusiva. De modo geral, esses indicadores têm mantido tendência de crescimento desde 2005.

FIGURA 4: EVOLUÇÃO DOS INDICADORES ALUNO TEMPO INTEGRAL POR: PROFESSORES EQUIVALENTES, SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS COM, E SERVIDORES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS SEM O HUCAM



Fonte: Proplan/UFES

A **Figura 4** mostra que houve um aumento do número de professores e técnico-administrativos numa proporção maior do que o aumento do número de alunos em tempo integral.

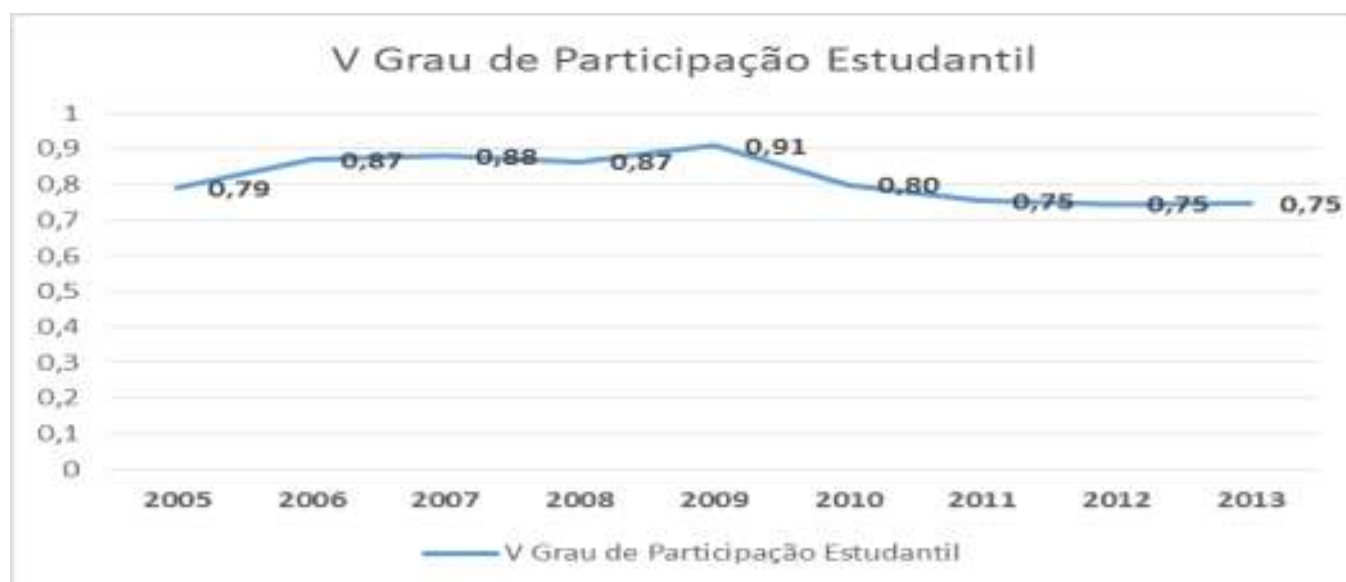
FIGURA 5: EVOLUÇÃO DO CUSTO CORRENTE POR ALUNO EQUIVALENTE



Fonte: Proplan/UFES

A **Figura 5** mostra um constante crescimento na relação custo corrente/aluno, ou seja, ao longo do período as taxas de crescimento do custo corrente (com e sem HU) foram maiores que a taxa de crescimento do número de alunos equivalentes, resultado do incremento nas despesas de pessoal e custeio.

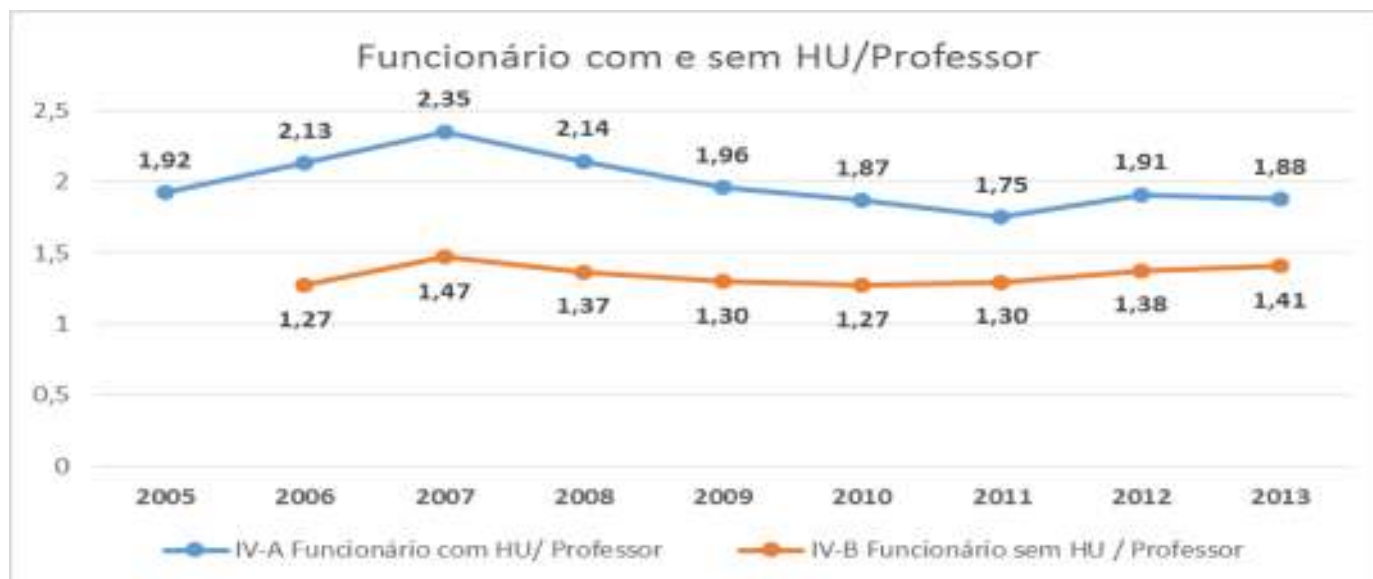
FIGURA 6: GRAU DE PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL



Fonte: Proplan/UFES

A **Figura 6** apresenta a evolução do grau de participação estudantil medido segundo a formulação do TCU, observando-se, nos últimos três anos, uma constante na proporção de aluno de graduação em tempo integral pela média de alunos da graduação.

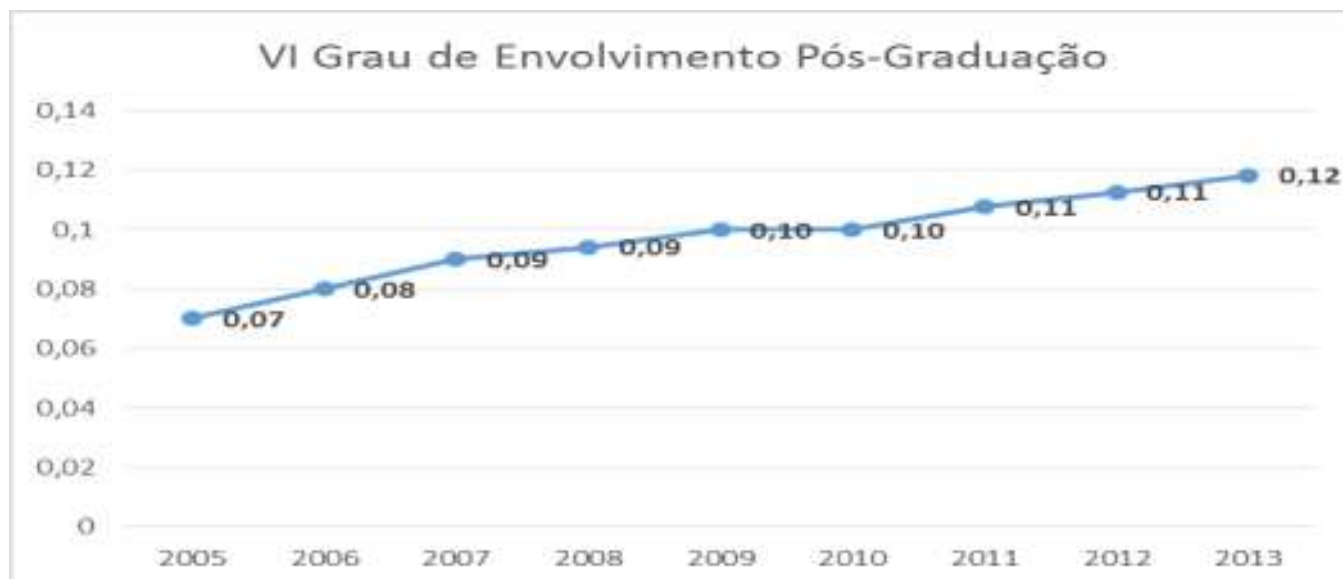
FIGURA 7– FUNCIONÁRIO COM E SEM HU/PROFESSOR



Fonte: Proplan/UFES

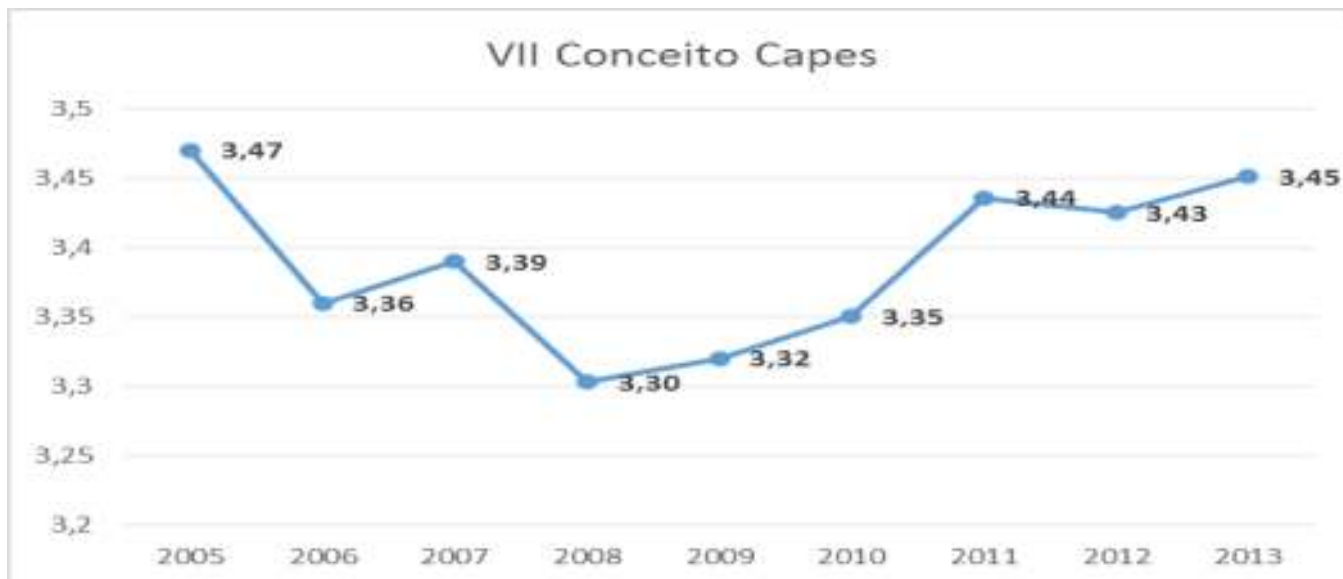
A **Figura 7** mostra que, ao longo do período em análise, houve um aumento proporcional no número de professores em relação ao número de técnicos administrativos. De 2012 para 2013 as proporções mantiveram-se praticamente estáveis.

FIGURA 8: GRAU DE ENVOLVIMENTO COM A PÓS-GRADUAÇÃO



Fonte: Proplan/UFES

FIGURA 9: EVOLUÇÃO DO CONCEITO DA CAPES



Fonte: Proplan/UFES

A **Figura 8** mostra a evolução do grau de envolvimento com a Pós-Graduação, enquanto a **Figura 9** mostra a evolução do conceito médio dos programas de pós-graduação da UFES junto à CAPES. O grau de envolvimento com a Pós-Graduação mede o percentual dos alunos da Universidade matriculados em cursos de pós-graduação stricto sensu. Este indicador se manteve em virtude da política de incremento do número de programas de pós-graduação e, conseqüentemente, a expansão no número de cursos e alunos de pós-graduação. A contratação de docentes com títulos de doutor contribui significativamente para melhoria desse indicador. Em relação ao indicador Conceito CAPES, apesar da criação de novos programas que iniciam suas atividades com conceito 3, muitos cursos já existentes mudaram sua *performance* melhorando seu conceito junto à Capes.

FIGURA 10: EVOLUÇÃO DO ÍNDICE DE QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE



Fonte: Proplan/UFES

Na **Figura 10** é apresentada a evolução da qualificação do corpo docente da UFES segundo a formulação proposta pelo TCU. A figura evidencia a manutenção do aumento na evolução qualitativa do quadro docente da Instituição decorrente da contratação de professores com título de doutor e da melhora da qualificação do quadro docente.

FIGURA 11: TAXA DE SUCESSO NA GRADUAÇÃO



Fonte: Proplan/UFES

A **Figura 11** apresenta a evolução do indicador taxa de sucesso na graduação. Como se pode constatar, a taxa de sucesso na graduação tem oscilado e provocado mudanças na *performance* deste indicador. Considerando que não há disponibilidade da informação sobre os alunos concluintes do segundo semestre de 2013, utilizou-se, segundo orientação para o cálculo dos indicadores de gestão do TCU-SESu/MEC-CGU, o número de alunos concluintes no segundo semestre de 2012, devido a incompatibilidade do calendário acadêmico, alterado pela greve, influenciando na da taxa de sucesso na graduação. Além disso, possíveis evasões e retenções de alunos impactam negativamente neste indicador.

c) Relação dos projetos desenvolvidos pelas fundações sob a égide da Lei nº 8.958/1994, discriminando o número do contrato ou do convênio, o objeto, o valor e a vigência, e, ainda, os recursos financeiros, materiais e humanos pertencentes à IFES envolvidos em cada projeto.

QUADRO 83 – RELAÇÃO DE PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO (B.6.3-A)

FUNDAÇÃO DE APOIO													
NOME: FUNDAÇÃO CECILIANO ABEL DE ALMEIDA										CNPJ: 27.414.879/0001-74			
INSTRUMENTO CONTRATUAL													
CONTRATO													
Nº DO PROCESSO	TIPO	Nº	OBJETO	VIGÊNCIA		VALOR		Nº DO PROCESSO	OBJETO	VIGÊNCIA		VALOR	
				INÍCIO	FIM	BRUTO	REPASSADO			INÍCIO	FIM	BRUTO	REPASSADO
8166/06-99	Ersino	42/2007	Gerenciamento de recursos financeiros oriundos do Projeto de Ersino do Curso de Graduação em Administração, na Modalidade de Educação a Distância – ADM-HEAD	25/4/2007	24/03/2013	3.472.253,94	2.719.141,77	42838/07-76	Execução do projeto “curso de licenciatura em educação física para atuar na educação básica – modalidade distância.”	3/9/2008	3/9/2012	2.516.323,70	2.516.323,70
14605/06-01	Ersino	44/2007	Gerenciamento dos recursos financeiros provenientes do projeto “Desenvolvimento do Ersino da Pós-Graduação na Área de Política Social”	10/04/2007	09/04/2012	44.580,00	36.901,87	—	—	—	—	—	—
15525/06-64	Extensão	50/2007	Gerenciamento dos recursos resultantes do Projeto de Extensão – Hospital Veterinário (HOVET) para a Comunidade	10/05/2007	30/04/2012	120.000,00	101.475,08	—	—	—	—	—	—
30459/07-33	Ersino	83/2007	Gerenciamento dos recursos financeiros provenientes do Projeto de Ersino intitulado “Desenvolvimento do Ersino da Pós Graduação Scripto Sensu na Área da Linguística	30/08/2007	30/08/2012	37.452,71	37.452,71	—	—	—	—	—	—

42459/07-86	Ersino	34/2008	Prestação de apoio ao projeto de implantação oferta dos cursos de licenciatura em Artes Visuais, Física e Química; bacharelado em Ciências contábeis; especialização em gestão de Agronegócios e Logística e Aperfeiçoamento em Dimensões da Humanização, para 1º e 2º sistemas letivos do sistema UAB na UFES	13/06/2008	13/06/2014	7149078,18	7149078,18	—	—	—	—	—	—	—
46145/08-33	Desenvolvimento Institucional	54/2008	Prestação de apoio por parte da contratada ao projeto de desenvolvimento Institucional do Teatro universitário	18/08/2008	18/02/2014	290.246,83	461.416,73	—	—	—	—	—	—	—
46149/08-11	Desenvolvimento Institucional	53/2008	Prestar apoio ao gerenciamento e execução do projeto denominado "cinelube metrópolis: cinema, educação e cultura"	18/08/2008	18/02/2014	63.468,24	201.847,91	—	—	—	—	—	—	—
42850/07-81	Ersino	62/2008	Apoio do projeto do II curso de pós lato sensu esp. E m Pol. E gestão em seg pública	04/09/2008	04/09/2012	200.000,00	200.500,00	—	—	—	—	—	—	—
47783/08-71	Extensão	73/2008	Prestação de apoio por parte da Contratada ao Projeto de Extensão "Laboratório de Química Analítica" do CCE/UFES	15/10/2008	15/10/2012	90.736,07	541.620,00	—	—	—	—	—	—	—
51785/08-65	Extensão	72/2008	Prestação de apoio por parte da contratada ao Projeto de Extensão "Ensaio de Análise Laboratorial"	17/10/2008	17/20/2014	3.151.000,00	4.751.000,00	—	—	—	—	—	—	—
32111/07-81	Ersino	88/2008	Prestação de apoio ao projeto de ensino do Curso de Graduação Licenciatura e Bacharelado em Letras/Libras.	20/11/2008	20/11/2013	40.400,00	178.000,00	—	—	—	—	—	—	—
61421/08-93	Extensão	29/2009	Apoio ao projeto de extensão "formação continuada de	23/03/2009	30/09/2012	718.200,00	760.462,84	—	—	—	—	—	—	—

3511/09-41	Desenvolvimento Institucional	45/2009	professores do pro – jovem Campo – saberes da terra”	25/05/2009	29/05/2013	1.348.849,03	410.000,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
48184/08-75	Ensino	58/2009	Prestação de apoio, por parte da contratada, ao projeto de desenvolvimento do centro tecnológico da UFES para o quadriênio 2009-2012.	01/07/2009	26/02/2014	205.100,00	87.610,20	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
65549/08-26	Desenvolvimento Institucional	56/2009	Execução e gerenciamento dos recursos do “Curso de pós graduação em História Afro-Brasileira: Trajetórias da cultura Negra.	25/06/09	26/02/2014	300.240,92	293.304,38	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
58826/08-44	Extensão	75/2009	Prestação de apoio à execução do projeto de desenvolvimento institucional “Operação do POPES da Rede Nacional de Ensino Pesquisa pela UFES”	25/08/2009	24/08/2015	5.089,95	5.089,95	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
2832/09-28	Pesquisa	79/2009	Apoyo ao ‘Projeto de Extensão: Corpo humano: uma abordagem anatômica-funcional para iniciantes.	14/09/2009	17/04/2012	409.986,25	409.330,95	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
11578/09-59	Extensão	106/2009	Prestar apoio por parte da CONTRATADA ao ‘projeto de desenvolvimento de pesquisa técnica visando desenvolver um conjunto de especificações técnicas de modo a orientar a evolução da plataforma LightPad em direção as Redes Ópticas de Nova Geração.	27/11/2009	31/12/2013	363.857,14	328.879,13	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
05055/09-73	Ensino	19/2010	Prestação de apoio por parte da contratada ao projeto de extensão “escola que protege – 2009”	10/02/2012	10/04/2012	229.909,68	188.846,42	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
			Prestação e serviços de apoio ao projeto de ensino pós graduação em gestão estratégica de negócios.					—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

22203/06-71	Ensino	29/2010	10/03/2010	10/03/2014	18414,16	0,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
42172/07-56	Ensino	31/2010	23/03/2010	30/09/2012	369.999,96	369.999,96	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
52223/08-39	Ensino	34/2010	14/04/2010	31/10/2015	300.987,50	219.218,76	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
05518/10-31	Extensão	54/2010	11/06/2010	11/03/2015	350.403,41	126.721,13	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
2263/09-11	Ensino	55/2010	05/07/2010	05/09/2013	110.755,00	40.896,24	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
053711/08-63	Pesquisa	84/2010	17/08/2010	30/01/2014	331.983,33	331.983,33	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
06643/10-68	Extensão	76/2010	18/08/2010	18/08/2014	359.575,41	354.285,52	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
004972/10-74	Extensão	117/2010	13/10/2010	13/11/2014	1.615.342,98	502.678,50	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

13540/09-11	Extensão	10/9/2010	laboratório de orçamento do Departamento de Engenharia de Produção'.	4/10/2010	30/11/2013	1.858.095,66	1.930.095,66	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
63816/08-21	Ensino	12/7/2010	Execução do Projeto de Extensão e Aperfeiçoamento: 'Curso Educação para Diversidade; Curso Educação para as Relações Étnico – Raciais: A história e cultura Afro-brasileira; Curso de formação continuada de professores na temática culturais e histórias dos povos indígenas; Curso Gênero e Diversidade na Escola e Curso de Educação em Direitos Humanos'.	31/11/2010	03/11/2012	170.031,14	163.160,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
5150/10-19	Pesquisa	12/2/2010	Prestação de apoio ao projeto de ensino pós-graduação 'Iato Sensu' especialização em políticas e gestão em segurança pública.	27/10/2010	30/04/2013	1.870.567,32	1.870.567,32	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
19217/09-54	Pesquisa	12/0/2010	Prestação de apoio à execução do PROJETO de 'pesquisa' "Programa de Estatísticas Pesqueira do Estado do Espírito Santo".	22/10/2010	22/10/2012	383.760,00	153.987,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
			Prestação de apoio por parte da contratada ao projeto de pesquisa" rede de sementes florestais do entorno do Caparaó/MG."														

25215/09-09	Ensino	11/9/2010	Prestação de apoio à execução do PROJETO de ensino "II CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO E INTERDISCIPLINARIDADE- HISTÓRIA E LITERATURA: TEXTO E CONTEXTO"	15/09/2010	15/03/2013	166.596,00	58.733,67	—	—	—	—	—	—	—	—	—
6572/10-01	Ensino	14/1/2010	Prestação de serviços de apoio ao Projeto de Ensino de "Aperfeiçoamento do Ensino de Pós-Graduação na área de Direitos Processual Civil".	07/12/2010	07/12/2013	82.000,00	53.983,50	—	—	—	—	—	—	—	—	—
5497/10-53	Extensão	14/7/2010	Prestação de apoio à execução do PROJETO de extensão com vistas à elaboração do Projeto do curso " PROLIND – LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA"	14/12/2010	14/08/2014	61.571,40	59.999,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—
04009/10-91	Pesquisa	15/1/2010	Prestação de apoio, por parte da CONTRATADA, à execução do projeto de pesquisa "Estudos de silvicultura tropical, ecologia, manejo florestal e recuperação de áreas degradadas."	21/12/2010	21/12/2015	1.015.570,86	750.000,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—
19859/10-93	Ensino	15/2/2010	Apoio em execução ao projeto "estudos de silvicultura tropical, ecologia, manejo florestal e recuperação de áreas degradadas"	20/12/2010	20/06/2014	116.502,87	68.890,77	—	—	—	—	—	—	—	—	—
22830/06-11	Extensão	15/6/2010	Finalizar a Execução do objeto do Contrato nº 73/2007 – UFES; Prestar apoio ao gerenciamento e execução do Projeto de Extensão "Criação do Centro de referência	23/12/2010	30/10/2012	347.753,77	347.753,77	—	—	—	—	—	—	—	—	—

15293/10-21	Ensino	027/2011	da UFES para portadores de doenças Falciforme no ES".	4/3/2011	09/09/2012	119.024,70	0,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
15601/09-84	Pesquisa	29/2011	Prestação de apoio a execução do projeto de pesquisa "levantamento hidrogeológico do estado do espírito santo".	17/3/2011	29/12/2014	4.326.048,96	3.214.001,18	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
20480/10-26	Ensino, Extensão e Pesquisa	31/2011	Prestação de apoio a execução do projeto integrado de ensino extensão e pesquisa no âmbito do ensino e aprendizagem de línguas.	31/3/2011	31/01/2016	21.759.080,00	10.294.054,85	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
13176/10-22	Extensão	37/2011	Prestação de apoio à execução do PROJETO de Extensão " O novo modelo organizacional, a escola de governo, plano de desenvolvimento e as carreiras dos servidores da prefeitura municipal de Archieta".	1/4/2011	31/03/2013	323930,49	324.000,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
18866/10-78	Extensão	52/2011	Prestação de apoio à execução do projeto de extensão "Programa de formação continuada para o fortalecimento das experiências da educação integral no Estado do ES".	03/05/2011	26/03/2013	69.999,88	69.999,88	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
20626/10-33	Ensino	055/2011	Prestação de apoio a execução do Projeto de ensino "curso de pós-graduação lato sensu especializado em farmacologia básica e clínica turma III"	13/5/2011	13/05/2013	271.360,00	29.322,68	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

18867/10-12	Ersino	66/2011	20/6/2011	20/12/2013	317.115,00	296.436,63	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
5906/09-88	Desenvolvimento Institucional	12/1/2011	13/10/2011	30/09/2013	749.960,48	749.960,48	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
23713/10-42	Ersino	139/2011	24/11/2011	24/06/2013	206.981,92	200.000,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
14540/10-71	Ersino	28/2012	12/9/2011	30/11/2013	250.824,00	102.463,94	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
13439/10-01	Extensão	12/2012	17/1/2012	31/12/2013	53.100,00	53.100,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
7972/11-15	Ersino	16/2012	20/10/2013	18/11/2013	200.892,51	173.266,57	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
2825/11-41	Pesquisa	30/2012	2/2/2012	02/02/2015	332.670,00	200.000,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

10796/09-76	Desenvolvimento Institucional	29/2012	Prestação de apoio à execução do projeto de desenvolvimento institucional "Piloto Universitário Segundo Tempo"	24/1/2012	24/01/2015	108.650,00	108.650,00	108.650,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
13805/11-03	Ensino	41/2012	Incluir planilha de receitas e despesas reorçamentada aumentando o valor original e prorrogar a vigência contratual por 90 dias	16/2/2012	16/02/2017	88.970,20	88.970,20	75.723,14	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
24497/11-33	Extensão	72/2012	Prestação de apoio à execução do Projeto de pesquisa "Tecnologia Aplicada à Produção Sustentável de Biomassa de Eucalipto da Fibria S.A"	10/5/2012	10/09/2013	194.272,98	194.272,98	194.272,98	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
666/12-21	Ensino	109/2012	Prestação de apoio ao projeto de Desenvolvimento Institucional "Piloto Universitário Segundo Tempo"	19/7/2012	30/06/2014	351.196,01	351.196,01	336.475,14	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
42124/07-68	Ensino	114/2012	Prestação de apoio ao projetos de ensino "Desenvolvimento do Ensino da Pós - em Graduação(mestrado) em educação"	31/7/2012	30/05/2014	180.312,00	180.312,00	141.984,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
11384/11-78	Ensino	116/2012	Prestação de apoio à execução do projeto de extensão "Inclusão digital de jovens da áreas de Reforma Agrária no E.S resultante do termo de cooperação nº12/2011,celebrado entre a UFES e o Ministério de Comunicações.	9/8/2012	30/05/2014	254.352,40	254.352,40	160.446,13	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
13806/11-40	Ensino	119/2012	Prestação por parte da contratada ao projeto intitulado "ESTUDOS E REVISÃO ÀS CARREIRAS DO SERVIDORES DAS SAUDE, DA EDUCAÇÃO , DA GUARDA MUNICIPAL DA	24/8/2012	24/08/2017	77.410,20	77.410,20	43.500,20	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

1329/12-51	Ensino	134/2012	PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA	16/10/2012	15/10/2014	247.069,68	148.939,77	—	—	—	—	—	—	—	—	—
15785/12-88	Extensão	156/2012	Prestação de apoio por parte da contratada ao Projeto de ensino "CURSO DE POÓS - GRADUAÇÃO LATU SENSU - ESPECIALIZAÇÃO EM EPIDEMIOLOGIA APLICADA À GESTÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE.	26/11/2012	26/11/2014	750.950,00	750.950,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—
13800/12-53	Ensino	158/2012	Prestação e apoio pela contratada ao Projeto de Ensino "Desenvolvimento de Ensino da Pós-Graduação (Doutorado) em educação"	03/12/2012	31/12/2014	696508,40	696508,40	—	—	—	—	—	—	—	—	—
15849/12-41	Ensino	165/2012	Prestação de apoio por parte da contratada ao projeto de ensino do curso de pós graduação lato sensu "Especialização em Fisioterapia em Terapia Intensiva	13/12/2012	13/04/2014	300.000,00	300.000,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—
18423/12-49	Pesquisa	177/2012	Prestação de apoio por parte da contratada do projeto de extensão intitulado programa nacional de reorientação de formação profissional em saúde e programa de educação pelo trabalho na saúde	4/12/2012	04/12/2014	1.345.751,00	387.862,75	—	—	—	—	—	—	—	—	—
18424/12-93	Pesquisa	176/2012	Prestação de apoio a execução do projeto de ensino "implementação e oferta dos módulos VII e VIII do curso de	4/12/2012	04/12/2015	1.388.400,24	499.100,06	—	—	—	—	—	—	—	—	—

11148/12-32	Pesquisa	18/2/2012	licenciatura em física, modalidade a distância	5/12/2012	5/12/2015	12.150.043,64	6.127.327,77	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
7810/12-50	Ensino	14/2013	Prestação de apoio por parte da contratada ao projeto de extensão do curso de Pós graduação. Sertido Sertido na área de letras em nível de mestrado e doutorado	23/1/2013	23/01/2016	195.532,50	19.105,20	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
12153/11-81	Ensino	02/02/2013	Prestação de apoio por parte da contratada ao projeto de ensino "Curso de pós graduação Lato-sensu-0 especialização em microbiologia médica e clínica	23/1/2013	23/11/2015	267.335,28	35.435,64	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
19648/12-12	Extensão	25/2013	Prestação de apoio por parte da contratada ao projeto de extensão intitulado Implementação e oferta dos cursos da Rede SECADI, modalidade a distância na UFES	29/1/2013	01/03/2014	1.504.695,37	1504.695,37	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
22837/12-72	Pesquisa	27/2013	Prestação de apoio ao projeto de pesquisa intitulado "Análise espaço temporal de dados epidemiológicos de tuberculose em regiões metropolitanas do Brasil-2001-2011	19/2/2013	01/03/2014	172.096,00	172.096,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
19779/12-08	Ensino	32/2013	Prestação de apoio por parte da contratada ao " Projeto de Incentivo à produção e difusão de	28/2/2013	28/02/2014	100.000,00	100.000,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

3529/11-67	Ersino	35/2013	22/3/2013	22/03/2015	245.000,00	0,00	—	—	—	—	—	—	—	—
14372/12-86	Extensão	52/2013	25/4/2013	25/07/2014	72.662,08	72.662,08	—	—	—	—	—	—	—	—
14621/12-33	Extensão	57/2013	27/5/2013	27/05/2014	600.000,00	2.569,98	—	—	—	—	—	—	—	—
24292/11-58	Ersino	062/2013	11/6/2013	591.165,00	591.165,00	15.032,80	—	—	—	—	—	—	—	—
3283/13-95	Extensão	64/2013	12/6/2013	12/06/2014	23.660,00	15.032,80	—	—	—	—	—	—	—	—
1120/12-97	Pesquisa	097/2012	9/7/2012	09/07/2016	1.212.966,58	711.986,79	—	—	—	—	—	—	—	—
11946/13-45	Pesquisa	82/2013	8/8/2013	08/08/2014	787.372,04	787.372,04	—	—	—	—	—	—	—	—

17557/12-42	Ersino	85/2013	na Educação Infantil" um estudo das concepções práticas no Estado do Espírito Santo"	15/08/2013	15/02/2016	459.000,00	116.548,29	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
22025/12-27	Ersino	089/2013	Prestação de apoio ao Projeto de Ensino "Curso de Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho"	28/8/2013	28/08/2015	328.248,00	0,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
11891/12-92	Ersino	91/2013	Prestação de apoio por parte da contratada ao projeto de ensino do curso de especialização Lato Sensu " ENGENHEIRO DE CAMPO SMS"	4/9/2013	4/09/2015	417.600,00	20.465,46	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
11264/13-32	Pesquisa	097/2013	Prestação de apoio por parte da contratada ao projeto de pesquisa MONTAGEM DE UNIDADE DE DESTILAÇÃO PARA DETERMINAÇÃO DE EVOLUÇÃO EM CLORETO EM PETROLEO	21/08/2013	21/08/2015	1.050.819,60	531.621,30	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
12975/12-43	Ersino	102/2013	Prestação de apoio ao Projeto de Ensino intitulado " Curso de Pós-graduação Lato Sensu Especialização em Educação Especial na perspectiva da Inclusão".	30/09/2013	30/09/2016	101.097,79	39.327,48	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
13327/13-95	Extensão	106/2013	Prestação de apoio ao Projeto de Extensão intitulado "Curso de Formação do Aluno Integrado".	08/10/2013	08/10/2013	350.000,00	350.000,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
15355/13-47	Extensão	122/2013	Prestação de apoio ao Projeto de Extensão intitulado "O PROCESSO DE	18/11/2013	18/12/2014	716.565,94	387.529,42	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

10686/12-18	Pesquisa	11/5/2013	MODERNIZAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA-MINHAS GERAIS	27/11/2013	27/11/2015	599.920,00	0,00	-	-	-	-	2.516.323,70	2.516.323,70
Prestação de apoio por parte da contratada ao projeto de pesquisa DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES PARA A RECUPERAÇÃO DE ÁREAS DEGRADADAS NO SUL DO ESPÍRITO SANTO.													
Total						87.221.766,92	54.284.243,11	Total					2.516.323,70

Recursos Pertencentes à IFES Envolvidos nos Projetos

Projeto		Recursos da IFES											
Nº do Processo	Tipo	Financeiros		Materiais (*)		Humanos (*)		Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Humanos (*)	Valor
		Valor	Tipo	Valor	Tipo	Valor	Tipo						
8166/06-99	Ersino	3.472.253,94	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)
14605/06-01	Ersino	44.580,00	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)
15525/06-64	Extensão	120.000,00	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)
30459/07-33	Ersino	37.452,71	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)
42459/07-86	Ersino	714.907,18	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)
46145/08-33	Desenvolvimento Institucional	461.416,73	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)
46149/08-11	Desenvolvimento Institucional	201.847,91	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)
42850/07-81	Ersino	200.500,00	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)
47783/08-71	Extensão	541.620,00	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)
51785/08-65	Extensão	4.751.000,00	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)

32111/07-81	Ersino	178.000,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
61421/08-93	Extensão	760.462,84	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
3511/09-41	Desenvolvimento Institucional	1.348.849,03	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
48184/08-75	Ersino	205.100,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
65549/08-26	Desenvolvimento Institucional	300.240,92	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
58826/08-44	Extensão	5.089,95	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
2832/09-28	Pesquisa	409.986,25	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
11578/09-59	Extensão	363.857,14	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
05055/09-73	Ersino	229.909,68	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
22203/06-71	Ersino	18.414,16	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
42172/07-56	Ersino	369.999,96	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
52223/08-39	Ersino	300.987,50	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
05518/10-31	Extensão	350.403,41	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
2263/09-11	Ersino	110.755,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
05371/08-63	Pesquisa	331.983,33	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
06643/10-68	Extensão	359.575,41	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
004972/10-74	Extensão	1.615.342,98	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
13540/09-11	Extensão	1.858.095,66	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
63816/08-21	Ersino	170.031,14	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
5150/10-19	Pesquisa	1.870.567,32	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
19217/09-54	Pesquisa	383.760,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
25215/09-09	Ersino	166.596,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
6572/10-01	Ersino	82.000,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)

5497/10-53	Extensão	61.571,40	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
04009/10-91	Pesquisa	1.015.570,86	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
19859/10-93	Ersino	116.502,87	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
22830/06-11	Extensão	347.753,77	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
15293/10-21	Ersino	119.024,70	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
15601/09-84	Pesquisa	4.326.048,96	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
20480/10-26	Ersino, Extensão e Pesquisa	21.759.080,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
13176/10-22	Extensão	323930,49	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
18866/10-78	Extensão	69.999,88	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
20626/10-33	Ersino	271.360,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
18867/10-12	Ersino	317.115,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
5906/09-88	Desenvolvimento Institucional	749.960,48	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
23713/10-42	Ersino	206.981,92	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
14540/10-71	Ersino	250.824,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
13439/10-01	Extensão	53.100,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
7972/11-15	Ersino	200.892,51	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
2825/11-41	Pesquisa	332.670,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
10796/09-76	Desenvolvimento Institucional	108.650,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
13805/11-03	Ersino	88.970,20	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
24497/11-33	Extensão	194.272,98	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
666/12-21	Ersino	351.196,01	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
42124/07-68	Ersino	180.312,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
11384/11-78	Ersino	254.352,40	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)

13806/11-40	Ersino	77.410,20	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
1329/12-51	Ersino	247.069,68	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
15785/12-88	Extensão	750.950,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
13800/12-53	Ersino	696508,40	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
15849/12-41	Ersino	300.000,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
18423/12-49	Pesquisa	1.345.751,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
18424/12-93	Pesquisa	1.388.400,24	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
11148/12-32	Pesquisa	12.150.043,64	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
7810/12-50	Ersino	195.532,50	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
12153/11-81	Ersino	267.335,28	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
19648/12-12	Extensão	1.504.695,37	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
22837/12-72	Pesquisa	172.096,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
19779/12-08	Ersino	100.000,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
3529/11-67	Ersino	245.000,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
14372/12-86	Extensão	72.662,08	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
14621/12-33	Extensão	600.000,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
24292/11-58	Ersino	591.165,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
3283/13-95	Extensão	23.660,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
1120/12-97	Pesquisa	1.212.966,58	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
11946/13-45	Pesquisa	787.372,04	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
17557/12-42	Ersino	459.000,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
22025/12-27	Ersino	328.248,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
11891/12-92	Ersino	417.600,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)

11264/13-32	Pesquisa	1.050.819,60	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
12975/12-43	Ensino	101.097,79	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
13327/13-95	Extensão	350.000,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
15355/13-47	Extensão	716.565,94	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
10686/12-18	Pesquisa	599.920,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
42838/07-76	Ensino	2.516.323,70	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
Total		89.738.090,62	—	—	—	—

(*) Observação: O envolvimento das fundações nos projetos listados restringe-se exclusivamente à prestação de serviço de apoio, principalmente sob a forma de apoio logístico e apoio na realização de atividades de compras e contratações. A gestão dos projetos está a cargo das unidades da UFES e sua realização se confunde com as atividades essenciais da Instituição, razão pela qual não é realizado o controle centralizado dos recursos não financeiros da Instituição aportados em cada um dos projetos. Este controle é descentralizado e fica a cargo de cada um dos respectivos coordenadores. Não há, portanto, entrega de recursos materiais e humanos da Instituição à Fundações de apoio, motivo pelo qual a informação não está disponível de forma consolidada e centralizada.

QUADRO 84 – RELAÇÃO DE PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO (B.6.3-B)

FUNDAÇÃO DE APOIO									
NOME: FUNDAÇÃO DE APOIO AO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CASSIANO ANTÔNIO MORAES					CNPJ: 03.323.503/0001-96				
PROJETO		CONTRATO				CONVÊNIO			
Nº DO PROCESSO	TIPO	Nº	OBJETO	VIGÊNCIA	VALOR	Nº	OBJETO	VIGÊNCIA	VALOR
17295/10-54	Ensino	34/2012	Prestar apoio à execução do PROJETO DO CURSO DE PÓS GRADUAÇÃO "LATU SENSU" ESPECIALIZAÇÃO EM REUMATOLOGIA.	08/02/2012 08/02/2014	77.518,50 30.058,50	—	—	—	—
23372/11-96	Pesquisa	08/2012	Prestação de apoio ao projeto de pesquisa "fornecimento e monitoramento contínuo da	29/12/2011 29/12/2014	12.510.000,00 12.510.000,00	—	—	—	—

					<i>performance</i> do teste rápido para diagnóstico sorológico da sífilis a ser utilizada no projeto REDE CEGONHA"																	
2432/12-18	Pesquisa	125/2012	17/9/2012	17/03/2014	Prestação de apoio por parte da contratada ao projeto de pesquisa, monitoramento e desenvolvimento Utilização de Rapid Chek HIV 1 & 2 nas redes cegonhas e programa fique sabendo	26.350.000,00	26.350.000,00	26.350.000,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—					
14845/13-26	Pesquisa	130/2013	13/12/2013	13/12/2016	Prestação de apoio ao projeto de pesquisa intitulado "Aperfeiçoamento, otimização e obtenção de um aglomerante vegetal a partir de resíduos da agroindústria"	936.477,00	1.095.042,00	936.477,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—					
18719/13-41	Extensão	116/2013	25/11/2013	25/05/2015	Prestação de apoio ao projeto de extensão intitulado "Manutenção e Ampliação do Centro Regional de Referência Sobre Drogas do Espírito Santo; parceria UFES-PMV-PMVV(CRR-ES)"	370.000,00	370.000,00	370.000,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—					
Total																40.402.560,50	40.196.535,5	Total			0,00	0,00
Recursos Pertencentes a IFES Envolvidos nos Projetos																						
Projeto						Recursos da IFES																
Nº do Processo	Tipo	Financeiros		Materiais (*)		Humanos (*)																
		Valor	Previsito	Tipo	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor					
17295/10-54	Ersino		77.518,50	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)					
23372/11-96	Pesquisa		12.510.000,00	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)					
2432/12-18	Pesquisa		26.350.000,00	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)					

14845/13-26	Pesquisa	1.095.042,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
18719/13-41	Extensão	370.000,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
Total		40.402.560,50	—	—	—	—

(*) Observação: O envolvimento das fundações nos projetos listados restringe-se exclusivamente à prestação de serviço de apoio, principalmente sob a forma de apoio logístico e apoio na realização de atividades de compras e contratações. A gestão dos projetos está a cargo das unidades da UFES e sua realização se confunde com as atividades essenciais da Instituição, razão pela qual não é realizado o controle centralizado dos recursos não financeiros da Instituição aportados em cada um dos projetos. Este controle é descentralizado e fica a cargo de cada um dos respectivos coordenadores. Não há, portanto, entrega de recursos materiais e humanos da Instituição à Fundações de apoio, motivo pelo qual a informação não está disponível de forma consolidada e centralizada.

QUADRO 85 – RELAÇÃO DE PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES DE APOIO (B.6.3-C)

PROJETO		CONTRATO				CONVÊNIO			
Nº DO PROCESSO	TIPO	Nº	OBJETO	VIGÊNCIA	VALOR	Nº	OBJETO	VIGÊNCIA	VALOR
20595/11-11	Pesquisa	26/2011	Prestação de apoio à execução do PROJETO de pesquisa "Desenvolvimento de reator a plasma e concepção de sistema de geração elétrica com captura de carbono sólido".	04/03/2011	980.000,00	04/09/2013	980.000,00	—	—
23890/11-18	Pesquisa	40/2012	Prestação de apoio por parte da contratada ao projeto de pesquisa, "Desenvolvimento e	16/02/2012	2.044.878,38	16/02/2015	1.533.658,77		

14300/11-58	Pesquisa	44/2012	Aplicação de Novas Tecnologias na Área de Química de Petróleo Relacionada ao Segmento de Exploração e Produção “ resultante do convênio celebrado entre a UFES e a Petrobras em 13/12/2011	16/02/2012	16/02/2014	740.436,10	591.627,15	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
4867808-50	Ensino	75/2008	Prestação de apoio por parte da contratada ao projeto de pesquisa, resultante do convênio 010/2011.	1/10/2008	1/10/2011	44.912,50	16.159,60	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
4245007-75	Desenvolvimento Institucional	22/2008	Prestação de apoio da contratada ao projeto de ensino de pós graduação Sincro Sensu em nível de mestrado acadêmico: Desenvolvimento do ensino de Pós Graduação na Área de Ciências Sociais	1/4/2008	1/10/2008	1.317.276,79	1.317.276,79	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1184/11-15	Pesquisa	54/2011	Gerenciamento dos recursos relativos ao Projeto de expansão e Modernização da infraestrutura dos laboratórios de ensino dos cursos de física e química	13/5/2011	13/05/2014	692.511,63	716.839,54	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

4367/10-01	Extensão	60/2011	1/6/2011	31/05/2014	933.534,00	933.534,00	933.534,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1635/12-97	Extensão	89/2012	21/6/2012	30/03/2013	53.940,00	33.077,67	53.940,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
4198/12-63	Pesquisa	133/2012	16/10/2012	16/10/2014	2.614.476,72	1.917.979,14	2.614.476,72	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

18975/11-76	Pesquisa	135/2012	Pesqueiras da Baía do Espírito Santo e porção norte da baía de Campos	19/10/2012	19/10/2016	1.027.158,95	410.606,09	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1638/12-21	Ersino	168/2012	Dar apoio ao projeto de Desenvolvimento de Pós Ensino de graduação na área de política social (Mestrado e Doutorado)	12/12/2012	12/12/2015	39.600,00	9.249,49	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
18425/12-38	Pesquisa	181/2012	Prestação de apoio ao projeto de pesquisa Aplicação de técnicas analíticas alternativas e quimioterapia no desenvolvimento de novos métodos de avaliação de petróleo	4/12/2012	04/12/2016	4.488.524,45	1.959.572,83	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
17512/12-78	Extensão	173/2012	Prestação de apoio ao projeto Pro-pacto nacional pela alfabetização na idade certa	4/12/2012	31/03/2015	932.507,32	932.507,32	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
2875/10-47	Pesquisa	108/2010	Prestação de apoio a execução do projeto de pesquisa "PROJETO E PLANEJAMENTO DE REDESÓPTICAS DE NOVA	30/9/2012	30/09/2012	264.495,09	264.495,09	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

25351/09-91	Desenvolvimento Institucional	37/2010	27/4/2010	27/04/2014	2.124.300,00	25.658,93	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
20328/09-18	Ersino	33/2010	1/4/2010	1/4/2014	2.102.165,26	2.102.165,26	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
18525/09-69	Ersino	51/2010	21/6/2012	21/06/2012	349.433,49	47.672,52	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
25136/09-90	Extensão	107/2010	30/12/2011	31/12/2014	593.287,37	545.769,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
1546/10-89	Pesquisa	148/2010	3/12/2012	03/12/2012	283.162,93	283.162,93	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
11843/09-07	Ersino	135/2010	23/11/2010	23/7/2012	179.131,10	167.466,93	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

5453/10-23	Pesquisa	144/2010	PROJETO de ensino do Curso de Pós-Graduação “Lato Sensu” com especialização em Gestão Escolar na modalidade de educação à Distância –EAD	3/12/2010	15/09/2014	254.777,92	221.656,79	—	—	—	—	—	—
16329/12-55	Pesquisa	30/2013	Prestação de apoio à execução do PROJETO de pesquisa “Desenvolvimento de Coletor Automático de Partículas Sedimentáveis”. Prestação de apoio ao projeto de pesquisa " Estudos do comportamento do perfil de velocidades na seção de medição de gás flare e sua influência sobre a qualidade da mediação	22/2/2013	22/05/2015	1.320.738,80	862.470,80	—	—	—	—	—	—
13811/12-33	Pesquisa	033/2013	Prestação de apoio por parte da contratada ao Projeto de pesquisa intitulado " Desenvolvimento de um sistema de automação, supervisão e de SISP em poços de petróleo Onshore"	5/3/2013	05/09/2015	1.253.293,35	804.403,91	—	—	—	—	—	—

13529/12-56	Pesquisa	34/2013	Prestação de apoio por parte da contratada ao projeto de pesquisa intitulado "Sensor de fibra ótica para medição de simultânea de temperatura e nível de óleo em tanques de produção terrestre	5/3/2013	05/03/2016	2.089.547,89	1.140.015,69	—	—	—	—	—	—
1381/13-98	Extensão	59/2013	Prestação de apoio por parte da contratada ao Projeto de extensão para a organização do 8º Encontro Nacional de Política Social	27/5/2013	30/03/2014	110.000,00	24.490,50	—	—	—	—	—	—
7299/13-77	Extensão	60/2013	Dar apoio ao projeto de extensão "Conferências municipais, intermunicipais de educação"	5/6/2013	05/06/2017	385.000,00	385.000,00	—	—	—	—	—	—
00019/13-08	Ensino	68/2013	Dar apoio projeto do II curso de Ensino de Graduação Lato Sensu em Controladoria e Finanças	4/7/2013	4/07/2015	386.250,00	52513,20	—	—	—	—	—	—
3660/13-96	Pesquisa	74/2013	Apoio ao Projeto de pesquisa intitulado "Estudo da reciclagem de materiais poliméricos"	24/7/2013	24/09/2015	551.491,98	480.298,91	—	—	—	—	—	—
24594/11-26	Pesquisa	96/2012	Prestação de apoio por parte da contratada à	20/1/2012	20/01/2015	214.731,00	163.974,00	—	—	—	—	—	—

15305/12-89	Pesquisa	76/2013	execução do Projeto de Pesquisa e Simulação do Efeito Eletromagnético da Mitigação da Incrustação Carbonática".	5/8/2013	05/08/2016	100.000,00	100.000,00	100.000,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
18979/12-35	Ersino	79/2013	Prestação de apoio ao projeto de pesquisa: "Desenvolvimento de sistema analítico - qualitativo de presença-ausência para análise de uma amostras de águas utilizando metodologia de inibição enzimática e detecção visual cromofluorogênica"	8/8/2013	8/8/2015	314.280,00	0,00	314.280,00	0,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
7290/13-66	Extensão	83/2013	Prestação de apoio por parte da contratada ao Projeto de Desenvolvimento de Pós-graduação Latu Sensu em Cálculo de Estruturas Metálicas	12/8/2013	12/11/2013	214.500,00	214.500,00	214.500,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

10842/13-13	Extensão	094/2013	Nacional de Ensino"	9/9/2013	9/9/2013	748.000,00	117.235,79	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
15290/12-59	Ensino	108/2013	Prestação de apoio ao Projeto de Ensino "Curso de Especialização MBA Energia".	14/10/2013	14/10/2016	454.140,00	0,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
6941/11-39	Pesquisa	08/2011	Prestação de apoio ao projeto "pesquisa e desenvolvimento de um aglomerante vegetal a partir de resíduos agroindustriais"	16/9/2011	16/9/2013	1.166.194,75	1.166.194,75	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
66112/08-18	Extensão	46/2009	Prestar apoio a execução do projeto de extensão "Formação na metodologia Escola Ativa e Plano de desenvolvimento da Escola" para os técnicos da secretaria estadual de educação e Secretaria Municipal de Educação" doravante denominado Projeto.	26/5/2009	26/05/2014	1.300.198,09	1.288.068,00	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
17749/12-59	Extensão	170/2012	Prestação de apoio ao projeto de extensão intitulado "Programa	12/12/2012	31/01/2014	48.440,26	47.395,03	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—

Nº do Processo	Projeto	Tipo	Financeiros		Materiais (*)		Humanos (*)		Total	0,00	0,00
			Valor	Valor	Tipo	Valor	Quantidade	Valor			
20595/11-11	Nacional de Capacitação dos Conselheiros Municipais de educação*	Pesquisa	980.000,00	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	Total	21.856.696,42	0,00
23890/11-18		Pesquisa	2.044.878,38	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)			
14300/11-58		Pesquisa	740.436,10	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)			
48678/08-50		Ensino	44.912,50	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)			
42450/07-75		Desenvolvimento Institucional	1.317.276,79	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)			
1184/11-15		Pesquisa	692.511,63	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)			
4367/10-01		Extensão	933.534,00	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)			
1635/12-97		Extensão	53.940,00	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)			
4198/12-63		Pesquisa	2.614.476,72	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)			
18975/11-76		Pesquisa	1.027.158,95	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)			
1638/12-21	Ensino	39.600,00	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)				
18425/12-38	Pesquisa	4.488.524,45	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)				
17512/12-78	Extensão	932.507,32	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)				
2875/10-47	Pesquisa	264.495,09	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)				
25351/09-91	Desenvolvimento Institucional	2.124.300,00	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)	ND (*)				
Recursos Pertencentes à IFES Envolvidos nos Projetos											
Recursos da IFES											

20328/09-18	Ersino	2.102.165,26	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
18525/09-69	Ersino	349.433,49	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
25136/09-90	Extensão	593.287,37	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
1546/10-89	Pesquisa	283.162,93	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
11843/09-07	Ersino	179.131,10	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
5453/10-23	Pesquisa	254.777,92	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
16329/12-55	Pesquisa	1.320.738,80	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
13811/12-33	Pesquisa	1.253.293,35	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
13529/12-56	Pesquisa	2.089.547,89	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
1381/13-98	Extensão	110.000,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
7299/13-77	Extensão	385.000,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
00019/13-08	Ersino	386.250,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
3660/13-96	Pesquisa	551.491,98	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
24594/11-26	Pesquisa	214.731,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
15305/12-89	Pesquisa	100.000,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
18979/12-35	Ersino	314.280,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
7290/13-66	Extensão	214.500,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
10842/13-13	Extensão	748.000,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
15290/12-59	Ersino	454.140,00	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
6941/11-39	Pesquisa	1.166.194,75	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
66112/08-18	Extensão	1.300.198,09	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
17749/12-59	Extensão	48.440,26	ND(*)	ND(*)	ND(*)	ND(*)
Total		32.717.316,12	-	-	-	-

(*) Observação: O envolvimento das fundações nos projetos listados restringe-se exclusivamente à prestação de serviço de apoio, principalmente sob a forma de apoio logístico e apoio na realização de atividades de compras e contratações. A gestão dos projetos está a cargo das unidades da UFES e sua realização se confunde com as atividades essenciais da Instituição, razão pela qual não é realizado o controle centralizado dos recursos não financeiros da Instituição aportados em cada um dos projetos. Este controle é descentralizado e fica a cargo de cada um dos respectivos coordenadores. Não há, portanto, entrega de recursos materiais e humanos da Instituição à Fundações de apoio, motivo pelo qual a informação não está disponível de forma consolidada e centralizada.

ANEXOS

ANEXO I - AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UNIDADE JURISDICIONADA

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle					
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X	
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.				X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.		X			
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		X			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.				X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.	1	2	3	4	5
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle					
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		X			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação					
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	

25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				X	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.		X			
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.		X			
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Análise Crítica:					
<p>Escala de valores da Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.</p>					

ANEXO II – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA

<i>Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas</i>						
<i>Origem da Movimentação</i>	<i>UG</i>		<i>Classificação da ação</i>	<i>Despesas Correntes</i>		
	<i>Concedente</i>	<i>Recebedora</i>		<i>1 – Pessoal e Encargos Sociais</i>	<i>2 – Juros e Encargos da Dívida</i>	<i>3 – Outras Despesas Correntes</i>
<i>Concedidos</i>	153046	153048	12306203087440001	-	-	21.497,41
	153046	153049	10128201520YD0001	-	-	6.646,24
	153046	153047	12128210945720032	-	-	3.503,20
	153046	153047	12364203220RK0032	-	-	92.783,46
	153046	153048	12364203220GK0032	-	-	9.583,33
	153046	153048	12364203240020032	-	-	7.013.106,47
	153046	153049	12364203220GK0032	-	-	7.748,12
	153046	153049	12364203220RK0032	-	-	697.492,37
	153046	153050	12364203220GK0032	-	-	62.469,60
	153046	153050	12364203220RK0032	-	-	1.531.451,69
	153046	153050	12364203240020032	-	-	451.035,00
	153046	153049	12364203220GK0032	-	-	11.062,55
	153046	153049	12364203220RK0032	-	-	908.074,84
	153046	153049	12364203282820032	-	-	139.702,60
	153046	153050	12364203220RK0032	-	-	565.359,39
153046	153050	12364203220GK0032	-	-	118.432,56	
<i>Recebidos</i>				-	-	-
<i>Origem da Movimentação</i>	<i>UG</i>		<i>Classificação da ação</i>	<i>Despesas de Capital</i>		
	<i>Concedente</i>	<i>Recebedora</i>		<i>4 – Investimentos</i>	<i>5 – Inversões Financeiras</i>	<i>6 – Amortização da Dívida</i>
<i>Concedidos</i>	153046	153049	10128201520YD0001	3.792,00	-	-
<i>Recebidos</i>				-	-	-

<i>Movimentação Entre Unidades Orçamentárias do Mesmo Órgão</i>						
<i>Origem da Movimentação</i>	<i>UG</i>		<i>Classificação da ação</i>	<i>Despesas Correntes</i>		
	<i>Concedente</i>	<i>Recebedora</i>		<i>1 – Pessoal e Encargos Sociais</i>	<i>2 – Juros e Encargos da Dívida</i>	<i>3 – Outras Despesas Correntes</i>
<i>Concedidos</i>	153046	153056	12364203220RK0032	-	-	8.185,76
	153046	153056	12364203220RK0033	-	-	1.314,25
<i>Recebidos</i>	153057	153046	12364203220RK0032	-	-	1.314,25
	153061	153046	12364203220RK0032	-	-	2.549,14
	153062	153046	12364203220RK0032	-	-	6.217,47
	153065	153046	12364203220RK0032	-	-	3.724,20
	153080	153046	12364203220RK0032	-	-	1.241,40
	153103	153046	12364203220RK0032	-	-	1.360,29

	153114	153046	12364203220RK0032	-	-	2.638,19
	153114	153046	12128210945720032	-	-	1.841,23
	153115	153046	12364203220RK0032	-	-	17.647,87
	153165	153046	12364203220RK0032	-	-	1.238,20
	153166	153046	12364203220RK0032	-	-	1.238,20
	153035	153046	12364203220RK0032	-	-	2.482,80
	153036	153046	12364203220RK0032	-	-	1.224,81
	153019	153046	12364203220RK0032	-	-	1.444,42
	153030	153046	12364203220RK0032	-	-	1.220,25
	153031	153046	12364203220RK0032	-	-	4.982,90
	153032	153046	12364203220RK0032	-	-	1.255,51
	154034	153046	12364203220RK0032	-	-	2.718,98
	154039	153046	12364203220RK0032	-	-	2.550,70
	154040	153046	12364203220RK0032	-	-	1.245,93
	154043	153046	12364203220RK0032	-	-	3.226,84
	154046	153046	12364203220RK0032	-	-	9.941,92
	154047	153046	12364203220RK0032	-	-	1.224,61
	154049	153046	12364203220RK0032	-	-	3.739,91
	154050	153046	12364203220RK0032	-	-	2.482,80
	154051	153046	12364203220RK0032	-	-	8.369,50
	154503	153046	12364203220RK0032	-	-	1.282,51
	158151	153046	12364203220RK0032	-	-	17.198,14
	158151	153046	12128210945720032	-	-	5.254,80
	158517	153046	12364203220RK0032	-	-	815,49
	150843	153046	12364203220RK0031	-	-	733,23
	150222	153046	12128210945720035	-	-	2.339,91
	151293	153046	12364203220RK0012	-	-	1.939,40
	150539	153046	12364203282820031	-	-	1.200,00
	150174	153046	12364203220RK0031	-	-	5.197,93
	150743	153046	12364203220RK0031	-	-	5.742,00
	154003	153046	12364203204870001	-	-	2.292.850,81
	154003	153046	12368203020RJ0001	-	-	100.000,00
	153173	153046	12306203087440001			21.497,41
	153173	153046	12368203020RU0001	-	-	787.372,04
	158151	153046	12363203120RL0032	-	-	42.651,63
	26416	153046	12128210945720015			2.793,60
	158092	153046	12128210945720029	-	-	20.951,96
<i>Origem da Movimentação</i>	<i>UG</i>		<i>Classificação da ação</i>	<i>Despesas de Capital</i>		
	<i>Concedente</i>	<i>Recebedora</i>		<i>4 – Investimentos</i>	<i>5 – Inversões Financeiras</i>	<i>6 – Amortização da Dívida</i>
<i>Concedidos</i>						
<i>Recebidos</i>	154003	153046	12364203220GK0001	2.068.000,00		

ANEXO III - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS UFES – UG 153046

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? - Utilização de eficiência energética para aquisição de condicionadores de ar e eletrodomésticos; - Logística reversa dos cartuchos de impressora; - Exigência de certificação da madeira para a aquisição de mobiliários.				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).			X		
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único in fine), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?		X			
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?				X	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?			X		
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?				X	
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).			X		
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade. (vide item 8.2.1 do RG).		X			
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.				X	
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.			X		

Considerações Gerais:

LEGENDA

Níveis de Avaliação:

- (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.
- (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

ANEXO IV - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS – RESTAURANTE - UG 153048

<i>Aspectos sobre a gestão ambiental</i>	<i>Avaliação</i>				
<i>Licitações Sustentáveis</i>	1	2	3	4	5
<p>1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? <p>- Utilização de eficiência energética para aquisição de condicionadores de ar e eletrodomésticos;</p> <p>- Logística reversa dos cartuchos de impressora;</p> <p>- Exigência de certificação da madeira para a aquisição de mobiliários.</p>				X	
<p>2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.</p>				X	
<p>3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).</p>				X	
<p>4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único in fine), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 			X		
<p>Considerando que são facultadas às empresas a obtenção de certificação (ex: ISO), ou seja, não há lei que indique a certificação como condição para exercício de suas atividades; considerando que tal documento não consta no rol de requisitos de capacitação técnica previstos no art. 30 da Lei 8.666/93; e considerando ainda o posicionamento do TCU quanto às certificações, conforme Acórdão nº 1.085/2011 – Plenário, entendemos que a inclusão de tal exigência poderia frustrar as licitações realizadas pelo DGRU.</p>					
<p>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</p> <ul style="list-style-type: none"> • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição 				X	
<p>No último exercício foi dada continuidade</p>					

<p>desses produtos sobre o consumo de água e energia?</p>	<p>às ações iniciadas em exercícios anteriores. Quase a totalidade das lâmpadas já haviam sido substituídas e sua manutenção é contínua, realizando-se reposições, quando necessário. O mesmo procedimento foi adotado em relação às torneiras, que vêm sendo gradativamente substituídas por automáticas ou por acionamento que dependa da presença do usuário (ex.: lavatório com acionamento pelo joelho).</p>					
<p>6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos? 	<table border="1" data-bbox="1134 891 1398 929"> <tr> <td></td> <td></td> <td>X</td> <td></td> <td></td> </tr> </table> <p>As aquisições/contratações realizadas pelo Setor de Compras do DGRU para atendimento aos Restaurantes Universitários se referem, predominantemente, a gêneros alimentícios, hortifrutigranjeiros, carnes e derivados, polpas de frutas, não se enquadrando, necessariamente, neste quesito.</p>			X		
		X				
<p>7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</p> <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios? 	<table border="1" data-bbox="1134 1480 1398 1556"> <tr> <td></td> <td></td> <td></td> <td>X</td> <td></td> </tr> </table> <p>Para aquisição, por exemplo, do álcool em gel e sabonete líquido, é exigida a apresentação em embalagens econômicas, que possibilitam a recarga dos depósitos já instalados.</p>				X	
			X			

8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).			X		
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. • Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.			X		
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.					X
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	
<p>Considerações Gerais:</p> <p>São grandes os desafios para a inclusão dos critérios de sustentabilidade nas licitações públicas. O conceito de sustentabilidade abrange, além da questão ambiental, aspectos sociais, políticos e econômicos. Desta forma, ações administrativas que possibilitem a identificação de produtos passíveis de enquadramento no processo de sustentabilidade, levando-se em conta preço e a disponibilidade orçamentária, devida especificação, bem como ações políticas que incentive a produção nesse segmento são essenciais.</p> <p>Nesse sentido, a Universidade vem trabalhando para proporcionar a seus servidores a capacitação necessária, visando subsidiar suas ações quanto à instrução processual realizada pela equipe técnica. Tal ação é extremamente necessária, considerando que encontramos dificuldades em acrescentar nas licitações exigências relacionadas aos critérios de sustentabilidade ambiental, pois, para determinação de tais critérios, é necessário conhecimento mais aprofundado, o que só é possível com a devida capacitação. Ressaltamos que as previsões editalícias devem ser bem fundamentadas, sob pena de retardamento do procedimento licitatório, ou até mesmo anulação, resultante de questionamentos, impugnações e interposição de recursos.</p> <p>Salientamos que as contratações realizadas por essa UG se referem, em sua maioria, a aquisições de gêneros alimentícios, materiais de higienização e materiais de consumo, destinados unicamente aos restaurantes universitários, para as quais não é possível aquisição de reciclados, conforme questionado, e já é observada toda a legislação específica, como, por exemplo, para aquisição de carnes é exigido o cumprimento das normas do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; para compras de materiais de higienização, as empresas participantes devem ter autorização de funcionamento e registro do produto, ambos emitidos pela ANVISA.</p> <p>Em que pese não haver um Plano de Gestão de Logística Sustentável formalizado no Departamento de Gestão de Restaurantes, conforme instrução contida no Art. 16 do Decreto nº 7.746/2012, o DGRU tem adotado medidas internas no sentido de sustentabilidade e preservação do meio ambiente ali previstas, tais como: campanhas de combate ao desperdício de comida junto aos usuários dos restaurantes, a correta destinação do óleo usado, a substituição dos copos descartáveis por canecas, tanto pelos usuários dos restaurantes universitários, quanto pelos servidores e terceirizados que neles atuam; a maior utilização da caldeira à gás natural em vez da caldeira à óleo; a utilização de lâmpadas econômicas e de torneiras com temporizadores manuais ou acionadas pelo joelho.</p> <p>Apesar de não haver explicitamente a preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, priorizamos a aquisição de itens em embalagens econômicas, o que resulta na menor geração de lixo e na possibilidade de uma nova destinação àquelas embalagens, sempre que permitido. Exemplo desse reaproveitamento é a utilização de embalagens plásticas como baldes, utilizados pelos funcionários terceirizados nas suas atividades relacionadas à limpeza, e latas como recipiente para acondicionamento de mudas cultivadas na horta mantida pelo restaurante, que faz parte do Projeto de Extensão “No quintal do RU”.</p>					
<p>LEGENDA</p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p>					

(4) *Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.*

(5) *Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.*

ANEXO V - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS – CEUNES - UG 153049

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<i>Licitações Sustentáveis</i>					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. · Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?				X	
	Crítérios de baixo consumo de energia e água durante a fabricação				
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.				X	
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).				X	
4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único in fine), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. · Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?			X		
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). · Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?		X			
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). · Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?				X	
	Foram comprados pincéis para tabela branco recarregáveis pois o uso desse material é grande devido às atividades de ensino				
7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). · Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?			X		
	Na especificação técnica do produto.				
8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).				X	
9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012. <input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.			X		
10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.				X	
11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e				X	

à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.					
12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto n.º 5.940/2006.					X
Considerações Gerais:					
<u>LEGENDA</u>					
<p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

ANEXO VI - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS - CCA - UG 153050

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
<p>1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.</p> <p><input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?</p>		X			
	O CCA está comprando uma porcentagem de papel reciclável. O descarte de vasilhames e produtos químicos proveniente das aulas práticas são coletados por uma empresa contratada via processo licitatório.				
<p>2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável. Com menor quantidade de conteúdo reciclado.</p>		X			
<p>3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos reciclados, atóxicos ou biodegradáveis).</p>		X			
<p>4. Nos obrigatórios estudos técnicos preliminares anteriores à elaboração dos termos de referência (Lei 10.520/2002, art. 3º, III) ou projetos básicos (Lei 8.666/1993, art. 9º, IX) realizados pela unidade, é avaliado se a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO) é uma situação predominante no mercado, a fim de avaliar a possibilidade de incluí-la como requisito da contratação (Lei 10.520/2002, art. 1º, parágrafo único in fine), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.</p> <p><input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?</p>			X		
	Trabalha-se para que esses normativos sejam considerados.				
<p>5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).</p> <p><input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?</p>		X			
	Nas novas edificações construídas possuem torneiras econômicas e lâmpadas econômicas. O impacto esperado é a redução no consumo de energia e de água.				
<p>6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).</p> <p><input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?</p>		X			
	Foram adquiridos pinceis com refil para escrever nos quadros nas aulas				

<p>7. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).</p> <p><input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?</p>			X	
<p>8. No modelo de execução do objeto são considerados os aspectos de logística reversa, quando aplicáveis ao objeto contratado (Decreto 7.404/2010, art. 5º c/c art. 13).</p> <p>Sim. São aplicados os procedimentos e meios destinados a viabilizar a coleta e dos resíduos sólidos e líquidos para destinação final ambientalmente adequada. Este trabalho é realizado mensalmente por uma empresa contratada por processo licitatório.</p>			X	
<p>9. A unidade possui plano de gestão de logística sustentável de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012.</p> <p><input type="checkbox"/> Se houver concordância com a afirmação acima, encaminhe anexo ao relatório o plano de gestão de logística sustentável da unidade.</p> <p>As informações dessa ação estão apresentadas em relatório da Unidade Central, ou seja, no Relatório da Unidade 153046-UFES.</p>		X		
<p>10. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade (análise custo-benefício) de tais bens e produtos.</p>			X	
<p>11. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.</p>			X	
<p>12. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.</p>		X		
Considerações Gerais:				
<p><u>LEGENDA</u></p> <p>Níveis de Avaliação:</p> <p>(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>				

ANEXO VII – OUTRAS SINDICÂNCIAS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

702717/2013-33	PAD	Despacho	S/ public	Marta Dirlene Paiva - Acumulo de Cargo	HUCAM	09/10/2013
773737/2011-27	SIND	--	07/02/2012	Contratação irregular no HUCAM - PAD 013279/2013-35	HUCAM	05/08/2013
025117/2011-88	SIND	19/2013	29/02/2012	Marcos Pavesi Lopes	CCS	07/05/2013
010488/2012-46	PAD	11/2013	29/05/2012	Leovegilda Maria Gomes Calmon - Acumulo de Cargo	HUCAM	06/02/2013
010477/2012-66	PAD	08/2013	29/05/2012	Patrícia Nascimento Rauta R. de Lima - Acumulo de Cargo	HUCAM	06/02/2013
010478/2012-19	PAD	07/2013	29/05/2012	Renata Tonani de Mattos - Acumulo de Cargo	HUCAM	06/02/2013
014758/2012-98	PAD	12/2013	29/05/2012	Claudia Aparecida C Rodrigues Nunes - Acumulo de Cargo	HUCAM	08/02/2013
010476/2012-11	PAD	15/2013	29/05/2012	José Renato Wiedenhoeft Barros - Acumulo de Cargo	HUCAM	11/03/2013
010482/2012-79	PAD	29/2013	29/05/2012	Jonas Rodrigues - Acumulo de Cargo	HUCAM	30/07/2013
010486/2012-57	PAD	02/2013	29/05/2012	Joanny Von Antônio de O Reis - Acumulo de Cargo	HUCAM	31/01/2013
007193/2010-21	SIND	34/2013	13/08/2012	Emilcardio Produtos Hospitalares Ltda	HUCAM	21/08/2013
013406/2010-53	SIND	33/2013	13/08/2012	ST Jude Medical Brasil Ltda	HUCAM	21/08/2013
014760/2012-67	PAD	10/2013	24/09/2012	Ederlucia Braz dos Santos - Acumulo de	HUCAM	06/02/2013

				Cargo		
014799/2012-84	PAD	06/2013	24/09/2012	Zélia Rodrigues Pires - Acumulo de Cargo	HUCAM	06/02/2013
014786/2012-13	PAD	05/2013	24/09/2012	Marta Aragão dos Santos - Acumulo de Cargo	HUCAM	06/02/2013
014774/2012-81	PAD	04/2013	24/09/2012	Luciana Nascimento Barcellos - Acumulo de Cargo	HUCAM	06/02/2013
014759/2012-32	PAD	09/2013	24/09/2012	Cleides Santos Barcelos - Acumulo de Cargo	HUCAM	07/02/2013
014788/2012-02	PAD	27/2013	24/09/2012	Nilson Edison da Silva - Acumulo de Cargo	HUCAM	09/07/2013
014769/2012-78	PAD	38/2013	24/09/2012	Jocelia Aparecida C Tonoli	HUCAM	11/09/2013
014779/2012-11	PAD	44/2013	24/09/2012	Marcos Rodrigues Saúde	CEUNES	30/09/2013
014773/2012-36	PAD	03/2013	24/09/2012	Luciana de Melos Couto Rodrigues - Acumulo de Cargo	HUCAM	31/01/2013
015460/2012-03	INQ	22/2013	10/10/2012	Fraude no processo Seletivo de Vagas Surgidas	Discente	28/05/2013
016967/2012-76	SIND	14/2013	15/10/2012	Invasão com pichações no prédio da Reitoria	Discente	04/03/2013
015661/2012-01	PAD	16/2013	15/10/2012	Márcia Roberta Vasconcelos Jorio	CCA	22/03/2013
015784/2012-33	PAD	01/2013	15/10/2012	Augusto Severiano A. Albuquerque - Abandono de Cargo	HUCAM	23/01/2013
002449/2012-75	PAD	43/2013	15/10/2012	Maikel Johnnyes Lopes - acumulo de cargo	CCS	30/09/2013
000268/2012-12	PAD	51/2013	29/10/2012	Francisco Anastácio Dourado Felix -	HUCAM	14/11/2013

				<i>abandono de cargo</i>		
<i>019660/2011-46</i>	<i>SIND</i>	<i>18/2013</i>	<i>11/11/2012</i>	<i>Maria do Carmo R Nicolau - faltas injustificadas</i>	<i>HUCAM</i>	<i>20/03/2012</i>
<i>000349/2013-95</i>	<i>SIND</i>	<i>24/2013</i>	<i>28/01/2013</i>	<i>Concessão de Diárias na Seção de Transportes da UFES</i>	<i>Prefeitura</i>	<i>24/06/2013</i>
<i>772459/2010-18</i>	<i>PAD</i>	<i>47/2013</i>	<i>18/02/2013</i>	<i>Recebimento de material sem processo licitatório</i>	<i>HUCAM</i>	<i>04/11/2013</i>
<i>020738/2012-56</i>	<i>SIND</i>	<i>17/2013</i>	<i>18/02/2013</i>	<i>Maico Felipe Silva Ribeiro</i>	<i>CCE</i>	<i>10/04/2013</i>
<i>018416/2012-47</i>	<i>SIND</i>	<i>20/2013</i>	<i>18/02/2013</i>	<i>Contratação Emergencial para aquisição de equipo de bomba p/ Serviço de Enfermagem</i>	<i>HUCAM</i>	<i>10/05/2013</i>
<i>018596/2012-67</i>	<i>SIND</i>	<i>23/2013</i>	<i>18/02/2013</i>	<i>Contr. Emergencial - Solução Tecnologia de Informação</i>	<i>HUCAM</i>	<i>29/05/2013</i>
<i>005313/2013-06</i>	<i>PAD</i>	<i>S/ public</i>	<i>25/04/2013</i>	<i>Laurinda G. Vasconcelos de Jesus - divergência cadastro</i>	<i>HUCAM</i>	<i>16/05/2013</i>
<i>005316/2013-31</i>	<i>PAD</i>	<i>S/ public</i>	<i>25/04/2013</i>	<i>Maria Vitória Ribeiro Silva - divergência de cadastro</i>	<i>CCHN</i>	<i>17/05/2013</i>
<i>000611/2013-00</i>	<i>PAD</i>	<i>26/2013</i>	<i>29/04/2013</i>	<i>Paulo Velten - Acumulo de Cargo</i>	<i>CCJE</i>	<i>03/07/2013</i>
<i>000609/2013-22</i>	<i>PAD</i>	<i>31/2013</i>	<i>29/04/2013</i>	<i>Wilma Evaristo dos Santos - Acumulo de Cargo</i>	<i>HUCAM</i>	<i>08/08/2013</i>
<i>005317/2013-86</i>	<i>SIND</i>	<i>21/2013</i>	<i>29/04/2013</i>	<i>CCA/DM Veterinária - Irregularidades em concurso público</i>	<i>CCA</i>	<i>16/05/2013</i>
<i>003484/2013-92</i>	<i>PAD</i>	<i>25/2013</i>	<i>29/04/2013</i>	<i>Neudo Magnago Heleodoro - Acumulação de</i>	<i>CCS</i>	<i>21/06/2013</i>

				<i>Cargos</i>		
011612/2013-71	SIND	30/2013	26/06/2013	Festa Denominada - Rock Protesto	Discente	07/08/2013
010533/2013-43	PAD	45/2013	26/06/2013	Maria Teresa Marvila de Oliveira - Abandono de Cargo	CCHN	14/10/2013
025117/2011-88	PAD		26/06/2013	Marcos Pavesi Lopes	CCS	Em curso
001552/2013-89	PAD		26/06/2013	Bruno Borges Deminicis	CCA	Em curso
002508/2013-96	PAD		26/06/2013	CEUNES - Silvani Rodrigues Neres	CEUNES	Em curso
012541/2013-24	SIND	39/2013	30/07/2013	Hildomar H Bucher	Ouvidoria	25/09/2013
012556/2013-92	SIND	35/2013	30/07/2013	Apurar fatos no processo 000349/2013-95	Prefeitura	29/08/2013
013856/2013-99	PAD	49/2013	19/08/2013	Marly da Conceição Balduino - acumulo de cargo	HUCAM	19/11/2013
013859/2013-22	PAD	54/2013	19/08/2013	Antônio Pinto Bandeira - acumulo de cargo	HUCAM	20/12/2013
012501/2010-30	PAD	48/2013	21/08/2013	CCJE - Manoel Malaguti Barcellos Pancinha	CCJE	13/11/2013
013101/2013-94	SIND	50/2013	21/08/2013	Margareth Vetis Zaganelli	CCJE	19/11/2013
013102/2013-39	SIND	42/2013	21/08/2013	Dora Berger	CCJE	30/09/2013
017805/2013-36	PAD	55/2013	21/10/2013	Jose Luiz dos Santos Souza Lofego - Abandono de Cargo	CT	20/12/2013
011352/2012-53	PAD		21/10/2013	Luiz Guilherme O Silva (CUICA)- Inassiduidade Habitual	DAS	Em curso

<i>018605/2013-09</i>	<i>SIND</i>		<i>21/10/2013</i>	<i>Memo DBVADD/DGP - CNPJ</i>	<i>Diversos</i>	<i>Em curso</i>
<i>014397/2013-61</i>	<i>SIND</i>		<i>21/10/2013</i>	<i>D. Geologia - Denúncia de práticas docentes</i>	<i>CCA</i>	<i>Em curso</i>
<i>018967/2013-91</i>	<i>SIND</i>		<i>11/11/2013</i>	<i>Departamento de Comunicação - Marilene Lemos M Salles</i>	<i>CAR</i>	<i>Em curso</i>
<i>019499/2013-72</i>	<i>PAD</i>		<i>11/11/2013</i>	<i>PU - agressão e ameaça feita por motorista</i>	<i>Prefeitura</i>	<i>Em curso</i>
<i>001844/2013-11</i>	<i>SIND</i>		<i>11/11/2013</i>	<i>PROPLAN - erro no envio de dados ao MEC</i>	<i>PROPLAN</i>	<i>Em curso</i>
<i>008281/2012-10</i>	<i>PAD</i>		<i>21/11/2013</i>	<i>Carlos Eduardo R Ribeiro</i>	<i>CCS</i>	<i>Em curso</i>

ANEXO VIII - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV- UFES – UG – 153046



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
Pró-Reitoria de Administração
Departamento de Contratos e Convênios

DECLARAÇÃO

Eu, Hécio Ferreira Pinto, CPF nº756.710.857-72, Diretor do Departamento de Contratos e Convênios, exercido na Universidade Federal do Espírito Santo declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade (cuja competência seja da Unidade Gestora 153046) estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Vitória, 31 de dezembro de 2013.

Hécio Ferreira Pinto
CPF nº 756.710.857-72
Diretor do Departamento de Contratos e Convênios/UFES

ANEXO IX - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV- UFES – UG - 153048



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS E ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE RESTAURANTES

Declaração de inserção e atualização dos dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Ariana Lírio Pandini Fonseca, CPF nº 046.011.567-77, Diretora do Departamento de Gestão de Restaurantes, exercido no Departamento de Gestão de Restaurantes / UFES, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Vitória, 31 de dezembro de 2013.

1) Ariana Lírio Pandini Fonseca
CPF nº 046.011.567-77

Diretora do Departamento de Gestão de Restaurantes

Leticia Calvi Pizetta

Nutricionista
CRN4 11100154
SIAPE 1895843

ANEXO X - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV- UFES – UG – 153049

DECLARAÇÃO

Eu, **Marcelo Suzart de Almeida**, CPF nº 508.334.216-20, Diretor do Centro Universitário Norte do Espírito Santo (CEUNES/UFES), exercido no Centro Universitário Norte do Espírito Santo, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 17 da Lei nº 12.708, de 17 de maio de 2012 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

São Mateus-ES, 31 de Dezembro de 2013.



Marcelo Suzart de Almeida
508.334.216-20

Diretor do Centro Universitário Norte do Espírito Santo (CEUNES/UFES)

ANEXO XI - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV- UFES – UG – 153050

QUADRO A.108 - MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV

DECLARAÇÃO

Eu, Júlio Soares de Souza Lima, CPF nº 336.892.296-34, Diretor, exercido na Centro Ciências agrárias – CCA, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2013 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Brasília, 31 de dezembro de 2013.


Júlio Soares de Souza Lima

CPF: 336.892.296-34

Diretor/CCA-UFES

ANEXO XII – DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA – UO - 26234.

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO			153046
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) Em alguns meses do ano, o saldo contábil dos bens móveis não conferiu com o saldo do Relatório de Movimentação dos Bens Móveis (RMB) da UG, sendo regularizado posteriormente;</p> <p>b) Em determinados momentos, houveram divergências entre os valores liquidados e o valores do passivo financeiro, sendo também regularizado posteriormente;</p> <p>c) Em determinados meses, não foi enviado a Divisão de Contabilidade desta UG os relatórios de movimentação do almoxarifado (RMA), de movimentação de bens (RMB) e da depreciação em tempo hábil, ou seja, antes do fechamento da contabilidade, conforme calendário de fechamento da contabilidade no SIAFI;</p> <p>d) Em determinados momentos, não foi dada a conformidade de registro de gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades cívicas e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Vitória	Data	06/03/2014
Contador Responsável	Douglas Roriz Caliman	CRC n°	012231/O-0

Douglas Roriz Caliman
 Chefe da SAC/DCF/UFES
 Contador CRC-ES Nº 012231/O-0

14. HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CASSIANO ANTÔNIO MORAES - HUCAM

A seguir, são apresentados os quadros e as informações do Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes – HUCAM, encampado pela EBSEH, sendo de total responsabilidade da Unidade a natureza quantitativa e qualitativa das informações registradas.

14.1 Finalidades e Competências

O Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes - HUCAM, encampado em 15 de abril de 2013 pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH, empresa pública de direito privado, por meio do Contrato 1008/2013, tem por finalidade a oferta à população, de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, bem como o apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública, vedado o atendimento de pacientes de convênios e particulares.

Enquanto hospital referência em média e alta complexidade, destaca-se pela qualidade da assistência oferecida à população do Espírito Santo e como Centro de Referência para diagnóstico e tratamento de AIDS, Tuberculose Multirresistente, Transplante Renal, Cirurgia Geral e Cardíaca, Terapia Intensiva Neonatal e de Adulto, Hemodinâmica e outros atendimentos de maior complexidade.

Fundamental para a formação dos profissionais da área de saúde, o Hucam é campo de prática para os cursos de graduação e pós-graduação do Centro de Ciências da Saúde – CCS, de Residência Médica e da Residência Multiprofissional da Universidade Federal do Espírito Santo.

Além disso, possui vários programas e projetos que são referência no país, como o de atenção à saúde da mulher, aos portadores de Aids, Banco de Leite, aos dependentes químicos e às vítimas de violência sexual. Realiza cirurgias bariátricas e de mudança de sexo.

14.2 Organograma Funcional

O Hucam/Ebserh é composto pelo Colegiado Executivo representado pelos seguintes membros: Auditoria, Conselho Consultivo, Superintendente, Secretaria, Ouvidoria, Assessoria Jurídica, Comissões, Assessoria de Planejamento, Setor de Gestão da Informação e Informática e as Gerências de Atenção à Saúde, de Ensino e Pesquisa e Administrativa, conforme ilustra a Figura 12.

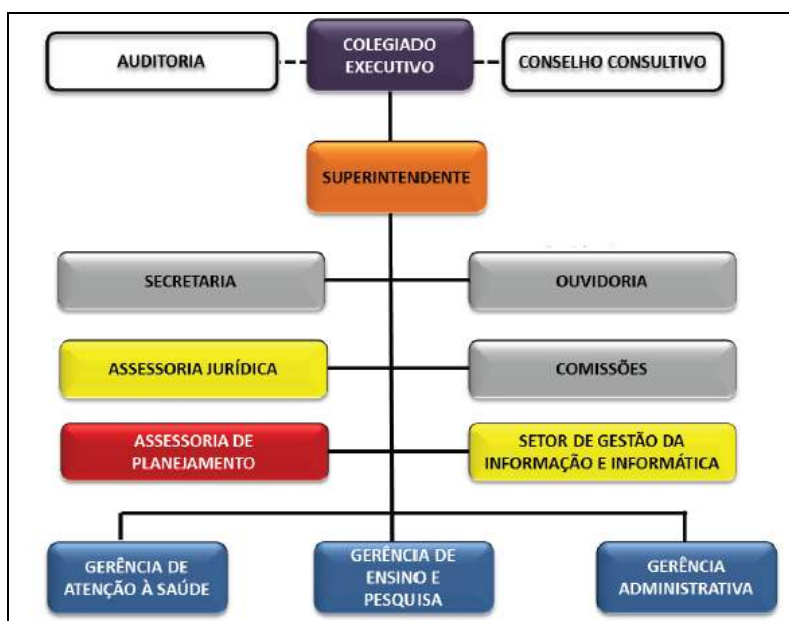


FIGURA 12: COLEGIADO EXECUTIVO DO HUCAM/EBSERH

Diferente da estrutura organizacional anterior, a proposta da Ebserh, que passou a vigorar a partir da assinatura do Contrato 1008/2013, fortaleceu o núcleo operacional, que corresponde ao bloco no qual acontecem os processos de trabalho finalísticos, que produzem e entregam resultados finais do serviço. Assim, no núcleo operacional estão situados os Setores e Unidades, órgãos que facilitam a coordenação das atividades-fim, e na linha intermediária, as Divisões, que estabelecem a integração horizontal (entre os processos finalísticos) e integração vertical (entre os níveis operacionais), conforme ilustrações a seguir.

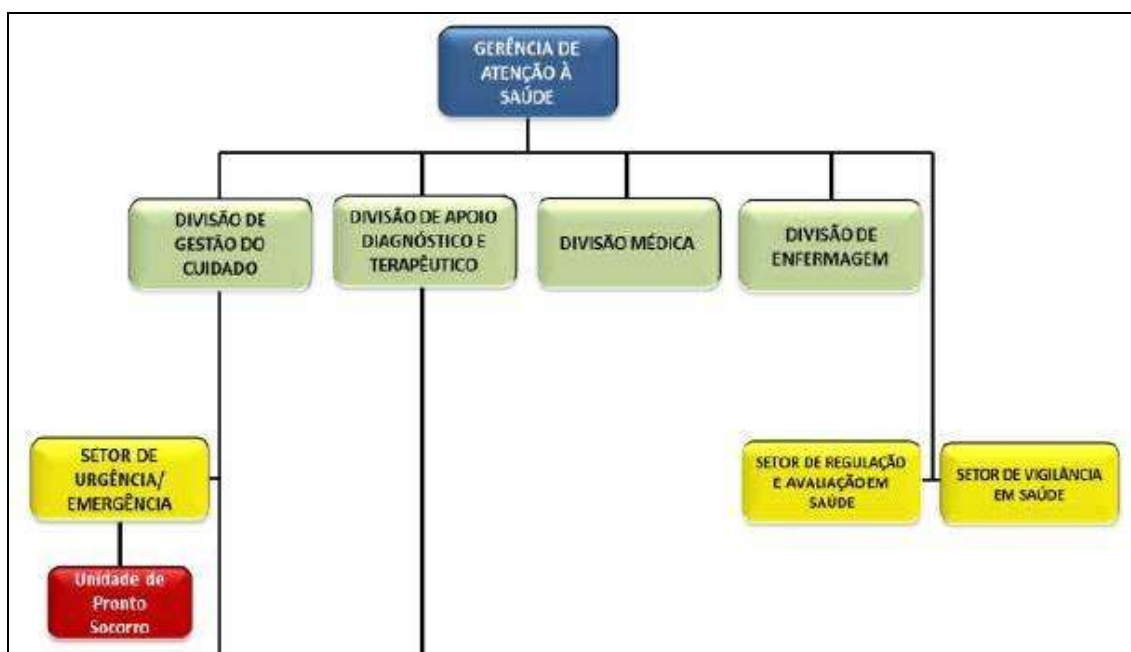


FIGURA 13: GERÊNCIA DE ATENÇÃO À SAÚDE E SUAS DIVISÕES.

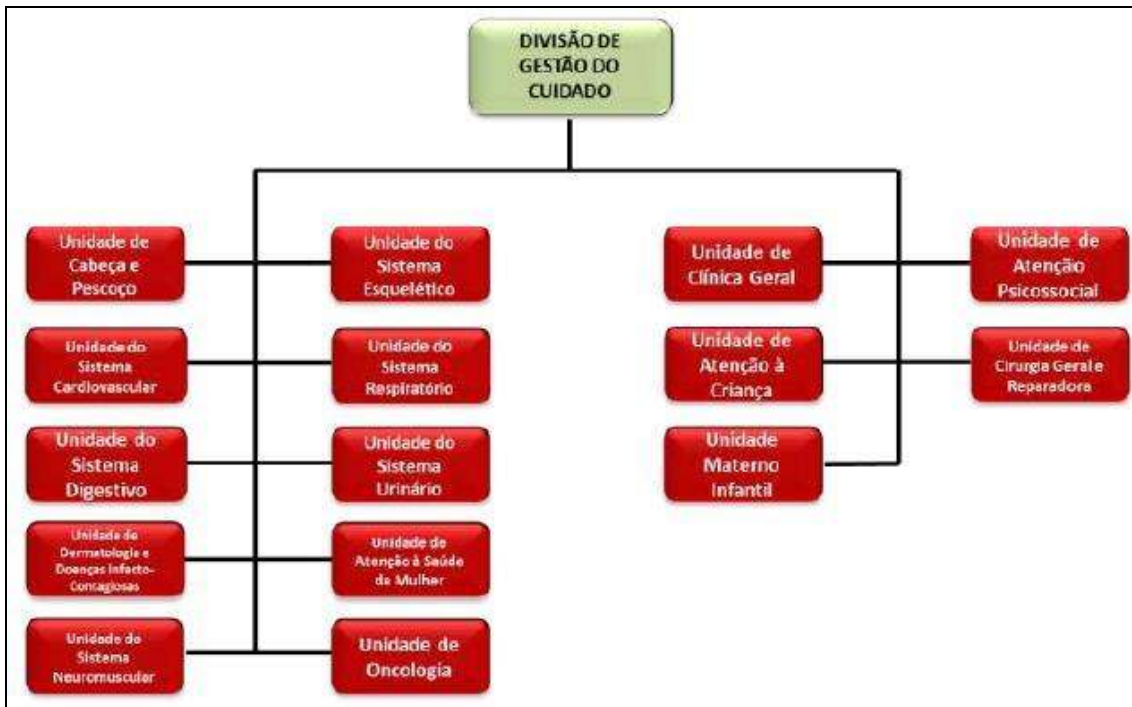


FIGURA 14: DIVISÃO DE GESTÃO DO CUIDADO DA GERÊNCIA DE ATENÇÃO À SAÚDE.

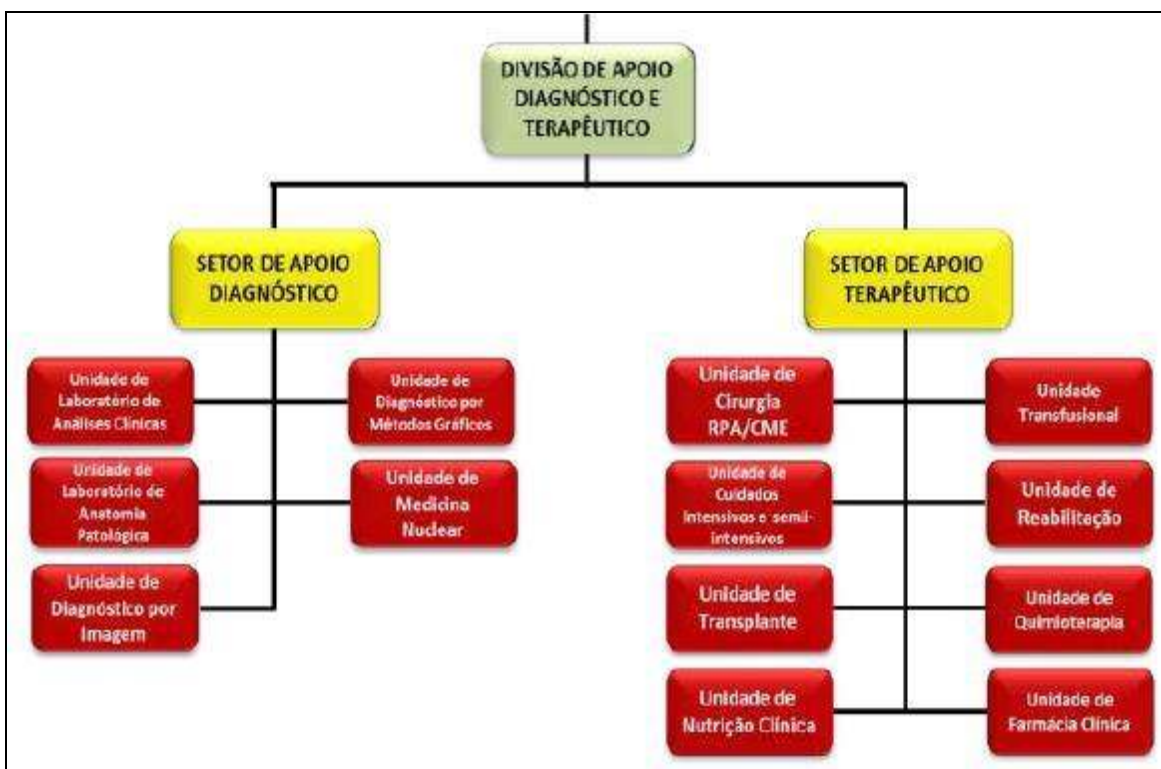


FIGURA 15: DIVISÃO DE APOIO DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICO DA GERÊNCIA DE ATENÇÃO À SAÚDE.



FIGURA 16: GERÊNCIA DE ENSINO E PESQUISA.

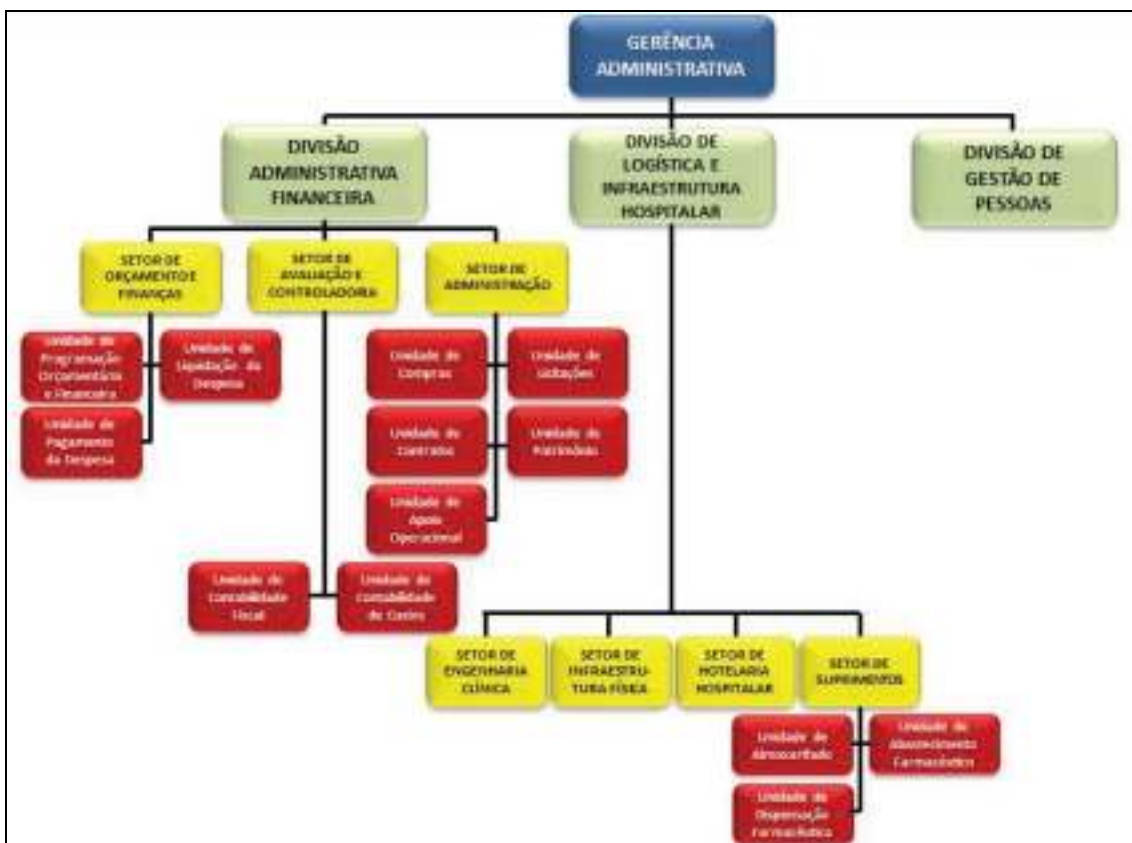


FIGURA 17: GERÊNCIA ADMINISTRATIVA.

14.3 Macroprocessos Finalísticos

Relacionados à Assistência: por meio do Plano Operativo Anual – POA, o qual se constitui parte integrante do Convênio de Gestão¹ estabelecido entre o Hucam e o Gestor Estadual do SUS, Secretaria Estadual de Saúde – SESA, o Hospital busca garantir a continuidade do seu compromisso de manter, de forma integral e contínua, o acesso dos usuários do SUS a todos os serviços que forem pactuados e contratados junto à SESA, admitindo que esse compromisso seja balizado pelas metas quantitativas e qualitativas e os indicadores de desempenho estabelecidos no Plano Operativo, comprometendo-se, ainda em permanecer organizando suas ações conforme as normas e orientações contidas na Política Nacional de Humanização do SUS.

A efetividade da relação estabelecida entre as partes compreende o monitoramento e avaliação de ações relativas à: Atenção à Saúde, na prestação de assistência integral e humanizada de saúde aos usuários do SUS, especificamente de média e alta complexidade, ambulatorial e hospitalar; Aprimoramento da Gestão, na implementação de atividades de planejamento, coordenação e integração dos processos administrativos e assistenciais desenvolvidos, com vistas ao efetivo cumprimento da missão do Hospital Universitário e da melhoria contínua da qualidade da assistência prestada à população; Aperfeiçoamento dos Profissionais, na promoção de atividades de educação em serviço, objetivando capacitação e qualificação dos profissionais atuantes na Instituição; Ensino e Pesquisa, na realização de atividades de educação permanente e de formação de profissionais de saúde bem como de pesquisas na área de saúde e no desenvolvimento e avaliação de tecnologias em saúde.

Relacionados ao Ensino e à Pesquisa: realizada nas atividades de suporte ao Programa de Residência Médica, proporcionando aos médicos meios de se especializarem nas áreas da Medicina, conforme estabelecido na Lei nº 6.932 de 07 de julho de 1981; ao Programa de Residência Multiprofissional em Saúde, coordenada conjuntamente pelo Ministério da Saúde – MS e pelo Ministério da Educação – MEC, caracterizado pelo treinamento em serviço e está orientada pelos princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde, conforme estabelecido pela Portaria Interministerial nº 45, de 12 de Janeiro de 2007, do mesmo.

Também, por meio da Unidade de Telessaúde, o Hucam vem elaborando, executando e apoiando projetos de desenvolvimento de pesquisas nas áreas de saúde, visando à melhoria da qualidade de vida do ser humano, com a utilização de recursos das tecnologias da informação e das comunicações, principalmente com a utilização do atendimento remoto.

14.4 Macroprocessos de Apoio

Para os principais macroprocessos de apoio, destacam-se as atividades das Comissões, por meio das ações de assessoria aos processos de gestão assistencial e de serviços no Hucam; a Câmara Técnica de Humanização, cujo foco é efetivar os princípios do

¹ Convênio nº 012/2013. O último Termo Aditivo foi assinado em 30 de dezembro de 2013, que prorrogou até o dia 31 de dezembro de 2014 e acresceu o valor de R\$ 58.106.634,12 (cinquenta e oito milhões, cento e seis mil, seiscentos e trinta e quatro reais e doze centavos)

Sistema Único de Saúde – SUS por meio de ações que garantam o direito dos usuários aos serviços de saúde em todas as dimensões do cuidado; a Ouvidoria, a qual busca soluções para as demandas dos usuários e oferece informações gerenciais e sugestões à Ebserh, visando o aprimoramento da prestação de serviços, bem como contribui para a formulação da política pública.

14.5 Principais Parceiros

O HUCAM conta com diversos parceiros onde podemos destacar o Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCT, Secretaria Estadual de Saúde, além da Sociedade Beneficente de Assistência ao Hospital Universitário – SOBEMHU, Sociedade dos Amigos do Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes e Fundação de Apoio ao Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes – FAHUCAM que são entidades privadas.

14.6 Informações sobre o Planejamento Estratégico da Unidade

Foi desenvolvido o Planejamento Estratégico do HUCAM para o período 2010-2020, com a participação da comunidade hospitalar, por meio da realização de Seminário e de reuniões específicas para a construção dos elementos constantes no planejamento. A sua missão e visão estratégica foram assim delineadas:

É missão do Hospital Universitário: “viabilizar o ensino, pesquisa e extensão por meio de assistência interdisciplinar de excelência ao cidadão, integrando-se às políticas públicas de educação e de saúde”.

O HUCAM tem como visão estratégica: “Ser reconhecido como o melhor hospital do Estado e um dos mais importantes do país na assistência, pesquisa e ensino em saúde”. Com o advento do Contrato 1008/2013, a Ufes designou servidores do quadro para participarem do Curso de Especialização em Gestão de Hospitais Universitários Federais no SUS, que compõem a Equipe Afinidade, e que desenvolvem, juntamente com o Instituto Sírio-Libanês de Ensino e Pesquisa, o Plano Diretor Estratégico – PDE, que será o novo instrumento de ordenamento estratégico da Ebserh, a ser finalizado no primeiro semestre de 2014.

14.6.1 Objetivos Estratégicos

O Hucam insere-se no Objetivo Estratégico “Extensão” da Ufes, precisamente na Estratégia que visa integrar a Universidade às redes de serviço sociais e assistenciais do Espírito Santo, ampliando as possibilidades de atuação nas diversas áreas.

É relevante destacar que a contratualização realizada com a Ebserh tem como objetivo promover a gestão do Hospital Universitário, bem como a inserção de novos profissionais por meio de concurso público e contratos temporários, mas que não modifica seus alicerces de Hospital-Ensino e atendimento exclusivo aos usuários no âmbito do SUS.

Componente da contratualização, o Plano de Reestruturação consiste nas estratégias de intervenção de curto e médio prazos, com o intuito de impactar sobre os problemas identificados no diagnóstico situacional do Hospital, dentro de ações e metas estabelecidas para o período de 12 (doze) meses, considerando relevantes o perfil de atenção à saúde, ensino e pesquisa, força de trabalho, administração e finanças, infraestrutura e recursos recebidos por meio do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais – REHUF e outras fontes.

14.7 Programação Orçamentária e Financeira e Resultados Alcançados

14.7.1 Programas que Vinculam Ações Executadas pelo Hospital Universitário

a) Programa 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

a.1) Ação 0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis

b) Programa 2032 – Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão.

b.1) Ação 4086 – Funcionamento dos Hospitais de Ensino;

b.2) Ação 20RX - Reestruturação dos Hospitais Universitários – Emenda Parlamentar.

Programa 2109 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação

a.1) Ação 20 TP - Pagamento de Pessoal Ativo da União;

a.2) Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes;

a.3) Ação 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares;

a.4) Ação 2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares;

a.5) Ação 2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares.

a.6) Ação 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.

Ação 0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis

QUADRO 86– PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES – SERVIDORES CIVIS

Identificação da Ação						
Código	0181		Tipo: OP			
Título	Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis					
Programa	Previdência de Inativos e Pensionistas da União		Código:	0089	Tipo: OP	
Unidade Orçamentária	26364					
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não		Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC		<input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7.660.900,00	16.147.739,00	14.674.039,36	14.674.039,36	14.674.039,36	-	-

Os recursos alocados nesta ação permitem ao Hospital Universitário assegurar aos seus trabalhadores o pagamento da aposentadoria ou pensão alimentar, após reconhecimento legal dos seus direito.

Ação 4086 – Funcionamento dos Hospitais de Ensino

QUADRO 87 – FUNCIONAMENTO DOS HOSPITAIS DE ENSINO

Identificação da Ação		
Código	4086	Tipo: A
Título	Funcionamento e Gestão de Instituições Hospitalares Federais.	
Iniciativa	03GE - Expansão, reestruturação, manutenção e funcionamento dos hospitais universitários federais, com promoção da qualificação de recursos humanos na saúde e ampliação de programas de Residência em Saúde, nas profissões, especialidades e regiões prioritárias para o país.	
Objetivo	0841 - Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federal de educação superior, da concessão de bolsas de estudos em instituições privadas para alunos de baixa renda e do financiamento estudantil, promovendo o apoio às instituições de educação superior, a elevação da qualidade acadêmica e a qualificação de recursos humanos.	
Programa	2032 – Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão.	
Unidade Orçamentária	26364 - Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes	
Ação Prioritária	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não Caso positivo: <input type="checkbox"/> PAC <input type="checkbox"/> Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013		
Execução Orçamentária e Financeira		
Dotação	Despesa	Restos a Pagar inscritos 2013

Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados	
6.390.507,00	6.811.868,00	6.528.041,93	4.358.237,61	4.003.849,41	-	2.169.804,32	
Execução Física							
Descrição da meta				Unidade de medida	Montante		
					Previsto	Reprogramado	Realizado
Unidade mantida				Unidade	1	1	1
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas			
Valor em 01/01/2013		Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
624.930,64		135.253,64	489.677,00	Unidade	1	1	

A execução da Ação vem da necessidade de se manter em funcionamento os serviços ofertados à comunidade, considerando a relevância do Hospital na prestação de assistência hospitalar e ambulatorial de alta complexidade, na formação de profissionais da área de saúde, bem como no desenvolvimento de pesquisas na área de saúde.

Ocorre que o uso do recurso financeiro para pagamento de despesa com pessoal terceirizado, em detrimento da utilização do mesmo com a contratação de serviços de manutenção de equipamentos, reformas, adequação e manutenção predial, licitação para projetos inovadores e aumento na aquisição de materiais médico-hospitalar, vem contribuindo para comprometer a capacidade de funcionamento do Hospital.

Apesar dos fatos, foi efetuada a abertura da Unidade de Pronto Socorro em 05/11/13, a qual se encontrava fechada desde 10/02/12. Contudo, com o efetivo de pessoal disponível atualmente, o Hospital está mantendo 86% dos leitos operacionais ativos.

Ação 20RX - Reestruturação dos Hospitais Universitários – Emenda Parlamentar

QUADRO 88 – REESTRUTURAÇÃO DOS HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS – EMENDA PARLAMENTAR

Identificação da Ação	
Código	20RX Tipo: A
Título	Reestruturação e Modernização de Instituições Hospitalares Federais.
Iniciativa	Expansão, reestruturação, manutenção e funcionamento dos hospitais universitários federais, com promoção da qualificação de recursos humanos na saúde e ampliação de programas de Residência em Saúde, nas profissões, especialidades e regiões prioritárias para o país.
Objetivo	Ampliar o acesso à educação superior com condições de permanência e equidade por meio, em especial, da expansão da rede federar de ensino superior. Código: 0841
Programa	2032 – Educação Superior – Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão.

Unidade Orçamentária		26364 - Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes				
Ação Prioritária		() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria				
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
8.728.979,00	2.928.979,00	126.964,19	6.968,00	6.968,00	-	119.726,19
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsão	Reprogramado	Realizado
Unidade reestruturada			Unidade	1	1	1
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física – Metas		
Valor em 01/01/2013		Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
-		-	-	-	-	-

A dificuldade na execução da Ação 20RX foi a falta de liberação de limite para emissão de empenho das emendas parlamentares no valor de R\$ 8.000.000,00, da qual foram remanejados a quantia de R\$ 5.800.000,00, e pendentes de execução o valor de R\$ 2.200.000,00. Dos recursos próprios gerados pela Ação, na ordem de R\$ 728.979,00, foram executados R\$ 126.694,19 até o limite financeiro disponível. Foram adquiridos com esses recursos aparelhos, equipamentos, utensílios médicos e mobiliários em geral para melhoria no atendimento assistencial.

Ação 20 TP – Pagamento de Pessoal Ativo da União

QUADRO 89 – PAGAMENTO DE PESSOAL ATIVO DA UNIÃO

Identificação da Ação	
Código	20TP Tipo: A
Título	Pagamento de Pessoal Ativo da União
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo: Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado
Unidade Orçamentária	26364
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria
Lei Orçamentária 2013	

Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
57.949.888,00	58.449.888,00	56.915.196,06	56.915.196,06	56.915.196,06	-	-
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
577,86	577,86	-	-	-	-	

Os recursos alocados nesta Ação permitiram ao HUCAM assegurar o pagamento da folha de salários de seus servidores.

Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes

QUADRO 90 – ASSISTÊNCIA MÉDICA E ODONTOLÓGICA AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS, MILITARES E SEUS DEPENDENTES

Identificação da Ação						
Código	2004		Tipo: A			
Título	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e Seus Dependentes.					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo: Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado					
Unidade Orçamentária	26364					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria					
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
1.257.317,00	1.363.000,00	1.269.384,53	1.269.384,53	1.269.384,53	-	-
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
Pessoa Beneficiada			Unidade	Previsto	Reprogramado	Realizado
				989	989	491
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

A execução da Ação de Assistência à Saúde teve em média 50% da execução em relação ao previsto, atingindo no decorrer do exercício uma variação entre 48% a 51% de execução. A dificuldade na execução da Ação foi a difícil previsão quanto à variação no número de servidores no quadro de pessoal ativo.

Ação 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares

QUADRO 91 – ASSISTÊNCIA PRÉ-ESCOLAR AOS DEPENDENTES DOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES.

Identificação da Ação						
Código	2010		Tipo: A			
Título	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo: Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado					
Unidade Orçamentária	26364					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
96.000,00	116.100,00	99.563,30	99.563,30	99.563,30	-	-
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Criança Atendida			Unidade	108	108	101
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-		

A Ação teve em média 90% de execução em relação ao previsto, atingindo no decorrer do exercício uma variação entre 90% a 97% de execução. A dificuldade principal no alcance da meta deve-se à imprevisibilidade do número de servidores do quadro ativo com dependentes.

Ação 2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares

QUADRO 92 – AUXÍLIO TRANSPORTE AOS SERVIDORES E EMPREGADOS CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES

Identificação da Ação						
Código	2011		Tipo: A			
Título	Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo: Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado					
Unidade Orçamentária	26364					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	

Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
65.496,00	65.496,00	32.529,01	32.529,01	32.529,01	-	-
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Pessoa Beneficiada			Unidade	300	300	157
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

A execução alcançou a média de 63% do previsto, oscilando entre 46% e 63% da sua execução, em razão das dificuldades de previsão do número de servidores ativos que passaram ou deixaram de utilizar o benefício.

Ação 2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares

QUADRO 93 – AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES

Identificação da Ação						
Código	2012		Tipo: A			
Título	Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo: Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado					
Unidade Orçamentária	26364					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
3.276.000,00	3.866.700,00	3.752.343,32	3.752.343,32	3.752.343,32	-	-
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Montante		
				Previsto	Reprogramado	Realizado
Pessoa Beneficiada			Unidade	898	898	830
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1/1/2013	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
-	-	-	-	-	-	

A Ação em tela alcançou a média de 92% do previsto para o exercício de 2013, oscilando entre 90% a 97%, em razão da imprevisibilidade do número de servidores do quadro ativo.

Ação 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.

QUADRO 94 – AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES CIVIS, EMPREGADOS E MILITARES

Identificação da Ação						
Código	09HB		Tipo: OP			
Título	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais					
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Código: 2109 Tipo: Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado					
Unidade Orçamentária	26364					
Ação Prioritária	() Sim (X) Não		Caso positivo: () PAC		() Brasil sem Miséria	
Lei Orçamentária 2013						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2013	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
11.999.970,00	11.999.970,00	11.134.242,01	11.134.242,01	11.134.242,01	-	-

A Ação em tela configura o compromisso da União como recolhimento da devida contribuição para futura aposentadoria dos diversos servidores e cumpre plenamente a sua função social.

14.8 Estrutura de Governança e de Autocontrole da Gestão – HUCAM

A governança do Hucam/Ebserh é composta pelo Colegiado Executivo, Superintendente e as três Gerências. No âmbito das suas funções, conta com a Estrutura de Controle e Fiscalização – Auditoria e Órgãos de Controle Externo, bem como a Estrutura de Apoio à Gestão, integrada pela Secretaria, Ouvidoria, Assessoria Jurídica, Comissões, Assessoria de Planejamento e Setor de Gestão da Informação e Informática, conforme ilustrado na Figura 7.

O Colegiado Executivo propõe e avalia o planejamento de atividades de assistência, ensino e pesquisa a serem desenvolvidas no âmbito do hospital, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Ebserh, às orientações da universidade à qual o hospital estiver vinculado e as políticas de saúde e educação do país conforme versa o Art. 47 do Regimento Interno da Empresa. É de competência do Colegiado a manutenção da execução das diretrizes da Ebserh e o cumprimento dos contratos firmados, além de elaborar, implementar, monitorar e avaliar o Plano Diretor da unidade hospitalar.

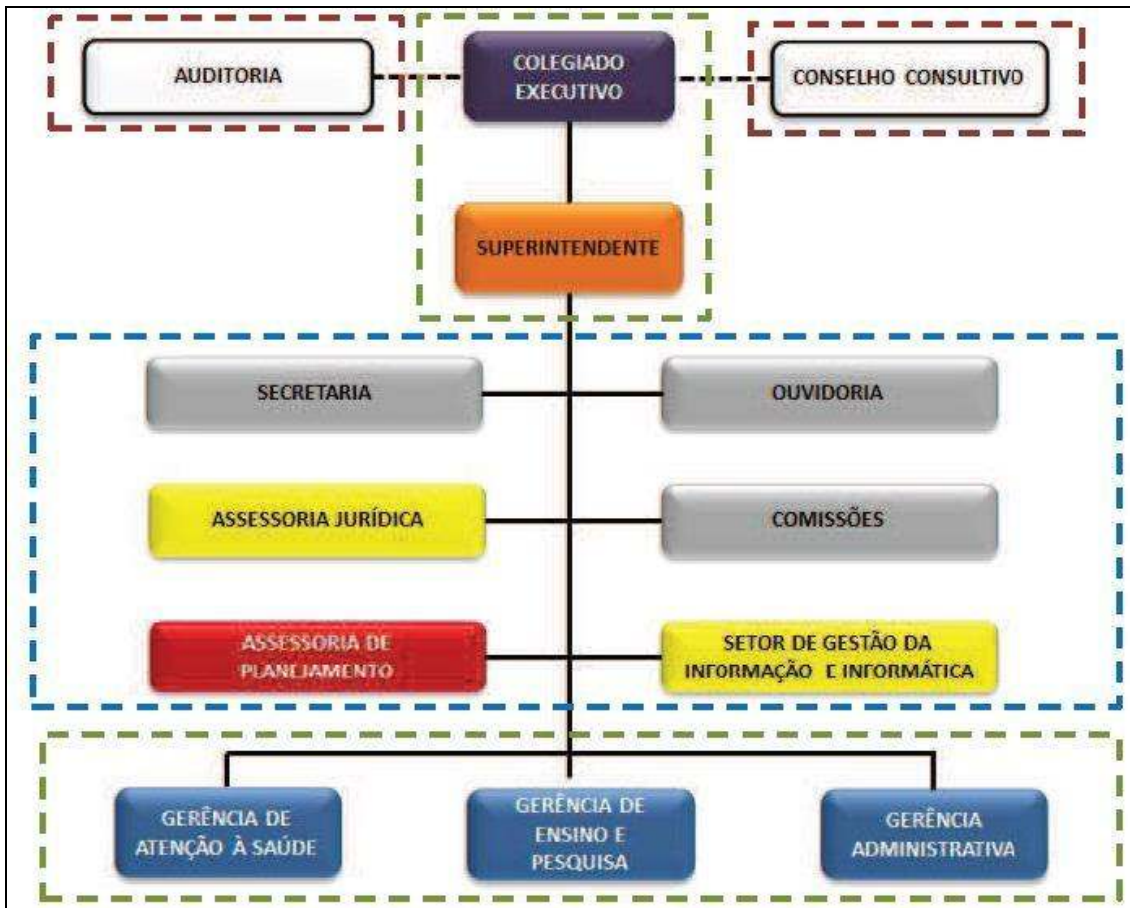


FIGURA 18: ESTRUTURA DE GOVERNANÇA, CONTROLE, FISCALIZAÇÃO E APOIO.

QUADRO 95 - AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ (A.3.2)

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES				
Ambiente de Controle	1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		X			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.		X			
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.		X			
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5

10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X		
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.			X		
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.			X		
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.			X		
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		X			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.			X		
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.				X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.				X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.				X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.		X			
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.		X			
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		X			
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.		X			
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.		X			
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			X		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			X		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.			X		
Análise Crítica: A nova gestão iniciou-se em 02/09/2013 e está trabalhando em um Plano Diretor Estratégico para os próximos 02 (dois) anos tendo como meta aumentar a eficácia, eficiência e efetividade da Instituição.					
Escala de valores da Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ.					

- (2) Parcialmente inválida: **Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém,** em sua minoria.
- (3) Neutra: **Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ.**
- (4) Parcialmente válida: **Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém,** em sua maioria.
- (5) Totalmente válido. **Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.**

14.9 Tópicos Especiais da Execução Orçamentária e Financeira

14.9.1 Programação de Despesas

QUADRO 96 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS (A.4.1.1)

Unidade Orçamentária:		Código UO:		UGO:	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Correntes			
		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL		77.610.758,00	-	13.091.821,00	
CRÉDITOS	Suplementares	9.986.839,00	-	1.258.161,00	
	Especiais	Abertos	-	-	-
		Reabertos	-	-	-
	Extraordinários	Abertos	-	-	-
		Reabertos	-	-	-
	Créditos Cancelados	1.000.000,00	-	2.304.317,00	
Outras Operações		-	-	-	
Dotação final 2013 (A)		86.597.597,00	-	12.045.665,00	
Dotação final 2012(B)		80.573.789,00	-	5.795.145,00	
Variação (A/B-1)*100		6,96	-	51,89	
Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL		6.722.478,00	-	-	-
CRÉDITOS	Suplementares	242.029,00	-	-	
	Especiais	Abertos	-	-	
		Reabertos	-	-	
Extraordinários	Abertos	249.159,00	-	-	

	Reabertos		-	-	
	Créditos Cancelados	4.107.188,00	-	-	
Outras Operações			-	-	
Dotação final 2013 (A)		3.106.478,00	-	-	-
Dotação final 2012(B)		10.662.188,00	-	-	-
Variação (A/B-1)*100		70,86	-	-	-

Desde 2009, o Hospital Universitário, por meio da Portaria MEC nº. 04 de 29 de abril de 2008, publicada no DOU de 02/05/2008, assumiu o controle da programação e execução orçamentária e financeira de suas Ações e das transferências recebidas, inclusive residência médica, bem como a liquidação da folha de pessoal.

Por meio de contrato assinado em abril de 2013, o Hucam passou a ser administrado pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), uma empresa pública vinculada ao Ministério da Educação, criada pelo governo federal com a finalidade de gerir e reestruturar os hospitais universitários federais.

Os recursos que compõe o quadro em tela foram disponibilizados por diversas fontes no decorrer do exercício de 2013, visando assegurar o funcionamento do HUCAM. Com a enorme demanda ocorrida no exercício e constante necessidade de otimizar e melhorar a qualidade dos serviços prestados à população, utilizou-se os recursos para realizar investimentos em equipamentos de última geração que asseguraram a prestação de um serviço de saúde de melhor qualidade.

Quanto ao custeio, além dos recursos oriundos da Contratualização, via Secretaria de Saúde-ES, repassados por meio do Fundo Nacional de Saúde - FNS, o HUCAM recebeu incremento substancial através do REHUF, EBSEH, recursos próprios repassados pela SESA-ES, além de recursos do MEC utilizados em reformas e ampliações de diversos setores deste Hospital.

Embora o HUCAM tenha recebido substancial incremento de recursos orçamentário-financeiros, devido ao passivo de pessoal, resultado do déficit histórico não repostado, e do crescimento e expansão das atividades desenvolvidas, continua utilizando recursos próprios (contratualização) para fazer face às despesas com pagamento de serviços de mão de obra terceirizada (limpeza, apoio administrativo, nutrição e atividades finalísticas) necessários ao seu funcionamento, que poderiam ser direcionados para as atividades fim.

QUADRO 97 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA (A.4.1.2.1)

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebida		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebida		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebida		1 – Pessoal	2 – Juros e	3 – Outras

ção	te	ora		e Encargos Sociais	Encargos da Dívida	Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos	153046	153047	12128210945720032	3.503,20		
Recebidos	153046	153047	12364203220RK0032	92.783,46		
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						

FONTE : SIAFI GERENCIAL

O quadro demonstra as movimentações de recursos repassados pela UFES conforme diretrizes da execução da programação orçamentária.

QUADRO 98 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA (A.4.1.2.2)

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos	153046	153047	12128210945720032	3.503,20		
Recebidos	153046	153047	12364203220RK0032	92.783,46		
Recebidos	152734	153047	12364203240050001			5.561.924,26
Recebidos	155007	153047	12302203220RX0001			3.809.897,17
Recebidos	155007	153047	12302203240860001			3.985.153,22
Recebidos	257001	153047	10302201520G80001			23.651.412,97
Recebidos	257001	153047	10302201585850032			39.323.557,27
Recebidos	257001	153047	10305201520AL0032			10.920,02
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
Concedente	Recebedora	4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida	
Concedidos						
Recebidos	155007	153047	12302203220RX0001	97.600,00		
Recebidos	257001	153047	10302201520G80001	4.352.501,83		

FONTE SIAFI GERENCIAL

O quadro retrata os recursos recebidos pelo SPO/MEC, EBSERH e FUNDO NACIONAL DE SAÚDE, para gerir as despesas com pessoal e encargos, outras despesas correntes (custeio) e aquisição de material permanente (investimentos)

QUADRO 99 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL (A.4.1.3.1)

Unidade Orçamentária:	Código UO: 26364	UGO: 153047	
		Despesa Liquidada	
		2013	2012
Modalidade de Contratação			
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	4.284.613,83	468.249,84	387.288,20
a) Convite	-		
b) Tomada de Preços	-		
c) Concorrência	-		
d) Pregão	4.284.613,83	468.249,84	387.288,20
e) Concurso	-		
f) Consulta	-		
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas			
2. Contratações Diretas (h+i)	60.079,41	-	58.899,41
h) Dispensa	8.148,00		6.968,00
i) Inexigibilidade	51.931,41		51.931,41
3. Regime de Execução Especial			
j) Suprimento de Fundos			
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	87.897.809,96	81.390.661,99	81.390.661,99
k) Pagamento em Folha	87.897.809,96	81.390.661,99	81.390.661,99
l) Diárias	-		
5. Outros			
6. Total (1+2+3+4+5)	92.242.503,20	81.858.911,83	81.777.950,19

FONTE SIAFI GERENCIAL

No exercício de 2013 o HUCAM executou um total de R\$ 92.242.503,20, 12,91% a mais que no exercício de 2012. Sendo que deste total apenas 0,07% representam contratações diretas, e executadas em sua grande maioria através do Comprasnet por cotação eletrônica.

QUADRO 100 – DESPESA POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS- VALORES EXECUTADOS DIRETAMENTE PELA UJ (A.4.1.3.2)

Unidade Orçamentária:	Código UO: 26364	UGO: 153047	
		Despesa Liquidada	
		2013	2012
Modalidade de Contratação			
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	4.284.613,83	468.249,84	3.931.405,63
a) Convite	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-
d) Pregão	4.284.613,83	468.249,84	3.931.405,63
e) Concurso	-	-	-
f) Consulta	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	60.079,41	-	58.899,41
h) Dispensa	8.148,00	-	6.968,00
i) Inexigibilidade	51.931,41	-	51.931,41
3. Regime de Execução Especial	-	-	-
j) Suprimento de Fundos	-	-	-
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	87.897.809,96	81.390.661,99	87.897.809,96
k) Pagamento em Folha	87.897.809,96	81.390.661,99	87.897.809,96
l) Diárias	-	-	-
5. Outros	-	-	-
6. Total (1+2+3+4+5)	92.242.503,20	81.858.911,83	91.888.115,00

FONTE SIAFI GERENCIAL

QUADRO 101 - DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL (A.4.1.3.3)

Unidade Orçamentária:		Código UO: 26364		UGO: 153047					
<i>DESPESAS CORRENTES</i>									
<i>Grupos de Despesa</i>	<i>Empenhada</i>		<i>Liquidada</i>		<i>RP não processados</i>		<i>Valores Pagos</i>		
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
<i>1. Despesas de Pessoal</i>									
<i>1º elemento de despesa-</i>									
<i>319011</i>	56.061.263,93	56.102.825,29	56.061.263,93	56.102.825,29	-	-	56.061.263,93	56.102.247,43	
<i>2º elemento de despesa -</i>									
<i>319001</i>	14.341.429,97	11.661.053,14	14.341.429,97	11.661.053,14	-	-	14.341.429,97	11.661.053,14	
<i>3º elemento de despesa -</i>									
<i>319113</i>	11.171.703,86	8.188.380,68	11.171.703,86	8.188.380,68	-	-	11.171.703,86	8.188.380,68	
<i>Demais elementos do grupo</i>									
<i>2. Juros e Encargos da Dívida</i>									
<i>1º elemento de despesa</i>									
<i>2º elemento de despesa</i>									
<i>3º elemento de despesa</i>									
<i>Demais elementos do grupo</i>									
<i>3. Outras Despesas Correntes</i>									
<i>1º elemento de despesa -</i>									
<i>339037</i>	3.919.391,75	3.196.344,80	0,00	3.196.344,80	-	-	3.919.391,75	3.196.344,80	
<i>2º elemento de despesa -</i>									
<i>339046</i>	3.752.343,32	1.116.876,86	3.752.343,32	1.116.876,86	-	-	3.752.343,32	1.116.876,86	
<i>3º elemento de despesa -</i>									
<i>339039</i>	2.179.256,28	543.417,84	75.893,78	468.249,84	2.103.362,50	75.168,00	72.443,78	387.283,20	
<i>Demais elementos do grupo</i>									
	1.830.870,74	626.322,17	1.764.428,92	157.526,17	66.441,82	468.796,00	1.413.490,72	157.526,17	
<i>DESPESAS DE CAPITAL</i>									
<i>Grupos de Despesa</i>	<i>Empenhada</i>		<i>Liquidada</i>		<i>RP não Processados</i>		<i>Valores Pagos</i>		
<i>4. Investimentos</i>	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	

1º elemento de despesa - 459052	126.694,19	122.776,10	6.968,00	-	-	122.776,10	6.968,00	122.776,10	6.968,00	
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
<i>5. Inversões Financeiras</i>										
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
<i>6. Amortização da Dívida</i>										
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAIS	94.532.033,71	82.526.229,79	88.323.111,45	81.859.489,69	2.169.804,32	666.740,10	91.888.115,00	81.777.945,19		

FONTE: SIAFI GERENCIAL

QUADRO 102 - DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS (A.4.1.3.4)

Unidade Orçamentária:		Código UO:				UGO:			
<i>DESPESAS CORRENTES</i>									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidadada		RP não processados		Valores Pagos		
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
<i>1. Despesas de Pessoal</i>									
<i>1º elemento de despesa -</i>									
319011	56.061.263,93		56.061.263,93					56.061.263,93	
<i>2º elemento de despesa -</i>									
319001	14.341.429,97		14.341.429,97					14.341.429,97	
<i>3º elemento de despesa -</i>									
319113	11.171.703,86		11.171.703,86					11.171.703,86	
Demais elementos do grupo	1.149.079,67		1.149.079,67					1.149.079,67	
<i>2. Juros e Encargos da Dívida</i>									
<i>1º elemento de despesa</i>									
<i>2º elemento de despesa</i>									
<i>3º elemento de despesa</i>									
Demais elementos do grupo									
<i>3. Outras Despesas Correntes</i>									
<i>1º elemento de despesa -</i>									
339037	3.919.391,75		3.919.391,75					3.919.391,75	
<i>2º elemento de despesa -</i>									
339046	3.752.343,32		3.752.343,32					3.752.343,32	
<i>3º elemento de despesa -</i>									
339039	2.179.256,28		75.893,78			2.103.362,50		72.443,78	
Demais elementos do grupo	1.830.870,74		1.764.428,92			66.441,82		1.413.490,72	
<i>DESPESAS DE CAPITAL</i>									
<i>Grupos de Despesa</i>	Empenhada		Liquidadada		RP não Processados		Valores Pagos		
<i>4. Investimentos</i>	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012	
<i>1º elemento de despesa -</i>									
449052	126.694,19		6.968,00				119.726,19		6.968,00
<i>2º elemento de despesa</i>									

3º elemento de despesa																			
Demais elementos do grupo																			
<i>5. Inversões Financeiras</i>																			
1º elemento de despesa																			
2º elemento de despesa																			
3º elemento de despesa																			
Demais elementos do grupo																			
<i>6. Amortização da Dívida</i>																			
1º elemento de despesa																			
2º elemento de despesa																			
3º elemento de despesa																			
Demais elementos do grupo																			
TOTAIS				94.532.033,71	-		92.242.503,20	-				2.289.530,51	-				91.888.115,00	-	

FONTE: SIAFI GERENCIAL

QUADRO 103 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO (A.4.1.3.5)

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2013	2012	2013	2012
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	49.694.666,87	38.599.769,36	42.581.836,80	34.603.660,83
a) Convite				
b) Tomada de Preços	342.100,70	0,00	315.978,09	
c) Concorrência		0,00		
d) Pregão	49.352.566,17	38.599.769,36	42.265.858,71	34.603.660,83
e) Concurso				
f) Consulta				
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas				
2. Contratações Diretas (h+i)	3.540.070,62	4.044.792,34	3.175.151,39	3.980.266,68
h) Dispensa	2.257.752,71	3.309.654,49	1.908.633,48	3.245.128,83
i) Inexigibilidade	1.282.317,91	735.137,85	1.266.517,91	735.137,85
3. Regime de Execução Especial	6.058,81	2.065,04	6.058,81	2.065,04
j) Suprimento de Fundos	6.058,81	2.065,04	6.058,81	2.065,04
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	93.460.914,97	5.084.980,03	93.460.914,97	5.084.980,03
k) Pagamento em Folha	93.448.847,62	5.076.735,94	93.448.847,62	5.076.735,94
l) Diárias	12.067,35	8.244,09	12.067,35	8.244,09
5. Outros	988.883,78	1.294.110,41	956.114,55	1.293.299,57
6. Total (1+2+3+4+5)	147.690.595,05	49.025.717,18	140.180.076,52	44.964.272,15

FONTE: SIAFI GEREENCIAL

Os créditos oriundos por movimentação acusaram o montante de R\$ 147.690.595,05 no exercício de 2013. Sempre preocupado em atender o princípio da economicidade, o HUCAM executou 90% destes na modalidade pregão eletrônico, deduzindo a despesa com pessoal. Já as despesas de contratação direta, correspondem a 6,53%, utilizando a modalidade cotação eletrônica, sempre que possível.

QUADRO 104 - DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO (A.4.1.3.6)

DESPESAS CORRENTES											
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidad		RP não processados		Valores Pagos				
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012			
1 – Despesas de Pessoal											
1º elemento de despesa -											
319111	56.061.263,93	-	56.061.263,93	-	-	-	56.061.263,93	-	-	-	-
2º elemento de despesa -											
319101	14.341.429,97	-	14.341.429,97	-	-	-	14.341.429,97	-	-	-	-
3º elemento de despesa -											
319113	11.171.703,86	-	11.171.703,86	-	-	-	11.171.703,86	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	1.149.079,67	-	1.149.079,67	-	-	-	1.149.079,67	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida											
1º elemento de despesa	-		-		-		-		-		-
2º elemento de despesa	-		-		-		-		-		-
3º elemento de despesa	-		-		-		-		-		-
Demais elementos do grupo	-		-		-		-		-		-
3 – Outras Despesas Correntes											
1º elemento de despesa -											
339037	31.485.678,20	23.939.604,71	25.150.252,09	18.671.734,22	6.335.426,11	5.267.870,49	21.559.106,56	15.230.512,79			
2º elemento de despesa -											
339030	30.371.009,30	14.125.180,73	19.843.844,83	13.053.043,92	10.527.164,47	1.072.136,81	16.584.282,11	13.053.043,92			
3º elemento de despesa -											
339039	14.240.215,87	12.135.677,48	8.122.230,18	9.411.850,59	6.117.985,69	2.723.826,89	7.462.419,90	9.066.141,83			
Demais elementos do grupo	11.927.823,63	7.065.808,59	11.843.822,52	7.001.787,20	84.001,11	64.021,39	11.843.822,52	6.963.801,78			
DESPESAS DE CAPITAL											
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidad		RP não Processados		Valores Pagos				
4 – Investimentos	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012			
1º elemento de despesa -	4.576.796,02	4.400.345,28	6.968,00	236.124,00	4.569.828,02	4.164.221,28	6.968,00				

449052																						-
	2º elemento de despesa	0,00																-				-
	3º elemento de despesa	0,00																-				-
	Demais elementos do grupo	-																-				-
	5 – Inversões Financeiras																					
	1º elemento de despesa	-																-				-
	2º elemento de despesa	-																-				-
	3º elemento de despesa	-																-				-
	Demais elementos do grupo	-																-				-
	6 – Amortização da Dívida																					
	1º elemento de despesa	-																-				-
	2º elemento de despesa	-																-				-
	3º elemento de despesa	-																-				-
	Demais elementos do grupo	-																-				-
	TOTAIS	175.325.000,45	61.666.616,79	147.690.595,05	48.374.539,93	27.634.405,40	13.292.076,86	140.180.076,52	44.313.500,32													

FONTE: SIAFI GERENCIAL

Análise Crítica da Realização da Despesa

A execução dos recursos de créditos por movimentação, na área de pessoal foi idêntica à execução dos créditos originários, diferenciando-se apenas em despesas correntes, onde locação de mão de obra foi seguida por material de consumo e serviços de terceiros - pessoa jurídica, e igualmente a investimentos.

14.9.2 Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.

Quadro A.4.2: Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos.

Não se aplica.

14.9.3 Movimentação e os Saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

QUADRO 105 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (A.4.3)

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	4.142.006,25	4.105.423,03	36.583,22	-
2011	46.261,21	44.946,21	1.315,00	-
2010	20.357,83	-	20.181,00	176,83
2009	-	-	-	-
2008	18.844,47	-	18.844,47	-
2007	-	-	-	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2013	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2013
2012	13.958.816,96	11.717.686,58	1.477.232,21	763.898,17
2011	-	1.265.514,79	22.006,94	1.313.219,50
2010	-	-	-	-
2009	-	-	-	-
2008	-	-	-	-
2007	-	52.517,34	-	1.610.588,32

Os valores registrados em restos a pagar vêm sendo liquidados normalmente pelo HUCAM, conforme o tipo de inscrição e seguindo a ordem natural das liquidações. Os saldos de restos a pagar não processados do exercício de 2007, referem-se a projetos ainda não concluídos, como a obra do prédio do Instituto dos Olhos.

FONTE: SIAFI ERENCIAL

14.9.4 Transferência de Recursos

Quadro A.4.4.1: Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Não se aplica.

14.9.4.1 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

Quadro A.4.4.2: Resumo dos instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Não se aplica.

14.9.4.2 Informações Sobre a Prestação de Contas Relativas aos Convênios, Termos de Cooperação e Contratos de Repasse

Quadro A.4.4.3: Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse.

Não se aplica.

14.9.4.3 Informações Sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênio e de Contratos de Repasse

Quadro A.4.4.4: Visão Geral da análise das prestações de contas de Convênios e Contratos de Repasse.

Não se aplica.

14.10. Suprimento de Fundos

14.10.1 Despesas Realizadas por Meio da Conta Tipo “B” e por Meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

QUADRO 106 - DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA) (A.4.5.1)

Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		CPGF				Total (R\$)
			Saque		Fatura		
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2013					4	6.058,81	6.058,81
2012					3	2.065,04	2.065,04
2011					9	6.341,74	6.341,74

14.10.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”

Quadro A.4.5.2: Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos por UG e por Suprido (Conta Tipo “B”)

Não se aplica.

14.10.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

QUADRO 107 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR (A.4.5.3)

Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Código da UG 1		Limite de Utilização da UG			
RITA DE CÁSSIA DOMINGUES CARVALHO	751369707-82	23.924,00	-	6.058,81	6.058,81
Total Utilizado pela UG			-	6.058,81	6.058,81
Código da UG 2		Limite de Utilização da UG			
Total Utilizado pela UG			-	-	-
Total Utilizado pela UJ			-	6.058,81	6.058,81

14.10.4 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

QUADRO A.4.5.4 -- PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO "B" E CPGF)

Não se Aplica.

Análise Crítica

No exercício de 2013 foram gastos com o cartão corporativo do Banco do Brasil um total de R\$ 6.058,81 (seis mil e cinquenta e oito reais e oitenta e um centavo) para aquisição de materiais e serviços de pronto pagamento. O uso do cartão de crédito corporativo se fez necessário, tendo em vista situações extraordinárias, a urgência na solução de pequenos reparos que surgiram inesperadamente e não podiam esperar a operacionalização pelas vias normais de contratação.

14.11 Gestão de Pessoas, Terceirização de Mão de Obra e Custos Relacionados – HUCAM

14.11.1 Estrutura de Pessoal da Unidade

O Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes – Hucam passou a ser gerenciado pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – Ebserh por meio do Contrato nº 1008/2013, de 15 de abril de 2013, e a nova gestão assumiu efetivamente em 02 de setembro de 2013.

A Divisão de Gestão de Pessoas, que integra a nova estrutura aprovada para os hospitais de médio porte no âmbito da Ebserh, situação que se enquadra o Hucam, foi nomeada em 08 de novembro de 2013.

Nessa esteira, a nova gestão de pessoal do Hucam passou a ser responsável pela estrutura de pessoal do quadro da Empresa, composta, até então, pelos cargos comissionados e funções gratificadas, tendo em vista que o concurso público ocorrerá em fevereiro de 2014, quando iniciar-se-á o ingresso dos funcionários públicos contratados pela Ebserh.

Por meio da contratualização com a Ebserh, autorizou-se 850 vagas, sendo que, neste primeiro concurso, foram ofertadas 737 que substituirão, em grande parte, o quadro terceirizado, bem como recompor a força produtiva do hospital.

Dessa forma, em 31 de dezembro de 2013 o Hucam, como filial da Ebserh, não tinha nenhum empregado contratado pela empresa. A sua força de trabalho é integrada pelos servidores do quadro da Universidade, de outros Órgãos cedidos para esta Instituição e 30 nomeados em cargo de comissão/função gratificada pela Ebserh. Logo, grande parte dos registros e controles relacionados aos servidores lotados no Hucam são geridos pelo DGP/PROGPAES/UFES, cabendo ao controle de pessoal local, administrar a

frequência e férias no aplicativo SIE – Sistema de Informações para o Ensino, por meio dos encaminhamentos formais da Universidade.

14.11.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade *Jurisdicionada*

QUADRO 108 – FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12 (A.5.1.1.1)

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	828	862	13	63
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	828	862	13	63
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	828	828	5	60
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	34	8	3
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	-	-	-	-
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	-	-	-	2
4. Total de Servidores (1+2+3)	828	862	13	65

Fonte: SIAPE. OBS.: LOTAÇÃO AUTORIZADA - NÚMERO DE VAGAS OCUPADAS NO HUCAM.

14.11.1.2 Situações que Reduzem a Força de Trabalho da Unidade Jurisdicionada

QUADRO 109 – SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO DA UJ (A.5.1.1.2)

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	18
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	18
1.2. Exercício de Função de Confiança	-
1.3. Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	-
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	2
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	-
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	-
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	-
2.4. Para Participação em Programa de Pós-graduação Stricto Sensu no País	2
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	1
3.1. De Ofício, no Interesse da Administração	-
3.2. A Pedido, a Critério da Administração	-
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	1

3.4. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	-
3.5. A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	-
4. Licença Remunerada (4.1+4.2)	10
4.1. Doença em Pessoa da Família	1
4.2. Capacitação	9
5. Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	5
5.1. Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	4
5.2. Serviço Militar	-
5.3. Atividade Política	-
5.4. Interesses Particulares	1
5.5. Mandato Classista	-
6. Outras Situações (Especificar o ato normativo)	-
7. Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	36

Fonte: SIE/UFES

14.11.2 Qualificação da Força de Trabalho

14.11.2.1 Estrutura de Cargos e Funções

QUADRO 110 – DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ (SITUAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO) (A.5.1.2.1)

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	-	-	-	2
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	2
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	-	-	-
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem Vínculo	-	-	-	1
1.2.5. Aposentados	-	-	-	1
2. Funções Gratificadas	-	-	-	-
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	-	-	-	-
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	-	-	-	-
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	-	-	-	2

Fonte: SIAPE. NO SIAPE NÃO CONSTA PREVISÃO DE CARGOS OU FUNÇÕES DESSE TIPO.

14.11.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

QUADRO 111 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR FAIXA ETÁRIA – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12 (A.5.1.2.2)

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de Cargo Efetivo	27	184	306	287	58
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	27	184	306	287	58
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-
2. Provimento de Cargo em Comissão	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	-	-
3. Totais (1+2)	27	184	306	287	58

Fonte: SIAPE.

14.11.2.3 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Escolaridade

QUADRO 112 – QUANTIDADE DE SERVIDORES DA UJ POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12 (A.5.1.2.3)

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	-	8	20	55	284	164	262	54	15
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira	-	8	20	55	284	164	262	54	15
1.3. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2. Provimento de Cargo em Comissão	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1. Cargos de Natureza Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.3. Funções Gratificadas	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Totais (1+2)	-	8	20	55	284	164	262	54	15

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 - Mestrado; 9 - Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

Fonte: SIAPE E SIE/UFES.

14.11.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

QUADRO 113 - QUADRO DE CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES (A.5.1.3)

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Rebribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos										
Exercícios	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provisamento em Comissão										
Exercícios	2013	36.375.421,72	3.998.260,88	13.749.008,24	3.865.484,28	2.472.157,17	36.959,23	229.928,20	60.298,41	60.840.871,18
	2012	37.561.607,09	3.955.554,85	11.934.365,85	3.325.546,54	2.374.131,19	23.893,72	244.780,59	30.859,67	59.519.631,48
	2011	38.186.579,15	3.990.901,62	12.760.266,32	3.261.075,30	2.124.664,65	19.823,11	0,00	26.388,60	60.443.302,92
Servidores com Contratos Temporários										
Exercícios	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença										
Exercícios	2013	657.625,08	101.186,28	269.218,12	61.344,56	24.540,87	91,96	14,22	0,00	1.123.251,17
	2012	616.632,92	74.585,88	233.205,33	51.161,17	16.556,00	0,00	765,48	0,00	999.232,40
	2011	586.050,87	79.069,91	251.406,51	51.165,82	17.377,70	0,00	0,00	0,00	993.978,48
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial										
Exercícios	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior										
Exercícios	2013	0,00	73.647,40	11.713,04	0,00	0,00	507,05	3.302,11	0,00	95.254,30
	2012	0,00	103.217,93	2.824,26	0,00	0,00	0,00	266,22	0,00	114.781,23
	2011	0,00	104.176,33	2.824,26	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	115.473,41
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas										
Exercícios	2013	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2012	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	2011	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAPE. OBS.: SOMENTE VALORES PAGOS A SERVIDORES VINCULADOS A UNIDADE PAGADORA DO HUCAM.

14.11.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

14.11.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos da Unidade Jurisdicionada Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

QUADRO 114 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS - SITUAÇÃO APURADA EM 31 DE DEZEMBRO (A.5.1.4.1)

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	204	55
1.1 Voluntária	201	55
1.2 Compulsória	-	-
1.3 Invalidez Permanente	3	-
1.4 Outras	-	-
2. Proporcional	12	2
2.1 Voluntária	-	-
2.2 Compulsória	2	1
2.3 Invalidez Permanente	10	1
2.4 Outras	-	-
3. Totais (1+2)	216	57

Fonte: SIAPE.

14.11.4.2 Demonstração das Origens das Pensões Pagas pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO 115 - INSTITUIDORES DE PENSÃO - SITUAÇÃO APURADA EM 31/12 (A.5.1.4.2)

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	3	-
1.1. Integral	3	-
1.2. Proporcional	-	-
2. Em Atividade	5	1
3. Total (1+2)	8	1

Fonte: SIAPE.

14.11.5 Cadastramento no SISAC

14.11.5.1 Atos Sujeitos ao Registro à Comunicação ao Tribunal por intermédio do SISAC

Quadro A.5.1.5.1 – Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Não se aplica.

14.11.5.2 Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU

Quadro A.5.1.5.2 – Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Não se aplica.

14.11.5.3 Regularidade do Cadastro dos Atos no SISAC

Quadro A.5.1.5.3 – Regularidade do cadastro dos atos no Sisac

Não se aplica.

14.11.5.4 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em Meio Físico

Quadro A.5.1.5.4 – Atos sujeitos à remessa física ao TCU (Art. 14 da IN TCU 55/2007)

Não se aplica.

Considerações dos quadros A.5.1.5.1, A.5.15.2, A.5.1.5.3 e A.5.1.5.4:

As informações demandadas pelo TCU, quanto da apreciação dos atos de admissão, concessão, aposentadorias, reformas e pensões dos servidores do quadro da Universidade e do Hucam são administradas pelo Departamento de Gestão de Pessoas da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Assistência Estudantil – DGP/PROGEPAES/Ufes.

14.11.6 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

Como forma de controle de dados sobre acumulação de cargos, empregos e funções públicas, a Instituição adota as seguintes providências para fins de identificação de acumulações vedadas pela legislação vigente, em consonância ao disposto no artigo 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal, bem como a Portaria Normativa nº 02 da Secretaria de Gestão Pública – SEGEP/MP de 13 de março de 2012:

a) **SERVIDOR ATIVO:** No ato da NOMEAÇÃO apresentar Declaração de Acumulação de Cargos. Caso detenha outro cargo acumulável, deverá, na posse, prestar as seguintes informações:

I - a denominação do cargo/emprego/função que exerce;

II - a jornada do cargo/emprego/função que exerce;

III - a unidade da federação em que exerce o cargo/emprego/função;

IV - o nível de escolaridade do cargo/emprego/função;

V - a data de ingresso; e

VI - a área de atuação do cargo (médico, saúde, magistério).

b) **SERVIDOR APOSENTADO:** No ato da APOSENTADORIA apresentar Declaração de Acumulação de Cargos. Caso detenha outro cargo público de provimento efetivo acumulável, deverá prestar as seguintes informações:

I - a denominação do cargo/emprego/função que exerce;

II - a jornada do cargo/emprego/função que exerce;

III - a unidade da federação em que exerce o cargo/emprego/função;

IV - o nível de escolaridade do cargo/emprego/função;

V - a data de ingresso; e

VI - a área de atuação do cargo (médico, saúde, magistério).

c) **BENEFICIÁRIO DE PENSÃO CIVIL:** No requerimento do benefício apresentar Declaração de Acumulação de Pensão.

14.11.7 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

O Hucam não recebeu processos relativos à identificação de acumulação de cargos, funções e empregos públicos de forma indevida no exercício de 2013.

14.11.8 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Em razão das recentes mudanças, não existem elementos capazes de propiciar indicadores gerenciais sobre os recursos humanos do hospital, bem como a elaboração de metodologia que possa orientar a política de gestão de pessoas.

Com a elaboração do Plano Diretor Estratégico, que deverá constar ações e metas para a gestão, será possível construir instrumentos gerenciais de mensuração que permitam a avaliação criteriosa de qualidade, custos e produtividade do seu quadro de pessoal.

14.11.9 Terceirização de Mão-de-Obra Empregada e Contratação de Estagiários

14.11.9.1 Informações Sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

Quadro A.5.2.1 – Cargos e atividades inerentes a categorias funcionais do plano de cargos da unidade jurisdicionada

Não se aplica.

14.11.9.2 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Quadro A.5.2.2 – Autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados

Não se aplica em razão da orientação da Portaria 175/2013 – TCU, que versa:

[...] este quadro deve ser preenchido somente pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão ou por outro órgão autorizador equivalente nos demais Poderes da União.

14.11.9.3 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Unidade Jurisdicionada

QUADRO 116 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA – LIMPEZA (A.5.2.3)

Unidade Contratante													
Nome: Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes													
UG/Gestão:							CNPJ: 32476164/0001-30						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	L	Ordinária	043/2009	05436371/0001-34	09/05/2009	08/05/2014	123	119	5	5	0	0	A
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

14.11.9.4 Informações Sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

QUADRO 117 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA (A.5.2.4)

Unidade Contratante													
Nome: Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes													
UG/Gestão:							CNPJ: 32479164/0001-30						
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	11	O	036/2012	05436371/0001-34	28/08/2012	27/08/2014	40	31	208	175	0	0	A
2012	04	O	016/2012	05436371/0001-34	16/03/2012	16/03/2014			66	56			A
Observações: Contrato de Prestação de Serviço de Apoio Administrativo com o Instituto Excellence.													
<p>Área:</p> <p>1. Segurança;</p> <p>2. Transportes;</p> <p>3. Informática;</p> <p>4. Copeiragem;</p> <p>5. Recepção;</p> <p>6. Reprografia;</p> <p>7. Telecomunicações;</p> <p>8. Manutenção de bens móveis</p> <p>9. Manutenção de bens imóveis</p> <p>10. Brigadistas</p> <p>Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.</p> <p>Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.</p> <p>Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.</p> <p>Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.</p>													

Análise Crítica da Gestão de RH

Assim como os demais hospitais universitários, ao longo dos anos, a defasagem de pessoal foi encoberta pela terceirização de parte da sua força de trabalho, como forma de garantir padrões mínimos de atenção à saúde, em razão da grande heterogeneidade dos serviços prestados, e de se manter como protagonista na formação de recursos humanos e desenvolvimento de ensino e pesquisas do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Espírito Santo – CCS/Ufes.

Dessa diversidade de funções, decorre a dificuldade na análise e avaliação crítica, uma vez que parte dessa composição é resultado de contratos de terceirização de serviços com o fornecimento de pessoal de grande rotatividade e ausente de investimentos de capacitação e desenvolvimento, comprometendo a autoestima nos níveis de produtividade desses colaboradores.

A recomposição do quadro de pessoal, com a realização do concurso público, o planejamento estratégico da organização que abrange também seus servidores e futuros empregados, as novas ferramentas de gestão e demais ações programadas permitirão estabelecer novos rumos e metas a serem alcançadas para a Instituição, bem como valorizar e profissionalizar a força de trabalho.

14.11.9.5 Composição do Quadro de Estagiários

Não se Aplica.

14.12 Gestão do Patrimônio Mobiliário e Imobiliário

14.12.1 Gestão da Frota de Veículos próprios e locados de terceiros, destacando:

O Hucam conta com uma frota de XXX veículos oficiais entre automóveis de passageiros e ambulância, mantido por meio de contratos de fornecimento de combustíveis e manutenção, utilizando para a condução a força de trabalho própria, observado o estabelecido no artigo 1º da Lei 9.327, de 9 de dezembro de 1996.

Está em elaboração o estudo para avaliar a economicidade e eficiência por meio da utilização de frota de terceiros, incluindo o fornecimento de condutores e combustíveis, em razão da depreciação natural dos veículos, da expansão dos serviços oferecidos pelo Hospital, bem como da facilidade de mensuração por meio da contratação com particulares.

Frota de Veículos Automotores a Serviço da UJ, mas Contratada de Terceiros

Não se aplica.

14.12.2 Gestão do Patrimônio Imobiliário

Não se aplica.

14.13 Gestão da Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento

Não se aplica.

14.14 Gestão Do Uso Dos Recursos Renováveis E Sustentabilidade Ambiental

14.14.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

QUADRO 118 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS (A.8.1)

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. · Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?				X	
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.			X		
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).			X		
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. · Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?				X	
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). · Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?				X	
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). · Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?		X			
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. · Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?			X		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). · Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?				X	
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.					X
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X	
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.				X	

<p>12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</p>				X	
<p>13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?</p>				X	
Considerações Gerais:					
<p><u>LEGENDA</u> Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.</p>					

14.14.2 Política de Separação de Resíduos Recicláveis Descartados

A Administração do Hucam pretende entrar em diálogos com os gestores municipal e estadual para discutir ações de separação de resíduos recicláveis descartados uma vez que considera preponderante nos processos de sustentabilidade ambiental a correta coleta, transporte e destinação final desses resíduos.

14.14.3 Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Não houve uma adesão explícita a Programas de Gestão de Sustentabilidade, tais como: Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), Programa de Eficiência do Gasto (PEG) e Programa de Eficiência Energética em Prédios Públicos (Procel EPP), mas diversas medidas vêm sendo adotadas no sentido de não se manter alheio aos esforços pela sustentabilidade e eficiência nos gastos. Porém, a Instituição tem elencado esforços no sentido de capacitar as Unidades de Compras e Licitações no que tange às normas aplicáveis sobre contratações públicas sustentáveis.

14.14.3.1 Medidas para Redução de Consumo Próprio de Papel, Energia Elétrica e Água

Os servidores do Hucam são orientados por meio das chefias imediatas e por ações do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS/Hucam quanto à economia no consumo de papel, energia elétrica e água.

Acerca do consumo próprio de papel, é histórico da Instituição a utilização das duas laudas das folhas nos protocolados e processos que dependem de formalidades. Também, os servidores e colaboradores são orientados a evitar as impressões de comunicados internos em detrimento da utilização dos meios eletrônicos, como a digitalização e a guarda de arquivos.

Observa-se que tais medidas revelam-se em expressiva economia de recursos econômicos e ambientais, bem como de espaço físico para a guarda de documentos, não afastando o dever das formalidades dos processos internos necessários à consecução das suas atividades.

Em relação à energia elétrica e água, registra-se que 80% do seu consumo é destinado ao atendimento dos pacientes do Hospital. Assim, a Administração tem buscado alternativas econômicas por meio da substituição de equipamentos clínicos, como a aquisição de aparelhos de fototerapia a Led e filtros que possibilitam o reuso da água.


14.15 Conformidade e Tratamento de Disposições Legais e Normativas.

Somente se aplica ao HUCAM o seguinte item:

14.15.1 Alimentação SIASG E SICONV

QUADRO 119 – MODELO DE DECLARAÇÃO DE INSERÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE DADOS NO SIASG E SICONV (A.10.6)

Quadro A.10.6 – Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SICONV

DECLARAÇÃO	
Eu, Luiz Alberto Sobral Vieira Junior, CPF nº 742.983.807-34, Superintendente, exercido no Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes - HUCAM, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.	
Vitória, 31 de dezembro de 2013.	
	
<u>Luiz Alberto Sobral Vieira Junior</u>	
742.983.807-34	
<u>SUPERINTENDENTE/HUCAM/EBSERH</u>	

14.16 Relacionamento com a Sociedade

14.16.1 Descrição dos canais de acesso do cidadão ao órgão ou entidade para fins de solicitações, reclamações, denúncias, sugestões, etc., contemplando informações gerenciais e estatísticas sobre o atendimento às demandas.

A Ebserh busca continuamente ferramentas facilitadoras e potencializadoras do protagonismo dos sujeitos que compõem o controle social, usuários desta Instituição, por meio da Ouvidoria que disponibiliza o elo da comunicação entre usuários, a Administração e os Órgãos de Controle, visando à melhoria da qualidade dos serviços prestados e o resgate da cidadania.

A Ouvidoria é um órgão de serviço de natureza mediadora e eficaz na busca de soluções de conflitos extrajudiciais, sem caráter administrativo, executivo ou judicativo, que possibilita ao usuário a manifestação de sua opinião, por meio de denúncias, reclamações, solicitações, sugestões, críticas e elogios sobre a prestação dos serviços públicos, visando garantir os direitos dos usuários, concretizando, assim, além do princípio da eficiência, os princípios da ética e da transparência nas relações.

Seguindo as suas diretrizes, operacionaliza dois sistemas informatizados de Ouvidorias disponibilizados pela Matriz, Sistema informatizado de Ouvidorias - Ebserh/HU's e o Sistema Informatizado de Ouvidorias do SUS, bem como a pesquisa de satisfação dos Usuários/Cidadãos trimestralmente, que teve início no mês de outubro de 2013.

Como meios facilitadores do acesso, dispõe do atendimento presencial no horário de 8h00 às 16h00 na filial de Vitória/ES, por telefone por meio do número (27) 3335-7443, correspondência por meio dos endereços Av. Marechal Campos, 1355, Santa Cecília - Vitória – ES ou, ouvidoria.hucam@gmail.com, bem como nos sítios eletrônicos <http://www.saude.gov.br/ouvidoriasus/acompanhamento> e <http://www.ebserh.mec.gov.br/Ouvidoria> .

Acerca dos sistemas informatizados, o Sistema de Ouvidoria - EBSERH e Hospitais Universitários permite cadastrar demandas como: Sugestões, Elogios, Solicitações, Reclamações e Denúncias. Ao Cidadão é permitido registrar e acompanhar o andamento de suas manifestações destinadas à Ouvidoria do HUCAM/UFES/EBSERH. Já no Sistema Informatizado de Ouvidorias do Sus, a Ouvidoria da Ebserh insere-se no Sistema Nacional de Ouvidoria SUS (SNO), na qual é classificada como Nível – 1, permitindo registrar, analisar, encaminhar, disseminar informações, criar redes, gerar relatórios além de cadastrar demandas como: Sugestões, Elogios, Solicitações, Reclamações e Denúncias.

Registra-se que o Sistema de Ouvidoria é composto por 03 módulos destinados aos Ouvidores, Solicitantes/Cidadão e Responsáveis pelas áreas demandantes. Isso permite ao cidadão registrar e acompanhar o andamento de reclamações, elogios, sugestões, denúncias, informação e solicitações diversas destinadas à Ouvidoria da Ebserh em suas filiais, tendo como parâmetro de prazo de resposta para os usuários 15 à 90 dias, variando de acordo com a classificação da demanda: baixa, média e alta.

14.16.2 Mecanismos para medir a satisfação dos cidadãos-usuários ou clientes dos produtos e serviços resultantes da atuação da unidade.

Com o intuito de conhecer a satisfação dos usuários, o Hospital Universitário Cassiano Antônio Moraes – Hucam, encampado pela Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH, realiza, desde o mês de outubro de 2013, pesquisa de satisfação entre pacientes e acompanhantes, a qual serve como base para melhorar os serviços oferecidos no hospital, com o intuito de oferecer um atendimento mais rápido, eficaz e acolhedor.

Acerca da realização de entrevistas, o lócus para a execução é a Ouvidoria por seu papel de representação e mediação dos cidadãos e pelo caráter pedagógico, instrumental e estratégico de sua atuação.

No que concerne ao tipo de amostra, utiliza-se da metodologia de amostragem por proporções para a determinação do tamanho da amostra em populações finitas.

Atualmente, a pesquisa é realizada trimestralmente por meio de um *tablet* – dispositivo portátil, considerando os pontos médios de cada trimestre (meses 02, 05, 08 e 11) e assegurado o direito do anonimato. Os dados pesquisados são sincronizados com o sistema de informação da EBSEH e o relatório com os resultados são enviados à equipe de governança da filial do Espírito Santo.

A aplicação desse instrumento está prevista no Decreto nº 6.932/2009 e assegura a participação do cidadão na avaliação dos serviços prestados, além de atender recomendações dos órgãos de controle.

14.17 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis

14.17.1 Declaração Plena

QUADRO 120 - DECLARAÇÃO DE QUE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO REFLETEM CORRETAMENTE A SITUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL DA UNIDADE JURISDICIONADA.

Quadro A.11.2.1 - Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código UG
			1530
Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico, regidos pela Lei n.º 4.320/1964 pela			
Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	VITORIA ES	Data	31/12/13
Contador Responsável	VALCERLI GERMANO GAICK	CRC nº	ES-1110-3


 Valcerli Germano Gaick
 Diretor da Divisão Contábil e Financeira
 Contador - CRC/SP-127990-3
 HUCARUFES - Matr. 68108